

Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Costa Pereira

Ana Cristina de Moraes

André Lima Sousa

Antonio Rodrigues Ferreira Júnior

Daniele Alves Ferreira

Fagner Cavalcante Patrocínio dos Santos

Germana Costa Paixão

Heraldo Simões Ferreira

Jamili Silva Fialho

Lia Pinheiro Barbosa

Maria do Socorro Pinheiro

Paula Bittencourt Vago

Paula Fabrícia Brandão Aguiar Mesquita

Sandra Maria Gadelha de Carvalho

Sarah Maria Forte Diogo

Vicente Thiago Freire Brazil



Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza



EDUCAÇÃO E FELICIDADE: DO PROCESSO INDIVIDUAL DE ESTAR-SENDO AO PROJETO COLETIVO DE VIR-A-SER-MAIS, UM ESTUDO COMPARATIVO DE CASOS

©2025 Copyright by Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

Coordenação Editorial

Cleudene de Oliveira Aragão

Nayana Pessoa

Assistente Editorial

Camila Rebouças

Diagramação e Capa

Narcélio Lopes

Biblioteca: Meirilane Santos de Moraes Bastos CRB-3/785

S729e

Souza, Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de

Educação e felicidade [recurso eletrônico]: do processo individual de estar-sendo ao projeto coletivo de vir-a-ser-mais, um estudo comparativo de casos / Luiz Oswaldo Sant'ago Moreira de Souza. - Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2025.
PDF.

Inclui referências bibliográficas e anexos.
ISBN: 978-65-83910-53-0

Educação. I. Título.

CDD: 370

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Aos que amo.

Aos que fizeram, de alguma forma, estas histórias.

Aos Nordestinos solidários na alegria de esperar o fim da dor.

Aos que têm fome de beleza e aos que a distribuem.

Aos que acreditam que fazer Pedagogia, hoje, é se fazer sinal de contradição na sociedade injusta de classes.

Aos que têm a coragem-de-ser-diferente e constroem um mundo novo, sem medo de errar e fazem da vida razão por que morrer.

Aos que têm por que se apaixonar...

“A dor é tão velha que pode morrer.”

(Chico Buarque)

*Pois aqui está a minha vida.
Pronta para ser usada.*

*Vida que não se guarda
nem se esquivava, assustada.
Vida sempre a serviço da Vida.
Para servir ao que vale
a pena e o preço do amor.*

*Ainda que o gesto me doa,
não encolho a mão: avanço
levando um ramo de sol.
Mesmo enrolada de pó,
dentro da noite mais fria,
a vida que vai comigo
é fogo:
está sempre acesa.*

[...]

*Nas águas da minha infância
perdi o medo entre os rebojos.
Por isso avanço cantando.*

[...]

*O que passou não conta?, indagarão
as bocas desprovidas.*

*Não deixa de valer nunca.
O que passou ensina
com sua garra e seu mel.
Por isso é que agora vou assim
no meu caminho. Publicamente andando.*

*Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Aprendi
(o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém
a mim
e aos que vão comigo.
Pois já não vou mais sozinho.*

(Thiago de Mello – Faz escuro mas eu canto)

PREFÁCIO

No dia 8 de setembro de 1993, 19h, dava minha primeira aula no curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), unidade acadêmica da Uece em Quixadá, dois anos após minha graduação, num contexto em que a falta de mestres obrigava as universidades do Norte e Nordeste a realizarem concurso para professor auxiliar. Jovem, de 25 anos, trazia uma certa arrogância de que a História da Feclesc começava comigo e um grupo de colegas que renovavam em 90% o quadro docente daquela faculdade do interior, que para mim, à época, significava assincronia com metodologias de ensino superior praticadas na capital. As viagens semanais de ida e volta, perfazendo 340 km, eram muito cansativas, principalmente pelo estado dos ônibus e da estrada. Lembro que ao passar por Horizonte, 48 km de Fortaleza, pensava como seria bom que Quixadá fosse ali.

Entretanto, bastou um ano para perceber a riqueza histórica, cultural e pedagógica daquela Faculdade, levando-me a admirar e amar Quixadá, o Sertão Central e a cidade de Limoeiro

do Norte, onde conheci minha futura esposa, então estudante do curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (Fafidam), faculdade da Uece naquela cidade.

Chamou-me a atenção as reuniões do Departamento de Ciências Humanas, invariavelmente longas, devido ao grande número de participantes e onde quase todos interviam nos vários pontos de pautas, produzindo uma série de debates acalorados, mas, ao mesmo tempo, davam uma unidade de ação dos professores dos cursos de História e Pedagogia. Ademais, as relações interpessoais eram marcadas pela solidariedade e o companheirismo.

Entretanto, havia um ponto que parecia dividir a comunidade: a figura de Luiz Oswaldo. Como estava afastado para cumprir um mandato junto ao Gabinete de Representação do Funcionalismo do Banco do Brasil (Garef) em Brasília, só o conhecia por estes comentários, que ao mesmo tempo exaltavam seu papel na fundação da Feclesc e teciam críticas sobre seu partidarismo, (pois era membro do Partido dos Trabalhadores (PT), agremiação que na época não contava com minha simpatia) e seus interesses eleitorais levavam ao isolamento da faculdade na sociedade quixadaense. Portanto, meus referenciais não eram os melhores.

No ano de 1994, ocorreu uma cerimônia de comemoração aos onze anos da instituição e Luiz foi convidado para uma mesa redonda. Tive então a oportunidade de vê-lo pessoalmente, mas seu discurso, e mesmo a História da Feclesc, não me interessava naquele momento, pois percebia uma disputa de narrativas sobre as origens e o desenvolvimento da Faculdade que, na minha visão, eram essencialmente disputas de poder pela direção.

Poucos meses depois, Luiz retornou de Brasília para assumir disciplinas no curso de pedagogia e me impressionou o seu nível de isolamento, inclusive pelos colegas novatos que se deixaram influenciar pelas versões que ouviram. Decidi conhecê-lo pessoalmente e fazer minha avaliação daquele homem calvo e pequeno, mas que exalava muita energia e firmeza em suas ideias políticas e pedagógicas.

Pude então ouvir suas versões sobre a construção da nossa unidade acadêmica, seus sonhos, suas decepções, suas frustrações e suas esperanças ainda alimentadas, mesmo num contexto político adverso ao plano nacional, estadual e mesmo dentro da faculdade. Percebi então muito mais afinidades que divergências.

Naquele mesmo ano de 1994, eu e Luiz visitamos as faculdades da Uece em Crateús, Iguatu e Limoeiro para incentivar a participação de professores e estudantes no III Encontro das Unidades da Uece no interior, que ocorreria em Quixadá. Invariavelmente viajávamos à noite, depois que Luiz saía do Banco do Brasil, e só ele dirigia, pois eu ainda não era habilitado. Percursos longos e perigosos que me mostravam a realidade de localidades sem energia elétrica e de pessoas vivendo na miséria, algo que eu só tinha visto pela televisão. Nesses roteiros conversamos sobre nossas vidas, nos tornando amigos e confidentes como falam Beto Guedes e Ronaldo Bastos na música *No Céu com Diamantes*:

*Vem
De tanto andar a teu lado
De tanto cruzar o sertão
Serás meu amigo
Onde terei meu lugar e meu trem*

*Sei
Aquela lição da estrada
Sonhos que passaram por nós
E são meu abrigo
Te conhecer foi saber o melhor
Na alma dessa mulher
Atrás da voz do cantor*

Luiz falava da Feclesc com a mesma paixão de seus amores, em forma de canto e poema, e ali me deixei influenciar pelo seu desvelo pela vida, pelo PT, pelo sindicalismo, pelo Nordeste, pelo Sertão, pela Educação. Assim ele me ensinou a morar no “interior do meu interior”, como nos ensina Vander Lee.

Teria muitas outras situações marcantes na minha relação com Luiz Oswaldo para narrar, mas que fugiriam à intenção deste prefácio: apresentar este livro que foi produto de sua dissertação de mestrado em educação defendida em 1995 e que de tanto perturbá-lo pela publicação, resolveu fazê-lo agora, no ano de 2021, quando foi obrigado a se aposentar compulsoriamente, aos 75 anos de idade, com lágrimas nos olhos. Talvez sua decisão fosse uma forma de não ser esquecido, como se fosse possível ignorar todo seu papel na formação de educadores do Sertão Central cearense das décadas de 70 do séc. XX até a segunda década do séc. XXI.

Segundo Luiz, este livro “Pretende apenas expressar algumas reflexões sobre o que considero, o mesmo necessário que fazer, tanto na administração do pedagógico na escola como no pedagógico na administração da empresa”. Embora datadas, as questões aqui levantadas na sua experiência na direção da Feclesc e no Garef, são muito atuais para aqueles que buscam

converter espaços de passividade, conservadorismo e absenteísmo em instrumentos de protagonismo, renovação e ativismo pela justiça social.

O autor enxerga o ser humano como um “vir-a-ser-mais”, capaz de agir e pensar pela transformação da realidade, mesmo com carências e “fomes”. Mas, para tanto, é preciso ousar sonhar “com atenção na vida real”, nos fenômenos que a manifestam “sempre grávidos de seu contrário”, que possibilita a felicidade do “estando-bem-com-o-estando-sendo-mais, em contraposição ao estando-bem-com-o-estando-sendo, que é a alienação que acomoda”. Ou seja, a felicidade seria a eterna busca em persegui-la, mesmo sabendo da impossibilidade de alcançá-la plenamente, como nos lembra Vicente de Carvalho, também citado pelo autor:

*Essa felicidade que supomos,
Árvore milagrosa que sonhamos,
Toda arreada de dourados pomos,*

*Existe, sim; mas nós não a alcançamos
Porque está sempre apenas onde a pomos
E nunca a pomos onde estamos.*

Aqui Luiz nos narra experiências dessa busca do educador como um intelectual orgânico nos espaços da academia, da política e da empresa. “Não como um sacerdote, aquele que doa e conserva o ‘sagrado’, aquilo que está posto e definido, a imutabilidade”. Mas como um profeta que “denuncia o *status quo*, anuncia o novo, o que não é normal, o não convencional, o que não está colocado no cotidiano, o diferente, o vir-a-ser e aponta

caminhos que superem estas distâncias”. Embora sabendo que muitas vezes, os “dissidentes, os profetas são mandados aos calabouços”, defende a necessidade de coragem para romper com a “sacralidade” de suas funções estatuídas pelo poder e assumir o papel profético de anunciar o “diferente”, “um agente transformador da realidade”.

Quando analisa as experiências que teve na fundação, ensino e direção da Feclesc no período de 1983-1986 apresenta seu aprendizado de que “um processo de educação é popular não por seu atrelamento ao Estado ou por sua natureza pública, ou ainda pela característica da não formalidade”, mas quando se define, na práxis, a favor das classes subalternas, sob pena de “mais cedo ou mais tarde, elas serão dominadas pela ideologia dominante”.

O projeto pedagógico popular é algo a se “perseguir”, mesmo com as “limitações do estar-sendo-mais de educadores e educandos, dialeticamente rachados pela contraditoriedade entre teoria e prática”. O pedagogo deve ter “a consciência de sua limitação em mudar a realidade” mas, ao mesmo tempo, entender o “poder de interferir parcialmente nesta mudança, com a certeza do valor de seu papel multiplicador de agentes de transformação no seio da sociedade”, o que pode “garantir uma nova e diferente escola”.

Os primeiros anos da Feclesc foram um processo pedagógico que se instaurou numa realidade em que “não dá pra ser feliz”, buscando um projeto que talvez se expresse na concretização do sonho último de todo homem: o “sem medo de ser feliz”.

No Garef, onde tentou “romper com a tradicional linguagem sindical eivada de chavões e vestida de um rancor permanente”, procurou através de “versos, que iam de Geraldo Vandré

a Carlos Drummond de Andrade”, não só denunciar as condições adversas dos funcionários do BB em pleno governo Collor, mas convidar seus colegas “à união de forças dos oprimidos na tentativa de conjuntamente começarem por mudar a realidade, sem a empáfia de quem se julgava, de logo, vitorioso, mas com a tenacidade de quem busca um caminho”.

Foi agraciado pela História como colaborador no *impeachment* do presidente Collor quando “o funcionário da Agência West Plaza Shopping de São Paulo, Fidelcino de Sousa Bonfi” - influenciado pelo convite de Luiz aos funcionários “a cerrarem fileiras para evitar corrupção no banco”, quando “o primeiro gestor da empresa era acusado de aliciar deputados” - apresentou a ele sua esposa, Sandra Fernandes de Oliveira, “secretária da firma ASD de Alcides dos Santos Diniz, testemunha da montagem daquilo que foi a farsa da Operação Uruguai, com a qual se tentava salvar Collor do *impeachment*”. Sant'Iago, como foi chamado nos jornais da época, contactou o Senador Eduardo Suplicy que levou Sandra à CPI “arrasando os argumentos do secretário Cláudio Vieira”.

Depois de 1994, onde termina a análise de sua dissertação, até hoje, Luiz já passou por outras aventuras e vivências que renderiam uma boa tese de doutorado. Assumiu cargos de secretário de Educação (Quixadá, Icapuí, Senador Pompeu), diretor da Feclesc (1983-1986; 2018-2020), e vice-presidente do Banco do Brasil (2003-2009). Destas posições deixou legados como o Acampamento Latino Americano da Juventude em Icapuí; a estratégia negocial de Desenvolvimento Regional (DRS) no Banco do Brasil e a contribuição para a criação da Universidade Aberta do Brasil, ao solicitar às universidades um curso à distância de Administração para os bancários do BB.

Ações que geraram bons estudos acadêmicos, mas nenhum a partir de suas falas como este. Algo que espero que faça como uma missão pós-aposentadoria.

Portanto, quem ler este livro até o fim terá o privilégio de entrar na intimidade dos sonhos do Luiz, testemunhará suas experiências na Feclesc e no Garef em busca de projeto pedagógico que possa interferir numa realidade social e na natureza humana: a sede de ser feliz. “Felicidade que é buscada pelo sonho de vir-a-ser-mais, que é o próprio estando-bem-com-o-estando-sendo-mais, que é ameaçada pelo medo e pela alienação, mas que se constrói no coletivo, na tentativa de organização de uma classe para si, com a paixão que cria o novo: o extraordinário no cotidiano”.

Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz
Fortaleza, 24 de janeiro de 2022.

Sumário

Prefácio.....	8
À guisa de explicação.....	17
A questão.....	19
Da coisa em si e de sua reflexão.....	22
A dominação grávida de libertação: Uece/Quixadá	34
Do sabor e do saber na construção coletiva da cidadania: o Garef..	78
Do processo individual de estar-sendo ao projeto coletivo de vir-a-ser-mais	133
Do ainda-não-sendo ao estando-bem-com-o-estando-sendo- mais: sem medo de ser feliz.....	169
Referências	200
Glossário	203
Anexos.....	205

À GUIA DE EXPLICAÇÃO

Este livro não pretende ser uma tese. Não almeja ser um livro de história nem da Uece/Quixadá, atual Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc), sequer do Gabinete de Representação do Funcionalismo do Banco do Brasil (Garef). Pretende apenas expressar algumas reflexões sobre o que considero o mesmo necessário que fazer, tanto na administração do pedagógico na escola como no pedagógico na administração da empresa. Prendem-se tais reflexões ao que pensava às épocas determinadas: 1973 a 1985, no caso de Quixadá, e 1991 a 1993, no caso de Brasília. Por isso, aqui vão as ideias, as citações, as reflexões desprovidas de qualquer atualização, tal e qual escritas em 1994 logo um ano após a segunda experiência e nove anos após a primeira.

É como se fosse um livro documento sobre o que pensava à época e por que foram geradas as iniciativas, comparando-as sob o prisma da pedagogia, visando servir de base ao entendimento dos dois fatos gerados.

Não há a veleidade de pretender defender uma verdade ou de não entender que os tempos mudaram e muito, talvez

ou quiçá, esteja ultrapassado. Não há entendimento de ser a interpretação correta e objetiva dos fatos. Não. É uma visão pessoal e, por isso, passível de tantas contestações que, com tranquilidade, acolho. Mas é, com sinceridade, a forma como encarei os fatos e procurei me conduzir diante deles. Era assim que pensava.

Registro, vinte e sete anos passados, porque entendo que a fala será sempre muito mais libertadora do que qualquer silêncio e tanto aprendemos com os acertos quanto com os erros.

A QUESTÃO

Esta obra parte da análise de duas práticas pedagógicas postas para tentar refletir sobre o possível projeto pedagógico que permita a um educador comprometido com a libertação dos oprimidos e a construção de uma nova sociedade interferir em um processo pedagógico dado.

A primeira prática, desenvolvida entre os anos de criação e os dois primeiros de funcionamento da Universidade Estadual do Ceará, em Quixadá, propicia uma análise da administração do pedagógico, enquanto que na segunda me detenho a analisar o pedagógico na administração de uma empresa, refletindo sobre a experiência do mandato do Conselheiro Representante dos Funcionários do Banco do Brasil S.A. nos Conselhos de Administração e Diretor, biênio 91/93.

A reflexão que se põe é como estabelecer um projeto que permita ao educador interferir em um processo de educação entre indivíduos com diferentes visões de mundo e de homem e como construí-lo coletivamente, fruto da interação de homens, por sua vez, singulares, diferenciados.

Assim, a partir de que ponto – em um processo de educação em que tantas e tamanhas diferenças interagem – se pode ter a pretensão de buscar um consenso ou concordância mínima necessária – sabendo-se que neutralidade é mito – sobre as concepções básicas – pressupostos e princípios – que constituam um projeto pedagógico que norteie a intervenção de educador e educandos.

Partindo do princípio de que o complexo real é mais rico e completo que o complexo pensado, que o ser é irredutível ao saber, que a ciência jamais encerra a realidade, analisam-se as duas práticas na perspectiva de chegar ao projeto pensado através do processo vivido.

Busca-se, então, - sem esquecer que neutralidade não existe – que pontos comuns (e onde encontrá-los) possam unir pessoas diferentes, singulares, com visões diferentes de homem e mundo. A natureza própria do homem, e que lhes é comum, encerra esta resposta.

Compreendido o homem como um vir-a-ser-mais-capaz de ação/reflexão transformadora da realidade, ele é entendido como um ser de carências e “fomes”, capaz de vislumbrar a distância que o separa do *status quo* a um *status* sonhado que sua própria natureza busca, na procura de um contínuo crescimento. Analisando este sonho, com atenção na vida real, distinguindo “a coisa em si” dos fenômenos que a manifestam, compreendida a realidade como movimento em totalidade e sempre grávida de seu contrário como possibilidade, a realização do homem se dá na felicidade compreendida como o estando-bem-com-o-estando-sendo-mais em contraposição ao estando-bem-com-o-estando-sendo que é a alienação que acomoda.

Movido pela ausência, pela felicidade que lhe é negada na sociedade de classes, o homem a constrói à medida do fazer-diferente, de fazer a diferença do que está posto no cotidiano.

O medo surge como um falso compromisso com a felicidade, assim como toda a sociedade posta a contradiz. O coletivo é visto, então, como a força transformadora que pode construir a felicidade: aponta para o extraordinário no cotidiano de uma sociedade egoísta e individualista e, no que explicita o medo e o compartilha, fá-lo perder intensidade individual, gerando reação coletiva.

Não há coletivo sem organização que é a força que se opõe à ideia de ordem que preside a pedagogia da dominação. Construir a organização das classes subalternas, fazendo-as passarem do estágio de classe em si para classe para si é a nova tarefa da pedagogia. Em síntese: das experiências postas fica a certeza de que um projeto pedagógico que o educador precisa ter para interferir em qualquer processo de educação há que ter seu ponto de convergência mínima, entre os que nele interagem, na natureza do homem. É-lhes comum a sede de felicidade que é buscada pela utopia de vir-a-ser-mais, que é o próprio estando-bem-com-o-estando-sendo-mais, ameaçada pelo medo e a alienação, mas que se constrói no coletivo, na tentativa de organização de uma classe para si, com a paixão que cria o novo: o extraordinário no cotidiano.

DA COISA EM SI E DE SUA REFLEXÃO

*Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
Existem as coisas
sem ser vistas?*

*O interior do apartamento desabitado,
a pinça esquecida na gaveta,
os eucaliptos à noite no caminho
três vezes deserto,
a formiga sob a terra do domingo,
os mortos, um minuto
depois de sepultados,
nós, sozinhos
no quarto sem espelho?*

*Que fazem, que são
as coisas não testadas como coisas,
minerais não descobertos — e algum dia
o serão?*

*Estrela não pensada,
palavra rascunhada no papel
que nunca ninguém leu?
Existe, existe o mundo
apenas pelo olhar
que o cria e lhe confere
espacialidade?*

*Concretitude das coisas: falácia
de olho enganador, ouvido falso,
mão que brinca de pegar o não
e pegando-o concede-lhe
a ilusão de forma
e, ilusão maior, a de sentido?*

*Ou tudo vige
planturosamente, à revelia
de nossa judicial inquirição
e esta apenas existe consentida
pelos elementos inquiridos?
Será tudo talvez hipermercado
de possíveis e impossíveis possibilíssimos
que geram minha fantasia de consciência
enquanto
exercito a mentira de passear
mas passeado sou pelo passeio,
que é o sumo real, a divertir-se
com esta bruma-sonho de sentir-me
e fruir peripécias de passagem?*

Eis se delineaia

*espantosa batalha
entre o ser inventado
e o mundo inventor.
Sou ficção rebelada
contra a mente universal
e tento construir-me
de novo a cada instante, a cada cólica,
na faina de traçar
meu início só meu
e distender um arco de vontade
para cobrir todo o depósito
de circunstâncias coisas soberanas.*

*A guerra sem mercê, indefnida
prossegue,
feita de negação, armas de dúvida,
táticas a se voltarem contra mim,
teima interrogante de saber
se existe o inimigo, se existimos
ou somos todos uma hipótese
de luta
ao sol do dia curto em que lutamos.*

(Carlos Drummond de Andrade – A Suposta existência)

Com Marx, o problema da Práxis, como atitude humana transformadora da natureza e da sociedade, passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é, para Marx, teórica e prática; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente. [...] Pode ocorrer, também, que a relação entre teoria e práxis seja consciente, sem que, por isso, tenha consequências práticas

revolucionárias. É o que vemos no caso dos filósofos críticos neo-hegelianos, que pretendem transformar a realidade efetiva por intermédio do mero exercício da crítica, por meio da pura atividade do pensamento. A atividade prática dissolve-se, assim, numa simples atividade teórica (Vázquez, 1977).

Uma concepção pedagógica inspirada no Materialismo Histórico e Dialético há que considerar como fundamental a relação teoria/prática. Desta forma, pretendi, neste trabalho, não as incursões vastamente teóricas que levam ao tradicional e abstrato *happy end* da transformação da realidade pelo mero exercício da crítica, mas que, vezes tantas, se dissolvem atônitas em contato com o real, não por inconsistência, senão porque entre o pensar e o fazer há de permeio distâncias incomensuráveis que só se diluem à medida que se tenta, se ajusta, se compreende melhor, se apreende e se aprende o que se pretende ensinar.

Procuro refletir, aqui, sobre duas práticas de que participei. Nenhuma das duas chegou a ser uma experiência em que se procurasse determinadamente aplicar, com rigor metodológico e ideológico, a teoria marxista do processo de educação.

Se em ambas – como em todo ato humano – se reflete e desenvolve um processo educativo, possuem, entre alguns pontos logicamente comuns, diferenças e peculiaridades que me levam a pô-las frente a frente, na análise.

A primeira experiência é a aqui denominada Uece/Quixadá. Trata-se do período de criação e de três anos (1983 a 1985) em que, como primeiro diretor da Unidade da Universidade Estadual do Ceará (Uece) em Quixadá, participei de um processo pedagógico entre rico e pioneiro, no qual me cabia **administrar o pedagógico numa unidade escolar.**

É uma experiência que se inicia com um movimento comunitário de criação e construção de uma faculdade de educação em um município do interior do Ceará – Quixadá – encravado na única região do estado que ainda não dispunha de escola superior para formação do magistério. O processo aí desenvolvido na criação da escola, já com um caráter pedagógico, vai ter imensa influência em sua futura história. Uma escola que pretende ser educativa a partir de seu processo de criação.

O objeto da segunda análise – aqui denominado Garef (Gabinete de Representação do Funcionalismo do Banco do Brasil) – dá-se no período de maio de 1991 a abril de 1993, em Brasília. Dele participei na qualidade de membro eleito do Conselho de Administração do Banco do Brasil, representando, naquele colegiado e no Conselho Diretor, todo o funcionalismo da casa. Vejo, na experiência em apreço, a oportunidade de desenvolver **o pedagógico na administração da empresa**. Um projeto que pretende ser educativo a partir da própria concepção de homem/mundo do titular do cargo e – presumivelmente – do grupo eleitor que aprovou nas urnas, o discurso eleitoral.

Estabelecer um processo pedagógico, neste caso, apresentava-se com um sério obstáculo. Havia que pensar uma forma de atingir 114.000 funcionários espalhados em praticamente todos os municípios brasileiros e ainda aqueles que servem nas agências do exterior.

Parto do princípio de que entre o “administrar o pedagógico” e “fazer o pedagógico na administração” não tenho mais do que simples peculiaridades que distinguem, nos dois experimentos, o “que fazer pedagógico”. E aqui defendo a convicção –

quase sempre esquecida – de que administrar o pedagógico há que ser sempre e em qualquer circunstância um ato pedagógico.

Preocupa-me, de fato, a relação entre o processo pedagógico em que nos inserimos e o projeto pedagógico que nos permite – na condição de educadores – interferir de fato e criticamente na transformação da realidade. Esta é a questão central.

Nisto se diferem as experiências: se, em Quixadá, a pretensão de um possível projeto pedagógico a ser estabelecido foi sendo ultrapassada, contestada e redefinida pelo processo vivido; em Brasília, já se alicerçava, desde o início, a pretensão de ir desvelando o projeto à medida do processo.

Um projeto pedagógico – seja qual for a sua natureza – tem por objetivo o ser mais de homens inacabados, concretos, submetidos a inúmeras condições e diferenças que, se não os determinam (vez que o homem possui uma dimensão de criticidade pela qual pode decidir apesar do que lhe está posto), com certeza os condicionam, pois a dimensão de historicidade a que está sujeito fá-lo suscetível às influências de tempo e espaço. Como diria Agnes Heller (1982): “Em suma, a nossa determinação social não condiciona por si só nossas ações, mas certamente as influencia de perto. [...] a liberdade, de certo, jamais é absoluta”.

Para Bloch, mesmo condicionado, o homem reinterpreta o seu determinismo. Para ele a realidade é, ao mesmo tempo, imperfeição e possibilidade, ou seja, a relatividade do determinismo. Melhor dizendo: antecipada pela consciência, a realidade é algo que existe, mas o é como o ainda-não, ou seja, a consciência humana tem a capacidade de antecipar a realidade afirmando-a como o ainda-não-sendo.

Esta dimensão de criticidade do homem, portanto, por mais que o isente de ser determinado por sua historicidade, não impede, entretanto, que por ela seja condicionado, dada, inclusive, a contraditoriedade da própria possibilidade. Com efeito, lembra-nos Paulo Freire a necessidade de o homem “ser capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (Freire, 1991). E acrescenta, reforçando a ideia da dimensão de criticidade do homem pela qual ele evita a determinação:

Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencionar sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar (Freire, 1991).

E mais adiante, entretanto, ratifica a dimensão de historicidade que condiciona o homem:

Se ação e reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir, isto não significa, contudo, que não estão condicionadas, como se fossem absolutas, pela realidade em que está o homem (Freire, 1991).

Não há, portanto, como construir, em momento algum, um projeto pedagógico, como algo definido, pronto e acabado; algo de que se estabeleçam, a priori, metas e objetivos, procedimentos e recursos, passos e prazos, o que negaria a singularidade e os diferentes condicionamentos de cada envolvido.

Como estabelecer, portanto, um projeto pedagógico que oriente um processo de educação entre indivíduos com diferentes visões de mundo e de homem? Como fazê-lo coletivamente, fruto da interação de homens, por sua vez, singulares, diferenciados?

Em *Pedagogia Latino-Americana: Freire e Dussel*, José Pedro Bouffleuer afirma:

A constatação das possibilidades de uma intervenção nos rumos da educação ainda não indica o sentido dessa intervenção. De fato, esse sentido não está posto, já que os agentes educacionais, como integrantes da sociedade, são portadores de seus próprios interesses, nem sempre convergentes. Mas sendo a educação uma atividade fundamentalmente coletiva, ela implica na construção de um projeto pedagógico. Este, por sua vez se justifica e adquire coerência quando referido a algumas concepções básicas ou idéias norteadoras. Em relação a essas concepções e idéias, que aqui chamaremos de pressupostos e princípios, deve estabelecer-se um certo grau de concordância de parte dos envolvidos na construção do referido projeto (Bouffleuer, 1991).

O autor continua:

Ora, princípios e pressupostos sempre têm a ver com as concepções e valores que constituem as 'visões de homem e de mundo' dos indivíduos. Nessas 'visões', inclui-se tudo que os indivíduos são como seres historicamente situados, portadores de interesses e necessidades as mais diversas. Por causa dessa diversidade de propósitos, a determinação de sentido da educação requer um processo de interação subjetiva que possibilite o consenso necessário em torno de algumas concepções básicas (Bouffleuer, 1991).

Ora, na análise comparativa das pedagogias de Freire e Dussel, Bouffleuer constata em ambas o caráter de atividade fundamentalmente coletiva da educação. Aclara-se que o educador, como tal, precisa intervir de forma transformadora neste processo, para isso necessitando de um norte que é um projeto pedagógico.

Este projeto pedagógico só se solidifica e toma corpo se coerentemente ligado a uma determinada concepção de homem e mundo minimamente consensual entre os sujeitos – educador e educandos – do processo. Aí a questão: em uma atividade coletiva, que consenso mínimo ou mínima concordância podem unir agentes diferentes e singulares, sabendo-se que neutralidade é mito?

A partir de que ponto – em um processo de educação em que tantas e tamanhas diferenças interagem – se pode ter a pretensão de buscar este consenso ou concordância mínima necessária sobre as concepções básicas – pressupostos e princípios – que constituam um projeto pedagógico capaz de nortear a intervenção do educador e dos mesmos educandos?

Busquei, na reflexão sobre a prática própria, a resposta a esta questão que se faz central. Entendo a prática como o encontro e a convivência com o complexo real que é tão real na sua essência como é real na forma fenomênica em que se apresenta. Importa ter claro que o complexo real é muito mais rico e completo que o complexo pensado, uma vez que o ser é irreduzível ao saber, ou seja, a realidade não será jamais encerrada pela ciência. Ela será sempre maior que o saber que dela se terá, pois o saber é simples aproximação do ser.

Só a prática pode dar ao sonho de ser mais de todo homem sua real dimensão e possibilidades de concretização. Só ela pode fazer a transposição do *status quo* ao *status* sonhado, ou melhor, ao processo sonhado, sem desprezar o essencial da realidade por não conseguir purificá-lo do fenômeno; nem o real do fenômeno por julgá-lo desprezível. Só a reflexão sobre esta prática pode, realmente, aclarar os caminhos humanos, contribuindo para o ser mais do homem.

Esta, entretanto, não é uma prática sistematizada, posta, organizada. Ela está difusa, melhor ainda, está sendo na cotidianidade da vida humana. Para Agnes Heller, o cotidiano é a vida de todo homem. Por outro lado o é do homem inteiro, com toda sua individualidade e personalidade. É heterogênea e, em sua significação e conteúdo, é hierárquica, ou seja, porquanto aponte para múltiplas direções, o faz de forma priorizada, embora espontaneamente. Para ela, “o homem nasce já inserido em sua cotidianidade” e “é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade” (Heller, 1989). Enfim, ele assimila as relações sociais ao tempo que assimila a manipulação das coisas. No grupo, ele aprende os elementos da cotidianidade. Por isso, “A vida cotidiana não está fora da História, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (*op. cit.*, 1989).

Nela, portanto, bebe o homem toda a sua reflexão filosófica que, porquanto seja uma não cotidianidade na tentativa de ordenar o desordenado, precisa se alimentar do cotidiano e nele se legitimar. Ou seja, por um movimento de imanência, imerge na realidade do cotidiano com toda a sua complexidade e, por outro lado, caracterizando um movimento de transcendência, ultrapassa, pela sabedoria, o cotidiano.

“Todo método consiste na ordem e disposição das coisas para as quais devemos dirigir o olhar do espírito a fim de descobrir a verdade” – pregava Descartes na sua Regra V. “*Omnia quae clara et distincta perceptio vera sunt*” confirmava (Descartes, 1989). O método de chegar, portanto, na visão racionalista, à verdade concreta era o analítico que consistia na redução das proposições complexas e obscuras às mais simples. A dialética, entretanto, defende o inverso: partir do mais simples para o mais complexo. Necessário entender as partes dentro da visão de totalidade que é mais abrangente.

Impossível, na prática dialética, chegar a um melhor conhecimento do real da escola, por exemplo, sem que se a perceba dentro de sua totalidade. Impossível qualquer projeto de transformação se aceitarmos as coisas como postas e não como processo que flui. “Rousseau – criticava Marx - não percebeu que o chão do homem não é a natureza, mas a história” (Marx *apud* Fernandes, 1984). Heráclito já sentenciara: “Nenhum homem se banha duas vezes no mesmo rio” (Heráclito, 1978), porque nem o rio é mais o mesmo e nem o homem é mais o mesmo.

Diante disto, havia que ficar claro que a escola – ou a empresa ou qualquer outro espaço em que se dê o processo educativo – que fenomenicamente se apresenta como necessidade do ser mais, precisa ser entendida de tal forma que se perceba que, além desta forma fenomênica de aparecer, ela encerra em si a contraditoriedade do real, ou seja, pode ser e não ser este espaço de crescimento. Assim como toda a realidade sempre grávida de seu contrário, se ela é espaço de dominação é também, contraditoriamente, espaço de libertação.

Identificar um aparelho ideológico da classe dominadora não nos deve levar a sua simples negação, mas a sua contra-ideologização, ou seja, buscar formas de pô-lo a serviço das classes subalternas, até porque a tomada do poder passa pela tomada dos aparelhos ideológicos, conforme Gramsci. A concepção aberta de ideologia que Gramsci nos deixa reforça este pensamento e nos traz a certeza de que urge depurar e superar o senso comum das massas, através do trabalho polêmico e crítico, ou melhor, faz-se mister organizar as classes dominadas, via uma filosofia da práxis que é a ideologia destas mesmas classes.

Ao educador – intelectual orgânico – compete esta missão. Longe de devassar vidas, não deixa de ser alguém que, de

alguma forma, intervém em muitas vidas. E sua intervenção não pode ser a do sacerdote, aquele que doa e conserva o “sagrado”, aquilo que está posto e definido, a imutabilidade. Esta, aliás, a imagem que dele tradicionalmente se faz, a de sacerdote. Mais que isto, há que ser profeta: aquele que denuncia o *status quo*, anuncia o novo, o que não é normal, o não convencional, o que não está colocado no cotidiano, o diferente, o vir-a-ser e aponta caminhos que superem estas distâncias. Lembra, a propósito, Rubem Alves, que este é tempo de poucos profetas e numerosos sacerdotes. E sacerdotes são aqueles que compactuam com o poder pela própria assepsia política de sua ação, pelo que se assentam às mesas de honra, enquanto, dissidentes, os profetas são mandados aos calabouços.

Aclara, entretanto, Garaudy que “o momento profético é um momento necessário de toda pedagogia, bem como de toda ação revolucionária” (Garaudy *apud* Gutiérrez, 1988). E é neste seu papel profético que o educador precisa intervir no processo pedagógico.

Perante estas ponderações, há que ter o educador a capacidade de ler, com seus educandos singulares e diferentes, no complexo real, as abrangências de um “núcleo comum” que possa constituir o germe de um projeto pedagógico – consenso mínimo e mínima concordância entre diferentes e que, sendo expressão da contraditoriedade do real, estabelece a comunhão das diferenças na possibilidade transformadora da realidade. Nesta busca, louvamo-nos em Guimarães Rosa:

*[...] o real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.*

A DOMINAÇÃO GRÁVIDA DE LIBERTAÇÃO: UECE/QUIXADÁ

A Unidade Acadêmica da Universidade Estadual do Ceará (Uece), em Quixadá – hoje denominada Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc) – nasceu Fundação Educacional do Sertão Central (Funesc). Esta fundação visava criar uma escola superior na região. Entretanto, já caminhou os primeiros passos abrindo trilhas de um processo pedagógico que depois seriam seguidas pela unidade acadêmica.

Ela surge nos idos finais dos anos setenta. Brota junto com um sentimento que perpassava quantos educadores fossem comprometidos com a transformação da realidade, no Brasil.

Passada a euforia ufanista do início dos anos sessenta, quando se acreditou, sob a égide do nacionalismo-desenvolvimentista, que a educação era o grande caminho de transformação da realidade nacional, sucumbimos, quantos sonhávamos uma sociedade diferente, sob o tácio da ditadura com suas baionetas e atos institucionais.

Bafejados por Bourdieu e Passeron, por Baudelot e Establet, e, por Louis Althusser, os ventos da Europa nos traziam a reação: a escola passava a ser vista como aparelho ideológico de Estado, pura e simplesmente. Se, – como dizia Marx – “o Estado é fundamentalmente uma dominação de classes” (Marx *apud* Fernandes, 1984); se, por um lado, o aparelho repressivo de Estado vinha diretamente dele e funcionava pela violência; e, por outro lado, o aparelho ideológico, onde se inseria a escola, forjava condições para que o dominado aceitasse e desejasse a dominação; então a escola era essencialmente má. Muito mais se acentuava esta visão quando se tratava da escola pública. Esta dimensão reprodutivista da escola, de inspiração estruturalista, cresce após o fracasso do movimento estudantil em 1968, época em que eram estudantes muitos dos que seriam os primeiros professores da Uece/Quixadá.

A epidemia da época que atacava todo educador “consciente” era a febre da educação popular, não formal, fora da escola. Era, na visão do momento, a única forma possível de se opor ao *status quo* e combatê-lo. Para isso concorriam – nos lembra Vanilda Paiva – além da expansão das idéias reprodutivistas e um movimento de revisão das posições tradicionais da esquerda, a “endemonização do Estado” (respaldado na experiência brasileira) e as encíclicas sociais de João XXIII – primeiro nome escolhido para a Faculdade de Quixadá – e que seriam assumidas depois pelo Concílio Vaticano II.

Apenas fora do sistema formal de ensino poderia medrar uma educação popular que realmente atendesse aos interesses das classes subalternas. Esta a visão dominante entre os educadores brasileiros comprometidos com a transformação da realidade que, além de tudo, se mostrava perigosa e difícil,

acentuando-se um maior controle e repressão do Estado em todos os setores da vida nacional.

Partimos de uma concepção diferente. Considerávamos que também à realidade de quantos aparelhos existissem, ideológicos ou repressivos, se poderia aplicar a lei dialética da contradição do real. Assim, a escola não poderia ficar imune a esta possibilidade. Necessário era saber navegar naquele oceano conturbado que se nos apresentava sob o signo da ditadura. Se era a escola um espaço privilegiado de reprodução da ideologia dominante, seria também ela excelente espaço de se a combater. Participávamos do pensamento mais tarde exposto por Miguel Gonzalez Arroyo (1987): “Não sou contra a escola, mas contra a lógica capitalista que move o sistema escolar e nega o direito à educação das classes trabalhadoras através da dinâmica social”. E, como ele, acreditávamos na possibilidade de termos uma boa escola capaz de prestar bons serviços à libertação das classes dominadas, desde que “enxertada na árvore vigorosa e florescente dos movimentos sociais” (Arroyo, 1987).

Este raciocínio resume a história desta unidade acadêmica que nasceu sob o signo da contradição; tem sido disputada, passo a passo, pela contradição de classes e tem estado viva – e tanto mais viva quanto mais se aguçam estas contradições – na luta aberta e clara das classes. De um lado a classe dominante que a pretende subjugar. De outro, a classe dominada que, nela, conquistou um espaço de mobilização e trânsito e, não aceitando perdê-lo, luta com todas as formas possíveis de lutar.

A história da Unidade Acadêmica de Quixadá tem início com a eleição, em 1972, do prefeito Aziz Okka Baquit, então pertencente aos quadros do MDB, quando a quase totalidade do estado elegia prefeitos da Arena. Começa, então, em uma

época em que o município era tratado a pão e água pelos governos estadual e federal, que centralizavam, em excesso, as arrecadações.

A equipe que preparou seu governo – anteriormente à posse – pôe a criação de uma escola superior como uma das metas de seu Plano Setorial de Educação, o que já foi prometido à população oficialmente em seu discurso de posse. Sem acalantar ilusões quanto a possíveis apoios em nível federal ou estadual, propunha-se o prefeito a criar uma faculdade municipal. Tendo aceitado o convite para coordenar, na ausência do titular, o Departamento Municipal de Educação e Cultura, conquanto me opusesse à ideia de uma faculdade municipal, não tive como evitar a mensagem do executivo aprovada pela Câmara Municipal, em maio de 1973, de criação, por lei, da Faculdade Municipal de Filosofia.

De minha parte – esta a razão da oposição inicialmente solitária – repugnava-me a ideia de que se gastasse com ensino superior os poucos recursos de uma prefeitura isolada e a quem competia, por força de lei e quase que com exclusividade, manter o ensino de primeiro grau elementar, para toda a população.

Mantive, portanto, minha posição contrária ao projeto, conseguindo revertê-lo quando, pouco depois, assumi a titularidade da pasta de Educação e Cultura.

No entanto, por ser a região do Sertão Central a única do estado que, à época, não possuía nenhuma escola superior de formação de professores, e por julgá-la essencialmente necessária à política de capacitação do magistério, sem o que não se poderia melhorar a qualidade de ensino, assumi o compromisso de lutar por outras formas e recursos para buscar seu funcionamen-

to. Com efeito, havia, à época, escolas superiores de formação do magistério em Sobral (região Norte), em Limoeiro do Norte (região do Vale do Jaguaribe) e em Crato (região do Cariri).

É a partir de aí que a futura faculdade de Quixadá ultrapassa a visão meramente burocrática da fundação de qualquer escola por lei ou decreto e atinge uma nova dimensão: a pedagógica. Entendemos que esta dimensão, assumida no decorrer da longa caminhada da criação, tem sido elemento fundamental no processo pedagógico pós-funcionamento, tendo criado condições e necessidade de um projeto pedagógico mais avançado.

Partimos, assim, para um trabalho de parto da escola por necessidade de política educacional integrada ao conjunto de metas estabelecidas para melhoria do atendimento da escola de primeiro grau; assumimos, por outro lado, uma conotação regional e não mais apenas e simplesmente municipal e criamos todo um processo pedagógico comunitário que envolve a população da região não apenas na luta por dispor os meios necessários à criação, mas também por discuti-la passo a passo.

Este processo é que vai, a pouco e pouco, levar as pessoas que nele se envolvem a um determinado sentimento de posse que se expressa à medida da participação e se consubstancia em movimentos de defesa e luta.

É desta discussão que se depreende, logo de início, que a própria criação da escola deveria ser postergada, tendo em vista a priorização de outras metas ressaltadas a partir da mesma filosofia que presidia aquela luta. Assim:

- Ampliamos a rede municipal de ensino de primeiro grau atingindo cerca de vinte e um mil matriculados.
- Adaptamos currículos, programas e calendários à realidade local.
- Em um trabalho da mesma forma compartilhado com a comunidade, interiorizamos o sistema de educação municipal, buscando uma melhor qualidade, criando cinco escolas de primeiro grau completo na zona rural, nas vilas de Choró, São João, São Luiz, Nova Vida e Custódio, além da encampação da escola de Banabuiú, à época mantida pela Fundação Maximiano Linhares. Conseguimos com estas escolas e outras de menor porte, através de um sistema de estímulo pecuniário, levar para a zona rural 79 professoras formadas pelo Curso Normal Pedagógico. Criamos bolsas de estudo para as não formadas que quisessem vir estudar na cidade. Aproveitamos a presença das formadas na zona rural para orientação e estudo das não diplomadas. Aliás, registre-se de passagem que esta atitude levou a um desenvolvimento tal das regiões atingidas que redundou, depois, no desmembramento do Município de Quixadá, criando-se Ibaretama, Banabuiú e Choró.
- Desenvolvemos, usando recursos e estrutura do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), um amplo movimento de alfabetização de adultos que nos valeu o prêmio de “Comissão Municipal Símbolo” outorgado pelo MEC que assim nos distinguiu como a melhor comissão municipal do país.

- Usamos o Projeto Minerva para acelerar o estudo de primeiro e segundo graus para adultos, estimulando-o em todo o município, o mesmo acontecendo, especificamente para o primeiro grau com o Projeto de Educação Integrada do Mobral.
- As professoras municipais – ditas leigas – em grande maioria, não tinham o primeiro grau. Solicitamos um tratamento especial – através do Programa de Educação Integrada – ao Mobral e que consistia em usarmos o convênio que previa realização em sala de aula, para distribuirmos o material didático a fim de que estudassem em casa, sob orientação esporádica das supervisoras de ensino. O Mobral não aceitou a forma diferente de fazer, o que nos levou a assinar o convênio como se em sala de aula estivessem reunidas e executarmos o processo da forma que havíamos previsto. O resultado surpreendente fez com que a coordenação estadual do Mobral quisesse saber o que de fato nos levava àquele patamar de aproveitamento, o que nos fez mostrar a nossa “desobediência”. Aí teve origem o Projeto Autodidatismo do Mobral, que teve assim, em Quixadá, seu nascedouro e primeira experiência.

Estas e outras ações estimularam o desenvolvimento do ensino público no município e a criação da escola superior deixa de ser um dado da vaidade regional ou interesse eleitoral mas surge como uma melhoria necessária deste mesmo ensino e a consciência de que o mais importante era oferecer o ensino fundamental a todos, com melhor qualidade. Substitui-se a visão de uma escola superior para o refinamento e a aquisição

de determinado *status* para poucos, pelo sentido de serviço à perspectiva mais ampla de uma educação do povo.

Evidentemente que nem todos a enxergavam assim. Por incrível que pareça, foi a contradição de classes a responsável não pela união, mas pela concorrência de todos na sua construção, bem como na luta pelo início das atividades. Como forma fenomênica de esconder sua essência, parecia claro a todos a necessidade de sua criação. Objetivos havia que a todos pareciam necessários:

Que ela seja um centro vital da região, que ela se volte para o nosso povo, seus anseios e suas dores, seus sofrimentos e suas perspectivas, suas deficiências e seus valores.

Que ela não se feche entre estas quatro paredes, mas estenda seus horizontes através das caatingas, buscando a felicidade do pobre agricultor sertanejo, herói esquecido, injustiçado, desestimulado.

Que ela olhe, acima de tudo, com um carinho todo maternal, as professoras leigas, essas heroínas que pagam para ensinar e dedicam toda a sua vida a repartir aos outros toda a luz que lhes foi dada.

Que ela seja um centro de capacitação e habilitação do professorado de 1º e 2º graus; um centro dinamizador da cultura e educação para a região; um centro de pesquisas de uma pedagogia própria, regional, usando os meios, os termos, o material do sertão e buscando soluções reais para seus problemas.

Que ela fixe o homem à terra, dando-lhe maior capacidade de ação, instrução e campo de trabalho e familiarize os profissionais com os problemas da região.

Que ela nos dê, enfim, a certeza de que uma comunidade unida, solidária e atuante, pode e deve resolver os seus problemas, sem ficar eternamente à espera dos favores comprometedores, mas modificando o meio, dominando-o e construindo seu amanhã.

O que afirmávamos no discurso de inauguração do prédio, em 6 de janeiro de 1980, não dividia as classes, porque ficava simplesmente na superficialidade do fenomênico, que era real, e na sua realidade a ambas interessava, mas não mostrava – pelo contrário – escondia a sua essência: a favor de quem estaria sendo.

Assim, permaneciam classe dominante e classes subalternas “com-correndo” para uma obra que fenomenicamente parecia a mesma, mas que, na essência, se deveria distinguir. Como se fosse um pacto de trégua na luta pela hegemonia. De um lado a classe dominante crente de que dali extrairia seus dividendos eleitorais e mais um espaço de controle e cooptação do que seria a nova elite intelectual da cidade. Talvez até uma visão ingênua de quem acostumado a cooptar cada recém-formado que, isoladamente, chegava à cidade, se julgava apto a ter como substrato e respaldo de sua ação política dominadora quantos ali se formassem agora. De outro lado, a classe dominada – cabeça feita pela ideologia dominante – na busca de um ponto de referência de algo que a fizesse “subir na vida”, ou seja, que a levasse a ascender aos degraus sociais que lhe dariam a oportunidade – máxime aos seus filhos – de “conviver” nos círculos de domínio da região.

Em síntese, concorriam ambas, pela força da ideologia dominante, para aquilo que nos vem de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes. [...] Todas as sociedades anteriores, como vimos, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas.

Mas, para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo (Marx; Engels *apud* Fernandes, 1984).

Na verdade, dada a força da ideologia dominante e a falta de organização das classes subalternas, assimilavam estas – classes em si mas não para si – o pensamento de classe dominante que, enfim, gerava na situação concreta a convergência.

Em meio a estas posições, acima consignadas, navegávamos nós – sonhadores – na expectativa de que poderíamos transformar a futura faculdade em um ponto de apoio à luta das classes dominadas que se organizavam em pequenas e distantes parcelas, no sindicalismo rural, na luta pela terra, e, mais tarde, no Partido dos Trabalhadores, nas Comunidades Eclesiais de Base, na Comissão de Pastoral da Terra, nos diversos e pequenos núcleos de resistência.

Foi usando essa “com-corrência” de classes firmada na superficialidade do fenomênico que avançamos, então, para a construção do que viria a ser a Faculdade de Quixadá. Assim, a 29 de setembro de 1976, a Lei Municipal nº 842/76 é aprovada na Câmara Municipal, revogando a lei que criava a Faculdade Municipal de Filosofia e criando a Fundação Educacional do Sertão Central – Funesec – que passaria a prover meios para a realização do sonho comum. Instalada a Funesec, sua primeira diretoria assim se constituiu:

- **Presidente:** Luiz Oswaldo Sant'Iago Moreira de Souza – Professor e funcionário do Banco do Brasil;
- **Vice-Presidente:** D. Joaquim Rufino do Rego – Bispo Diocesano;

- **1º Secretário:** Pe. Vicente Gonçalves Albuquerque;
- **2º Secretário:** Dr. Joacir Medeiros de Freitas – Médico da Fsesp;
- **Tesoureiro:** José Edílson de Araújo – Gerente do BEC.

São seus suplentes: Ir. Ana Valdênia Costa, Prof.^a Ana de Oliveira Barros, João Eudes Cavalcante Costa e Francisco Airton Lira Arruda (ambos funcionários do Banco do Brasil) e Luiz Evanildo de França (comerciante). Do Conselho Curador constavam os Drs. Antonio Ailson da Silveira Medeiros (advogado e diretor do Colégio Estadual), Antonio Moreira Magalhães (médico) e José Everardo Silveira (médico e deputado estadual). Como suplentes: Heitor Mesquita Aires (comerciante), Francisco de Assis Rodrigues Filho (funcionário do Banco do Brasil) e Aziz Okka Baquit (empresário e prefeito).

Criada a Funesc, sofremos, de imediato, o primeiro golpe: a proibição de criação de novos cursos superiores no país, pelo período de dois anos. Resolvemos, então, partir para preparar a infraestrutura necessária à criação da faculdade. Isto, entretanto, se tornava difícil num trabalho comunitário, sem perspectivas próximas de funcionamento. Foi um período difficilissimo em que pouco avançamos, a não ser no que seria a futura biblioteca, conseguindo inúmeras doações, quer de livros pedidos diretamente às editoras ou trazidos por populares, quer em dinheiro – como foi o caso do Banco do Brasil, que nos possibilitou a maior e melhor aquisição, através de uma doação de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), o que nos permitia dirigir a compra para as áreas dos cursos em vista.

Só em 1978 é que conseguimos a arrancada maior na luta pela infraestrutura. Em conversa, no Restaurante Belas Artes, com o Dr. Gerardo Gomes, ele nos prometia falar com seu pai – Joaquim Gomes da Silva, o popular Quinzinho – sobre a doação do terreno onde se encravava o antigo e desativado matadouro da cidade. Dias depois, Quinzinho nos confirmava a doação. Por outro lado, o ex-prefeito Aziz Baquit nos garantia, a título de empréstimo sem juros, o dinheiro necessário, semana a semana, como base para a realização da obra.

Partimos para resolver o primeiro problema: desalojar quatro famílias que moravam no antigo matadouro. Para isso conseguimos moradia provisória, organizamos uma gincana com colégios de 2º grau que arrecadaram em três dias o material necessário à construção de dez casas e, juntamente com mais seis famílias desabrigadas do bairro do Campo Novo, construímos suas novas residências em mutirão, em um terreno doado pelos Vicentinos e a Diocese de Quixadá. Partimos, então, para a demolição do antigo matadouro e o início das obras. Uma escola que se propunha estar a serviço dos oprimidos, tinha que prever este tipo de saída para problemática deste jaez e não aceitar simplesmente a proposta do juiz de ordem judicial de despejo das famílias envolvidas.

Em 13 de agosto de 1978, fizemos a solenidade de lançamento da pedra fundamental, abençoada pelo bispo diocesano D. Joaquim Rufino do Rego. Lançada a pedra fundamental, a obra se estendeu até janeiro de 1980 e apesar de todos os percalços e homéricas dificuldades só esteve paralisada uma única semana. Vale ressaltar que, ao iniciá-la, a Funesc tinha em conta Cr\$ 29,00 (vinte e nove cruzeiros) quando o gasto semanal beirava a casa dos Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros), em média, entre material e pessoal.

De então em diante, tornou-se mais fácil conseguir adesões em torno de doações de material, abatimentos de preços e promoções diversas como rifas, bingos, jantares, chás etc. Muitos foram os que contribuíram e alguns com uma força simbólica imensa, como o pai pobre entusiasmado após uma discussão no Grupo José Jucá e que queria contribuir com Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para o “futuro de seu filho”, ou a do grupo de estudantes do Grupo Escolar Adolfo Siqueira, que, juntando por uma semana o dinheiro de suas merendas, nos enviou Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

De volta de uma visita à Serra do Estevão, o governador Waldemar Alcântara teve seu caminho interrompido diante da obra por uma comitiva de mulheres que lhe pedia ajuda. De Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) foi a sua doação. Já se aproximando do final da construção, a própria administração municipal (Renato Carneiro) que até então resistia à ideia da construção da faculdade fez uma doação de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros). Por outro lado, o Deputado Everardo Silveira aprovava uma emenda na Assembleia de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Na inauguração, o então governador Virgílio Távora prometeu os mais de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) que saldavam todas as dívidas não pagas até então, com a construção e o mobiliário. De doação em doação, a obra estava realizada. Tratava-se de fazê-la funcionar.

Enquanto construíamos o prédio, não descuramos da ampliação da biblioteca, bem como iniciamos um trabalho de capacitação dos profissionais de formação universitária da região. Assim, organizamos dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, em convênio com a Fafifor, cujo diretor Prof. Antônio

Martins Colaço colaborava conosco na orientação do processo de autorização do CFE. O primeiro curso, Especialização em Metodologia do Ensino Superior se deu em 1979, e o segundo, Especialização em Tecnologia Educacional do Ensino Superior, em 1981.

Idas e vindas ao Conselho Federal de Educação nos alicerçavam a certeza de que, sem respaldo político, não conseguiríamos fazer aprovar os cursos. Passamos a discutir no âmbito da Funesc a agregação a uma das universidades existentes no estado.

Nossa história até então nos fazia vislumbrar a possibilidade de uma escola que fosse “diferente”. E para isto era preciso viabilizar a “possibilidade de ser diferente”. Ficava-nos claro que entre optar pela ligação à Universidade Federal do Ceará, à Universidade de Fortaleza ou à Universidade Estadual do Ceará não havia muito que duvidar: a última oferecia as melhores condições para esta “possibilidade de ser diferente”. Vivendo em um período de confusa organização, até certo ponto caótica, a situação da Uece desfavorecia o “momento da força e da coerção” do Estado, no dizer Gramsciano, em favor de uma “possibilidade” de funções educativas e ideológicas comandadas pela então sociedade civil. E a opção se deu pela Uece. Sabemos não ser exatamente esta a escola de que fala Gramsci, mas vale, por analogia, considerar seu pensamento. Maria Nobre Damasceno, em *Anotações para o estudo do pensamento pedagógico em Gramsci*, analisando o pensamento do filósofo italiano, afirma o seguinte:

Gramsci definitivamente não entende a escola como algo separado e, sim, como algo consciente da sua função hegemônica em relação à proposta partidária. [...]

Não vê a escola somente como um elemento da reprodução da ideologia dominante e, sim, vê nela um amplo espaço que deve ser compreendido dentro de sua contradição, dentro de uma luta que deve ser ganha pela classe trabalhadora.

A escola é um lugar onde a luta de classes se torna mais presente, e, se considerarmos o aspecto ideológico que lhe torna essência, notaremos que é lá que o homem se torna homem hábil para tomar posse de sua personalidade e de sua participação histórica. É lá, portanto, que ele deve tornar consciente a relação entre super e infra-estrutura, entre si e entre o jogo de forças das classes sociais. É lá que ele tem que aprender a ver-se como um processo contraditório a interferir concretamente e ajudar a mudar a história da civilização, os valores humanos universais (Damasceno, 1989).

Foi o recém-eleito Governador Gonzaga Mota que, contactado por nós, na fazenda do Deputado Everardo Silveira, autorizou, após tantos anos de luta, a encampação pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). O então reitor Pe. Luiz Moreira faz acontecer para Pedagogia e Ciências o primeiro vestibular, em fevereiro de 1983. Em 26 de abril de 1983, com professores contratados entre os participantes dos cursos de pós-graduação – enquanto se aguardava o concurso público – têm início as aulas. Só no segundo semestre é que usáramos o ardil de substituir o vestibular de Ciências pelo de História, conseguindo assim abrir um novo curso. No semestre seguinte, alegando a necessidade de continuidade dos cursos para atendimento dos reprovados, conseguíamos manter o vestibular para os três cursos.

Como não havia segurança alguma, entretanto, com relação à continuidade dos cursos e suas aprovações até então, ninguém ousava assumir a diretoria, pois se tratava de enfrentar uma luta renhida que poderia ser frustrada bem como desgas-

tar imensamente quem estivesse na direção. Desta forma, após algum tempo de resistência e de procura baldada por quem quisesse enfrentar a responsabilidade do cargo, assumi, *pro tempore*, as funções de diretor, dando início a um novo período da Uece/Quixadá: o seu funcionamento ilegal.

A partir então da articulação teoria/prática que nos era conferida por nossa própria história, estava aberta, até escancarada, uma pedagogia do conflito e da indignação, na Unidade da Uece/Quixadá. A partir deste “ponto de corte”, mais que escondia, o fenômeno manifestava a essência daquela escola: a favor de quem. Da classe dominada em confronto cada vez mais amplo com a classe dominante.

Não se tratava, apenas, de estudar os discursos revolucionários, de entender a necessidade de uma reforma agrária, de perceber que em toda sociedade há dominantes e dominados. Tratava-se de identificar, pela própria pesquisa dos estudantes, na sociedade local, por exemplo, quem dominava ou quem era dominado, de que formas concretas a ideologia dominante penetrava e fazia a cabeça dos dominados e de quanto os discursos revolucionários não nos eram simplesmente mecanismos de catarse, através dos quais desabafávamos a dor da consciência e em nada contribuíamos para a mudança do *status quo*. Pelo contrário, era preciso identificar formas concretas de luta para se opor a estas situações. Tratava-se de identificar, por exemplo, no debate com a prostituta, a professora leiga, o lavrador e a doméstica, que não havia motivos de celebrar a libertação dos escravos de Quixadá, a 24 de maio de 1983 – aludido centenário. Esta discussão nos levava a publicar que a permanência de trabalho escravo era real e não havia por que celebrar a aparência do fato, senão difundir a necessidade de organização

da classe trabalhadora ou denunciar o processo fraudulento da Constituinte que se aproximava. Tratava-se de denunciar a opressão existente nas escolas de primeiro grau, os mecanismos de domínio sobre elas exercidos pela classe dominante – o que fazíamos através de um trabalho conjunto das disciplinas de Introdução à Universidade e ao Curso, Introdução à Filosofia e Metodologia do Trabalho Científico que, juntas, organizaram o Seminário “Consciência Crítica, Educação e Mudança”. Tratava-se de trazer para dentro dos nossos muros não apenas a discussão sindical, ou do problema de ocupação da fazenda Monte Castelo, ou dos Planos de Emergência das Secas, mas de trazer, no confronto direto com a polícia e o poder local, para o território mediador da universidade, camponeses perseguidos e espancados na prefeitura, dar-lhes assistência e engrossar-lhes as fileiras, manifestando de público nossa solidariedade no cerco à prefeitura e no ato público diante da polícia armada para a repressão.

Tratava-se, enfim, de tomar partido. E ter “consciência de sua função hegemônica em relação à proposta partidária”. Estar “dentro de uma luta que deve ser ganha pela classe trabalhadora” (Damasceno, 1989).

Sem dúvida que este processo histórico da criação da faculdade, bem como o primeiro semestre com professores que viveram este momento e o transmitiram ao primeiro grupo de alunos, foi fundamental na formação da vida acadêmica a partir do segundo semestre, que se inicia após quatro meses de interrupção das aulas, em luta pela realização do concurso público e a contratação dos professores aprovados. Este sentido de luta se alicerçou ainda mais porque ao final do primeiro período de aulas já o poder local exigia da reitoria da Uece a minha

demissão da diretoria, uma vez que as atividades do primeiro semestre haviam escancarado o rosto oculto da escola, no processo de contradição de classes. O fato não se consumou por intensa mobilização dos estudantes, funcionários, professores e inúmeros segmentos da comunidade. Era a primeira luta concreta dos estudantes e era fundamental vencê-la – o que me foi colocado pela escritora Rachel de Queiroz envolvida no acontecimento pelos próprios estudantes, diante de minha relutância em permanecer.

Levados por este processo, o que pretendíamos, a estas alturas, de todos nós – alunos, funcionários, professores e direção – era que aprendêssemos a nos vermos, à medida de nossa articulação teoria/prática pedagógica, “como um processo contraditório a interferir concretamente e ajudar a mudar a história da civilização e os valores humanos universais”.

As páginas finais da *Miséria da Filosofia*, Karl Marx nos mostra a necessidade da organização da classe trabalhadora. Assegura-nos que a luta social leva à luta política que dela decorre. E, por fim, nos mostra a necessidade da passagem da consciência de classe de “classe em si” para “classe para si”. E termina por citar Georges Sand: “O combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está invencivelmente posta” (Marx *apud* Fernandes, 1984).

As lições de Karl Marx acima resumidas não nos chegavam apenas, àquele instante, com o relativo sabor do discurso teórico escrito e degustado em discussões acadêmicas. Vinha-nos pelas asas de uma prática concreta, de uma vivência real. Vinha desnudo, porque só a prática é capaz de desnudar e revelar a essência de qualquer discurso. Sentíamos incrivelmente posto que era a luta ou nada. A luta de classes estava clara, sem

subterfúgios posta: de um lado a Unidade da Uece em Quixadá, inserida na luta maior da classe trabalhadora; de outro, os chefes políticos da região, os detentores do poder dentro da Universidade Estadual do Ceará, a rádio local e a manipulada opinião pública que se tentava reverter agora contra nós.

A bem da verdade, não podemos deixar que transpareça uma ideia de que este ponto de corte se dá apenas após início das atividades letivas. Aí se deu realmente a separação de águas, mas esta convivência com o claro-escuro de uma situação em que o fenomênico e o real se entrelaçavam, misturando classes em momentos alternados de convergência e divergência já vinha acontecendo máxime nos três anos em que, pronto o prédio, as aulas não se iniciavam. Retrata-o bem este trecho do discurso que fizemos representando o povo de Quixadá diante do governador, reitor da Uece e outras autoridades estaduais e municipais, no dia 26 de abril de 1983, na aula inaugural da Uece/Quixadá:

[...] Se é de festa este momento e festa quer dizer alegria, festa significa abraços e sorrisos, por que me assaltam as lágrimas os olhos, por que me dói bem fundo o coração?

E se de alegria há de se fazer este momento, por que solução bem dentro uma tristeza?

Fácil se faz sorrir para quem chega ao som da festa. Fácil alegrar-se quando reina a música, quando vibram palmas, quando explodem vivas. Difícil, bem difícil é construir este momento. Difícil é tirar do nada, confiado apenas na boa vontade de poucos, o muito que aqui se fez. Difícil é ter vivido este momento há dez anos atrás quando criávamos a Faculdade Municipal de Filosofia que não poderíamos jamais fazer funcionar numa época em que, carente de recursos e de ajuda de outras esferas governamentais, o município não se podia aviltar retirando verbas do primeiro grau que é de to-

dos para aplicá-las em favor das elites que ainda são quantos chegam aos bancos universitários.

Difícil foi abdicar daquele sonho para criar a Fundação Educacional do Sertão Central – Funesc – a fim de que ela provesse, com trabalho comunitário, os meios de construir este prédio, de montar esta biblioteca, de realizar dois cursos de pós-graduação para preparação de professores e de financiar tantas idas e vindas esbarradas tantas vezes nas estruturas burocráticas do Conselho Federal de Educação.

Difícil foi chorar só, numa noite fria em Brasília, num quarto de hotel, desilusão de mais um ano perdido, porque os formulários do Conselho mudados poucos dias antes do prazo fatal não eram distribuídos para o Nordeste, atendendo à política interesseira da outra metade do país.

Difícil também foi substituir as alegrias de uma quase alcançada autorização pela leitura de um decreto presidencial que proibia a abertura de novos cursos. Difícil foi esperar tardes a fio nas ante-salas da Uece para nem sequer ser atendido. Difícil ouvir promessas entusiasmadas que jamais seriam cumpridas.

E pedir? Pedir tudo? Sempre pedir? O terreno. O dinheiro. O material. E se árdua foi a fase de construção, quando a comunidade acreditava, quando muitos esperavam, em muito pior se constituíram os três anos seguintes, com tudo pronto e fechado, sustentando funcionários e obrigações sociais – que, ainda hoje devemos em parte – com as ajudas acompanhadas tantas vezes de piadas e cobranças de quem já não tinha mais em quem acreditar nem por quem ou por quem esperar.

Mas, nestas voltas pelo tempo, também de repente, fui buscar nos longes do passado, uma cena de criança: mamãe trabalhava e cantava. E a canção que mamãe cantava era tão bonita que me foi entrando pelos ouvidos, pela mente e pelo coração. E de tanto ela cantar e de tanto ouvi-la, foi se aninhar, com ternura, no mais íntimo de minha alma. E, de repente, quando a dor me assalta, quando me assaltam

as desilusões, quando se avolumam as decepções, quando as dificuldades crescem e cresce o mundo ao meu redor, quando muitos exigem palmas pelo que fizeram e me vejo tantas vezes assumindo, só, o que não deu certo, ela me vem do passado e, no alisar de meus cabelos, dedilha em minhas lembranças as canções daquele tempo:

‘Para que chorar o que passou,
lamentar perdidas ilusões,
se o ideal que sempre nos acalentou
renascerá em outros corações?’

(Charles Chaplin)

Para que chorar o que passou? Para que chorar as noites em claro pelas contas por pagar? Para que chorar as injustiças que pisavam o peito e cortavam lá dentro? Para que chorar os momentos de estar só? De não ter ninguém? De ter contra a gente aqueles mesmos que nunca poderiam estar contra? Para que chorar o desespero de querer andar e não poder? Para que chorar os dedos acusadores que nos martirizam? Que nos interpretam com insinuações malévolas? Que nos acusaram tantas vezes de ser empecilho ao funcionamento, de querer cargo ou ambicionar títulos, ou de simplesmente nos havermos acomodado? Para que chorar o que passou? Para que chorar se, enfim, é festa? Se os críticos hoje estão aqui e se dão parabéns? Se hoje eles porfiam pelos primeiros lugares e vão até nos aplaudir a fala? Para que chorar o que passou? As ilusões se perderam nas voltas das estradas empoeiradas, distantes. Importa mesmo é que renasça, em outros corações, “o ideal que sempre nos acalentou [...]

Com efeito, o tom do desabafo já demonstra o que foram os tempos angustiantes que permearam a distância entre a inauguração do prédio e o início das aulas, em 1983. As críticas que se multiplicaram neste período devido ao não funcionamento da escola já tendiam a dizer da necessidade de alinhamento ao poder dominante como única forma de fazer

deslanchar o processo. Havia que renunciar a toda uma história de luta. O próprio discurso acima citado mostra um confronto direto com estes críticos que são acusados de naquela hora quererem ocupar lugares de destaque como colonizadores que se apossassem de terras recém-descobertas.

Na realidade, com o início das aulas o que aconteceu foi o envolvimento de toda a comunidade universitária neste confronto, muitas vezes dividindo famílias que tinham filhos na faculdade defendendo estas ideias, mas que, por outro lado, ou por laços de amizade, ou empregatícios, ou políticos, eram manobrados pelo poder local. Era, agora, a explicitação do conflito fenomenicamente escondido.

Se, de um lado, a Unidade da Uece/Quixadá se envolvia nos problemas locais, marcando presença em debates, atos públicos e embates diversos; se estava sempre presente em todos os acontecimentos sócio-políticos da cidade, máxime nos confrontos entre classe trabalhadora e poder local; também, por outro lado, tomava iniciativas como as de ir aos bairros discutir a situação política e qualidade de vida da população, organizar encontros sobre saúde, educação, etc., apresentar peças teatrais que criticassem a realidade e fornecessem dados para o debate popular. Mais que isto: havia uma determinação clara de ligar o ensino à extensão e à pesquisa. E muito do que era pesquisado na vida da população, nas escolas, na zona rural, nos confrontos fundiários, nas CEBs, nos órgãos governamentais e até nas zonas de meretrício, era debatido, estudado, dissecado, teorizado em sala de aula e produzia, quase sempre, algum movimento de extensão que trouxesse retorno à pesquisa e aos pesquisados.

Há exemplos marcantes:

- O trabalho conjunto entre professores de Introdução à Universidade e ao Curso, Metodologia do Trabalho Científico e Introdução à Filosofia, levou a uma pesquisa nos métodos de ensino do Colégio Waldemar Alcântara, ligado à diocese. O colégio, tido como modelo na cidade, teve desnudada a atuação de alguns professores que usavam métodos de repressão física violenta, desconhecidos pela própria direção da escola. Além do seminário “Consciência Crítica, Educação e Mudança”, houve todo um trabalho de discussão dos métodos de ensino com pais, alunos, professores, diretoria e mantenedora, que redundou em profundas mudanças no colégio.
- Os seminários sobre Saúde Pública, coordenados por uma turma de Metodologia do Trabalho Científico, cuja professora era também funcionária da direção regional do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) em Fortaleza, levaram as autoridades municipais de Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu, bem como as entidades ligadas à saúde e outras, quer sindicais, quer associações de bairros, quer clubes de serviço, a se comprometerem com as iniciantes Ações Integradas de Saúde, fazendo a região partir na frente no âmbito do estado. Tais seminários eram organizados pelos próprios estudantes como parte prática da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico.
- Os alunos de Introdução à Universidade e ao Curso de Pedagogia tiveram também como trabalho prático a montagem de uma peça estreada a 1º de maio,

sobre a questão fundiária e o desemprego. Peça simples, ao gosto popular, passou a ser um tema para debate do problema em toda a região.

- O curso de História da Educação Brasileira para uma turma teve um desenvolvimento diferente. Numa demonstração clara da importância do estudo, os alunos tiveram garantida pelo professor a nota máxima para todos, no primeiro dia de aula, mostrando-se que aquilo não era o importante. Importante era o estudo da disciplina relacionado com a prática. Paralelamente ao estudo e à pesquisa bibliográfica havia também a de campo e o trabalho que se estabelecera era a elaboração de quatro peças teatrais em grupos. Divididos em quatro grupos, foram escolhidos os compositores Edu Lobo, Chico Buarque, Geraldo Vandré e Luiz Gonzaga para que suas músicas abrissem os enredos criados. Cada grupo adotou as canções de um autor e escreveu uma peça teatral – depois encenada – onde relacionava conteúdo estudado à vida prática da população da região e às canções. O resultado é que todos os alunos atravessaram boa parte das férias para complementar o trabalho, indiferentes à questão de tempo ou de nota e empolgados com o que faziam.
- Os debates, palestras, seminários como o de Pesquisa Participante ou os de Educação nos mesmos três municípios em que se fez o de Saúde, ou sobre Teologia da Libertação, Conjuntura Nacional, Diretas Já e outros, quase sempre tinham início numa necessidade descoberta na sala de aula ou na pesquisa

e eram elaborados em cima de uma conclusão prática em que se visava transformar alguma realidade concreta. O mesmo acontecia com as Semanas de Psicologia onde se pesquisavam os temas que interessavam à juventude local para estabelecer o debate e se buscavam conclusões práticas, ações a serem estabelecidas ao final de cada seminário como a reprodução de campanhas sobre drogas, por exemplo, nas escolas da cidade.

- A Cartilha de Estudos Sociais de Quixadá, elaborada por alunos de Didática dos Estudos Sociais, levou-os não apenas a pesquisar a história, a geografia, mas também os problemas sociais do município, bem como a experimentar, em salas de aula do primeiro grau, o fruto deste trabalho.
- Um semestre de Introdução à Educação trabalhou o conteúdo da disciplina associado a uma pesquisa prática nas zonas de meretrício da cidade, levando-se os alunos a perceberem toda a repressão que se abate sobre as prostitutas, bem como a participarem da organização de ações de saúde, prevenção e educação. Outra turma, a partir da leitura e análise de um texto de Engels sobre *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* em que descreve a cidade operária de Manchester, pesquisou os bairros de periferia das cidades em que moravam, na região, concluindo-se o trabalho com a apresentação das pesquisas diante das representações organizadas dos bairros e das autoridades de quem se exigia compromissos depois cobrados e executados. Este tipo de estudo associado à realidade, não de raro, levava os alunos até então

desvinculados de qualquer ação a assumirem posições e se integrarem em trabalhos sócio-políticos. Uma turma de Prática da Produção Pedagógica – cadeira criada a pedido dos próprios alunos, para o último semestre, como forma de amarração dos conteúdos estudados no curso, – resolveu reescrever as histórias tradicionais de literatura infantil, trocando a ideologia dominante subjacente pela ótica do oprimido, o que os levou à experimentação da tarefa com crianças de escolas de primeiro grau que criticavam as diferenças das histórias. O mesmo foi feito, escrevendo-se histórias tendo como tema ditados populares que pregavam normalmente a acomodação, mas trocando o seu conteúdo ideológico, o que levou uma criança de 9 anos a sugerir, na experiência, que o título fosse posto em forma interrogatória, dada a percepção de dúvida que para ele se estabelecia.

- Uma das experiências mais interessantes foi a montada em cima de uma inspiração nascida do programa autodidatismo do Mobral. Procurando lhe dar o cunho regional que ele não tinha, os alunos de Introdução à Educação preparavam aulas radiofônicas quinzenais de cerca de cinco minutos em que nada se afirmava: apenas se questionava um tema ligado à vida do povo. Diversos grupos espalhados pelo município, num trabalho conjunto com a Secretaria de Educação Municipal, acompanhavam as aulas pelo rádio e depois debatiam o assunto, tirando conclusões práticas de ações. Suas conclusões e dúvidas nos vinham de retorno trazidas, por cartas, pelos caminhões em cujos pontos de parada na ci-

dade foram postas urnas coletoras. Este material era revisto, comentado e as experiências sugeridas eram socializadas. Um erro estratégico, entretanto, garantiu pouca vida ao processo. Ao terceiro mês da experiência, uma aula radiofônica sobre direitos humanos fez com que a rádio local se recusasse a transmitir o programa que assim se findou, deixando lições para os alunos-mestres e, para alguns daqueles grupos, o costume de se reunirem e o embrião de algumas associações de moradores.

As cadeiras de Prática de Ensino eram normalmente baseadas na elaboração de seminários e cursos que, após pesquisada sua necessidade em um determinado público-alvo, eram preparados e ministrados, gerando ações ou com alunos dos Cursos Normais, ou professoras municipais ou com outros segmentos, tanto em Quixadá como em outros municípios da região, em muito contribuindo para o aperfeiçoamento das pessoas envolvidas.

- As discussões sobre Saúde Pública e condições de saúde na vida do município levou à criação de um Curso de Especialização de Assistentes de Enfermagem em que se procurou além de formar novas assistentes de enfermagem, capacitar aquelas que assim funcionavam nos hospitais da região, sem maiores conhecimentos da profissão. Com duração de um ano, o curso trouxe uma sensível melhora a este tipo de atendimento.
- Quando, através do jornal *O Povo*, a Uece lançou o curso *O Que é Filosofia*, como primeira promoção da Universidade Aberta, a Unidade de Quixadá realizou

amplo movimento nas comunidades que lhes estavam ligadas, no sentido de estimular o estudo da filosofia. O resultado de um esforço em que se abriu, inclusive, aulas e orientação aos cursandos das comunidades, é que cerca de 60% dos aprovados foram pessoas que o fizeram através da nossa Unidade. Além de se proporcionar à comunidade a possibilidade de um aprofundamento na reflexão sobre a realidade, pelo estudo da filosofia, e estreitar os laços da escola com o povo, ainda se passou a ganhar a presença de populares em diversas aulas que lhes despertavam interesse.

- Algumas ações internas reforçaram a visão político-pedagógica atrelada a um projeto pedagógico. Assim, durante este período, evitou-se de todas as formas, por uma ação artesanal da diretoria e um trabalho de conscientização dos estudantes, que eles usassem o instrumento da matrícula por créditos, reforçando-se assim a ideia de turma, partindo na contramão da reforma universitária da ditadura. Isto foi de suma importância no decorrer das diversas lutas. Uma outra experiência ainda, neste sentido, que se manifestou importante, foi a recuperação da antiga “prova oral”, tratada de uma forma totalmente diferente. Sentavam-se professor e aluno a debater sobre as leituras prévias e os conteúdos e a relação com a prática estabelecidos no decorrer do semestre. Isto permitia um acompanhamento individual do desenvolvimento de cada aluno muitas vezes aprovado sob compromisso de fazer/refazer determinadas leituras completando-lhe as lacunas expostas ali.

Enfim, o que se tinha sempre em mente é que a integração ensino-pesquisa-extensão tivesse uma relação íntima não apenas interna, mas com a realidade local. Assim, não havia na Universidade, em Quixadá, aquela constante preocupação de projetos de pesquisa e extensão muito mais preocupados em conseguir verbas para tal do que em fazer algo ou estabelecer esta ligação. Com simplicidade, mas com uma visão política concreta se fazia muito mais e de uma forma muito mais enriquecedora pela integração das três funções da universidade.

Presidindo todas estas ações, bem como muitas outras, a ideia de luta, de conquista e de organização da classe trabalhadora. Repudiava-se sempre aquela mentalidade tradicional do sertão nordestino do braço pedinte, mas se inseria sempre, em todos os momentos, a necessidade da luta organizada.

Evidente que tudo isto levava a reações na comunidade, por parte do poder local que se sentia questionado, incomodado e vendo crescer uma conscientização política que lhe poderia ser prejudicial e que, na realidade o foi, porque, sem sombra de dúvida, as transformações que a Uece/Quixadá encabeçou vão colaborar mais tarde, em 1992, para a eleição do PT para o governo municipal.

Por outro lado, este contato com a realidade manifestava-se muito mais educativo do que a sala de aula, ou, pelo menos, servia como uma confirmação prática das teorias ensinadas, o que as corroborava. Mais que isto, era este contato com a realidade que levava os alunos a se integrarem nos movimentos e partidos políticos, bem como na vida sindical – em especial no PT, partido que despontava como o diferente – e que levava o poder local, bem como o poder universitário, a acusar a direção da Uece/Quixadá de proselitismo político.

Algo que concorreu imensamente ainda, tanto para este crescimento como para engrossar as acusações acima citadas, foi o desenvolvimento do Movimento Estudantil.

Ainda no primeiro semestre de funcionamento foi criada a Associação Universitária do Sertão Central (Ausc) que deu início às primeiras atividades estudantis. Foi ela, inclusive, que organizou a primeira resistência à interferência do poder local, quando da tentativa, ainda no primeiro semestre, de destituir a diretoria. Rapidamente os estudantes organizados – apesar de poucos (apenas duas turmas) – prepararam um movimento que envolveu toda a comunidade, saindo vitorioso e afastando a tentativa por, praticamente, dois anos. O Movimento cresce, entretanto, quando em 10, 11 e 12 de maio de 1985 se realiza em Fortaleza o 1º Congresso dos Estudantes de Pedagogia da Uece. Organizado pelo Centro Acadêmico da Uece/Fortaleza com o pretexto de estudar a interiorização da universidade, o evento, na realidade, se destinava a obrigar os estudantes do interior a participarem do Centro Acadêmico de Pedagogia da capital, numa tentativa eleitoreira e de manutenção do poder. As sete unidades então existentes no interior (Quixadá, Itapipoca, Crateús, Redenção, Ipu, Ubajara e Cedro) podiam levar uma representação votante de até 10 membros, cada. Fortaleza comparecia com o poder de voto de 70 membros. Logo de início a delegação de Quixadá que era a única do interior completa (Itapipoca tinha sete votantes; Crateús, três; e as outras um ou outro votante) se destaca na discussão do Regimento Interno do Congresso contestando aspectos éticos e mesmo técnicos, conseguindo mesmo modificá-los sensivelmente. No segundo dia de debates, consegue ainda reverter a pauta que se havia preparado para que a discussão sobre o interior se desse em dois grandes grupos: um do interior, podendo Fortaleza

optar por participar da discussão em qualquer equipe. Como a maioria de Fortaleza resolveu participar da discussão com Quixadá e voltou empolgada para o plenário pelas diferenças pedagógicas colocadas e flagrantes, a votação final foi toda ela favorável à delegação quixadaense que a estas alturas conseguia também a adesão de Itapipoca e Crateús. A plenária final aprova a proposição de Quixadá: as unidades do interior que quisessem teriam seus próprios centros acadêmicos; as demais seguiriam a proposta do CA: atrelar-se-iam ao da capital, com direito a um vice-presidente.

Este congresso teve uma importância especial: as três unidades que resolveram ter movimento estudantil independente, constituindo seus próprios centros acadêmicos (Quixadá, Itapipoca e Crateús), foram exatamente aquelas que conseguiriam enfrentar, juntas, a luta pela sobrevivência, manutenção dos vestibulares, aprovação dos cursos e persistem ainda hoje. As demais, simplesmente acabaram. Apesar de defender os Centros Acadêmicos independentes, a representação quixadaense defendeu, pela unidade dos estudantes da Uece, a manutenção de um só Diretório Acadêmico.

Outro fato importante é que, a partir deste Congresso, houve uma mudança total nos Centros Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes da capital. As oposições se organizaram e aconteceu um novo incremento no movimento estudantil.

Importa ainda salientar que após o Congresso, organizaram-se os três centros acadêmicos de Quixadá: o Centro Acadêmico Luiz Oswaldo (Calo), da Pedagogia; o Centro Acadêmico em Luta por uma História Autêntica (Calha), da História; e o Centro Acadêmico de Ciências do Sertão Cen-

tral (Cacisc) que tiveram extraordinária importância nos anos seguintes da Uece/Quixadá, máxime na defesa do reconhecimento dos cursos pelo CFE.

Fruto ainda desta organização, as delegações de Quixadá aos Encontros Estaduais de Estudantes de Pedagogia (EEEPe) e Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia (ENEPe) se apresentaram sempre com destaque, trazendo para a unidade a realização do EEEPe de 1986 e, após Crateús em 1987 e Itapipoca em 1988, novamente Quixadá em 1989. É em Quixadá ainda que se realiza o 1º Encontro Estadual de Estudantes de História.

Mais tarde, após a participação aguerrida em tantos movimentos na comunidade, é ainda esta organização que serve de base para apoiar a criação da Associação dos Professores Municipais do Interior do Ceará (Apromice), mais especificamente o Calo em um primeiro momento e o Calha mais tarde. Ainda sob influência da organização estudantil é que vão surgir mais tarde os Encontros das Unidades da Uece no Interior (Euecin) realizando-se o primeiro e o terceiro em Quixadá. Fundamental ainda dizer que todos estes eventos tiveram sempre bandeiras de luta que depois eram perseguidas pelo movimento. Importante também foi a unificação de movimentos através da criação do Movimento Unificado dos Centros Acadêmicos (Mucas) que reunia Calo, Calha e Cacisc. Foi decisiva a aliança dos movimentos estudantis de Quixadá, Itapipoca e Crateús pela aprovação, mais tarde, pelo Conselho Federal de Educação dos cursos ali existentes, bem como para a sua continuidade e o retorno dos vestibulares cancelados.

Ainda a repercussão alcançada pelo movimento estudantil de Quixadá será decisiva mais tarde para a escolha do pri-

meiro diretor da unidade para ser o candidato dos estudantes, apontado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uece, à Reitoria da Universidade Estadual, conseguindo em apenas uma semana de campanha ser o mais votado no voto direto e o terceiro mais votado na proporcionalidade, mas, acima de tudo, impedindo uma eleição de chapa única, sem oposição e que se consagraria com uma enorme representatividade.

Todo esse processo de luta política desenvolvido pela Uece/Quixadá tinha respaldo num processo pedagógico interno que o estimulava. A abertura para os acontecimentos externos facilitava a iniciação dos estudantes nestes movimentos políticos. A persistência em criar um clima de decisão coletiva interna estimulava o desenvolvimento dos princípios democráticos. As assembleias em que se decidia, com a participação de todos, as linhas gerais de administração da unidade foram excelentes escolas de argumentação, de lógica, de negociação política, de conscientização e delas muito se aprendeu também à medida dos erros. Paralelamente a isto, o clima que se procurava criar era fundamental. A biblioteca era mola central dos estudos. A pesquisa bibliográfica era incentivada e exigida, quer em estudos individuais, quer em estudos em grupo. A pesquisa e a extensão estavam permanentemente ligadas ao ensino. E a atmosfera era de liberdade e alegria, regada a teatro, música, shows, coral, dias de confraternização, esportes. Outro dado importante era a ousadia de gerar o novo. Cadeiras que não existiam no currículo eram criadas em debates com os estudantes e passavam a constar do programa, sem obrigação, evidentemente, mas com excelente aceitação, como foi o caso das cadeiras Método Paulo Freire (ainda na ditadura militar) e Prática da Produção Pedagógica.

Vale salientar que este clima que envolvia todos os professores e professoras fez com que se mantivessem unidos e num bom nível de trabalho conjunto, apesar das diferenças existentes, mesmo ideológicas, o que só vai aparecer conflitantemente após este período quando se estabelece um processo agressivo de transferências para Fortaleza, como uma manifesta intenção de esvaziar o grupo. De aí em diante o grupo resistente, muito embora permanecendo em Quixadá, passou a ser relegado e desprestigiado pelas direções em suas atividades. Convém ressaltar que parte do professorado que a partir de aí assume em Quixadá já o faz em plena busca de influência política que garantisse a transferência para Fortaleza, o que gera uma mudança sensível na forma de relacionamento com os estudantes e a comunidade e a dificuldade de assumir um projeto pedagógico permanente. Significativo ressaltar ainda a permanência dos ex-alunos no dia a dia da escola, prestando todo apoio às iniciativas deste grupo e influenciando a esta posição os atuais alunos.

Convém aqui ressaltar a postura do educando que assumíamos cada um de nós que nos envolvíamos neste processo na condição de educadores. Realmente, muito aprendemos, principalmente a partir de nossos erros que se evidenciavam com clareza, dada a abertura para a crítica existente e o clima de camaradagem que nos permitia mais facilmente sua percepção. O coletivo era nosso grande mestre. E aí vale repetir com Pistrak:

[...] é evidente que o professor individual, abandonado a si mesmo, não encontrará solução para muitos dos problemas que lhe são colocados, porque a construção dessas soluções deve ser um labor coletivo que resulte da análise coletiva do trabalho na escola (Pistrak *apud* Rossi, 1982).

Muitas vezes, a discussão do coletivo nos surpreendia com uma interpretação nada condizente com o que pessoalmente avaliávamos sobre o acerto de nossos atos e decisões. Além disto, a discussão coletiva dos princípios pedagógicos e disposições de ensino inibia o fato muito comum de se estabelecer um nível de cumplicidade entre certos professores e estudantes, quando as ações são resolvidas isoladamente.

Esta postura de educadores que aprendíamos no e com o coletivo não pode ser encarada, entretanto, como a segurança de estarmos sempre – juntos ou separados – tomando a melhor decisão. Só o distanciar-se no tempo e/ou espaço nos concede ver, às vezes, a face diferente do ocorrido. O processo – por ser processo – não se mostra a nós inteiro e estanque. Só o tempo já vivido pode ser melhor compreendido. Assim, lembramos Sócrates: “Quando descobri todas as respostas da vida, mudaram-se as perguntas” (Sócrates, 1974).

E constatamos com Belchior: *Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais.*

Talvez nos tenha faltado o tempo suficiente para amadurecermos com a prática certos conceitos advindos da teoria que dissecávamos. Talvez não tivéssemos uma consciência suficientemente crítica para percebermos que a consciência crítica não é para ninguém, sequer para o coletivo, um estágio definido e completo da existência, como de resto também não o é pronta e definida a autonomia de qualquer grupo. Esta, como aquela, é conquista permanente na história que é um processo de vir-a-ser-cada-vez-mais. Não é um “foi”, um “é” ou um “será”. É um “sendo” permanente. Talvez por isso não nos tenha ficado clara na nossa também “relativa ingenuidade” a lição de Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada (Marx; Engels *apud* Fernandes, 1984).

Subestimamos esta luta, a partir de dado momento. Não nos preparamos o suficiente para ela. E, por mais que tenhamos resistido diretamente ao opressor que assim se apresentava, não tivemos forças maiores para o embate com a opressão quando ela nos atingiu travestida ideologicamente na cabeça dos próprios oprimidos. Em nome do coletivo que sempre defendemos, optamos alguns por ceder posições, quando a maioria do coletivo se decidiu por raciocínios ideologicamente fabricados nos laboratórios da opressão. Isto se deu claramente quando a mudança de direção que encerra o período de nosso estudo aconteceu. Premido pelos políticos locais, donos do poder, o reitor da Universidade decide substituir a direção, fazendo assumir o cargo um professor de Fortaleza que colaborava com a Uece/Quixadá, ministrando disciplina para a qual não tínhamos titular. Aguardava as férias escolares para evitar reações. Descoberta a trama, o coletivo reunido solicitou ao aludido professor que não aceitasse a indicação. Aceitaríamos todos um processo eleitoral. O professor reiterou seu compromisso com o poder local. Iniciou-se a pressão sobre a reitoria. Cinco meses de vigília, incluindo-se as férias. Por fim, o reitor chega a um acordo: eleição, lista sêxtupla e compromisso pessoal de nomear o mais votado. O colégio eleitoral se constituía de todos os professores, oito estudantes eleitos e três funcionários também eleitos, conforme o estatuído pela Universidade. O poder

local convocou os estudantes que tinham vínculo empregatício (ou seus parentes) com a prefeitura e os obrigou, sob ameaças, a formar uma chapa de oito nomes para concorrer à eleição. Formada a chapa, houve um acordo interno deste grupo que lhe garantiu quatro votos apenas, mantendo-se incógnitos os que haviam votado contra, nesta manifestação oculta de protesto. Ao fim do dia que elegeu o colégio eleitoral (estudantes e funcionários), diante do resultado, o reitor quis cancelar a eleição do dia seguinte. Recusou-se a comissão eleitoral, presidida pelo Prof. Petrola, mais tarde reitor, impondo-se diante do reitor, mostrando-lhe a lisura do pleito e o que denominaram “espetáculo de cidadania”. Valeu o fato, inclusive, de a comissão eleitoral ter sido nomeada pelo próprio reitor e toda ela constituída de professores de Fortaleza, absolutamente imparciais na questão. Com a ausência do professor escolhido candidato pelo poder local, se deu a eleição no dia seguinte. A tática eleitoral discutida previa que os oito estudantes votariam apenas em um nome (o próprio diretor), os três funcionários votariam nele e em outra professora que no caso de não cumprimento do acordo seria o nome de negociação; e os professores fechariam uma lista sêxtupla com estes dois e mais quatro nomes. Assim, o mesmo diretor foi eleito pela unanimidade dos votos do colégio eleitoral, seguido da referida professora, com oito votos a menos e dos outros quatro empatados, três votos após a segunda colocada. Parecia tudo definido e ganha a luta. O reitor, diante da negativa dos outros cinco de assumir o cargo, suspende arbitrariamente as aulas. Após dois meses de mais luta, o diretor eleito leva à consideração do coletivo a possibilidade de se candidatar à Constituinte, o que o faria renunciar à lista, passando a luta a ser pela nomeação da segunda colocada, o que aparentemente resolveria o impasse. Aprovada a sugestão pelo

coletivo, o diretor renuncia à lista, mas a reitoria, diante da coesão do grupo continua pressionada para não nomear a segunda colocada. Foi aí, após mais tempo de luta e vigília que a ideia de não perder férias por atraso de aulas, a ideia de “reconciliação com a opinião pública da qual precisávamos” e cuja cabeça era feita pelos meios de comunicação a serviço dos dominantes e ainda a ideia de que não poderíamos marchar divorciados de uma reitoria aliada aos poderosos, nos levou a concessões que pareciam “mínimas” e “sem importância”, porque disso nos convencia a ideologia dominante: a nova direção – pela qual lutávamos – para assumir, teria que percorrer os gabinetes dos dominantes – “forma de deixar tudo por esquecido”.

Esta nossa ingenuidade e falta de leitura do processo histórico, aliada à não compreensão da fragilidade de alguém tratando isto isoladamente, nos levou a entregar a cabeça à guilhotina, pelo amor à paz, pela “necessária harmonia de classes”. O resultado foi a mudança repentina de rumo, apesar da resistência continuada mas fragilizada pelo sentimento de derrota de quem subestimou o adversário. Não atentáramos para a lição de Marx e Engels, na *Mensagem do Comitê Central à Liga de março de 1850*:

A atitude do partido dos trabalhadores revolucionários, em face da democracia pequeno-burguesa é esta: marchar com ela contra a fração cuja derrota é desejada pelo partido; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira fixar sua posição em proveito próprio [...] Seu grito de guerra deve ser: a revolução permanente! (Marx; Engels *apud* Fernandes, 1984).

Por outro lado, outra deficiência percebida residiu numa boa dose de espontaneidade na condução do processo. Esta limitação exerceu, paralelamente, certo fascínio e certas dificuldades no amadurecimento do processo. Evidente que muito disto foi se corrigindo à medida que se adiantava o processo pedagógico e o coletivo tomava consciência de sua necessidade de autocritica, o que não significa negar que, houvesse uma base teórica mais sólida e uma consciência mais crítica da realidade, teríamos cooperado de forma melhor e mais coerente o projeto a que, no processo, de forma velada e não explícita nos propúnhamos. Se, de um lado, o clima do coletivo até certo ponto contrabalanceava e equilibrava um pouco esta tendência, por outro não chegava a evitar sua influência nas decisões do próprio coletivo, até por ser uma tendência acentuada das pessoas que pugnavam pela própria ideia do coletivo.

Creio, no entanto, que muito do “próprio” de cada um, ainda assim, se dissolveu no coletivo, não como perda mas como em um processo de enriquecimento mútuo, a partir também da reflexão que nos levava, pouco a pouco, àquele “reaprender a falar” sobre que disserta Rubem Alves: o rever nossos conceitos, preconceitos.

Houvesse, no entanto, uma maior consistência no que concerne a uma “teoria pedagógica revolucionária” teríamos tido uma melhor e mais eficiente “prática pedagógica revolucionária” capaz de melhor se opor às estratégias da classe dominante e melhor trabalhar com a classe trabalhadora no sentido de hegemonia, com uma visão menos folclorística, para usar o conceito gramsciano, e mais da filosofia da práxis.

Saliento, outrossim, que o fator tempo foi decisivo quanto ao maior ou menor aprofundamento desta realidade e dos conceitos que dela brotaram para nossa aprendizagem.

Analizando Gramsci, Maria Nobre Damasceno reitera o que se segue:

A filosofia da práxis nasce de um modo especial de conceber o homem e o mundo. É esta concepção clara e localizada no seu tempo que é a função dos intelectuais, não os intelectuais de “profissão”, mas sim aqueles pertencentes a um novo tipo de classe de intelectuais que tenha fundamentalmente em vista a elevação do pensamento popular que comumente está difuso em diversas concepções, a elevá-lo a uma concepção de mundo mais real e concreta, unitária, coerente, científica e universal (Damasceno, 1989).

E conclui:

Tendo em vista esta colocação, podemos inferir a respeito do intelectual/professor. Ele deve estar engajado e ver a classe trabalhadora, conforme é explicado anteriormente na concepção de partido, como a futura classe dirigente e seu comportamento deve se orientar neste sentido – o de capacitá-lo para tal. Para que o operariado assuma sua função de dirigente é preciso que possua os elementos intelectuais necessários que lhe garantam este poder. Deve, portanto, abandonar uma concepção folclorista do mundo e assumir uma concepção mais universal. Mais crítica e filosófica (Damasceno, 1989).

Esta passagem do senso comum à consciência filosófica da realidade imprescindível à classe trabalhadora para a conquista da hegemonia, não é sequer manifestada na escola tradicional. No máximo, ela nos veio travestida em teorias dogmáticas que terminavam por ser um acúmulo de palavras sem o respaldo e a força de uma prática pedagógica realmente revolucionária. Tratava-se, portanto, para nós, professores e direção da Uece/Quixadá 83/85, de nos reeducarmos, num verdadeiro processo de “educação contra a educação” que até então nos fora imposta.

E o fizemos, em parte, tateando e chegando, como diria
Guilherme Arantes:

Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas aprendendo a jogar

Ou afirmava Geraldo Vandré:

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Foi assim que, juntamente com nossos alunos, fizemos todos um imenso esforço no sentido de sermos um “intelectual do novo tipo”, o “intelectual orgânico” que estava tão encarcerado dentro de nós quanto a sua ideia brotou dos cárceres italianos onde, embora preso, Gramsci mantinha a liberdade de pensar. E foi também este “crescer junto” que solidificou um imenso elo afetivo entre os que, apesar de todos os revezes posteriores mantiveram acesa esta chama. É que partilhamos juntos desta paixão sem a qual o “saber não se faz história política” como reafirmava Gramsci. Concluímos com o que, em sua análise do princípio educativo em Gramsci, dizia Manacorda (1972):

Um programa escolar ou – como acrescentará mais adiante, retomando uma expressão inicial desta nota – um ‘princípio educativo e pedagógico original’; é assim que Gramsci coloca a escola no centro da dupla ação da hegemonia (em direção aos intelectuais e às massas), sublinhando a importância que têm, para o sucesso dessa ação, um programa escolar e um princípio educativo.

De aí em diante, o que se tentaria fazer, a partir do período analisado aqui, era passar a ideia – vendê-la até – de que a luta deveria ceder lugar à conciliação. De nada nos adiantaria o exercido poder de reivindicação e luta que nos fizeram chegar até lá. Era preciso concordar com o poder instituído para vislumbrar os auxílios, ajudas, doações sempre prometidas, quase nunca concedidas. A faculdade de Quixadá passava, pouco a pouco, ao rol da mesmice: batizar salas com nomes ilustres, homenagear pessoas importantes para a ótica dominante, ocultar sua história e pagar o preço das pazes celebradas com o poder.

O projeto pedagógico que se construía, na cotidianidade, à medida que o complexo real vivido acenava para um caminho de luta política que divisava o estágio almejado de felicidade ampliada, com mínima concordância entre os interagentes do processo, passava a definhar, de início, ainda forte na resistência; depois, timidamente, vez por outra, ressuscitado; e, finalmente, com a saída dos alunos da época e, mais tarde, dos professores resistentes, vencido pela mesmice.

As facilidades entreabertas, de então, quer pelo poder local, quer pelo poder universitário, não fizeram avançar sequer a qualidade de ensino, a despeito do que acontecia nos anos de luta.

Restou uma marca, porém. Aquela que fez com que ainda hoje seja a Feclesc uma diferença na Uece. Permanece, apesar de tudo, uma unidade ainda com um determinado sentido de luta na consecução das metas a que se propõe. O maior fruto se concretizou na mudança de rumos políticos da região, e no engajamento dos ex-alunos da época nos diversos segmentos do movimento social ou nas diversas entidades ligadas à educação, onde têm influenciado positivamente no sentido de transformar realidades opressoras.

Entendemos, com clareza, que esta experiência nos traz transparentemente algumas conclusões:

- Um processo de educação é popular não por seu atrelamento ao Estado ou por sua natureza pública, ou ainda pela característica da não formalidade; faz-se popular um processo de educação quando seu projeto pedagógico define, na práxis, a favor de quem está sendo: a favor das classes subalternas.
- Há que se perseguir, neste processo, com a clara consciência das limitações do estar-sendo-mais de educadores e educandos dialeticamente rachados pela contraditoriedade de nossa criticidade e historicidade, a coerência entre teoria e prática.
- Ou o movimento geral garante as conquistas da classe trabalhadora na escola ou, mais cedo ou mais tarde, elas serão dominadas pela ideologia dominante.
- O educador que não tem a coragem de romper com a “sacralidade” de suas funções e formas de vida estatuídas pelo poder e assumir o papel profético de anunciar o “diferente”, correndo não o risco mas a certeza das consequentes perseguições; aquele que teme enfrentar a própria “desinstalação”; não será um agente transformador da realidade.
- O que, enfim, dá sentido ao papel do pedagogo é a consciência de sua limitação em mudar a realidade, grávida esta limitação do seu poder de interferir parcialmente nesta mudança, com a certeza do valor de seu papel multiplicador de agentes de transformação no seio da sociedade – que esta, sim, mudada – pode garantir uma nova e diferente escola.

Enfim, esta não foi uma experiência montada para aplicar os princípios pedagógicos do Materialismo Histórico e Dialético. Mas, bem ou mal, de alguma forma estes princípios nortearam, conscientemente às vezes, por decorrência normal dos acontecimentos, o que foi um processo pedagógico da Uece/Quixadá, no período 83/85. Um processo pedagógico que se instaurava numa realidade em que "não dá pra ser feliz", buscando um projeto que talvez se expresse na concretização do sonho último de todo homem: o "sem medo de ser feliz". Um processo que compreendeu a necessidade de remover os obstáculos classistas à felicidade e entendia que, por isso, a educação não poderia ser neutra e assim buscava caminhar dentro de um princípio maior que se expressa no projeto de *João e Maria* de Chico Buarque:

*[...] E pela minha lei
A gente era obrigada a ser feliz*

DO SABOR E DO SABER NA CONSTRUÇÃO COLETIVA DA CIDADANIA: O GAREF

*Quando a gente canta
Somente
Aquilo que a gente sente
Profundamente
Não há lugar nenhum para a canção doente
Porque a alegria se derrama quente
Pois
Quando a gente canta
A alegria
A força da canção explode
Se irradia
É como a luz do sol
Sendo a luz da gente
É como a luz da gente
Sendo a luz do dia.
Ô oi Felicidade
Eu quero andar na vida
Namorando você
Por todos os caminhos onde
Descobri
Que apesar de tudo
O meu povo sorri
Ô oi felicidade
Meu coração não mente
Quando canta e diz
Faço exatamente o que sempre quis
É muito importante
Que eu seja feliz*

(Gonzaguinha – Felicidade)

Enquanto na experiência da Uece/Quixadá se tratava da administração de um processo pedagógico escolar, a vivência do Garef se caracterizou como uma forma de realizar um amplo processo pedagógico, a partir da administração de uma empresa do porte do Banco do Brasil S.A.

Se afirmamos que aquela não foi uma experiência montada para aplicação dos princípios pedagógicos do materialismo histórico e dialético mas que, de alguma forma, conscientemente ou não, por eles foi norteada; nesta outra, muito embora não se possa também dizer que houve esta finalidade, estes princípios pedagógicos nortearam de uma forma bem mais consciente e consistente a ação desenvolvida. No mínimo, poder-se-ia dizer que havia uma intenção clara de manter, na ação, coerência com estes princípios e uma tentativa de traduzi-los dentro de uma realidade não dantes imaginada. Inusitada, em todos os aspectos, há que se perceber desta experiência alguns detalhes significativos: uma tentativa de realizar um processo pedagógico fazendo interagir muito mais do que os cerca de cento e quatorze mil funcionários da ativa, por ser um processo que tocava também aposentados, muitas vezes familiares e até futuros admitidos; um processo fadado a correr na contramão de todos os movimentos institucionais; algo com a marca – até exagerada – da utopia – por não vislumbrar, de início, formas eficientes de atingir este universo de pessoas espalhado por todo o território nacional e ainda nas agências do exterior, em todos os continentes; um processo, enfim, em que se sabia, de antemão, ter-se-ia de navegar muitas vezes contra aqueles de cujo apoio não se poderia prescindir – os próprios representados.

Se não uma experiência de todo inédita, porque outras empresas já haviam elegido seu representante do corpo funcio-

nal em um conselho de administração ou diretor, quis sê-la pela utopia de fazer do mandato um processo pedagógico de amplo espectro. Para uma análise mais acurada desta experiência é preciso entender inicialmente de que se trata.

Há algum tempo, o movimento sindical bancário vinha lutando por uma representação do funcionalismo do BB na sua direção. A luta contínua, entretanto, não apresentava resultados positivos. Na gestão do presidente Camilo Calazans, numa jogada politicamente hábil, ele atende à solicitação como concessão sua e estabelece as normas a serem seguidas. A representação não se daria no conselho diretor, conforme se pleiteava, mas no conselho de administração que se reúne esporadicamente e não toca o dia a dia da instituição. Quanto à escolha do representante se daria em quatro turnos. No primeiro, o presidente do banco indicava um determinado número de convencionais. No segundo, estes convencionais elegiam, entre si, os dez que participariam da eleição. No terceiro turno, os dez escolhidos disputavam o sufrágio direto de todo o funcionalismo do banco. O quarto turno era a homologação pela assembleia de acionistas, (onde quem decide é o representante do governo) do nome escolhido entre os três mais bem votados do turno anterior. Em qualquer hipótese, o candidato vencedor teria sido, desde a primeira parte do processo, um indicado pelo presidente. O mandato seria de três anos. O conselheiro assim eleito participava das reuniões do conselho de administração com direito a voz e voto. Mais tarde, já eleito o primeiro representante, lhe foi estendida a participação com direito a voz, sem voto, no conselho diretor.

O primeiro pleito, apesar dos protestos expressos por enorme quantidade de votos brancos e nulos, elegeu o administrador do centro de processamento de dados mais importante do banco, o de São Paulo. Ora, o próprio processo, como estava posto, não conferia uma maior representatividade ao cargo, o que levou a uma gestão que passou despercebida de grande parte do funcionalismo e sem força de reação que a levasse a se impor e lutar por condições efetivas de funcionamento.

Para o segundo pleito houve uma intensa mobilização, entretanto, do movimento sindical que, através da executiva nacional dos funcionários do Banco do Brasil, negociou com o então presidente Alberto Policaro, já no governo Collor, mudanças no processo. Além da possibilidade de eleição de funcionário não comissionado, desde que já o tivesse sido em algum tempo, a grande modificação se deu no processo eleitoral do primeiro turno. Deixava de ser uma escolha do presidente do banco e passava a ser uma eleição em que cada área de superintendência – (que, com exceção do Amapá que era unido ao Pará, correspondia aos estados da federação) – elegia um para cada 5.000 funcionários ou fração que tivesse. Assim, São Paulo elegia cinco candidatos; Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul elegiam três; Paraná, Bahia, Santa Catarina e Distrito Federal elegiam dois; e os demais estados um candidato apenas, perfazendo-se um total de 39 eleitos convencionais que escolheriam entre si os dez que iriam para o terceiro turno em todo o Banco, como no processo anterior. Aí residia a estratégia do movimento sindical; eleger a maior parte dos trinta e nove, nos estados, para garantir na convenção e assim consagrar uma lista de dez, todos envolvidos e compromissados com o funcionalismo e não com a direção da empresa.

Aquilo que se apresentava a mim, então, como uma participação em um processo eleitoral com vistas a colaborar com a estratégia do movimento sindical, pouco a pouco, foi se transformando na realidade de sair de Quixadá – onde exercia a mais simples função do Banco do Brasil – para o conselho de administração da empresa, em Brasília, onde exerceria suas funções maiores.

Vencida a eleição do primeiro turno, no âmbito do estado do Ceará, pelo apoio recebido do sindicato dos bancários, tratava-se, agora, de participar, em Brasília, da convenção do segundo turno. O banco, entretanto, percebendo que o movimento sindical de fato havia construído a maioria da convenção, tentou reverter o processo, o que se deu inicialmente pela impugnação de alguns candidatos, entre os quais eu me incluía. Demandou-se, então, um longo processo que atrasou em um ano o novo mandato que, desta forma, foi reduzido a apenas dois anos, crescendo-se um ao do antigo conselheiro.

Enfim, reiniciado o processo eleitoral, e recebendo o apoio da corrente Articulação Bancária do movimento sindical, majoritária, bem como a adesão das demais tendências ligadas ao PT, fui eleito com ampla maioria dos votos no terceiro turno em todo o território nacional e no exterior. Dada a grande diferença entre o primeiro e o segundo colocado (este ligado ao PCB e ex-presidente do Sindicato de Brasília) não restou alternativa à assembleia geral: fui homologado.

Apesar da força do movimento sindical – mais especificamente das correntes petistas que me apoiaram – um ingrediente novo também foi de extrema importância no resultado da campanha, bem como o será na descoberta de um norte para o mandato: a coragem de romper com a tradicional linguagem

sindical eivada de chavões e vestida de um rancor permanente. Esta linguagem tradicional era corajosamente substituída por versos que iam de Geraldo Vandré a Carlos Drummond de Andrade e, por mais que denunciassem as misérias de uma sociedade de classes, eram um convite terno e esperançoso à união de forças dos oprimidos na tentativa de conjuntamente começarem por mudar a realidade, sem a empáfia de quem se julgava, de logo, vitorioso, mas com a tenacidade de quem busca um caminho. Não era o discurso rancoroso de quem condenava uma situação porquanto não a dominasse, mas o discurso enternecido e humano de quem acreditava na possibilidade de uma mudança que fosse muito além das mudanças de mão do poder. Este tipo de discurso, de início ouvido complacentemente pelas lideranças sindicais vigentes, teve uma imediata ressonância na massa do funcionalismo, neutralizando possíveis reações, máxime em se tratando de um discurso eleitoral, quando interessava ganhar votos e enfrentar a máquina que o banco havia armado para fazer desta uma eleição menos representativa possível. Só após a posse e o trabalho iniciado é que algumas reações aconteceram, mas foram também abafadas pela ressonância que teve na massa esta forma de dizer.

Com a posse no cargo, me foi destinada uma sala num lado isolado do prédio principal do banco, dois andares acima do presidente. Mobiliada, a sala dispunha de seis linhas telefônicas. Nenhum assessor sequer. Nenhum antecedente, nenhum apoio. Cercado pela nata da burocracia do banco, sentia agressivamente ser o alvo de inúmeros preconceitos: era nordestino, do interior, do PT, da CUT, do sindicato e tinha posto efetivo (Quixadá ficou famosa no banco – a princípio pelo desprezo; depois, à medida que crescia na opinião geral, fiz questão de ressaltar sua imagem).

Nesta situação de isolamento, havia que começar um imenso e desafiante trabalho. Imaginava-o com um viés pedagógico que também não seria pensado pelo movimento sindical que me elegera, nem mesmo pela massa dos eleitores que representava.

Entendia, entretanto, que havia de desempenhar uma ação que fosse, ao mesmo tempo, de administrador e de educador. Não poderia desenvolver o papel que me imaginava de administrador da empresa pela ótica do funcionalismo que representava, não desempenhando também este papel de educador destes mesmos funcionários que, conquanto se organizem, não deixam, por vezes, de ter uma visão distorcida da realidade em que se inserem.

Miguel Gonzalez Arroyo lembra que a construção de uma nova sociedade se dá a partir da construção de um novo saber, de uma nova cultura, de uma nova concepção de mundo e dos próprios sujeitos desta construção. Alerta ainda para o fato de que a simples detenção do saber não garante o controle do poder, o que se dá por uma conjugação de fatores e que há outros espaços – negados à classe trabalhadora – em que a classe dominante aprende, reflete, estrutura e reestrutura o pensamento burguês. É a impossibilidade de construção e estruturação de seu pensamento que alija a classe trabalhadora do poder. Para ele, o núcleo do educativo reside no processo de aquisição de uma identidade coletiva que a classe trabalhadora forma nas diferentes lutas sociais e políticas em que constrói sua cidadania. Por isso, ele relativiza a escola à medida que afirma a não redução do processo educativo ao processo de escolarização. Pelo contrário, para que não defina, defende que a própria escola seja “enxertada na árvore gigantesca e florescente dos movimentos sociais” (Arroyo, 1987).

A classe trabalhadora precisa se perceber como classe e como sujeito histórico e cidadão, o que, em outras palavras, é a passagem de “classe em si” para “classe para si”.

Garantindo que a educação básica do povo, na história moderna, não passou pelo sistema escolar, defende que há uma pedagogia que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e político-organizativa. Assim: “Os processos educativos, a consciência de identidade, a visão do real, da história, da natureza não esperam a escola para se desenvolverem” (Arroyo, 1987). E ainda: “Processos sociais são acompanhados de mudanças nas formas de pensar o real e de interpretá-lo” (*op. cit.*, 1987).

Dizendo da necessidade de construir a teoria pedagógica da formação do homem não só na escola, mas no social, no real e na escola apenas como parte deste real, defende ainda Arroyo que o *locus* real do educativo está no movimento social e na escola somente por ser parte desse movimento. E é categórico: “A competência do educador tem como pré-requisito básico a capacidade de entender muito bem por onde passa o educativo na sociedade” (Arroyo, 1987).

Educador eleito para representar o corpo funcional do Banco do Brasil nos seus conselhos de administração e diretor, percebe, de logo, que haveria, por necessidade, de tentar construir, em conjunto, esta descoberta da cidadania do funcionalismo através de um projeto pedagógico pelo qual adquiríssemos uma “identidade coletiva”, desvelando uma pedagogia que, na empresa, se construiu à medida do fazer a história, nas lutas comuns, na prática produtiva e político-organizativa em que estávamos inseridos.

Assim, sobreponha-se uma reflexão pedagógica. Que tipo de saber se deveria socializar? Como fazê-lo aprender/apreen-

der pelo funcionalismo e até que ponto? Como e de que forma estabelecer uma comunicação real e consistente com meus representados, nesta situação de ensino-aprendizagem? Como navegar entre o criar laços de comunicação com o funcionalismo e romper com barreiras que lhes eram próprias, apontando o novo? Esta a reflexão que se impunha como ponto de partida. Enfim, de que princípios pedagógicos me valer?

Estávamos a um ano do início do governo Collor e o banco havia passado, neste primeiro ano, por uma verdadeira tempestade no que concernia a sua tradicional política de recursos humanos, através do que se convencionou chamar “Projeto Novo Rosto”. Agências fechadas, funcionários arbitrariamente transferidos ou destituídos de suas comissões, acontecendo tudo da noite para o dia. Feita toda esta reviravolta que envolveu o funcionalismo num clima de desespero e revolta e ao mesmo tempo um imenso temor, cai o presidente Policaro e é substituído – coincidindo com a minha chegada – pelo presidente Lafaiete Coutinho, que, na Caixa Econômica Federal, havia demitido alguns milhares de servidores.

Estava assumindo num momento de total descrença do funcionalismo que fora pisado, violentamente pisado. Muitos que haviam estabilizado suas vidas, fixado residência, se estabelecido com suas famílias, viam-se, repentinamente, movidos por um processo sem critério algum, transferidos ou colocados em disponibilidade – algo sem precedente na história do banco e jamais considerado pela nossa cultura. Em meu primeiro pronunciamento oficial na diretoria, usei versos de Gonzaguinha para expressar este momento e o sentimento que a muitos dominava:

*Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata*

Esta descrição sensível do problema gerou uma incrível afinidade entre o representante e os representados que chegavam às lágrimas ao comentarem estes versos. Começava a vislumbrar o caminho: havia que reaprender a falar. Havia que apalpar ideologias, rever bagagens conceituais, despir preconceitos, inventariar sentimentos e fazer passar pelo corpo a linguagem que não podia ser minha: havia que ser coletiva.

Apenas assim podia deixar de ser um educador/comunicador que monologava e se fazia ouvir, para ser alguém que falasse a língua comum que haveria de ser a expressão do sentimento comum. Só assim se estabeleceria uma real situação de ensino-aprendizagem em que problematizando meus próprios representados, poderia fazer com que conseguissem eles o que, de alguma forma, me exigiam: à medida de sua participação, apreenderem o “saber” da empresa.

Com efeito, esta era uma discussão tantas vezes surgida; mais que uma voz que falasse e reclamasse e protestasse, havia que ser ouvidos e olhos que apreendessem/aprendessem o que se passava na direção do banco.

Foi imbuído destes princípios pedagógicos que iniciei a missão. Havia que constituir uma equipe de trabalho. Para isso,

se fazia necessário estabelecer a cara do gabinete. Três colegas foram requisitados para projetar este rosto: de Pernambuco, do Pará e São Paulo vieram eles. Composto o grupo de trabalho, estabeleceram-se metas e metodologia. Havia que construir um gabinete que fosse a cara do funcionalismo do banco, com todas as suas facetas e diferenças. Para isso se fazia mister ouvir todas as tendências e posições diferentes. E foi isto que se fez. Ouvimos a todos, num trabalho paciente de enumerar convergências e divergências, analisá-las, aprofundá-las, ligá-las entre si. Ouvimos desde lideranças sindicais as mais opostas até diretores do banco. Destes aos mais humildes servidores. Gente de direita, de centro, de esquerda; ou de qualquer região do país; ou representante de qualquer uma das inúmeras entidades que pululam dentro do banco, quer ligadas ao seu negócio, quer simplesmente porque ali encontram guarida. Desde o mais revolucionário funcionário àquele bem posto na escala hierárquica que já chegou pregando aviso: “Eu já tomei a minha decisão: em qualquer hipótese sou sempre e *a priori* pelo patrão”.

Do grupo de trabalho nasceu o documento base que constituía o gabinete. Entretanto, a sua montagem só se inicia no princípio do ano seguinte, nos primeiros meses de 1992 e vai se dando paulatinamente. Destacava-se, neste trabalho paciente de montagem do gabinete, uma preocupação maior: havia que expressar em sua constituição as diferenças do funcionalismo do banco. E para que isto acontecesse demandou-se um bom tempo. Só em setembro de 1992 é que o gabinete se completava.

Isto não significa, porém, que se aguardou este tempo todo para se começar a trabalhar. Toda a montagem do gabinete se deu em pleno movimento, em que, de um lado se atendia

ao dia a dia emergente, sempre urgente e palpitante e do outro se lançavam as bases para um trabalho que viesse a ser mais planejado, estabelecido e sólido.

Presidindo este trabalho, a preocupação permanente de recriar valores, acordar o funcionalismo, despertar a esperança como um valor fundamental e levar a confiar na luta coletiva não como uma vitória certa – o que parecia mascarar a dureza de todas as realidades – mas como uma possibilidade *sine qua non*. Isto ficava claro no fecho da entrevista ao *Telão* – informativo do Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil (Cesec) do Castelão, em Fortaleza – e com a qual me despedia do mandato:

Telão: Uma mensagem final para os leitores do *Telão*.
L.O. - Fico com os versos do poeta: 'É preciso semear o fogo da canção; despertar quem não quer mais crer...'

Esta ideia permanente que perpassa todo o trabalho do Garef se impunha soberana desde a abertura do primeiro pronunciamento oficial, em sessão da diretoria do banco:

Foi o poeta Drummond quem falou em 'preparar uma canção que acordasse os homens e adormecesse as crianças' [...]

E volta dura e cruamente refletida, com objetividade e sensibilidade no discurso final de transmissão de cargo:

Um dia chegamos à corte, com uma difícil missão: representar o funcionalismo no Conselho e criar o Garef. Criar um gabinete que fosse a representação real do corpo funcional e dele tivesse a cara.

Na mente as palavras de João Cabral sobre o povo sofrido de minha terra nordestina:

'Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algun roçado da cinza'

Esta, com clareza, a missão que se apresentava: abrandar as pedras de um momento difícil e delicado para o funcionalismo que saía do furacão Novo Rosto e encarava a era Lafaiete; despertar a terra da falta de motivação de um funcionário que precisava salvar a empresa que lhe batia: arrancar das cinzas a planta nova de um novo tempo.

Foi um início de atividades extremamente difícil. Cercado de estranhos, isolado, sem apoio quase nenhum. Os próprios funcionários da direção geral que haviam nos concedido seus votos no sigilo da urna, evitavam de nos encontrar ou apoiar, com medo de possíveis represálias. Afinal estava na corte onde imperavam os temidos Collor e Lafaiete; era do PT, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do sindicato e de mim se esperava que combatesse de peito aberto esta situação política. Não era uma boa companhia. Sentia duramente estes preconceitos. De muitos outros, o desprezo porque era ininteligível que um nordestino, do interior, de posição insignificante no Banco se atrevesse com a ousadia do voto – instrumento a que não se está afeito na corte – assumir as funções mais altas na hierarquia da empresa. Duas exceções abertas: a funcionária que secretariava o conselho e outra do gabinete adjunto de relações públicas e sociais da presidência, esta minha ex-aluna em curso do próprio Banco.

Uma decisão me parecia fundamental: não sucumbir ao apelo acomodador do próprio ambiente da corte. Havia que

manter firmes as raízes. Mantive por isso – simbolicamente marcada – a mesma forma nordestina e simples de vestir e todos os costumes anteriores. Como cobrança permanente dispunha sobre a mesa de alguns versos/lembretes de Alceu Valença:

*E não me peça
Que mate o moleque
Que mora comigo
Ele é feito de barro
É meu lado bandido
É meu lado palhaço
É meu lado doído*

Era mister, entretanto, assaltar um espaço que, aparentemente conquistado pelo voto, me era negado pela realidade e ainda se fazia passar um certo sentimento de culpa por não ter os pré-requisitos tradicionalmente aceitos. Isto se fazia tão forte que, em uma noite, fui posto à prova pelos próprios companheiros do movimento sindical – o grupo de trabalho que montava o gabinete, outro grupo que fazia um trabalho com o banco e ainda a ex-aluna que me apoiava – exigindo de mim atitudes que achavam fundamentais para a ocupação deste espaço: vestir terno, frequentar rodas, etc. Reagi veementemente mostrando-lhes que precisava ser até simbolicamente, naquele momento, um sinal de contradição e convenci-os a discutir a linha do primeiro pronunciamento oficial, com o qual, sim, precisava me impor à corte como a diferença. Discutida a linha política, preparei-o dentro de uma linguagem com que esperava chamar a atenção para o novo.

O primeiro pronunciamento teve o efeito de uma bomba. Permitiu-me abrir todos os espaços, sem abrir mão de minhas convicções e costumes. As reações iniciais foram de estupefação:

Em muitos anos de diretoria, isto foi o que de mais belo e bem dito já ouvi nesta sala. Peço sua transcrição nos anais da Casa (diretor do banco).

“Que dirão os *holligans*?” repetia um assessor da presidência.

Mas isto é o novo no banco. Um novo tempo (chefe do Departamento de Funcionalismo do banco e negociador sindical).

Sabe, você disse tudo que deveria dizer, com firmeza e segurança. Mas não bateu e ainda disse versinhos pra Lafaiete. A CUT pela Base vai nos acusar [...] (Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, da corrente Articulação).

Meu Poeta, aquilo foi a coisa mais linda e mais correta que já ouvi dizer, na minha vida sindical [...] (Tereza Baiana - militante sindical da CUT pela Base, em São Paulo).

Em síntese, o que o pronunciamento colocava é que o banco e seu funcionalismo haviam sido agredidos e violentados e o que se esperava do novo presidente, após aquela greve que se encerrava, era um gesto de grandeza que pacificasse o funcionalismo. Duro e seguro, o texto descrevia, com exatidão, o sentimento do funcionalismo revoltado que não me era difícil retratar porque vivera, há poucos dias, na agência de Quixadá aquele clima e aquela realidade. O novo, o diferente, o que fez o presidente emocionar-se, bem como toda a diretoria, e fez com que imediatamente exemplares seus fossem redistribuídos por todo o Brasil, foi a linguagem.

Era a corajosa ruptura com a fala tradicional ou de qualquer representante: algo em que se dizia tudo que se não poderia deixar de dizer, com toda clareza e convicção, com força e determinação, com segurança, mas de uma forma elegante, poética e despertando a força do sentimento. Esta a diferença.

Eu poderia cumprimentá-lo por diversas razões, desde a sua atuação junto ao Garef, seu espírito de luta, suas ideias, mas o que tornou mais forte minha admiração por sua pessoa é a sua forma de nos falar. Alguns, talvez, pensem o mesmo que você, mas poucos dizem da mesma forma. Com poesia, com canto, encanto, com alma, sentimento, ternura e paixão. Como um 'ser' humano. Como nos tem faltado a poesia, o sensível! Como nos embrutecemos, ano após ano, atrás de guichês, das máquinas, no meio de números. Nos descuidamos e acabamos sendo inúmeros números do mundo dos números. Sempre acreditei que para tocar na alma dos homens verdadeiramente, é preciso usar sua própria alma. Você coloca em prática, dentro do banco, um antigo sonho meu. Mudança de linguagem. Falar por canções, já que só elas têm sentido neste mundo insensato [...] quero lhe dar os meus parabéns e o meu muito obrigada [...] (Raquel Morilha – Agência de Valinhos – SP).

O depoimento acima transcrito mostra a fome de beleza que não costumamos – a despeito de sermos pedagogos – ajudar a saciar. Na situação do bancário a introdução da poesia é algo reconfortante, em meio aos números, à burocracia em que se envolve, ao sistema que o embrutece. É preciso fazer a banda passar diante dos homens sérios que contam dinheiro. Na realidade, estava introduzida uma nova dimensão. Valia-me de Vinícius de Moraes:

*O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.*

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava*

De fato, a poesia aparece como um grande elo entre representante e representados. De alguma forma me lançava na contramão do movimento político. Era um representante que ganhava com o desenrolar do mandato a confiança dos representados. E a linguagem ajudou bastante a desenvolver esta mais que confiança, esta afinidade. Vinham testemunhos:

Os deuses nos livrem da ideia infeliz de viver/conviver sem tempero poético. Não podemos/devemos prescindir dela em nosso cotidiano, pois nosso horizonte é, PARA TODOS, melhor QUALIDADE DE VIDA que merece não só traduções individuais, mas também coletiva. Por suas mensagens, especialmente a última, um abraço solidário (Ana Liesi – funcionária do Departamento de Sistemas).

Ou como este sinteticamente seco, mas expressivo:

Muito obrigado pelas suas palavras e pela minha emoção. Um abraço para você (Paulo Rachid Dau – Ag. Centro São Paulo).

Na realidade, outro ingrediente era também importante no estabelecimento desta “comunicação”. Era o fato de ser um discurso construído em cima da realidade. Havia um contato cotidiano com a massa de representados e a recepção de enorme quantidade de problemas, casos, angústias, anseios que nos

vinham individualmente, recebiam um tratamento coletivo, dando respostas também a quem não nos falara e se sentia assim atendido. Para isso muito contribuíram as viagens constantes, semanais mesmo, a todas as regiões do país, participando de debates, conversando com as pessoas, visitando os locais de trabalho, ouvindo, discutindo, buscando sugestões.

Este contato permanente com as fontes fazia com que as pessoas se sentissem reconhecidas na palavra. Era algo que as desengasgava – alguém que dizia alto, lá na cúpula do banco o que era o seu sentimento solitário ou distante. Mais que isto, não era a pura e simples expressão de quem grita a sua dor, seu anseio ou esperança, alegria ou tristeza, mas o tradicional tratamento revoltado dado à palavra era traduzido numa luta identificada com o ser, com o todo, com a síntese que cada um buscava de si próprio. Tratando-se o particular, o específico, o parcial, tinha-se sempre em vista a totalidade.

Por outro lado, a linguagem que tinha a coragem de ser poética no mundo da burocracia, do formalismo, de instruções codificadas, mostrava uma representação diferente. E se não era o discurso odioso e barulhento que visa com sua forma demonstrar uma possível força, traduzia a existência de uma representação que não desejava se mostrar como salvadora da pátria, mas humildemente, com a medida concreta de suas limitações, apontava sempre para uma possibilidade de solução coletiva.

Mais que simplesmente falar dos sentimentos dos representados, eram eles próprios que descobriam na palavra da representação a expressão viva de seus sentimentos. Para alguns, vários, muitos, a palavra chegava como uma conversa que lhe era pessoal, que lhe tocava o íntimo, que o emocionava e que despertava sentimentos escondidos e mais que escondidos, ca-

lados, porque não havia como falar. Vale perceber o contido nesta mensagem eletrônica:

Luiz Oswaldo,

Permita-me chamá-lo assim. Não consegui escrever o 'senhor' porque, hoje, para mim, você é uma pessoa que não só me representa mas me ouve, me entende, me sacode; que conversa comigo – quase sempre num monólogo – porque eu simplesmente não tinha coragem para me dirigir a alguém superior. Mas, hoje, ao ler o GAREF – 'Negociação Salarial: uma insônia e um desabafo' – senti que necessitava lhe passar minhas impressões.

Este tempo todo do qual fui testemunha oculta de suas batalhas, de sua coragem, eu me sentia protegida porque sabia que alguém olhava por mim, pela minha vida profissional, pela minha 'casa', pelos meus anseios que, acredito, não diferem dos da maioria de nossos colegas. Muitas vezes tive vontade de conversar com você, dar-lhe alento e dizer que – como eu – tantos já o respeitam e estimam.

O fato de você se utilizar da poesia para se comunicar foi algo de muito especial. Acostumados que estamos com tanta rigidez das leituras regulamentares, era sempre muito bom ler suas linhas. Rer suas mensagens dava prazer e conforto, força para continuar a caminhada de peito aberto. Estou querendo parar de escrever mas está difícil porque sinto-me agora à vontade para falar-lhe.

O que importa do resultado de tudo o que ocorreu, principalmente nos últimos meses, é ter entendido que a luta é diária e continuará sendo. Mas temos um líder – você – e alcançaremos nossos objetivos, tenho certeza.

Para terminar quero lhe repassar um poema – talvez o conheça – que me retrata você. Sim, retrata como se fosse um espelho – ao contrário – pois você desde o início não concordou que pisassem nossas flores e matassem nosso cão. Você mostrou que reagir com dignidade e determinação permitem que não deixemos que nos roubem a lua, o sono, os sonhos...

Reensinou-me também que devemos nos expor, dialogar sempre, antes que seja tarde demais. Sucesso em sua jornada. Obrigada.

‘Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
Pisam as flores,
matam nosso cão,
E não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a lua, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.’ (Luciana Brigadão Perez
Ferrer – funcionária da Ag. Centro de Uberlândia – MG).

A mensagem de Luciana, por ela intitulada “Desabafo”, sintetiza o que ouvi de muitos outros funcionários do BB. A palavra da representação era não apenas algo que os desengasgava, mas em que se encontravam inteiros com razão e sentimentos, esperanças, sonhos, angústias, desolações, dores e alegrias. Parecia algo escrito especialmente para si. E retratava o crescimento pedagógico de quem, de início, se sente protegida, mas descobre enfim que “a luta é diária e continuará sendo”, e que “devemos nos expor, dialogar sempre, antes que seja tarde demais”.

Além do mais, a mensagem de Luciana guarda algo que se tornou incrivelmente comum: um imenso elo de carinho, de apreço, de ternura entre representados e representante. O que se expressa, por exemplo, nestes depoimentos:

Diz-se que a gente só ama aquilo que conhece: e como eu sou crente fervorosa de que quando se ama alguém, a gente ama também quem esse alguém ama, quero saber quem é que você está apoiando, pra gente entrar de sola na campanha [...] (Dagmar Munhoz – Ag. Santana – São Paulo – SP).

Deus sabe o quanto te quero/queremos bem e o quanto não te desejo ferir ou magoar-te, mas não consigo compreender porque não ficas [...] não o queremos para imolá-lo em sacrifício. Nem para idolatrá-lo como herói ou mártir. Queremos você como gente da gente, como amigo, advogado, mestre e irmão, como homem amado, presente, certo – sem precisar ser perfeito. Pode continuar resolvendo nossos problemas, mas não precisa pôr em risco sua saúde; pode mostrar-se persistente, corajoso, sem ser teimoso e obcecado; pode ser produtivo e enérgico, sem se esgotar irreversivelmente; determinado, mas paciente; compromissado, mas não desesperado. Além disso, pode revelar-se também extraordinariamente louco, irreverente, sedutor, irresponsável, menino-pássaro, sábio, vivo, alegre e feliz (Alba Terezinha Legnani – funcionária da Ag. Campo Mourão – PR e dirigente sindical).

Guarde com carinho a lembrança de que, com seu exemplo, nunca mais seremos os mesmos [...] (Funcionários da Agência Câmara dos Deputados).

Caro amigo Oswaldo,
Chamamos-lhe assim, porque assim o consideramos. Acreditamos que amigo é aquele cujas consequências de suas atitudes são o bem-estar e a felicidade do outro, independentemente de estarem sempre juntos ou nunca terem se conhecido. Permitimo-nos dizer-lhe algumas coisas que emergem do fundo de nossas almas, para exprimirmos nossos sentimentos e de muitos outros colegas que gostariam de fazê-lo, mas por um ou outro motivo não o fazem (Joselir Gomes da Silva, Odaice G. S. Oliveira e Sebastião Brito Filho – funcionários de Iporá – GO).

Missão cumprida [...] espero que não precisemos sentir tantas saudades de seu desempenho, quanto sentimos da sua presença. Um enorme beijo da sua fã [...] (Raquel Barreto Freire, do CESEC de Santos - SP).

[...] pensando bem, nenhuma despedida foi capaz de nos separar e quando se gosta de alguém, se admira uma pessoa, o lugar dela no nosso coração é permanente. Nunca perdemos ninguém, pois amor é um sentimento divino, sem limites ou barreiras, onde a distância não é suficiente para alterá-lo. Desta forma, concordo com Richard Bach quando diz que 'longe é um lugar que não existe'. Ter conhecido você foi mais um presente desta minha vida. Desejo que você continue expressando amor a todos os que te cercam, espalhando sua sabedoria, justiça, amizade, carinho... Hoje, você me deixou em estado de graça, com o seu sorriso, pois este veio junto também. Um grande beijo (Geysa Helena - CEDIP Belo Horizonte - MG).

Que Deus o conserve da mesma cor e textura. Que lhe dê forças e faça forte seus ombros para o peso do mundo. E lhe transfira grandes problemas de outros ombros mais frágeis... Os que o estimam estamos todos juntos. Abraços. *Carpe Diem* (Edson Mendes - Gerente de Agência - Garanhuns - PE).

Você se juntou a nós (quase ninguém faz isso), para dar-nos força. Enfim, você continuou sendo 'o funcionário' do BB. Conte conosco para continuar a luta. Conte comigo (Giselda Boris Castilho - CESEC - Presidente Prudente - SP).

[...] guardo com muito carinho, alguns trechos da nossa palestra apaixonante e brilhantemente poetizada pelas cidades onde passamos. Agora, meu caro, quando vi o seu nome para a chefia do DESED (Departamento de Formação do Pessoal), liguei imediatamente para a minha mulher - alegria, alegria! - e fui até à cantina tomar um cafezinho para comemorar (Maurício Lages - da superintendência do BB em Minas Gerais).

Todos nós que fazemos a Agência Montese nos sentimos de-
veras orgulhosos do seu desempenho, bravo que não esqueceu
jamais suas raízes. Você é um pouquinho do nosso eu que
gira mundo. Parabéns, mesmo. Sei que debes ter muitas
mensagens para ler, mas esta tem um gostinho especial, por-
que é nossa vitória também o seu desempenho [...] (Lacimir
Monteiro, gerente da Agência Montese – Fortaleza– CE).

Este pequeno 'pseudo-poema' é a forma que encontrei de
mostrar o meu agradecimento pela sua luta... Continue a
espalhar confiança e desbravar os caminhos da vida, com
coragem e poesia:

'Um beijo no coração,
de esperança germinada
na dor, no caos.
Luz você espalhou,
sombras fustigou.
Palavras, que palavras!
Poesia suave,
contudo viril.
Aguilhão necessário
no pensar, no agir.
Estandarte do bem.
Estrada que espraia
a perder de vista,
são homens, mulheres
que sonham, trabalham
em ver a casa arrumada,
mas, no íntimo do ser,
a melhor decoração:
a chama da honestidade,
do perdão, do amor,
da prudência, não da subserviência.
A águia de longe avistou,
desafiou, planou, conquistou.' (Geralda Lopes Freitas Xavier
– funcionária do CESEC – Currais Novos – RN).

Fique e continue nos presenteando com seus versos, seu carinho e sua competência [...] (Marco Antônio Brasil, da Auditoria).

Você não me conhece e talvez não cheguemos a nos conhecer, mas me sinto na obrigação de agradecer todo o carinho e dedicação com que você nos representou... Gostaria que o Garef continuasse com a sua cara: atento, firme, poético, doce, ágil, bem informado, transparente [...] (Seila Dorneles Rocha – do núcleo de Auditoria de Belo Horizonte – MG).

Desejamos-lhe muita luz, sucesso e mais poesias. [...] alguém precisa continuar insistindo em resolver a tristeza. Um beijo carinhoso [...] (Izabela Alcântara, Virgínia Melo e Vânia Venâncio do Garef).

O que garantiu a expansão da palavra do representante foi a criação de um veículo eletrônico de comunicação denominado Boletim Garef. Sem as devidas autorizações superiores, apenas com o apoio discreto do diretor da área tecnológica que chegava ao banco a contragosto do presidente, o boletim surgiu, um dia, de repente, rompendo com todas as tradições do BB. No banco, com efeito, comunica-se o mínimo indispensável para que não seja preciso comunicar. O boletim, posto à noite na rede BBNet que interliga eletronicamente o banco, no dia seguinte estava também impresso, manhãzinha, em cada ponto mais distante do país, onde não havia acesso ao computador. E o primeiro número aparecia com uma carta ao presidente do banco, intocável por tradição, contestando medidas suas. Era, entretanto, a forma de dizer que garantia a um instrumento de contestação como este uma leitura toda especial, a ponto de um diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, afirmar de sua maior agilidade perante os costumeiros instrumentos sindicais congêneres.

Vânia Venâncio, ex-funcionária do Garef, afirma que, na realidade, a “palavra do Garef era um aberto contraste com a forma comum. Era o novo. Rompia de um lado com a fala sindical, de outro com a fala burocrática, era o rompimento ao mesmo tempo simbólico e real com o tradicional; melhor, com qualquer tradicional. No íntimo, falava o mesmo código de todos os funcionários, mas de uma forma inusitada”. Não falava a *fala do indivíduo*, embora nela se inspirasse, mas dizia as *palavras da classe*, por isso atingindo a todos, que consciente ou inconscientemente a ela pertenciam. Tinha a coragem, afirma, de descortinar o medo e instigar à busca do novo aqueles que tinham *certa consciência*, mas que relutam temerosos em se revestir de *consciência plena*. Sem autoritarismo, porque se inebriava das falas individuais dispersas, tinha o mérito de tratá-las coletivamente, obrigando a todos a perceber com maior plenitude. Da coerência com a prática dispersa onde bebia e da simplicidade no tratamento do real, partia para garantir a confiança dos representados. Não foi nunca um mascarar do medo ou da realidade. Não tinha o tom mágico dos discursos sindicais, estilo festim e que têm o dom de iludir, garantindo-nos uma força superior inerente ao simples fato de estarmos juntos. Era, pelo contrário, um suave e sensível apelo à organização, como forma possível de resistência, mas sem deslumbres de força como consequência. Um discurso que, por mais que apontasse para a esperança, não descurava jamais dos percalços e isto lhe garantia o “cheiro de verdade” que paria a confiança. Não poderia ser diferente a quem professa a crença de que não se muda a realidade sem a compreensão de sua totalidade e da própria contraditoriedade do real. Vânia continua: “Este jeito de ser trouxe ao Garef algumas consequências. Passou a ser o poder de voz real, concreto, das minorias e dos oprimidos.

Esta identificação se tornava mais clara à medida que avançava também em fatos e não apenas em palavras.” Era sempre a expectativa da possibilidade, do vir-a-ser-mais, da esperança. Além disso, foi mais fundo: descortinou o medo e os anseios mais íntimos das pessoas que sentiam aquelas palavras voltadas para si conforme aparece em muitos depoimentos. Isto gera uma realimentação. Cartas íntimas, problemas pessoais, o Homem aberto e integral, buscavam o Garef, especialmente num momento coletivo muito difícil: o da destruição causada pelo “mito dos marajás”. Se, por uma parte, com isto se realimentava o discurso feito coletivamente, por outro lado se instituía, de certa forma, um processo irreversível: as pessoas conquistando/ descobrindo a alegria/o prazer que se reforça.

Fernando Amaral, presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, analisa que isto se dá por causa da “extrema simplicidade” que cercou o Garef em tudo que fez. E lembra que, ainda em campanha, não se prometia nada. Apenas afirmávamos que queríamos o mínimo, o trivial, o *sine qua non*. E lembrava os versos usados na campanha:

*Os boias-frias
Quando tomam umas biritas
Espantando a tristeza
Sonham com um bife a cavalo
Batata frita e a sobremesa
É goiabada cascão com muito queijo
Depois café, cigarro e um beijo
De uma mulata chamada
Leonor ou Dagmar.*

(João Bosco e Aldir Blanc – O rancho da goiabada)

E acrescenta: “afirmava-se que não queríamos muito e, realmente, nunca se quis fazer muito; apenas o possível. Ficava clara a intenção de participar coletivamente na busca de soluções. Isto rompia com a sensação de impotência individual, não atrelava sonhos nas mãos do representante e concitava à organização”. Amaral continua lembrando que isto se reforça com a sinceridade sempre presente em todos os atos e atitudes do Garef: o saber dizer *sim* e *não* tanto ao poder quanto aos representados; a colocação permanente *de tentar fazer* e não *de garantir que resolve*; a honestidade das informações, sempre com a visão de totalidade; e a preocupação de fazer entender todas as dificuldades, sem o sentido, entretanto, de desânimo, mas, pelo contrário, como argumento reforçador da necessidade do trabalho coletivo. E conclui: “Esta posição honesta, simples, extremamente simples, sincera, insistindo sempre na ideia do coletivo; este exemplo de quem faz poesia, como qualquer mortal que ama a vida e o belo, mas pratica e defende o que fala, levou o Garef à contramão do processo político nacional, onde, infelizmente, se crê que nenhum representante presta.”

Hermano Valdivino, assessor do gabinete, afirma que além do “jeito de colocar a palavra, era importante o trabalho de captação precisa do sentimento das pessoas (o que eu gostaria de falar), além da presença agressivamente viva de uma preocupação com a coerência que ligava discursos isolados e prática de intervenção em episódios diferenciados, mas sempre tratados pelo mesmo prisma ético.” Acrescenta ainda que esta coerência tinha um nome: cidadania. Analisa que esta preocupação com a cidadania sempre presente, exigia e garantia uma ética intocável. Por isso, o não direcionismo – reitera – o não centralismo, que era outro rompimento importante com o tradicional. E isto

levava as pessoas a não se sentirem cobradas como “militantes”, mas permitia que se unissem mais como “cidadãos”.

Julgo que o que aconteceu com a palavra do Garef é que este conjunto de situações fez com que se tornassem para os representados “palavras para comer”, como afirma Rubem Alves em *Estórias de quem gosta de ensinar*: “O corpo é coisa encantada que precisa mais que comida e bebida para viver. Ele precisa de palavra. Porque é nelas que mora a esperança” (Alves, 1984). Rubem, no mesmo texto, associa a palavra à questão da política:

[...] Poderíamos perguntar se política não é justamente isso, tomar conta das esperanças, cuidar das palavras que fazem bem ao corpo... Bonito título este para um político que não existe, político que todo mundo espera, sem nunca encontrar: pastor de esperanças... Esperança é coisa que só sobrevive no amor à coisa que se deseja, do fundo do coração. Porque ter esperança é nada mais que aquele preparar do corpo para o encontro com o objeto desejado... Antecipação do gozo e da felicidade. Por isso que ela é boa para comer... ...Enganam-se os políticos quando se desculpam perante o povo por não terem poder que chegue... ...É, o poder não basta. É preciso o amor. O povo pode muito bem perdoar um governante fraco. O que ele não pode perdoar é um governante que não ame as mesmas coisas que ele ama (Alves, 1984).

Com efeito, comidas suas palavras, o Garef se transformou num pastor de esperanças em cujas mãos as pessoas se jogavam inteiras. Por isso a repetição permanente de palavras como *carinho*, *afeto*, *ternura*, *paixão*, *amor*, a quem falava e fazia *política*, simplesmente política, mas com uma visão aberta, pedagógica de totalidade. Esta foi uma marca muito forte do Garef – o discurso.

A convocação do grupo de trabalho inicial deu uma “cara” ao Garef, descobriu caminhos, abriu perspectivas de trabalho. O primeiro pronunciamento oficial foi o pontapé inicial das quebras de resistências, abriu espaços e, acima de tudo, definiu, na prática concreta, a linha de atuação e a linguagem que lhe era pertinente. Mas a consagração de uma linha de ação segura e firme, decidida e serena, marcada pelo anseio de ética e seriedade do funcionalismo se registrou com a denúncia de fraude do concurso público.

Na tarde de 23 de janeiro de 1992, foi deixado no gabinete um documento apócrifo que relacionava, com os níveis de parentesco, os 15 primeiros colocados no concurso público em Brasília. Tratava-se de parentes do chefe de gabinete da Diretoria de Recursos Humanos que, às vezes, assumia a diretoria, e do chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção que assumia este posto, deslocado da assessoria do gabinete da diretoria, exatamente por ocasião do concurso. Alguns minutos após, entregava ao presidente Lafaiete a relação acompanhada de um ofício em que, em nome do funcionalismo, afirmava ser de suma gravidade o fato, caso confirmada a acusação e solicitava:

1. Seja suspenso qualquer processo de nomeação.
2. Que se abra imediata sindicância, sob a responsabilidade da auditoria, para as devidas averiguações que substanciem as providências cabíveis, no caso de comprovação dos fatos, quer no que concerne à rigorosa punição dos culpados, quer com relação à anulação do concurso.
3. Que tais averiguações não se deem apenas a nível dos aprovados em Brasília, mas nas demais unidades da federação, onde o concurso aconteceu, vez que põe sob suspeita a sua organização.

Dadas as ligações entre o principal acusado e o presidente Collor, percebemos que a tendência era se procurar “administrar o fato” – expressão usada pelo presidente do banco. Procuramos, então, todos os sindicatos da categoria que pudemos contatar, naquela noite, pedindo-lhes a divulgação dos fatos nos jornais. Nenhum jornal aceitou publicar matérias dos sindicatos, alegando que não o podiam sem a palavra do banco, o que demonstra que, na realidade, o fato já estava “administrado”. Apenas a coluna Painei, da *Folha de S. Paulo*, publicou uma notinha dizendo da existência de suspeita de fraude no concurso do banco, por ser o jornalista amigo pessoal do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Este fato, enfim, sensibilizou a imprensa que, no entanto, não conseguia ser recebida pelo presidente que alegava nada ter a declarar. Na tarde do dia seguinte, convocamos ao gabinete os jornalistas que faziam plantão no banco e lhes passamos todos os dados, mostrando com clareza ao presidente que se tínhamos a serenidade necessária, não abríamos mão da segurança com que agíamos, intransigentes no que concernia à questão ética e à representação da dignidade do funcionalismo. Ainda concedíamos entrevista à imprensa quando, sabedor do ocorrido, o presidente a convoca para anunciar a fraude e as providências. De aí em diante, seguiu exatamente os passos solicitados em nosso ofício, fazendo questão de ressaltar, em todos os momentos, a disposição de ouvir o Garef sobre o caso e em todos os seus desdobramentos.

Esta denúncia, a ação firme e segura do Garef e seus desdobramentos que culminaram com a demissão dos envolvidos, cancelamento do concurso e realização de novas provas, marcou sensivelmente o gabinete e o trabalho que se segue.

Ética passou a ser a palavra-chave da gestão. E não obstante o departamento de formação do pessoal ter inúmeros cursos na área comportamental, era o Garef o único porta-voz da questão.

Eleita tema principal, a ética assume um lugar de destaque não apenas nas palestras e debates, nos escritos e pronunciamentos, mas nas ações do gabinete. Está presente na discussão de critérios de comissionamento ou seleção, no debate permanente sobre a participação na gestão, na busca de transparência sempre cobrada da diretoria bem como do conjunto do funcionalismo, na eleição da competência em bem servir o país como exigência e na tentativa sempre presente de reacender, com fatos e palavras, a discussão sobre a cidadania que o funcionalismo do banco precisava resgatar.

A questão da inadimplência, das relações com o tesouro nacional, da missão social do banco, do corte de regalias funcionais, da transparência nas ações e operações da empresa, da readmissão de funcionários anistiados, da terceirização e privatização, da nomeação de diretores e destituições, dos salários e negociações, tudo enfim surgia presidido pela ideia maior da ética, chegando mesmo – o que causou inúmeras manifestações de apoio – a solicitar a criação de um código de ética do funcionalismo que substituísse as normas disciplinares.

Por fim, é sob esta ideia de ética do cidadão que o Garef concita a todos os funcionários a cerrarem fileiras para evitar corrupção no banco na época do *impeachment* do presidente Collor, quando o primeiro gestor da empresa – considerado o mais forte membro de sua tropa de choque – era acusado de aliciar deputados. O Garef, por mais de uma vez, levanta a voz e se coloca à disposição dos funcionários como alguém que poderia assumir o ônus das denúncias de possíveis irregularidades. É com esta po-

sição que influencia o funcionário da Agência West Plaza Shopping de São Paulo, Fidelcino de Sousa Bonfim, a apresentar ao conselheiro representante sua esposa, Sandra Fernandes de Oliveira, secretária da firma ASD de Alcides dos Santos Diniz, testemunha da montagem daquilo que foi a farsa da Operação Uruguai, com a qual se tentava salvar Collor do *impeachment*.

Após convencer o marido intranquilo com a situação de gravidez de risco da esposa, fizemos o contato desta com o Senador Eduardo Suplicy que a levou ao senado e a seguir a depor na CPI, arrasando os argumentos do secretário Cláudio Vieira. Durante todo este período estivemos do seu lado, quer lhe prestando apoio, quer garantindo segurança.

Os inúmeros depoimentos de apoio chegados, à época, ao Garef diziam bem de como o funcionalismo ansiava por um novo tempo:

O calor de suas palavras aquecem a minha esperança de melhores tempos (Maria das Mercês – Ag. de Santa Rita – PB).

O sentimento de Mercês, síntese de tantos outros, era o acatamento do que publicávamos no Boletim Garef de 17 de julho de 1992, em plena efervescência do movimento e que um funcionário que se aposentava citava como sua mensagem de despedida:

[...] olhamos, no entanto, com outros olhos, os tempos atuais. Os olhos de quem vislumbra a possibilidade de mudança, de retorno aos padrões éticos, de um momento em que a palavra dos humildes é ouvida com o mesmo respeito que a palavra dos que detêm o poder. Olhos de quem vê a cidadania acompanhando atentamente o desenrolar da vida política nacional. Olhos que buscam, tão somente, a verdade. É tempo de fazer e refazer as esperanças.

Izabela Alcântara, ex-funcionária do gabinete, entrevistada, afirma que, muito mais que a fala sobre ética, foi a coerência do agir que fez o Garef respeitado, quer pelos representados, quer pelos conselhos do banco e seus membros. Ressalta que esta postura impunha-se à diretoria que sentia, sem dúvida – e muitas vezes o demonstrou – a força da simples presença do Garef. Costumávamos repetir que esta era a nossa força. A força do diferente. Não de um entre outros. Mas do diferente entre os outros. De certa forma pesavam atitudes que bem poderiam ter sido tomadas, mas sempre foram evitadas, como a frequência ao restaurante da diretoria, as mordomias de viagens, de acompanhamento nas viagens, de hospedagem de primeira classe, de espera oficial em aeroporto, de moradia, de carro oficial etc. Era realmente a marca da diferença e a ligação permanente com as raízes. Recorda ainda a entrevistada um ponto de suma importância: além da ética normal no relacionamento com os próprios representados, era de se ressaltar a postura ética no trato com o adversário. Honestidade e respeito foram a marca deste relacionamento. Em todos os momentos em que, por força do próprio desenrolar dos fatos, foi preciso se contrapor, opor-se, solicitar explicações, buscar outras esferas, sempre foi tudo feito dentro de um padrão ético. Ao solicitar ao Tribunal de Contas da União (TCU) que se pronunciasse sobre as acusações feitas pela imprensa às contas do banco, ao pedir ao Conselho Fiscal do banco que analisasse as contas do presidente Lafaiete e ao sugerir reunião extraordinária do Conselho de Administração da empresa para se pronunciar sobre a gestão do mesmo presidente e, se fosse o caso, destituí-lo; antes de qualquer uma destas ações, o fato era conversado com o próprio presidente acusado a quem dávamos ciência de que passos seguiríamos. Esta forma de agir é que, de certa forma, – pela reciprocidade que exigiu

do presidente – sustentou a coragem nos momentos mais difíceis e complicados do Garef. A relação com Lafaiete Coutinho foi sempre honesta, limpa, respeitosa, o que inoculou nele uma determinada dose de confiança, a ponto de muitas vezes confienciar problemas administrativos. Em sua penúltima reunião, o presidente, já acuado pelos acontecimentos que culminariam em breve com o *impeachment*, reconheceu esta honestidade perante toda a diretoria. Honestidade a que ele correspondeu – diga-se.

Um outro ponto que Izabela destaca é a *medida da ousadia*. Fundamental, neste processo, o ousar e mais ainda o *saber ousar*. Coube ao Garef, em diversas oportunidades, ousar ações, em um dado tempo que era exatamente o único momento em que poderiam acontecer. Acresça-se a isto o evitar alongar fatos, o que é tão comum a quem busca sempre tirar dividendos políticos das situações. Essa *medida da ousadia* foi um outro dado importante do Garef e também isto não passou despercebido para os representados, o que demonstra o acompanhamento permanente das ações.

O depoimento que se segue vem de Goiânia, assinado por todos os funcionários da Agência Centro:

Já alguém disse que existem dois tipos de seres humanos: aquele que se conforma e o seu oposto. O primeiro, obediente, aceita a realidade como ela é, entende que as coisas estão todas certas, adapta-se ao mundo rapidamente.

O segundo, crítico, não se conforma com o que vê, acha que muita coisa está errada e que é preciso mudar. O resultado é que a evolução, o progresso da humanidade depende do segundo homem.

Se tivéssemos que citar apenas uma marca da sua gestão, a mais importante, diríamos o seguinte: é preciso ousar. Encarando Lafaietes e Policaros da vida – prepostos de uma qua-

drilha que se alçou ao poder – você ensinou que, quando se está do lado da justa causa, da verdade e da ética, não se deve temer o adversário. É preciso enfrentá-lo corajosamente. E de forma inteligente.

[...] Sabemos que tudo é processo. Mas que é possível avançar sempre mais, quando nossa vontade nos faz ousar, quando nosso inconformismo interfere na realidade e a modifica. Como você ousou fazer. É assim que o homem se encontra com o seu semelhante e consigo mesmo, humanizando-se.

Sob o título “esperança”, esta outra mensagem conclui assim:

Viva a coragem de... não ter medo de (tentar) ser feliz.

Incluir o humor entre as questões vitais

Resistir ao medo quanto mais sombrios forem os tempos.

Buscar generosamente a verdade nossa de cada dia.

Mudar de ideia

Correr riscos.

Cuidar da alegria (era a Poética de Aristóteles, o livro proibido, considerado de alta periculosidade, por celebrar o riso e a alegria)

etc, etc, etc, etc... (Ana Liesi, assessora do Departamento de Sistemas).

Volto ao *leitmotiv* do Che – o tema inspirador dessa ação pedagógica: “Quando o extraordinário se faz cotidiano é a revolução” (Guevara, 1970). Sentimos em todos os momentos desta experiência a necessidade do *fazer diferente* de construir a cotidianidade do extraordinário, como forma de oposição ao *status quo*. Pelo mesmo motivo, mais recentemente Georges Snyders vê o otimismo como uma arma revolucionária, dentro de um mundo pessimista, doído, amargurado. E ao educador caberá sempre uma função pedagógica transformadora pela qual interfere no processo em que se insere, na busca da mudança da realidade.

Não é suficiente falar. É fundamental que a *fala* seja diferente e construa o *diferente* numa íntima relação com a prática. Era tudo isso que se tentava fazer dentro do pedagógico que tentávamos realizar na administração do banco. Relembro Snyders:

[...] não posso esperar um progresso cultural nem em mim, nem nos outros, um progresso na criação e difusão da cultura, se ele não participar de um esforço para que os homens vivam de outro modo (Snyders, 1988).

O educador há que ser sempre um ser comprometido com a mudança da sociedade. A capacidade deste compromisso é anunciada por Paulo Freire (1991):

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de 'distanciar-se' dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criatura: um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.

Freire explica melhor este compromisso do educador com a transformação:

O verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em 'coisas' [...]

[...] Esta é a razão pela qual o verdadeiro compromisso, que é sempre solidário, não pode reduzir-se jamais a gestos de falsa generosidade, nem tampouco ser um ato unilateral, no qual quem se compromete é o sujeito ativo do trabalho comprometido e aquele com quem se compromete a incidência de seu compromisso. Isto seria anular a essência do compromisso-

so, que, sendo encontro dinâmico de homens solidários, ao alcançar aqueles com os quais alguém se compromete, volta destes para ele, abraçando a todos num único gesto amoroso (Freire, 1991).

O que pretendemos fazer na experiência pedagógica de administrar uma empresa do porte do BB sob a ótica do funcionalismo foi exatamente exercer, como pedagogo-administrador este “compromisso do profissional com a sociedade” descrito pelo mestre Paulo Freire. Este compromisso não poderia acontecer sem uma visão clara da totalidade em que estávamos inseridos, pois como lembra o mesmo educador:

Assim como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade. Esta relação homem-realidade, homem-mundo, ao contrário do contato animal com o mundo, como já afirmamos, implica a transformação do mundo, cujo produto, por sua vez, condiciona ambas, ação e reflexão (Freire, 1991).

Isto nos aclara que a visão de totalidade que o educador precisa ter deve incluir em si a antevisão do produto transformado/transformador da ação pedagógica e, por outro lado, só tem sentido como um *compromisso solidário* que alcance também “aqueles com os quais alguém se compromete” envolvendo a todos, como reafirma o mestre, num único gesto amoroso.

Ora, isto é andar na contramão do *status quo*, revolucionar à medida da contraposição à mesmice, desafiando-se, assim, o poder. Se de um lado o novo é instigante, por outro amedronta o *poder colocado* e não se enfrenta esta realidade sem *ousadia*. Confirma-o Rubem Alves:

Há um tipo de inteligência criadora. Ela inventa o novo e introduz no mundo algo que não existia. Quem inventa não pode ter medo de errar, pois vai se meter em terras desconhecidas, ainda não mapeadas. Há um rompimento com velhas rotinas, o abandono de maneiras de fazer e pensar que a tradição cristaliza [...] (Alves, 1984).

Foi este rompimento com velhas rotinas e maneiras tradicionais de fazer, pensar e falar que permitiu, – dentro da ideia de revolução pela cotidianidade do fazer o extraordinário – que as pessoas assumissem um projeto diferente e fizessem do compromisso do Garef o seu compromisso, envolvendo-as numa atmosfera criadora, terna, solidária, capaz de, transformando a realidade, absorver os reflexos desta transformação.

Com a queda do governo Collor de Mello e a saída do presidente Lafaiete, o Garef lançou-se em nova e ousada empreitada: influenciar na nomeação do novo presidente do banco. Desta forma, liderou parlamentares, associações de funcionários e movimento sindical, juntando-os a todos na perspectiva de defesa da entidade que saía do episódio do *impeachment* maculada de acusações, de moral abatida e que só via na participação do Gabinete de Representação do Funcionalismo do Banco do Brasil seu único motivo de orgulho, dado o episódio Sandra Fernandes/Operação Uruguai. Este movimento conseguia evitar, na realidade, a nomeação acertada de mais de um candidato a presidente do banco, considerados prejudiciais à instituição. Fez mais: levou ao presidente Itamar Franco os critérios para nomeação de um novo presidente. Nomeado, enfim, o presidente Alcir Calliari, o Garef encetou um trabalho delicado de curar cicatrizes profundas entre o corpo funcional e a direção da empresa, restabelecendo, com relativo sucesso, os graus mínimos de convivência possíveis e necessários.

Restava ao pedagogo a intervenção pedagógica final no processo desenvolvido em seu mandato na condição de administrador. Após dois anos pregando e defendendo uma crescente participação do corpo funcional na administração da empresa, após dois anos procurando *parir sempre o novo* como forma revolucionária de construir na administração da empresa um processo pedagógico amplo, depara-se com uma campanha nacional pela sua recondução ao cargo.

Adilson Vasconcelos, pernambucano, profissional sério e competente, resistiu o que pode quando do estabelecimento de uma estrutura para o gabinete. Estava no seu papel de assessor da Consultoria Técnica da Presidência do Banco e foi muito sincero conosco: mostrou que não acreditava nesta representação. O diálogo com ele travado, no *e-mail* eletrônico, revela o que se passou no final do mandato:

ADILSON:

Tenho viés. Gosto de você. De vocês. Daí não sei se vale a pena eu gostar. E dizer quê. Mas, o pessoal daqui também gostou. Somos, por obrigação, profissionais, críticos e chatos. Mas gostamos da sua mensagem. O GAREF é uma nova realidade [...] Foi bom enquanto durou. Mas acho que ficou um débito. Parece-me que falta um herdeiro. À altura. Enquanto não existia não fazia falta. Fazia? Começou capenga. Havia indiferença. Com vocês funcionou. Houve crença. Passou a ser necessário, e agora? Quem vai tocar o barco? Não vejo herdeiro(s). Estamos órfãos? Creio que você deixou um débito[...]

LUIZ OSWALDO:

Discordo: estaria em débito se não continuasse meu trabalho. Tentei, sobretudo, o que poucos perceberam: mudar uma mentalidade corporativista, destituída de cidadania, sem visão de totalidade. Continuar, sim, seria débito, porque implicava em não complementar a obra iniciada. Pior: desdizê-la. Herdeiros de certo não haverá. Haverá, isto sim, quem continue a obra, dando-lhe novas dimensões, partindo de novo patamar. Talvez não seja ainda conhecido, acreditado. Carregue, de início, indiferenças. Foi assim também comigo. É difícil, na corte, entender o meu gesto. Não é usual. Mas sei que você pode compreendê-lo. Ainda acredito no que dizia o Che: 'Quando o extraordinário se faz cotidiano, é a revolução'. Pois é: ainda acredito nestas coisas. Dão sentido ao caminhar. À vida. Mais que tudo tive um papel pedagógico, conscientemente pedagógico. Por isso, a decisão. Ela completa a lição [...]

ADILSON:

Arrepiar-me, de emoção, nestes tempos, com palavras, em meio eletrônico, sem 'olhos nos olhos', parecia-me difícil. Impossível. Emocionei-me. Emocionou-me. Você elevou sua missão a um nível que talvez a gente não tenha conseguido perceber. É difícil, no cotidiano, avaliar, com a profundidade que merece, posições como as que o GAREF tomou no seu mandato. Com o tempo, fica mais fácil. Às vezes, penso – perdoe – que o GAREF esteve mais alto, mais elevado do que a gente queria, merecia, pedia ou esperava. Mas, deixa pra lá. Parabéns. Eu não estava à altura do meu representante.

Quando o Conselho de Administração do Banco do Brasil aprovou em abril de 1991 as funções do Conselheiro Representante do Corpo Funcional, estabeleceu o seguinte:

1. Participar das reuniões do Conselho Diretor com direito a voz, porém sem direito a voto;
2. Trazer ao conhecimento dos órgãos competentes os anseios e expectativas do funcionalismo;
3. Submeter às áreas próprias sugestões e questionamentos envolvendo o funcionalismo da Casa e, se for o caso, obter as informações que se fizerem necessárias;
4. Manter comunicação permanente com os funcionários e inclusive dar conta de sua atuação e dos atos que praticar, resguardados os princípios de ética e reserva que o cargo requer;
5. Utilizar o Boletim Informativo do Pessoal para veiculação de mensagens de interesse do pessoal, vedada a publicação de matéria política-partidária ou ofensiva a quem quer que seja;
6. Participar de seminários e/ou encontros promovidos pelo banco e por associações de funcionários;
7. Realizar viagens a serviço, observada programação a ser previamente submetida e aprovada pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Além disso, o conselheiro, na condição de administrador teria “para com o banco os deveres, obrigações e responsabilidades ditados pela legislação, pelo Estatuto e pelas normas aplicáveis”. E na condição de representante do corpo funcional, deveria “contribuir para a integração dos objetivos dos funcionários aos do Banco”.

No entanto, consciente de seu papel pedagógico, o Garef rompeu com todas as barreiras da burocracia, com determinação mas doçura, “endurecendo sem perder a ternura”, (Guevara, 1970) mas principalmente fazendo do cargo o ponto de confiança e convergência de todas as diferenças que pululam no banco. Usando de simplicidade e sinceridade, conseguiu uma grande reflexão que foi bem mais além do que a discussão pela participação maior na gestão: a reflexão do possível, do vir-a-ser-mais, da esperança.

Di-lo este poema recebido dos funcionários de Nova Friburgo (RJ) no penúltimo debate do mandato:

Para Luiz Oswaldo

em meio aos papéis frios
vinha o verso do mano sertanejo
com sua lamparina
seus metais
e azulejos

velho realejo
abrindo romances, acendendo
ninhos de andorinha
em pleno lamaçal do desespero

lavrador num campo de pedras,
tua voz ecoando
em gabinetes trancados
nos ensinou canções
de resistência

foi assim,
Luiz Oswaldo,
que te fizeste
arauto e sacerdote

porque era tempestade
mas, cálida, a esperança
sempre viajava no malote

mostrando na humildade do seu mote
que a vitória
não é cria de um só pai
nem parida numa só mãe

regada em multidão
a vitória
nasce do chão aberto
em coletiva
semeadura (Dos funcionários do BB – Friburgo e região).

Esta coletiva semeadura, entretanto, não foi capaz de garantir idênticos resultados nem mesmo um período necessário a que frutos sazonassem. Algumas resistências e oposições deveriam ser explicitadas.

Em primeiro lugar, as internas, aquelas localizadas no próprio grupo de apoio eleitoral. Quase sempre veladas, manifestavam sempre, aqui e ali, preocupações com a condução do processo, dado exatamente ao cunho pedagógico que teimávamos em manter. Muitos compreenderam, de logo, a importância desta abertura. Outros porfiavam por enquadrar o Garef no dia a dia sindical, instrumentalizando-o para as pequenas questões internas. Nossa posição foi de resistência, sem que nos negássemos, em nenhum momento, a discutir a questão, o que, diga-se de passagem, a bem da verdade, foi uma posição também aceita por aqueles que mantinham tais restrições.

Outra resistência partia dos escalões superiores do banco. A manifestação pública, entretanto, feita pelo presidente Lafaiete, de respeito ao Garef, consolidou também o respeito deste segmento, muito mais preocupado com a manutenção de suas regalias e posições de mando. Houve momentos de confronto com parcelas significativas deste segmento que chegaram a se aguçar, mas que caminharam depois para a cooperação em alguns pontos, máxime após a queda do presidente Lafaiete e os dias que se seguiram.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) – apesar de um início de relações amistosas, distanciou-se, cada vez mais, à medida que começou a fazer o jogo do governo, da presidência da instituição e da Força Sindical que nenhuma representatividade tinha no seio do funcionalismo. Criticada pelo Garef por aceitar o papel de negociadora exclusiva dos funcionários por imposição de Lafaiete, passou a fazer oposição ao gabinete, procurando-o, entretanto, para tentar reconciliar-se com a CUT, nos seus momentos de fragilidade, pois, embora apontada como negociadora não conseguia negociar. Tudo acertado com a CUT, pelo Garef, a Contec volta atrás para tentar faturar sozinha uma possível negociação. Frustrada esta negociação, volta ao Garef tentando reencetar os contatos com a CUT. Diante deste jogo só restava ao Garef denunciar o fato. Daí o distanciamento definitivo, sem grandes ataques, entretanto, graças ao respaldo do Garef entre os funcionários. Um diretor da Contec que afirmava em seu jornal que o representante dos funcionários era odiado pela sua base, foi por ela publicamente desmentido, em um abaixo-assinado. Após a defesa do governo Collor por um de seus diretores, a Contec fica totalmente desmascarada entre os funcionários, aclarando-se perfeitamente a distância que a separava do Garef.

Sem dúvida, a maior oposição foi a de um grupo ligado a um deputado federal, ex-presidente do sindicato de Brasília e que detinha a diretoria da entidade quando defendeu, na eleição para o Garef, outra candidatura que se opunha à defendida pelo movimento sindical petista. Após a campanha foi o único grupo que se recusou sempre a conversar e discutir a linha de ação do Garef.

Os primeiros problemas surgiram quando a base do sindicato exigiu a presença do Garef em um seminário que a diretoria organizava. Depois veio a derrota da diretoria, na campanha sindical para a corrente Articulação Bancária, associando-se esta derrota ao prestígio, entre os funcionários de Brasília, do representante entre os funcionários do Banco do Brasil.

Por fim, o rompimento. Na tentativa de frustrar a nomeação do superintendente do Rio de Janeiro para a presidência do banco, o deputado denunciou na televisão duas operações de crédito que teriam sido realizadas desonestamente pelo funcionário. Como membro do conselho, o representante solicita as operações, porque se o fato tivesse fundamento, pediria sua exoneração também da superintendência. O exame das operações, entretanto, mostravam a falta de fundamento das acusações, competindo então ao Garef a defesa do funcionário levemente acusado. Negando-se o deputado a reconhecer o erro, o Garef proclamou a inocência do funcionário naquele episódio, o que viria a ser mais tarde confirmado pelo julgamento de um processo pelo Tribunal de Contas da União.

A oposição deste grupo, entretanto, não conseguiu se alastrar a todos os seus correligionários do Partido Popular Socialista (PPS), com muitos dos quais o Garef manteve sempre boas relações.

Importante ainda registrar que, nesta política de chamar a todos para a reflexão sobre o dia a dia da empresa e de sua inserção no contexto nacional, ficou marcada a determinação de abranger todos os segmentos. Assim, o Garef organizou a 8, 9 e 10 de junho de 1992, o seminário “Caminhos para o Banco do Brasil” para o qual foram convidados exatamente os trinta e oito que competiram com o representante na campa-

nha eleitoral. Partindo do princípio da representatividade que detinham por haverem sido indicados originalmente em seus estados, o Garef confiou-lhes o debate sobre a avaliação do período de mandato já exercido e as perspectivas do que restava. O resultado foi a convergência sem exceção de todos os antigos competidores ao cargo a prestarem apoio às ações do Garef.

Enfim, poderia reafirmar que a posição assumida pelo Garef na gestão 91/93 foi tanto mais política quanto mais conseguiu ser pedagógica, pois não se contentou com a denúncia de situações, mas, na verdade, buscou fazer o diferente, de forma coletiva, desvelando, como educador, aos companheiros de caminhada, como diria Karel Kosic em *A Dialética do Concreto*, o “desvio que leva à coisa em si” (Kosic, 1976).

E, na busca de ser política esta pedagogia o foi tanto mais, quanto mais conseguiu apontar para a omnilateralidade do homem, para o homem total inserido numa totalidade, capaz de transformar a realidade à medida que, coletivamente, assume a categoria revolucionária da práxis no cotidiano.

Para ilustrar melhor e mais vivamente o como era feita esta pedagogia, transcrevo um texto com que analisamos um momento da vida da empresa: a negociação salarial, após a queda do governo Collor. Aí se faz uma síntese do que foi o Garef, de como trabalhou, de como buscou sempre o coletivo, sem ressaibos de ter a “coragem cívica” de que fala Lukács – aquela que é muito mais difícil do que se opor ao patrão; aquela com que se enfrenta, no caso, os próprios representados.

'A vida, a vida,
a vida só é
possível
reinventada.'

Os versos da Cecília Meirelles me vêm de Arcoverde-PE com uma contribuição de um colega ao 'Repensando o BB' que mandamos ao presidente. Cabem como uma luva neste instante.

Para quem aprendeu a conviver com a insônia ou a mal dormir ou mesmo a não dormir, depois que veio para o Garef, este seria um sábado para bem dormir. Estava decidido: portas e janelas bem fechadas, um comprimido de urbanil e pronto! Apenas um temor: os costumeiros telefonemas das sete da manhã com a delicadeza de sempre: 'desculpe-me se lhe acordei, mas... tem novidade?' Não. Às sete, não. Hoje não haveria de ser. O 13º dormiu na conta. Dava para esperearem até segunda-feira. Dormi.

Horário de verão. Quatro e quinze da madrugada, o Abreu do outro lado da linha: 'Velho, você tem o telefone da casa do presidente? Tem uma luz no fim do túnel'. Eu que levantara às escuras para tentar salvar o sono, acendi a luz da sala, procurei o número pretendido e lhe passei a resposta. Volto para a cama mas a luz que me ferira os olhos crescia, misturada à do fim do túnel. Não deu mais para dormir porque ela iluminava mais de um ano de escuridão. E aqui estou, outra vez na sala, diante da máquina – vingança! para tentar acordar 113.000 que me exigem insone. Não sei ainda o resultado – pouco importa! - é do processo que eu quero falar.

I

'Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os
abraços,
não cantaremos o ódio, porque este
não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e
nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos
mares, dos desertos,

o medo dos soldados, o medo das
mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores,
o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o
medo de depois da morte,
depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão
flores amarelas e medrosas.'
-Drummond, novamente-

Foi este meu grande desafio, durante ano e meio, diante da missão de dialogar com o indialogável, de extrair da pedra a água de qualquer resposta, de buscar o direito mínimo de se conversar, de procurar soluções humanas, de tentar convencer quem só queria vencer, de buscar a paz com quem só se armava para a guerra.

O medo. O terrível espantinho de quem quer ser justo, sem jamais ser neutro. De quem precisa atender a todos, pensando como tão poucos; de quem – de repente – compreende que para juntar todos, terá que jogá-los todos contra si próprio. Mas não quero sobre meu túmulo flores amarelas e medrosas. Prefiro a beleza selvagem e divinamente comum das maria-sem-vergonha que enfeitam as estradas de pedra e pó do meu Quixadá. Não colheria na morte as flores do medo, mas as da coragem que renascem após cada seca no meu solo nordestino.

Gastara todos os argumentos na gestão Lafaiete. Dele sempre recebi o máximo respeito; mínimas respostas, porém.

Vesti-me de representante do funcionalismo, fiz-me sua voz e lhe declamei os versos de Gullar:

'Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.

Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.'

Adiantou pouco. A poucos atendeu, tornando-os reféns da comissão.

E eu sabia que fundamental era o processo.
Chega de lei. É preciso entendimento. Mas só se entendia a lei da vontade própria. Os versos do Drummond me martelavam a alma:

'As leis não bastam.
Os lírios não nascem da lei.
Meu nome é tumulto,
E escreve-se na pedra.'

Precisava ser tumulto. O tumulto de construir uma nova história. Um tempo diferente.

Novo tempo precisava ser gestado. Não podia perder o bonde da história. Não tinha o direito de temer.

E a gestação de um novo tempo se anunciou pela barriga de Sandra que anunciava mais que Livia: anunciava o tempo da ética e da democracia, pelos caminhos tortuosos, perigosos de uma CPI em que ninguém acreditava.

Porque queria o diálogo, havia mais que lutar. Trouxemos a Sandra à CPI, concitamos todos os colegas a cerrarem fileiras em defesa do Banco e do Brasil.

Para quem encarava tudo como uma guerra, eu calara outros versos do Gullar:

'Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida e morte —
será arte?'

Era arte. A arte do velho Che que, por amor, não tinha medo:
'Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás'.

Fomos à luta, mas não deixamos de chorar as lágrimas da
mais pura emoção, na Esplanada, velas acesas na escuridão
da noite, bandeira vermelha na mão.

II

Mais que nunca era preciso velar. A luta por um novo presidente do Banco que respondesse a critérios que o funcionalismo exigia. O Garef não podia estar omissa. Buscou sindicatos, ANABB, UNAMIBB, parlamentares, corpo permanente da administração. Consultou, ouviu, procurou. Vasculhou intenções, cercou soluções, saiu dos muros do Banco, foi a centros de decisões, sem preconceitos porque não se constrói democracia com preconceitos.

Tínhamos plena consciência de todos os riscos, demos a cara a bater com a pancada que dói mais: a dos que nos são próximos. Mas não se constrói sem risco a democracia.

Era preciso saber avançar e saber recuar. Era importante manter o senso de justiça. Por isso trombamos, brigamos, nos arranhamos. Até entre nós mesmos do próprio Garef. Mas não se constrói democracia sem se arranhar.

Não podia esquecer de minha opção: em vez de flores amarelas e medrosas eu queria as Maria-Sem-Vergonha do meu Quixadá.

III

Calliari. Tínhamos um novo presidente. Um presidente com a missão de responder aos critérios que exigíamos.

Uma herança: o mundo dividido do funcionalismo. Vocês – colegas – que me abarrotaram de telex, fax, bbmail, reclamando da desunião entre sindicatos e CONTEC, não percebiam que nunca nada fizeram nas próprias agências, CESEC, CEDIP, órgão da DG, para evitar a desunião plantada pelos últimos presidentes. Quantos administradores se preocuparam em diminuir os fossos que os separavam dos funcionários e vice-versa? As feridas da implantação do NMOA, Novo Rosto e Suporte Zero continuavam sangrando. Ninguém se preocupava em estancá-las no todo, apenas no que lhe tocava – melhor dizendo, em parte apenas do que lhe tocava.

Permanecia a distância entre os que não fizeram a greve e tiveram a benesse do empréstimo e os que a fizeram, não o tiveram, perderam dias, férias, licença-prêmio e se sentiram traídos pelos demais.

Tinha uma certeza: o único caminho era a mesa de negociação. Trabalhamos para isto, sim. Costuramos, discutimos, apanhamos e aprendemos.

Não pretendíamos unanimidade. A unanimidade entre diferentes faz desconfiar da democracia. Pode acontecer em algumas ações, mas por motivos e visões diferentes. Queríamos convergência de intenções, na busca de uma solução comum. Se todos não cabiam na mesma mesa, que se sentassem em duas. A solução nem sempre vem pela via menos trabalhosa. Na democracia, nunca. Não podíamos era sentar num banco de réu da justiça, novamente. O tempo é outro. Cabe-nos construí-lo e se nós trabalhadores não o construímos, quem construirá para nós?

Pior. Não aprendêramos a negociar. Frustração geral nos primeiros dias. Muitos queriam que a proposta inicial já fosse a carta circular que anunciava o resultado. Queriam um Calliari concedendo um aumento como se fora o messias prometido que caíra do céu. Ansiamos por criar mitos que substituam a nossa luta. Queremos nos acovardarmos sob o manto do paternalismo que tanto mal fez ao Banco e à nossa organização. Outros pediriam a cabeça do Abreu porque ele devia negociar pelo nosso lado e não cumprir suas obrigações de chefe do FUNCI. Não, gente. É um novo tempo. Um tempo que exige luta, discussão, competência. Temos medo da competência, da luta? Diálogo significa concórdia? Ou mera palavra vazia?

Acreditamos ainda em contos de fada? Em varas de condão? Desconhecemos a distância trabalhador/patrão, ou capital/trabalho?

O Banco que Calliari recebe não é o que deixou Lafaiete? A sociedade brasileira – mais claramente falando – o povo brasileiro vai muito bem, obrigado?

Antes era a morte, agora a vida?

Não, companheiras. Não, companheiros. A vida precisamos reinventá-la. Só assim ela será possível. E não o faremos com

passes mágicos. Fá-la-emos com trabalho, luta, diálogo real, este 'encontro dos homens, na busca de ser mais', como o define o mestre Paulo Freire.

Não sentaríamos à mesa – sangrando tantas feridas – simplesmente pela beleza da teoria.

Não havia porque mascarar uma realidade, para encantar a todos. Era preciso uma prática dura, real, concreta, que nos fizesse calosas as mãos, deixando-as não tão ásperas que não pudessem acariciar, nem tão sensíveis que não suportassem o calor da refrega.

Acho que aprendemos todos: os funcionários, os sindicatos, a executiva, a CONTEC, o Abreu, o Alaor, o Calliari, nós – Geref. Malgrado todas as nossas vaidades, humildemente aprendemos. E a sensação das distâncias se esvai – nos longes da memória – pela sensação da obra construída em comum. Não perdemos dignidade, ganhamos grandeza, quando cedemos suor para amalgamar a construção comum.

IV

O dia amanheceu.

Seria outro, o dia.

_ A negociação não pode terminar. Deve ser permanente. Ninguém pode ficar fora.

_ A pacificação interna não se faz só de salários. Muito há que se rever.

_ O Banco do Brasil precisa ser reinventado. Deve concretizar com os fatos sua função de desenvolvimento do país, antes mesmo que garanti-lo pura e simplesmente pela letra fria da lei.

_ A nova ética que se engatinha precisa ser construída com a participação e a coragem de rever posições.

_ A cidadania foi a grande conquista do novo tempo. Há que aprofundá-la através da divergência sadia que está grávida do feto robusto da convergência. Chega de unanimidades geradas por baionetas, decretos, CIC e sanções. É outro o dia.

V

João Cabral de Melo Neto:

'Um galo sozinho não tece uma manhã:
ela precisará sempre de outros galos [...]
para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo,
entre todos os galos.'

Nada foi obra de ninguém. Contribuímos todos. Chega de
super star. O ballet é coletivo.

Mas, como no fim da peça, voltemos todos ao palco: D. Qui-
xote e Sancho Pança, a prostituta e a beata, o mocinho e o
bandido, cada qual no seu papel, na sua diferença, na sua
interpretação, para recebermos todos – indistintamente – de
mãos dadas, os aplausos da satisfação comum.

Nada está concluído. Há apenas, 'neguinho', 'uma luz no fim
do túnel'. E é madrugada ainda. Vem muito dia, muita noite,
muito caminho pela frente.

VI

Vem de São Paulo – da agência Paraíso –, na carta de um
colega, a citação do Elomar:

'[...] Sonho que na derradeira curva do caminho
Existe um lugar sem dor, sem pedra, sem espinhos.
Mas se de repente lá chegando não encontrar
Seguirei em frente caminhando a procurar'

Ah! Eu quero as flores do sertão nordestino, as flores do
Quixadá. Estas, sim, que acompanham estradas e renascem
após cada seca, à primeira chuva.

A todos – a todos mesmo – com quem compartilhamos, bri-
gamos e discutimos, um grande abraço matinal do
Luiz Oswaldo

P.S. – Faz sol lá fora. Não há mais porque dormir. As flores...

Depois deste texto simplesmente político em sua aparência, recebemos inúmeras respostas. Destaco uma. A resposta de uma funcionária do Ceará que comunicava sua separação matrimonial a partir da coragem de mudar que ganhara com a leitura do texto. Citava, ao final, os versos de Cecília Meireles que o encabeçavam. Para o educador, uma resposta a suas indagações: a revolução aponta para a omnilateralidade.

DO PROCESSO INDIVIDUAL DE ESTAR-SEND O PROJETO COLETIVO DE VIR-A-SER-MAIS

Alguns pressupostos pedagógicos, quer na experiência da Uece/Quixadá, quer na do Garef, estavam igualmente postos. Por mais que, na primeira, não tivessem a mesma explicitação de intenção da segunda, estes pressupostos sobre o processo de educação nortearam ambos os trabalhos.

O ponto de partida é a inacababilidade do homem e a visão de processo. Com efeito, o homem não é um ser acabado, pronto, realizado. Por isso, tem uma inequívoca vocação para crescer. Ser mais. Inacabado, irrealizado, imperfeito, sua razão de ser é buscar a perfeição – uma busca sem fim.

Porque, então, crescer significa ser mais homem, ele vive um processo de “se realizando” à medida que cresce. Assim, não é um ser, mas um vir-a-ser-mais, um caminhante em busca da inatingível meta de ser-perfeito, alguém que busca a própria superação constantemente, o que faz dele um ser de carências e, conseqüentemente, de sonhos.

O que identifica o homem é a sua capacidade de agir e refletir. E o que o distingue dos outros animais é sua capacidade de refletir o seu fazer, a ponto de antecipá-lo mentalmente. De fato, não existe separação entre ação e reflexão humanas. Não há um momento de pensar e outro de fazer, mas ação e reflexão se constituem uma unidade. A práxis é esta unidade ação-reflexão transformadora, onde a reflexão gera uma prática que gera nova reflexão, que gera nova prática e assim por diante.

Através da práxis, o homem faz sua história. Na sua relação com os outros homens, mediatizados pelo mundo, ele o transforma, bem como se transforma pela sua própria transformação do mundo, garantindo sua evolução. Desta forma, cresce à medida que pronuncia o mundo, ou seja, à medida que trabalha, transformando o mundo. Lembra Carlos Rodrigues Brandão (1982): “Transformar o mundo, tornando-o cada vez mais humano é o sentido do trabalho”. E acrescenta: “O resíduo que o trabalho humano deixa sobre o mundo é a cultura” (*op. cit.*, 1982). Assim, a cultura é efeito da práxis humana. Por isso, cresce à medida que o homem se faz mais homem, vindo a ser mais capaz de ação-reflexão.

O homem não se faz mais homem sozinho. A conquista do crescimento se dá por um processo libertador coletivo, pois, em situação concreta, ser mais significa depender menos. É a este processo – a luta pela libertação – que chamamos de educação. E é Paulo Freire quem alerta que é em comunhão que os homens se educam. Educação, portanto, é o “encontro dos homens na busca de ser mais” (Freire, 1983). Definição, que, com clareza, ele dá ao diálogo, uma vez que não há diferença entre processo educativo e diálogo, visto que o real processo de

libertação – processo educativo pelo qual o homem se faz mais homem – é um processo dialógico, de comunhão.

A história do homem tem demonstrado que este crescimento não se faz em linha reta e ascendente, mas se dá com altos e baixos, quedas e soerguimentos, momentos alternados que, entretanto, podem levar a um maior ganho. Afinal, quem cantou de uma feita que “tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu” (Chico Buarque), também anuncia que “o marinheiro me contou que a boa brisa lhe soprou que vem aí bom tempo”.

Isto, porque a história do homem tem sido, na situação concreta, a história da dominação de alguns sobre muitos. E esta dominação não apenas desumaniza o dominado porque lhe tolhe a capacidade de ação/ reflexão, senão também o próprio dominador que se impede de ser-mais, uma vez que, para ele ser-mais passa a significar um ter-menos dos outros a quem oprime.

A partir desta constatação histórica, o processo educativo – o processo de vir-a-ser-mais-homem, através da práxis (ação-reflexão transformadora) – só acontece quando o dominado, a partir da própria opressão, busca, como classe, sua libertação.

Esta luta de libertação do oprimido deve ter o sentido de superar a contradição oprimidos vs. opressores. Isto significa inverter os polos da contradição – oprimidos tornando-se opressores – mas a própria luta contra o opressor é luta em seu favor, pois visa extinguir a opressão que o torna desumano e, conseqüentemente, desumanizado também.

Desta forma se aclara que o diálogo como maneira de fazer educação há que ter duas formas: uma pela qual nos encontramos com os iguais e os diferentes, e outra – dita conflito – encontro com os antagônicos.

Neste processo histórico real, concreto, escola e educador foram criados pelo opressor para garantir a manutenção da dominação. E o educador – oprimido eleito para reproduzir a opressão – elege como sua a cabeça do opressor. Por isso, passa ele a ser apresentado como modelo, como aquele que sabe – o que corresponde a participar de alguma forma do poder – perante aqueles que não sabem, ou seja, aqueles que não participam do conhecimento do poder. A conquista do saber deixa de ser, então, uma pronúncia comum do mundo, como a educação deixa de ser o encontro das pessoas na busca de ser-mais, para se tornarem, ambas, a conquista do saber e a educação, maneiras eficazes/eficientes de manter o poder.

Entretanto, como toda realidade é sempre grávida do seu contrário, escola, educação e magistério são espaços de libertação a serem conquistados, desde que se crie uma consciência crítica da contradição existente e se estabeleça uma pedagogia em que o educador ensine/aprenda e o educando aprenda/ensine.

Esta pedagogia libertadora tem que deixar claro ao educador que a neutralidade tão apregoada como necessariamente inerente a sua ação, é um mito, uma vez que se fazer neutro é omitir-se favorecendo a manutenção da contradição.

Por fim, o amor do educador pelo oprimido se manifesta à medida que luta, como ele, pela libertação da opressão. Bem como seu amor pelo opressor se faz à medida que combate sua opressão.

Diante destes princípios, alguns pontos haviam que ser considerados, quer na experiência da Uece/Quixadá, quer na do Garef:

- Não se faz processo pedagógico algum sem inserção no processo de organização da classe trabalhadora, para fazer história a partir da transformação da realidade;

- Esta inserção há que ser respaldada, no âmbito do processo pedagógico propriamente dito, por uma atmosfera que aponte para a omnilateralidade do homem, para o revolucionário fazer diferente e, principalmente para a crença na força do coletivo.

As duas experiências demonstram este caminho. No Garef, a questão da inserção na luta maior da classe trabalhadora já estava posta desde o início pelo próprio processo eleitoral. Não era um candidato qualquer. Era um candidato com o apoio de expressivos contingentes do movimento sindical bancário, muito embora a disputa final se haja dado numa polarização com outro candidato também sindicalista e que recebia apoio de setores à direita do banco e de sua cúpula.

O complicado não era fazer do trabalho no Garef uma forma de inserir o pretendido processo pedagógico na luta maior da classe trabalhadora. Afinal, era um representante do funcionalismo, dos trabalhadores bancários do BB. Difícil era o estabelecimento dos limites e da forma de fazê-lo. Havia que caminhar de forma que não levasse o funcionalismo a posição exatamente inversa. Assumindo uma representação do corpo funcional nos conselhos administrativo e diretor, não poderia cair na tentação de tentar substituir o movimento sindical. Isto seria trair o próprio movimento, traria consequências desastrosas à organização dos trabalhadores e me tornaria alvo fácil do “patrão” que, evidentemente tudo faria para enveredar por esta opção, como forma de esvaziamento do movimento. Havia que assumir, com certeza, sem confundir papéis, a função institucional e não de mais um representante sindical, remetendo ao sindicato as questões que, na verdade, lhe eram afetas.

O momento favorecia aquela troca de papéis. O movimento sindical em baixa por conta da recessão era traído internamente com o desenrolar de uma greve que não programara conjuntamente, mas que surgia em Brasília, por um dia, como possibilidade de dividendos para o sindicato local que enfrentaria um processo eleitoral próximo e os altos escalões do banco que se credenciavam diante do presidente Lafaiete, recém-chegado, como eméritos negociadores das crises. Entretanto, a solução apresentada não só não resolvia o problema como ajudou a deflagrar a greve em todo o território nacional a despeito dos esforços dos dirigentes para evitá-la nas proporções que tomou. Era o argumento de que precisava Lafaiete para, a partir de aí, bater duramente no movimento, com o respaldo claro e evidente da Justiça do Trabalho.

Aí um bom exemplo do possível: em meu primeiro pronunciamento, mal encerrada a greve, mostrava a Lafaiete as mazelas que fizeram a revolta do funcionalismo e lhe solicitava um gesto de grandeza que o pacificasse, apontando para a negociação com os sindicatos, já prevenindo os problemas que poderiam advir, três meses depois, quando da data-base.

Não se vestia o discurso do tom sindical, mas invocava minha posição de administrador do banco, preocupado e corresponsável pelo desenrolar dos fatos.

Três meses depois, reclamava, em outro pronunciamento, que o gesto de grandeza não só não fora feito, como as distâncias haviam sido aumentadas e concitava toda a diretoria a assumir a responsabilidade, que era de todos nós, de tentar, através da negociação com o movimento sindical, evitar maiores prejuízos e novos problemas. Evidente que Lafaiete, a princípio, tentou mostrar que tinha eu respaldo para negociar pelo funcionalismo. Negava-me terminantemente, mas man-

tinha minha disposição de fazer a ponte entre o movimento e a diretoria, insistindo em que ao movimento cabia a legítima representação para tanto.

Este tipo de ação aconteceu no decorrer de todo o processo e mesmo quando Lafaiete alija o movimento sindical das negociações, elegendo ele próprio a Contec como negociadora, meu papel era denunciar esta intromissão indébita, o que gerou a reação permanente daquele órgão contra o Garef. Mesmo nos pronunciamentos sobre salário, assumia sempre a posição institucional de alguém que é administrador da empresa e defende a negociação sindical com os representantes legitimamente escolhidos pelo funcionalismo e não pelo presidente do banco.

Considerava que este tipo de chamamento com a recusa explícita de participar da negociação, mas apenas fazer o papel de para ela abrir caminhos, era o grande serviço que prestava à luta maior da classe trabalhadora organizada, visto que esta era a sinalação que, com o prestígio gozado no seio da massa, eu lhe dava.

Ficava-me claro que o principal serviço prestado à fidelidade do meu mandato não era vestir a camisa do partido ou do sindicato, mas levar-lhes dividendos pelo bom desempenho de minha função institucional, a ponto de, em um debate com a presença de cerca de duzentas pessoas da cúpula do banco, ao ter meu trabalho reconhecido pelo presidente Lafaiete, como dizia, “apesar de ser do PT, da CUT e do Sindicato”, retrucava-lhe em aparte, afirmando que não era “apesar” mas exatamente porque era do PT, da CUT e do Sindicato que assim agia. Repetir este episódio aos que dele não tinham conhecimento não deixava de ser um carrear dividendos para a luta maior da classe trabalhadora organizada e fazer os que ainda não caminhavam por esta reflexão, a nela se aprofundarem.

Outra dificuldade para esta inserção era separar do que se tratava realmente de projeto de organização da classe trabalhadora, os meros sentimentos corporativistas muito mais daninhos à luta dos trabalhadores que benéficos.

A posição do Garef diante deste corporativismo tremendamente arraigado na cultura bancária e nocivo ao próprio banco e à luta de seus funcionários que não o percebem como danoso, sempre foi a de denunciá-lo, desnudá-lo, mostrar as falácias que o envolvem e apontar a sua substituição pelo que chamava de “resgate da dimensão da cidadania que o funcionário do BB perdeu ao se afastar, por causa de conquistas funcionais, do restante da classe trabalhadora brasileira”.

O uso das Caixas de Assistência ou de Previdência foi um dos bons motivos de debates sob este prisma da separação do que era realmente um direito à saúde e à previdência, do que era direito de cidadão e do que era mero, simples e, por vezes, danoso corporativismo. Em todos os debates sobre o tema, havia sempre a preocupação de levar à reflexão a necessidade de nos inserirmos todos na visão mais ampla de classe.

Quanto à Unidade da Uece/Quixadá, percebíamos, de logo, a necessidade de integrar a universidade ao movimento de organização da classe trabalhadora e a prática nos mostrava que esta integração não se faria apenas em um sair dos muros para observar, como sói acontecer, se não houvesse uma força interna que lhe desse sustentação e que fosse o “avesso do avesso do avesso” de quanto normalmente são as relações internas da universidade. Lembramos o que de sua análise dos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, dizia Manacorda em *El Principio Educativo em Gramsci*:

O discurso parte de uma premissa e chega a uma conclusão que levanta um problema muito amplo: o das causas que fizeram fracassar a influência das universidades na vida cultural do país. Trata-se, em última instância, apenas de um aspecto particular dessa separação entre os intelectuais e o povo, que será um dos temas fundamentais da investigação gramsciana. Mas a resposta está essencialmente determinada pela descrição da situação interna da universidade, da relação didática e humana entre professores e estudantes, da metodologia do ensino e do estudo. O contato entre professores e alunos parece a Gramsci muito pouco organizado (Manacorda, 1972, tradução nossa)¹.

Tornava-se-nos clara a necessidade de estabelecer um processo pedagógico interno que garantisse uma verdadeira inserção na realidade externa e não meras aventuras de contato com esta realidade como costumeiramente se faz com a simples finalidade de perceber, na prática, teorias descritivas da realidade. Colocávamo-nos a questão da participação na mudança real da sociedade. E se acaso nos interessava, na luta em que estávamos postos, a organização da classe trabalhadora, havia que se considerar neste processo pedagógico um projeto pedagógico que incluísse a questão da organização.

A organização, que nos traz a ideia de orgânico, de todo harmonioso, repugna à ideia de estático, cedendo-se espaço à ideia de dinamismo, de processo. Repugna à ideia de ordem posta e estabelecida, concebendo-se a participação plena, não

¹ “El discurso parte de una premissa y llega a una conclusión que plantea un problema muy vasto, el de las causas que han hecho fallar la influencia de las universidades en la vida cultural del país; no se trata em definitiva más que de um aspecto particular de esa separación entre los intelectuales y el pueblo, que será un de los temas fundamentales de la investigación gramsciana. Pero la respuesta está determinada esencialmente por la descripción de la situación interna de la universidad, de la relación didáctica y humana entre profesores y estudiantes, de la metodología de la enseñanza y del estudio. El contacto entre profesores y alumnos le parece a Gramsci muy poco organizado” (Manacorda, 1972).

como um simples fazer ou tomar parte, mas como um ter parte que significa a extensão a todos do direito de decidir. Havia, enfim, que se formar um coletivo. Um coletivo que não fosse um “parecer coletivo”, mas, na força da palavra, um “ser coletivo.”

Vem de Nadejda Krúpskaia a afirmativa: “O papel da Educação se transforma num método científico de produção coletiva, fundamentado no trabalho e na autodeterminação conjunta de seus membros” (Krúpskaia *apud* Capriles, 1989).

Makarenko (*apud* Capriles, 1989) acrescenta: “A prática pedagógica é a organização do coletivo para a educação da personalidade no coletivo e, somente, através do coletivo”. E explica o que é este coletivo e quais suas exigências: “O coletivo é um organismo social vivo e, por isso mesmo, possui órgãos, atribuições, responsabilidades, correlações e interdependência entre as partes. Se tudo isso não existe, não há coletivo: há uma simples multidão, uma concentração de indivíduos” (Makarenko *apud* Capriles, 1989).

Sobre a proposta pedagógica de Makarenko, René Capriles (1989) comenta que era “a construção de uma sociedade socialista através de uma ciência dialética chamada pedagogia, constituída como parte integrante de um coletivo de produção social”. E aclara: “...o desenvolvimento de uma nova ação docente, baseada na interligação do coletivo geral com o coletivo dos educandos e o coletivo dos educadores”. E confirma: “Com ele (Makarenko), a escola passa a ser uma coletividade total e única na qual tem que estar organizados todos os processos educativos e cada membro dessa coletividade deve sentir forçosamente sua dependência com relação a ela” (Capriles, 1989).

Algumas lições teórico/práticas de Makarenko coincidem plenamente com o que se tentou fazer na Uece/Quixadá, conforme inferimos das assertivas do pedagogo:

Nenhum método pode ser elaborado à base do par professor-aluno, mas só à base da ideia geral da organização da escola e do coletivo. Por conseguinte, as questões do trabalho educativo nunca podem ser resolvidas por meio da recomendação de algum método de cada professor em relação a cada aluno, mas só podem ser resolvidas mediante a recomendação da forma, estilo e tom para toda a organização. E a primeira destas formas necessárias à educação é o coletivo.

[...] envidei os meus maiores esforços na solução da questão da construção do coletivo, dos seus órgãos, do sistema de atribuições e do sistema de responsabilidades.

Nas minhas pesquisas cheguei a mais uma conclusão: não imaginei nem imagino como se poderia educar um coletivo, se não houver um coletivo de pedagogos. Não restam dúvidas de que não se poderá fazê-lo se cada um dos pedagogos de uma escola realiza, separadamente, o seu trabalho educativo segundo o seu próprio entendimento e desejo.

Também a questão da correlação entre os velhos pedagogos e os mais jovens é igualmente uma questão científico-pedagógica.

[...] necessário convidar um educador jovem pois já tinha muitos velhos [...] necessitava de uma moça simpática. Por que razão? Esta moça simpática introduziria nele (o meu coletivo) a juventude, o frescor e um certo entusiasmo. Que corram até boatos de que este ou aquele professor ficou gostando dela; isto só animará a atmosfera do coletivo. E quem estudou a importância desta atmosfera? É necessário que no coletivo haja também um velho ranzinza, que não perdoe nada a ninguém, nem faça concessões a quem quer que seja.

É preciso que haja também uma 'alma boa', um homem de certo modo maleável, que goste de todos e perdoe a todos e que dê notas máximas a todos; este homem reduzirá os atritos que surgirem no coletivo.

O coletivo dos professores e o coletivo das crianças não são dois coletivos diferentes, mas sim o mesmo coletivo pedagógico. É de se notar que não considero necessário educar uma pessoa isolada, mas educar todo um coletivo. É o único caminho para a educação correta” ...”é necessário criar formas que obriguem cada aluna a fazer parte da movimentação comum. É assim que educamos o coletivo, formando-o. E, dessa maneira, após o que ele próprio cria, tornando-se uma grande força educadora, o consolidamos. [...]consegui que o próprio coletivo se tornasse uma magnífica força criadora, severa, pontual, competente. Tal coletivo não pode ser formado por um decreto, nem criado num lapso de dois ou três anos: a sua criação exige mais tempo. É uma coisa excepcionalmente cara, mas quando tal coletivo existe e funciona, é necessário guardá-lo, cuidá-lo e, então, todo o processo educativo decorre com muita facilidade.

É necessário não só dar instrução aos pedagogos, mas também educá-los. Independentemente da instrução que dermos a um pedagogo, se nós não o educarmos, não podemos contar só com o seu talento.

[...] fui partidário do princípio de que toda organização do coletivo deve incluir o jogo, e nós, pedagogos, devemos participar dele.

Educar o ser humano significa capacitá-lo para utilizar adequadamente seu tempo imediato. A metodologia deste trabalho consiste em organizar novas perspectivas imediatas, em utilizar aquelas que já temos e planejar, pouco a pouco, outras mais longínquas e profundas.

Para fazer uma vida normal na qual a coletividade possa se desenvolver, é fundamental e decisivo um rigoroso equilíbrio dialético da direção e da autogestão (Makarenko *apud* Capriles, 1989).

Com efeito, o que se tentava na Unidade da Uece/Quixadá, no período 83/84, era a formação de um grande coletivo que fosse a mola propulsora de todo o trabalho pedagógico. Não se tratava de fazer nascer coletivos diversos que se isolassem, nem de fazer perder no âmbito do coletivo maior as especificidades. Todos, sem exceção, eram continuamente envolvidos na formação deste coletivo pedagógico, quer alunos, quer professores, quer funcionários, quer a própria comunidade, através de diferentes formas de participação. A figura da assembleia geral aparecia como a grande instância decisória onde professores, alunos, funcionários e direção discutiam, analisavam e decidiam realmente, garantindo-se a implementação fiel das medidas adotadas. Por mais que houvesse plena abertura para discussão de pontos de vista diferentes, quase sempre a conclusão saía por consenso, evitando-se, o mais possível, a votação, porque havia, ao mesmo tempo, uma preocupação com a manutenção tanto quanto com a locomoção do grupo como um todo. O que mais chamava a atenção era a forma pedagógica de ser destas assembleias, o que se refletia com clareza na mudança da linha de raciocínio. Exemplo típico aconteceu quando a reitoria da universidade aumentou em 100% a multa por atraso no empréstimo de livros nas bibliotecas que lhe eram afetas. A Uece/Quixadá estabeleceu uma discussão alegando que a biblioteca havia sido em sua totalidade uma doação da comunidade e, por isso, merecia tratamento diferenciado. E, enquanto, em Fortaleza, os estudantes protestavam veementemente contra a medida, o coletivo de Quixadá, por consenso, resolvia subir a multa para um teto superior ao preconizado pela reitoria, já que o raciocínio que se impôs era de que a multa era castigo para o relapso, mas defesa do coletivo.

Não havia, de fato, nada institucionalizado, esquematizado, com organogramas e outros requisitos burocratizantes. Havia, sim, um caminhar contínuo, um descobrir/construir permanente e, ao final deste período, é que já se tentava transferir para o nível do “institucionalizar” o que fora o fruto da experiência, partindo da premissa de que organização não é algo que se preconcebia, mas algo que se constitua – com a constante ideia de processo – a partir de uma prática que, em comum, foi experimentada, aprovada, desejada, refletida.

É de importância relevante salientar a preocupação com o que seria o subcoletivo dos pedagogos, dos professores. O fato concreto é que a equipe de professores era formada de profissionais das mais diversas áreas: pedagogia, filosofia, antropologia, sociologia, matemática, estatística, psicologia, física, química, economia, pesquisa, letras, história, etc. Muitos eram bacharéis, sem maiores aprofundamentos na didática ou na pedagogia. Para a sua inserção consciente no processo, além da prática do coletivo que facilita o entendimento do próprio movimento em que estão, buscou-se uma maior sustentação teórica, através de debates, avaliações, discussões de textos e mesmo a conversa individual com a direção sobre os temas pedagógicos à medida que afluíam. O próprio fato de trabalharmos em conjunto algumas disciplinas às vezes em aulas conjuntas, muitas vezes num trabalho só de aproveitamento, quase sempre no planejamento conjunto, favorecia este enriquecimento mútuo não só do aluno, senão também do professorado.

Os pendores e a forma de ser de cada um, procurávamos explorá-los em benefício do coletivo, numa ação de dupla mão em que seu conhecimento era socializado e sua ação valorizada. Exemplos claros foram os bons resultados das Semanas de Psicologia, abertas à comunidade da região e que despertaram grande entu-

siasmo na juventude local; os Seminários de Saúde em três municípios – Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu – que além de discutirem o sistema de saúde pública da região, levantaram princípios de ação e compromissos de autoridades e organizações populares; o mesmo se deu nestes municípios com relação à educação; as atividades artísticas variadas – teatro, coral, música, poesia, etc. – também punham os pendores artísticos de estudantes, professores e funcionários à disposição de todos, à medida que abriam espaços de apresentação dos talentos escondidos e contribuíam sobremaneira para o bom clima da escola, nos dias de confraternização, nos momentos de pequenas solenidades ou mesmo como excelente instrumento de aproximação com segmentos da sociedade.

Se tudo isto nascia de uma atmosfera que se criava, esta atmosfera se recriava, a cada instante, a partir de todas estas atividades, da forma pedagógica de ser escola, da mentalidade nova que ali nascia de educação como ação coletiva. Na realidade, esta atmosfera ia contagiando aqueles que dantes não imaginavam sequer tal tipo de trabalho, muitos até já experimentados professores, outros jovens mestres. E à medida que se alastrava, este entusiasmo se reforçava, trazendo em si a facilitação da criação do coletivo. Consequentemente, este coletivo crescia em energia criadora, em força motriz não apenas de novas realizações, mas também de seu próprio crescimento.

Evidenciava-se-nos a questão do tempo. Mais tempo para maturar, maior crescimento haveria no processo, maior enraizamento do projeto que se esboçava, maior clareza dos caminhos e formas de fazer.

O que antes, por exemplo, ia nascendo de uma forma quase espontânea ou empírica, já requeria um replanejamento o que, em si, se constituía, e era assim encarado, como processo altamente educativo.

Fundamental nos parecia ainda o que Makarenko chamou de “equilíbrio dialético entre direção e autogestão” (Makarenko *apud* Capriles, 1989). Longe de desaparecer, a figura da direção se constituía em peça fundamental da garantia da autogestão do coletivo, à medida que reforçava o bom resultado do coletivo pela boa implementação das medidas adotadas em conjunto. Isto se torna o ponto nevralgico, a nosso ver, do processo que se tentava realizar. Tanto que é sobre este aspecto que se abate toda a força da repressão que visou desestabilizar – e em muito o conseguiu – o processo pedagógico que defendíamos. A história da unidade de Quixadá, neste contexto, apresenta três momentos diferentes:

Um primeiro – o que aqui analisamos – em que a ideia do coletivo era uma constante, defendida e praticada, crescendo à medida que se reforçava a si própria por seus frutos;

Um segundo momento – em que esta ideia foi negada, proibida, ridicularizada, perseguida, até;

Um terceiro momento – que me parece o pior – em que a ideia do coletivo é retomada, para atender aos anseios da resistência que comparava os dois momentos anteriores; e, ao mesmo tempo que retomada, se cria um movimento concreto de desacreditá-la, através da reedição das assembleias, sem respeito, entretanto, a algumas decisões que passam a ser boicotadas, rompendo-se o equilíbrio dialético que garantia o reforço à ideia.

Além disso, o trabalho da direção passava muito por um costurar a ação pedagógica, numa tentativa de complementar, no trabalho mais individual, o que se perdia, para uns, na ação coletiva, permitindo, desta forma, um enriquecimento do processo.

Bogdan Sucholdoski, em *Teoria Marxista da Educação*, chama a atenção para a análise das reais condições de vida,

como base indiscutível para o desenvolvimento de formas de vida moral e intelectualmente mais elevadas que teriam possibilitado a Marx uma visão do problema do ensino das crianças real e concreta. Realmente, isto se evidencia para Marx e Engels, com clareza, em *Crítica da Educação e do Ensino*. Era papel da direção estar atenta às condições de trabalho dos alunos, posição familiar e todo o contexto que os cercava na comunidade, não só para esmiuçar a discussão de alguns temas individualmente, senão também para fornecer, ao coletivo dos professores, dados imprescindíveis à análise pedagógica do desenvolvimento de cada aluno, ou da classe como um todo. Dentro deste contexto, alunos que, por razões externas, se saíam mal em algumas disciplinas num determinado semestre, recebiam a aprovação oficial e se comprometiam a um tratamento especializado de recuperação no semestre seguinte, em paralelo às ações pedagógicas normais. Tais procedimentos eram rigorosamente seguidos e muitos se revelaram excelentes alunos, após o episódio.

Esta forma de fazer educação como ação coletiva permanentemente não se poderia concretizar, faltasse uma convicção forte de outro conceito sempre presente ao materialismo histórico e dialético: o conceito de omnilateralidade.

Em *Marx y la Pedagogia Moderna*, Mario Alighiero Manacorda resume, com clareza, o pensamento Marxista:

A conclusão que, em resumo, se pode tirar dessa posição de Marx é, portanto, uma exigência de reintegração de um princípio unitário do comportamento humano. Exigência à qual não basta responder com a hipótese de uma teoria pedagógica e um sistema de educação que reintegrem imediatamente essas diversas esferas divididas entre si; mas sim que pressupõe uma práxis educativa que, acompanhando o desenvolvimento real da sociedade, concretize a não separação dos homens em esferas alheias entre si e opostas — ou seja, uma práxis educativa

que se baseie em um modo de ser o mais associativo possível e coletivo em seu interior, e, ao mesmo tempo, vinculado à realidade social que o cerca (Manacorda, 1979, tradução nossa)².

Temos a consciência clara de que um sistema pedagógico que se queira encerrar dentro das quatro paredes da escola jamais apontará para o crescimento omnilateral da pessoa. Presupõe-se, para tanto, uma prática pedagógica identificada com o processo real da sociedade, que seja capaz de assegurar o coletivo interno e a abertura para a realidade externa. Abertura que não signifique mera sensibilidade ou atenção, mas inserção transformadora no processo.

A participação de professores e alunos na vida sindical, na organização regional da CUT, na luta das professoras leigas municipais, na vida partidária, no Movimento dos Sem-Terra, na Comissão de Pastoral da Terra, nas associações de bairros etc., e, ao mesmo tempo, a abertura de amplos espaços internos para debate e reflexão sobre tais temas, contribuíram imensamente para desenvolver esta concepção educativa baseada na omnilateralidade do homem. Assim, o próprio movimento estudantil que mais tarde terá uma participação decisiva de apoio aos primeiros passos da Associação das Professoras Municipais do Interior do Ceará (Apromice), envolveu-se também na questão da terra, na criação de novos sindicatos, na renovação da vida sindical já existente, bem como nas atividades político-partidárias, e outras de cunho comunitário.

² “La conclusión que, en resumen, se puede sacar de esta posición de Marx es, pues, una exigencia de reintegración de un principio unitario del comportamiento del hombre. Exigencia a la que no es suficiente responder con la hipótesis de una teoría pedagógica y un sistema de educación que reintegren inmediatamente estas variadas esferas divididas entre sí; sino que presupone una praxis educativa que, ciñéndose al desarrollo real de la sociedad, realice la no separación de los hombres en esferas ajenas, ajenas las unas con respecto a las otras y opuestas, es decir, una praxis educativa que se base sobre un modo de ser lo más asociativo posible y colectivo en su interior y, a la vez, unido a la realidad social que le rodea” (Manacorda, 1979).

Desta forma, se o estudo da teologia da libertação e a discussão sobre as CEBS eram importantes e foram requisitados, era-o também a pesquisa sobre as formas diversas de cultura popular, do que não se descurou. Se importava, por um lado a cultura popular, não se olvidava a erudita, com debates variados sobre filmes, peças teatrais, exposições, etc.

A arte era estimulada não apenas como forma de “elevação cultural”, senão também como instrumento pedagógico de longo alcance popular, sem se esquecer também o caráter lúdico e de prazer que ela traz em si. Até a análise da conjuntura política constantemente feita assim, não se manifestava como atividade superior ao contato com as formas mais populares de expressão artística, ou simples contato tantas vezes realizado com as populações sertanejas. Mas se apresentava também indispensável, dada a permanente preocupação com a análise de uma realidade sempre dentro do contexto da omnilateralidade do homem.

Enfim, pretendia-se desenvolver o tipo de homem que, segundo Manacorda, Marx tinha em sua mente:

O tipo de homem que Marx tem em mente é aquele que rompe o cerco que o limita a uma experiência restrita e cria novas forças de domínio sobre a natureza; que se recusa a ser relojoeiro, barbeiro, ourives e passa a atividades mais elevadas. Um homem educado por doutrinas não ociosas, com ocupações não estúpidas, capaz de sair do estreito âmbito de um trabalho dividido. Esse é o tipo de homem omnilateral proposto por Marx — superior ao homem existente, na medida em que a classe operária estará situada acima das atuais classes superiores e médias, pela união entre trabalho e ensino (Manacorda, 1979, tradução nossa)³.

³ “El tipo de hombre que Marx tiene en su mente es el hombre que rompe el cerco que lo encierra en una experiencia limitada y crea nuevas fuerzas de dominio sobre la naturaleza, que se niega a ser relojero, barbero, orfebre y pasa a actividades

Para tanto, havia que ter uma escola de princípios rigorosos, tal e qual o exigiram tanto Marx quanto Gramsci:

'Em definitiva, tanto em Marx quanto em Gramsci, aparecem igualmente destacadas as exigências do rigor objetivo do ensino e — embora com soluções práticas diferentes — as do momento subjetivo e pessoal' (Manacorda, 1979, tradução nossa)⁴.

A rigorosidade dos princípios e de sua obediência garantiam a manutenção do coletivo a quem cabia, enfim, a determinação das normas. Uma escola de princípios rigorosos define claramente as funções de professor e aluno, sem, no entanto, dar a um ou a outro o poder de subjugar alguém. É Georges Snyders, em *A alegria na escola*, quem nos aclara esta reflexão:

Os alunos não devem ser submetidos aos humores, às decisões sempre mais ou menos arbitrárias de um homem, nem ao regulamento impessoal da escola; os alunos não têm de aprender a subordinação a um homem. Têm obrigação, em todos os sentidos do termo, com relação à cultura; pela autoridade do professor eles vão se formar na hierarquia libertadora da cultura. A autoridade do professor é uma consequência e natureza do cultural, não uma causa primeira. Na realidade, professor e alunos estão todos engajados na hierarquia da cultura, mas em diferentes planos e distâncias diferentes. É porque a autoridade do professor pode não ser humilhante: é possível, ou melhor, é essencial, e isto desde o

mas elevadas. Un hombre educado con doctrinas no ociosas, con ocupaciones no estúpidas, capaz de salir del estrecho ámbito de un trabajo dividido. Este es el tipo de hombre omnilateral que propone Marx, superior al hombre existente, en tanto en cuanto la clase obrera estará situada por encima de las actuales clases superiores y medias, por la unión de trabajo y enseñanza" (Manacorda, 1979).

⁴ "En definitiva, tanto en Marx como en Gramsci, aparecen igualmente destacadas las exigencias del rigor objetivo de la enseñanza, y — aunque con diferentes soluciones prácticas — las del momento subjetivo y personal" (Manacorda, 1979).

início da escolaridade, que os alunos sejam levados a sério, tratados com respeito, visto que se trata de fazê-los participar de uma alegria (Snyders, 1988).

O rigor com que se exigia o cumprimento das obrigações de professores e funcionários, estudantes e direção, garantiam, entretanto, não apenas a construção harmoniosa do coletivo, não apenas o desenvolvimento omnilateral de cada um, não apenas o respeito pelo outro como norma de vida, mas também um ambiente de alegria, entusiasmo e otimismo.

E o tema do otimismo e da alegria que foi uma constante naquele período da Uece/Quixadá também nos é aclarado pelo mesmo Snyders na mesma obra:

O otimismo é uma categoria progressista, uma arma revolucionária... revolucionária [...] o destino de uma escola age sobre a manifestação de uma cultura capaz de responder à expectativa séria de felicidade nos jovens – essa expectativa que eles exploram através das formas múltiplas, matizadas de sua cultura e da nossa: dar um sentido à sua vida, encontrar razões para viver (Snyders, 1988).

Este anseio de felicidade, de necessidade de alegria e otimismo que o jovem encarna, era facilmente socializado no coletivo, contagiando cada professor recém-chegado, muitos já marcados pelos desânimos da vida, quer seja pela própria condição do magistério, quer tenha sido pelas marcas da repressão política do período militar que caminhava para o ocaso. Eram fundamentais para manter este clima de compreensão e companheirismo, de alegria e otimismo, de possibilidade de soluções de problemas pelo diálogo constante, os dias de lazer realizados no Açude do Cedro, ou as noites de festas internas como quadrilhas e casamentos matutos, brincadeiras, danças, etc.

Esta luta contínua pela alegria, longe de ser uma alienação diante do processo histórico vivido, encerrava conscientemente formas de resistência à opressão e à dor, o que fazíamos questão de salientar na discussão que precedia à programação destas atividades. Com Lênin, e como Pistrak, não podíamos acreditar na neutralidade da educação. Tínhamos consciência de sua função política. Não mudar a realidade social significa ser conivente com o *status quo*. Paulo Freire nos afirma que ninguém opta pela tristeza e pela miséria. Queremos todos a felicidade. E se o que desejamos é a felicidade e a felicidade se transforma em realidade pela vivência da alegria, há que fazer o “avesso do avesso do avesso do avesso” da realidade que aí está e que nos diz que “não dá pra ser feliz”. Há que promover a alegria como “arma revolucionária” e “contraideologizar” a dor que está no povo, cantando com Chico: “a dor é tão velha que pode morrer”. E difundir a certeza de que a dor que está viva é semente contraditória da felicidade, desde que se lute por eliminá-la. Ou como diriam João Bosco e Aldir Blanc: “sei que uma dor assim pungente não há de ser inutilmente”. Melhor colocando: tentávamos a integração dialética de teoria e prática, conscientes como Pistrak em *Os Problemas Fundamentais da Escola do Trabalho* de que uma prática pedagógica revolucionária não acontece sem a concepção de uma teoria pedagógica revolucionária. Ou seja, ainda: era uma forma de “a escola ajudar a classe trabalhadora a assumir sua posição como 'classe para si'” (Pistrak *apud* Rossi, 1982) conforme defendia o mesmo Pistrak.

Na experiência do Garef, entretanto, por mais que muito do que analisamos estudando a Uece/Quixadá ali se aplique, o trabalho com o coletivo apresentava uma dimensão totalmente diferenciada.

Em primeiro lugar, há que se considerar que não havia, na prática, um subcoletivo dos educadores, pois, se de uma forma

não houvera isto sido pensado, a equipe que poderia fazer este papel também, na esteira da normalidade, não tinha por que se pensar esta atribuição. Em segundo lugar, como desenvolver um trabalho coletivo de educação, quando os demais interagentes não se encontram? Como fazer, por exemplo, na imitação da Uece/Quixadá, assembleias em que se discutisse, passo a passo, o processo, se tomasse decisões, se avaliasse, se planejasse em comum?

Desta forma, a equipe formada no gabinete com a finalidade por um lado de ser um laboratório onde se percebessem reações de todos os segmentos do funcionalismo (daí sua flagrante heterogeneidade), passava a ser preparada também para, de algum modo, assumir esta função de subcoletivo dos pedagogos, condição que Makarenko apontava como essencial. Em meio a toda aquela heterogeneidade, havia que se construir um mínimo de discurso homogêneo. Não faltava ao gabinete, entretanto, pelo contrário, sobrava-lhe a diferenciação que ia do “velho ranzinza ao boa alma ou à moça simpática” necessária à criação da atmosfera, conforme pregava ele. E retornando-lhe a palavra, como não eram o coletivo dos educadores e dos educandos dois diferentes, mas um só coletivo, estabelecia-se o processo enriquecedor do ensinando e aprendendo e vice-versa. Esta configuração heterogênea do gabinete exigia, entretanto, do conselheiro uma enorme preocupação e constante labuta no sentido de sua manutenção, sem o que a própria locomoção do grupo se tornaria deficiente. Terminava por ser, assim, mais um subproduto, diríamos, do processo educativo.

Para isto muito concorreram os encontros fora do ambiente de trabalho em clima descontraído e alegre, a atmosfera de descontração apesar de todas as pressões e as brincadeiras constantes que desanuviavam e minimizavam conflitos que não eram fundamentais, mas muitas vezes simples válvulas de escape diante das

exigências permanentes do momento político ou da expectativa que, uma vez criada por parte dos representados, tendia sempre a aumentar, apesar da preocupação em respostas que apelavam sempre para a possibilidade de solução pela via coletiva da organização.

Restava, porém, a mais difícil tarefa: o trabalho pedagógico coletivo à distância. Como solucioná-la?

Partimos do princípio de que teríamos um coletivo quando conseguíssemos estabelecer uma ponte entre os envolvidos com algo que nos fosse comum. O ponto de partida, portanto, era perscrutar as bases, sentir-lhes os sentimentos, os anseios, os desejos, as esperanças e as dificuldades, o que gostariam de dizer. Sentia também que, à medida de minha fidelidade em representar, se estabeleceria o elo coletivo que uniria, aparentemente, representante e representados, mas em última análise o coletivo do funcionalismo.

Convém ressaltar que não se trata, em nenhum momento, de defender a posição ingênua de que a exigência deste grau mínimo de concordância capaz de estabelecer as bases de um processo pedagógico coletivo se constituísse na admissão de uma possibilidade de grande consenso. Havia que descobrir, evidentemente, porém, em que pontos sustentar a concordância mínima.

O momento vivido pelo banco no governo Collor parecia trazer subsídios a esta decisão. Desde 1964, com o golpe militar, recrudescera a campanha pela extinção do Banco do Brasil, o que se coloca como condição do modelo de desenvolvimento associado estabelecido para a economia brasileira em substituição ao modelo econômico de substituição das importações e industrialização do país sustentado pelo nacionalismo-desenvolvimentista. O corte das linhas de crédito oficiais – como

foi acontecer com a extinção do acesso à conta movimento – a taxação da agricultura, o enfraquecimento dos bancos oficiais, tudo isto cerceava o BB. A perda da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) para favorecer o esquema PP (Pedro Paulo), o desaparecimento do Citrin (órgão que controlava a produção e a comercialização do trigo), a anistia de dívidas, enfraqueciam o banco. Por outro lado, internamente, o banco se debatia com problemas que o colocavam nas manchetes policiais, perdendo crédito e confiança. Jogava-se contra ele a população, através da mídia, perdendo ele imagem e respaldo. E o que era pior, adotava-se uma política de recursos humanos que dividia o funcionalismo, e chegava a humilhá-lo. Por outro lado, este funcionalismo, distante da realidade do país, não sabia reagir à pressão da sociedade que o acusava de “marajá” exatamente quando ele deixava de sê-lo. Parecia um túnel sem luz. Desestimulado, ele se sentia incapaz, por medidas governamentais, de cumprir um papel de financiador da atividade econômica da população, máxime em se tratando de atividade agrícola. E aquele banco com uma cultura voltada para fomentar o desenvolvimento, se vê, de repente, violentado na perspectiva de se tornar mais um banco captador de recursos, na ciranda financeira.

É contra esta disfunção que se levanta o Garef. Junta a todos sob um mesmo discurso, para todos aponta um caminho de resistência que não está na espera de nenhum salvador da pátria, mas que, “embora difícil, seria possível à medida de nossa organização”. Discutíamos, em conjunto, embora espalhados pelos quatro cantos do país, embalados pelo mesmo tema, para onde e para que caminhar. Mas ia ficando uma certeza: caminhar em conjunto, apesar das diferenças que precisavam, por isso, ser explicitadas.

Seria a participação na gestão um caminho para esta resistência? Não seria necessário abrir nossa visão para um sentido maior de classe trabalhadora, extrapolando os limites pequenos da visão corporativista? Que relações de trabalho deveríamos ter então? Uma relação tradicional dentro da manutenção do sistema hierárquico do banco, de regras e normas rígidas, ou algo que viesse na contramão de tudo isto garantindo a organização pela ética, pela explicitação de um código de ética interna que não olvidasse jamais os princípios éticos da cidadania?

O Boletim Garef e os debates, por todas as regiões do país, serviam para socializar a preocupação e o discurso e enquanto isto acontecia, surgiam experiências as mais variadas que o boletim insistia em divulgar, como as experiências de participação na gestão e planejamento participativo nos Cesec Imbiribeira em Recife, e Mercês, na Bahia, ou como a organização de um movimento de defesa do banco, no Rio de Janeiro. Servia ainda o gabinete de ponto de redistribuição destas experiências, estimulando o debate e o surgimento do novo, a partir das pontas, o que era extremamente inédito também no âmbito do banco. Através do boletim foi criada então a Bolsa de Ideias, um programa pelo qual anunciávamos os projetos e trabalhos que nos chegavam em disquete e quem estava interessado em debatê-los em seus locais de trabalho nos enviava disquetes vazios que retornavam cheios, propiciando muita discussão pelo Brasil afora.

Evidentemente que tentar construir desta forma um coletivo pedagógico requeria uma preocupação toda especial com a linguagem. Repito que foi a linguagem desenvolvida garantindo confiança e tocando a cada um individualmente, a par das ações que a referendavam pela coerência, a grande responsável pela consecução desta meta pedagógica deste difícil coletivo.

Mais uma vez, na focalização do coletivo como caminho pedagógico, estávamos com Makarenko (*apud* Capriles, 1989):

Um trabalho educativo que não persegue uma meta detalhada, clara e conhecida sob todos os seus aspectos é um trabalho educativo apolítico; nós não temos o direito de começar um processo pedagógico sem procurar um determinado objetivo político.

Havia, sim, esta perspectiva política do que fazer pedagógico que nos levava a esta tentativa de estabelecer este tipo de coletivo de cuja necessidade o mesmo Makarenko acrescenta:

Todo educador deve saber exatamente o que quer obter do coletivo em cada momento da sua vida e como fazer para identificar esse momento. Os objetivos não são imutáveis, eles variam de acordo com as mudanças da sociedade e a finalidade da educação é satisfazer estas necessidades de mudança social de cada coletividade. Quanto mais abrangente o coletivo, cujas perspectivas sociais se transformam em perspectivas pessoais próprias do homem, tanto mais belo é o homem e mais elevada a sua posição (Makarenko *apud* Capriles, 1989).

Esta perspectiva do momento do coletivo e de sua atuação em cada momento fica muito clara quando percebemos os saltos gritantes entre um primeiro momento de criação do coletivo, com perspectivas imediatas; um momento mais adiante, em que, mais amadurecida a coletividade assim formada, nasce a perspectiva de chamá-la a uma luta intermediária que se apresentava no momento, no caso do *impeachment* e do chamamento à denúncia de situações e fatos e alerta para a necessidade de ir às ruas exercer sua cidadania; e finalmente, num instante seguinte, a perspectiva distante de quem aponta para

um banco que precisa estar a serviço de um novo país e de um novo tempo. São estas as três perspectivas (imediate, intermediária e distante) que o pedagogo russo apresenta como fases do desenvolvimento da própria coletividade.

Não vemos a necessidade de estabelecer todo um etapismo capaz de criar situações de assimilação de momentos diferentes. Por isto, desde o início da atuação do gabinete, melhor dizendo ainda, desde a campanha eleitoral que a precedeu, já se estabelecia um discurso aberto apontando para a omnilateralidade de um homem que, em sua situação real, concreta de bancário engolido por um sistema financeiro antropófago tende sempre à unilateralidade responsável por reduzir seus anos de vida após a aposentadoria a cerca de três anos em média, pela impossibilidade de ver a vida sob outros prismas que não o da atividade bancária.

O apelo permanente à reflexão sobre a questão maior da ética mais ampla, a questão da cidadania, o direito à alegria e à felicidade, o passo necessário da classe em si para classe para si, a questão consequente da organização, o pulo da individualidade egoísta para o coletivo solidário, a intromissão da poesia na linguagem do banco, impregnando a vida bancária de sentimentos abolidos como carinho, ternura e amor, tudo isto tinha intenção pedagógica de apontar para a omnilateralidade do homem.

Resta observar que algumas das críticas recebidas sobre o assunto, por mais que houvessem partido do movimento sindical, era justamente em cima desta redução do homem. Esperava-se do Garef que suscitasse militantes, pura e simplesmente, enquanto na realidade achamos que a verdadeira militância precisa envolver compromisso político com competência técnica e visão de totalidade na sua relação com o mundo.

Só esta abertura para a totalidade pode dar ao homem possibilidade constante de vir-a-ser-mais, de crescer, de libertar-se. Aliás, di-lo o próprio Marx no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. “Não é a consciência dos Homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx *apud* Fernandes, 1984).

Sem esta abertura para a totalidade da vida não há como se tornar este ser social capaz de determinar sua consciência pela qual, intencionando-a sobre a transformação do mundo, faz a história.

Concluindo, bem que poderia afirmar que a determinação de estabelecer – no desempenho de um papel de administrador do Banco do Brasil sob a ótica do funcionalismo – um processo pedagógico baseado na interação educativa do binômio representante/representados, trouxe-nos algumas aprendizagens acerca do próprio processo educativo.

Sem dúvida que neste processo de ensinar/aprender vivido quer pelo educando, quer pelo educador, no caso concreto do Garef, ressalta-se a relação entre o processo educativo de ensinar/aprender com a questão da comunicação. Diria até que se confirma aqui muito do que já se aprendera na experiência da Uece/Quixadá, sendo que esta relação surge de uma forma inusitada e intencionalmente descoberta em outra dimensão e mais que isto surge ainda a necessidade de se refazer como educador. Educador que só se é enquanto alguém que interfere em um processo guiado por um projeto mínimo capaz de navegar na interação das pessoas e dos condicionamentos do processo.

Aclaram-se, enfim, as perguntas que nos assaltavam, dada a especificidade do caso, ao início das atividades do Garef: Que

tipo de saber socializar? Como fazê-lo aprender/apreender pelo funcionalismo? Como comunicá-lo real e consistentemente, nesta situação ensino/aprendizagem e, ao mesmo tempo, romper barreiras, apontando o novo? Como seria a fala deste educador? Como realizar o momento profético que Garaudy afirma necessário a toda pedagogia e revolução?

*Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição.*

(Geraldo Vandré – Pra não dizer que não falei das flores)

Aprender é participar do saber, a ponto de transformar em vivência o conhecimento adquirido. Participar é, realmente, ter a capacidade de decidir e fazê-lo. Consequentemente, ao aprender, eu empresto ao saber a minha visão, fruto do que sou e dos valores que adoto. Decido sobre o saber à medida que o transformo, fazendo-o um próprio meu, reelaborando-o, dando-lhe minha feição.

Cai por terra, desta forma, a crença tradicional de que o saber é transmitido de alguém que sabe para alguém que não sabe. Não há participação sem comunicação, uma vez que comunicar é o ato pelo qual se proporciona a alguém a possibilidade de participar de um objeto comum do conhecimento. Numa situação de ensino-aprendizagem, temos um encontro de pessoas em que se procura o objeto do conhecimento e, portanto, a coparticipação do mesmo.

Não se dá, portanto, uma transmissão de um conteúdo, mas uma admiração em conjunto, quando ambos refletem e reelaboram o mesmo objeto. O papel do educador consiste em tornar disponível à apreciação do educando um conteúdo que, até então dominado, de certa forma, ele, o educador possui, porque o tem de forma organizada e sistematizada:

*Deixa que a tua certeza
Se faça do povo a canção
Pra que teu povo cantando
Teu canto, ele não seja em vão*

(Geraldo Vandré e Fernando Lona – Porta estandarte)

Uma vez, então, lhe havendo posto à consideração o objeto do conhecimento, reconsidera-o também, o educador, acrescentando à sua a visão do educando, num processo de enriquecimento mútuo que pode passar, também, pelos caminhos da divergência. É a discordância que enriquece, pregada por Dom Helder Câmara. Em consequência, podemos concluir que:

- O objeto do conhecimento, enquanto se faz um próprio meu, é mutável ou passível de enriquecimento à medida que, em readmirando-o à luz de outras óticas, o refaço, e, por ele, se refaz o meu pensar.
- Não há um momento de pensar e outro de agir, mas teoria e prática se interpenetram e se reconsideram à medida que minha teoria modifica minha prática e esta, por sua vez, modificada, cria subsídios e substrato para modificar minha teoria. Fazer-me um ser de práxis é me tornar capaz de, sendo no mundo e nele me sabendo, ser capaz de aperfeiçoá-lo e, consequen-

temente, a mim também, através da prática refletida.

- O processo de comunicação não se dá linearmente, mas em círculo, num vai-e-vem contínuo, sem momentos de princípio ou fim, pontos de partida ou de chegada.
- A situação ensino-aprendizagem, enquanto busca (pesquisa) para apreender um objeto cognoscível é um trabalho de conjunto, pois mesmo enquanto leio apenas, estou em comunicação com quem o conheceu antes de mim, o que estabelece uma imensurável cadeia de pessoas. Quando transmito, portanto, meu conhecimento a quem não sabe, sou apenas alguém que conheceu antes de outrem, mas que refaço o meu pensar em comunhão com estes outros. “Ninguém ensina a ninguém: ninguém aprende sozinho, mas os homens aprendem em comunhão” (Freire, 1983).

A palavra não é dita sozinha. Não há um instante de pronunciá-la e outro de ouvi-la. Mas há um só momento em que se integram os dois polos que, através dela, se fazem um só, em torno do mesmo ato recriador que ela realiza. Ainda que estes dois polos se encontrem distantes no espaço e no tempo, como acontece na leitura. A comunicação, que vem a ser o próprio processo ensino-aprendizagem, é uma interpenetração de dois ou mais seres que trocam experiências em torno do mesmo objeto do conhecimento. Poderíamos, então, acertar com Juan E. Diaz Bordenave e Adair Martins Pereira que:

O professor deve ser um comunicador dialogal e não um transmissor unilateral de informação. Ser um comunicador, por outro lado, não é agir como um 'showman' e menos ainda como um persuasivo doutrinador. Significa desenvolver empatia: colocar-se no lugar do aluno e, com ele, problematizar o mundo para que, ao mesmo tempo em que aprende novos conteúdos, desenvolva seu máximo tesouro: a habilidade de pensar (Bordenave; Pereira, 1983).

Na comunicação, portanto, não se dá uma relação de dominação, mas sim de cooperação. Ou como diria Paulo Freire (1983): “O educador, num processo de conscientização (ou não), como homem, tem o direito a suas opções. O que não tem é o direito de impô-las”.

Somente assim será possível, segundo o mesmo autor, que “educador-educando e educando-educador, no processo educativo libertador, sejam ambos sujeitos cognoscentes, diante de objetos cognoscíveis que os mediatizam” (Freire, 1983).

O espaço da educação é, no dizer de Rubem Alves, um espaço artesanal: “espaço invisível e denso que se estabelece a dois” (Alves, 1984). Por isso, a necessidade de o educador “reaprender a falar”. “Reaprender a falar”, reitera, é:

- apalpar, sempre, a nossa própria ideologia, repensando-a a cada instante;
- desconfiar do próprio discurso, analisando-o criticamente para que não nos deixemos envolver por interesses outros ou não esteja condizente com o nosso ser;
- inventariar nossa bagagem conceitual; revê-la, sempre, no sentido de atualizá-la e mesmo valorizá-la corretamente;

- assumir que o discurso do educador deve passar pelo corpo, vir do íntimo e brotar da vida, com tudo que a constitui – razão e sentimento – sendo a expressão fiel de um crer que só existe na realidade quando se faz um viver.

Por ser o processo de aprendizagem um processo de transformação e mudança, e serem, educador e educando, seres comprometidos com a mudança do mundo, porque capazes de ação/reflexão, a palavra – que tem o poder de fazer presente o ausente – tem implícita em si (como no sonho se inclui) a antevisão e o projeto de um futuro transformado. Por isso, a comunicação que brota no encontro educador-educando deve refletir o sonho de um mundo melhor:

*[...] Ainda viro este mundo
Em festa, trabalho e pão.*

(Gilberto Gil e Capinam – Viramundo)

Consequentemente, se o discurso do educador deve “passar pelo corpo”, a sua postura – parte integrante de sua comunicação – deve ser a da práxis, pois:

*[...] Muita diferença faz
entre se lutar com as mãos
e abandoná-las pra trás*

(João Cabral de Melo Neto – Morte e vida severina)

Esta concepção de educação/educador, de ensino e aprendizagem e de comunicação pedagógica tem a consciência da necessidade de um projeto pedagógico que oriente o educador na sua intervenção transformadora em um processo dado de educação. Há de ter também a clareza de que este projeto precisa ter, em sua construção, “certo grau de concordância da parte dos envolvidos”. Descortinada esta consciência na caminhada de Quixadá e já cristalinamente assumida no Garef, reforçou-se em ambas as experiências. Ainda uma consideração indispensável sobre o papel da poesia em um projeto pedagógico libertador: estamos no mundo, nele nos sabendo. Faz parte de nossa percepção humana de estarmos no mundo o quanto constitui nossa relação com o não eu. A dinamicidade do processo humano de viver há de incluir uma relação transformadora da realidade em que nos inserimos.

A poesia, por ser forma original e simbólica de sentir a vida, de criá-la e recriá-la, não se pode furtar ao mister de participar da transformação do homem e do mundo. Há que traduzir nos versos, o menestrel que labuta, a luta do cotidiano. Não se pode negar o bardo trabalhador, artífice de quanto se constrói, ao labor de esculpir, com palavras, as mais humanas condições de ser.

O trabalhador consciente, inserido numa sociedade de classes, com um compromisso humano com a vida, não vê na poesia uma fútil forma de devaneio, ou algo à parte da realidade. Concede-a inserida no contexto do concreto, na totalidade do real.

Não constrói apenas o trabalhador aquela poesia real que brota cinzelada das mãos de quantos labutam e se expressam no que constroem. Desafia os empecilhos que à classe trabalhadora se opõem, visando impedi-la de desenvolver o espírito

e penetrar os arcanos do pensamento, porque o pensar é um ato revolucionário. Retrata com as palavras a vida. De toda crueza e rudez se reveste a vida do trabalhador. Pois ele a desnuda de suas próprias vestes. Pronuncia o mundo novo. Grita a palavra que incomoda a quantos vivem da morte alheia. Berra a denúncia. Brada contra a injustiça.

A poesia, enfim, é política. Como se requer de todo ato humano. Há que não se esconder a poesia do trabalhador sob o falso manto da neutralidade que favorece os mais fortes.

Político também é o desejo da felicidade que a poesia vislumbra, aponta, antecipa. A felicidade e a consciência da necessidade do prazer são atos revolucionários num mundo que convencionou proibi-los para acostumar os homens à dureza do látigo, da opressão.

Por isso, há que revolucionar este mundo feio da opressão com a beleza da poesia que liberta. Felicidade é o que procuramos. Para encontrá-la precisamos lutar por uma sociedade de iguais, fazendo o diferente do que aí está, “sem medo de ser feliz”.

DO AINDA-NÃO-SEND O AO ESTANDO- BEM-COM-O-ESTANDO-SEND O-MAIS: SEM MEDO DE SER FELIZ.

*É preciso sonhar,
mas com a condição de
crer em nosso sonho,
de examinar com atenção
a vida real,
de confrontar nossa observação
com nosso sonho,
de realizar escrupulosamente
nossa fantasia.*

(Lenin, 1986)

Analizamos, neste trabalho, duas experiências. Na Uece/Quixadá caracterizava-se o mais comumente analisado: a administração do pedagógico. No Garef, pelo contrário, algo inusitado: o pedagógico na administração.

Por um lado, a experiência da escola se desenrola, com a percepção clara da necessidade de um projeto que oriente o processo, mas que se vai desvelando passo a passo, muito embora lhe estivessem postas as linhas mais gerais. Por outro lado, no Garef, este projeto se delineia bem mais claramente, desde seu início, para o educador.

Das duas experiências algumas certezas:

- Um projeto pedagógico é condição *sine qua non* para que um educador possa interferir em um processo pedagógico libertador.
- Um projeto pedagógico não pode ser algo elaborado, aceito e encetado apenas pelo educador, pois em todo processo pedagógico há o posicionamento de pessoas diversas que, por sua vez, são diferentes e sofrem diferentes condicionamentos.
- Ainda, dada a singularidade e diferentes condicionamentos dos envolvidos, um projeto pedagógico não pode jamais estar pronto, acabado e definido, até porque, como dizia Marx, “o chão do homem é a história e não a natureza” (Marx *apud* Fernandes, 1984).
- A educação, por ser uma atividade coletiva, exige um projeto pedagógico com princípios e pressupostos que têm a ver com as visões de homem e de mundo dos envolvidos no processo.
- Para o desenvolvimento de um projeto pedagógico há que se estabelecer um consenso mínimo necessário em torno de suas concepções básicas, por parte dos envolvidos.

- Optamos por uma concepção de mundo e de homem que exige que caminhemos em um processo educativo com um projeto de libertação.
- Diante das considerações postas e à luz das experiências analisadas, impõe-se-nos a questão central:
- Considerando como ponto pacífico que a neutralidade é mito, que os envolvidos em um processo pedagógico sofrem condicionamentos diferentes e, em si, não singulares, como buscar este mínimo necessário de consenso em torno da concepção de um projeto pedagógico capaz de eleger a libertação como sentido do processo educativo?

Na tentativa de compreender os dois processos vividos, fica uma certeza de que há algo que é comum a todos os homens, algo que precisa ser identificado a partir da observação de que pontos, dadas diversas e diferentes situações, tocavam igualmente a todos os envolvidos.

Parece-me lógico buscar na natureza mesma do homem – sujeito de toda a educação – este algo comum. Enfim, se “o chão do homem é a história”, é este mesmo homem que constrói este chão – sujeito da história que ele é. Retomamos o tema da natureza do homem – sujeito da história e da educação:

*Quero a utopia
Quero tudo e mais
Quero a felicidade
Dos olhos de um pai.*

(Milton Nascimento – Coração Civil)

A história nos tem mostrado o homem como um ser inacabado, não pronto, em permanente marcha para uma perfeição que jamais atinge. Entretanto, buscá-la é sua razão de ser. O “homo viator”, portanto, não é um ser, no sentido de algo pronto e definido. É um processo, movimento. Um vir-a-ser-cada-vez-mais. Diríamos, então, que o homem é um vir-a-ser-mais capaz de ação e reflexão.

Não há, entretanto, no homem, um momento de pensar e outro de fazer. Não se separa o *homo sapiens* do *homo faber*. A ação do homem é, em si, reflexão; assim como sua reflexão traz em seu bojo a ação. O homem é assim o próprio vir-a-ser-mais desta unidade ontológica ação/reflexão que o constitui como uma projeção de si mesmo, uma vez que exige uma transformação consciente da realidade, o que termina por transformá-lo a si próprio como integrante desta mesma realidade. Ele é o próprio superar-se. Ele não é, simplesmente. Ele é mais. Sua razão de ser é ser-mais à medida que transforma a realidade e, conseqüentemente, a si próprio. É processo. Movimento. Assim, o homem é um vir-a-ser-mais-capaz de ação/reflexão transformadora. Um ser de práxis. Ele é, enfim, o próprio processo de humanizar-se.

Este processo de humanizar-se, entretanto, não se constitui numa linha reta e ascendente. Em situação concreta, este homem é histórico, no sentido de que tem uma dimensão de historicidade que implica em múltiplas influências que condicionam sua forma de estar sendo, a ponto de sofrer processo real de desumanização. Tal processo acontece historicamente no bojo de uma sociedade de classes, pelo sistema de dominação que se instaura e que vai além do domínio de classe sobre classe, mas que se reproduz e garante sua sobrevivência à medida que se repete

dentro de cada classe, rachando-nos todos dialeticamente, contraditoriamente em opressores/oprimidos ou oprimidos/opressores. “O oprimido que introjeta a imagem do opressor” como bem lembra Paulo Freire (1983) em *Pedagogia do Oprimido*.

Este processo de desumanização é real e concreto. Histórico. E condiciona não apenas a nossa forma de estar sendo, mas a própria consciência que temos de estar sendo. Entretanto, além da dimensão de historicidade que o influencia, o homem possui uma outra dimensão: a criticidade, que lhe permite perceber o condicionamento histórico que lhe é inferido e a sua consciência permitindo-lhe, assim, vislumbrar, de dentro da realidade de opressão, a possibilidade, por sua ação/reflexão, de se libertar de um processo de vir-a-ser-menos-homem, reagindo no sentido de vir-a-ser-mais-homem.

É esta dimensão da criticidade que permite ao homem estabelecer uma distância entre o seu ponto real de estar-sendo e o seu vir-a-ser-mais. Distância qualitativa, uma vez que a projeção para o infinito, para o sempre mais, não permite quantificação. Ou seja, permite-se o homem, pela consciência crítica que se aprofunda de sua realidade, opor ao *status quo* em que se encontra historicamente, a possibilidade de construir seu caminhar. E nisto ele se realiza ontologicamente à medida que vem a ser mais práxis.

E o que é este sentir-se num *status quo* definido aparentemente, e, ao mesmo tempo, perceber-se capaz de caminhar e transformar esta realidade, não como algo impossível, mas viável, desde que se ponha a caminhar?

É este sonho que anuncia o novo, a partir da realidade vivida, que dá sentido ao caminhar. Que nos dá motivo para a busca do diferente. Do algo mais. Que garante e ilumina o movimento. O processo. Ele é a razão de ser do homem.

Citado por Pierre Furter, em *Educação e Reflexão*, Ernst Bloch, em *Das Prinzip Hoffnung*, identifica o homem como um “ser de insatisfação, de fome e de carência que pelo poder da utopia descobre que é possível imaginar um futuro onde a sua perfeição é desejável e possível; e, para isso, tem que se engajar numa ação concreta, orientada pela utopia, enraizada na sua condição” (Bloch *apud* Furter, 1982).

Quem não tem seus sonhos, por mais condicionados que sejam a uma realidade histórica e por mais que esta os contingencie? Os sonhos estão no dia a dia do homem. É a esperança de um mundo novo, de um dia novo, de uma nova sociedade, de felicidade por vir, que é a razão de continuar vivendo, sendo mais. A literatura, como expressão do pensar popular, está recheada de esperanças, das utopias de uma nova cidade. De um novo tempo.

Vemo-lo em *A República*, de Platão, ou em *Utopia*, de Thomas Morus, ou em *Reino do Sol*, de Caio Blóssio. Agostinho também recheou de utopias o seu *De Civitate Dei*, assim como Tommaso Campanella o fez com *Civitas Solis*, e Francis Bacon, com *Nova Atlantis*. A utopia estava presente em *Oceana*, de James Harrington; *Leonardo e Gertrudes*, de Pestalozzi; *Do Contrato Social*, de Rousseau. Era tema central de *Voyage en Icarie*, de Etienne Cabet; *The Social System*, de Robert Owen; e renasce em *Le Nouveau Monde Industriel* e *Le Nouveau Monde Amoureux*, de Charles Fourier, como nos lembra Furter.

É com base nas críticas à falta de base na realidade econômica que Marx e Engels combatem os utopistas socialistas. Mas é Ernst Bloch, um filósofo Marxista, quem defende “a necessidade do ideal utópico como motivo da ação socialista” (Bloch *apud* Furter, 1982).

Se o pensamento utópico não se pode confundir com uma cidade fechada, ou ilha isolada, como sói acontecer no que transparece destas obras, mas se fundamentar na realidade para se opor ao *status quo* com perspectivas de alcançar uma mudança, as obras sobre utopia deixam, entretanto, transparecer algo de comum que segundo D. Riesman no artigo *Some observations on community plans and utopia*, também citado por Furter (1982), pretende:

1. testemunhar uma mudança radical da realidade;
2. lembrar, em qualquer situação, que o possível existe;
3. que este possível pode realizar-se racionalmente;
4. que, por isto, é necessário ter esperança no futuro.

Assim, o sonho de transformação passa a ser a antecipação da nova realidade possível, estabelecida pela crítica humana à realidade subjacente e que se impõe necessária; materializável, este sonho, pela ação/reflexão transformadora que exige.

A utopia traz na sua raiz a necessidade de ser feliz. De felicidade. Como busca permanente do homem, uma vez que ela significa este estar em paz consigo, à medida que se realiza em sendo-mais. Portanto, é preciso sonhar. Faz parte, o sonho, deste apelo ontológico do *homo viator*. É de sua essência o desejo de ser mais.

Sonhar não basta. Não é suficiente a percepção da distância que vai entre o *status quo* e as possibilidades de caminhar em busca do ser mais. Há que confiar na possibilidade. Há que acreditar na exequibilidade do sonho. Só a fé na utopia nos leva à busca de sua execução. Dá-nos força e paixão para buscá-la.

A esperança, entretanto, “não é um cruzar de braços e esperar”, como diria Paulo Freire (1983). A esperança não é passiva. É essencialmente ativa. O ser esperança insere em si o sentido da busca, do ir atrás, do perseguir, do caminhar para.

Há que fazer amadurecer o sentido da esperança.

Não se trata de uma esperança criança sobre que, um dia,
Vandré cantou:

*[...] Certezas e esperanças pra trocar
Por dores e tristezas que bem sei
Um dia ainda vão findar
Um dia que vem vindo
E que eu vivo pra cantar*

Era uma esperança passiva, ingênua, de quem deseja o dia novo, mas não parte em busca. Aguarda que ele chegue.

Nem mais a esperança adolescente que Vandré vislumbra mais adiante:

*Vim de longe, vou mais longe
Quem tem fé vai me esperar
Escrevendo numa conta
Pra junto a gente cobrar
No dia que já vem vindo
Que este mundo vai mudar*

Nesta perspectiva de esperança, o poeta já vislumbra a possibilidade de se preparar para o novo dia, fazendo a conta para cobrar, mas ainda na expectativa de que o dia venha vindo para mudar.

Trata-se, outrossim, de uma esperança adulta, madura, consciente que o próprio Vandré vem a descobrir à medida que evolui na sua forma de pensar a realidade:

*Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer*

É este fazer a hora, nem o dia, mas a hora, que concretiza a realidade da esperança, que lhe dá sentido, dentro de uma perspectiva dialética que nos deixa claro que só vai quem está e que quem está precisa ir. Por isso, não é suficiente perceber a lacuna entre *status quo* e o possível. É preciso concretizar, pela ação/reflexão transformadora da realidade, este caminhar neste espaço, como condição de realização da própria humanidade, vindo a ser mais. Ou, como diria Paulo Freire (1983): "Movo-me na esperança enquanto luto e, se luto com esperança, espero".

Esta crença/esperança no sonho não pode ser, no entanto, uma ingênua forma de sonhar. Mas precisa se fundamentar numa visão clara e consciente da realidade, ou melhor, numa visão cada vez mais clara e consciente da realidade em que nos inserimos.

Há que avaliar o real, o que está sendo e o que pode ser e os percalços desta caminhada. É preciso ter claro, acima de tudo, que nossa consciência é condicionada pela nossa forma de estar sendo no mundo, para que possamos vislumbrar com maior nitidez as metas, limites a ultrapassar e obstáculos a vencer.

A dimensão da criticidade do homem o leva a perceber os limites e implicações de sua historicidade, o que lhe permite uma posição clara com relação às metas sonhadas, limites e possibilidade. É isto que garante sua crença consciente no próprio sonho, como, *conditio sine qua non* de execução, sem o que não tem sentido o sonho, sequer o homem.

A criticidade humana funciona como o que os gregos chamam de êxtase: aquele êxtase capaz de nos retirar da realidade em que estamos inseridos, sem deixá-la, mas nos permitindo uma admiração, um olhar à distância para melhor compreendê-la, e, objetivando-a, melhor transformá-la, sendo assim transformado, também, pela sua transformação.

Enfim, a “condição de crer no próprio sonho” não se impõe apenas como algo de racional, mas exige a plenitude de nossos sentimentos, esta paixão que nos move e que, longe de nos consumir, como de costume se diz, nos acende e dá forças de buscar o novo, o desconhecido, o projeto de nós mesmos. A paixão pelo que sonhamos é aquela força que nos persegue e dá alento e da qual diziam os poetas Chico e Edu: “Um homem pode ir ao fundo do fundo do fundo do fundo se for por você.”

Das utopias humanas, do sonho de vir-a-ser-mais que se nos impõe, podemos dizer o que do “longe” dizia Ivan Lins: “é uma distância a ser vencida.” E a condição de vencê-la é crer na possibilidade de chegar, ou de estar sempre chegando.

Retorno à canção que, no Garef, encarnou a simplicidade do sonho humano de ser feliz:

*Os boias-frias
Quando tomam umas biritas
Espantando a tristeza
Sonham com um bife a cavalo
Batata frita e a sobremesa
É goiabada cascão com muito queijo
Depois café, cigarro e um beijo
De uma mulata chamada
Léonor ou Dagmar.*

(João Bosco e Aldir Blanc – Rancho da goiabada)

Teoria e prática não são momentos estanques ou que se justaponham. Formam uma unidade. Articulam-se. Só a partir desta articulação é que se pode concretizar o trabalho humano de desvendar a natureza e agir sobre ela. O conhecimento não tem seu fundamento na experiência pessoal ou apenas na consciência. Mas, conforme Ozir Tesser, “no movimento que vai da ideia crítica ao concreto real, através da prática” (Tesser, 1989). Da prática social dos homens – seu trabalho produtivo ou científico e da luta de classes – é que surgem as ideias. O conhecimento pode atingir a realidade das coisas em sua profundidade e essência. Mas, para isso, precisa distinguir o que é aparência e que se confunde com a essência na manifestação fenomênica da “coisa”. Max lembra que “toda ciência e filosofia seriam supérfluas se a aparência e a essência das coisas coincidissem diretamente” (Max *apud* Tesser, 1989).

A dialética, afirma-o Karel Kosik, trata da “coisa em si”. Mas, acrescenta, “a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Está oculta. Chega-se a ela por um desvio” (Kosik, 1976). Por isso, a distinção entre representação e conceito, duas qualidades da práxis humana. É através da sua práxis concreta que o homem vê a realidade. Ao analisá-la, entretanto, há que distinguir entre a “existência real” e as “formas fenomênicas” da realidade. É esta práxis utilitária, à qual corresponde um senso comum, que permite ao homem entrar em contato com as coisas, manejá-las, familiarizar-se com elas, orientar-se mesmo em sua trajetória no mundo, sem, no entanto, alcançar a compreensão destas coisas e da própria realidade como um todo. É assim que se desenvolve o mundo da pseudoconcreticidade descrito por Kosik (1976):

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos ou aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

Como o ser se difere do parecer, assim a essência, do fenômeno. Cumpre, entretanto, perceber que é na relação com a essência que os fenômenos se transformam em mundo fenomênico. Desta forma, “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência.” (Kosik, 1976). Enfim, na realidade, fenômeno e essência constituem uma unidade. “Por isso – continua Kosik – a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno e o fenômeno quanto a essência, no caso em que se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única ou autêntica realidade” (*op. cit.*, 1976).

A este mundo da pseudoconcreticidade pertencem, conforme o citado autor:

O mundo dos fenômenos externos que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;

O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis revolucionária da humanidade);

O mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;

O mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (Kosik, 1976).

É por causa deste mundo da pseudoconcreticidade que a percepção da coisa em si só se dá através de um desvio. Por isso, enfim, ciência e filosofia: para analisarmos criticamente a coisa em si, buscando distinguir a essência do fenômeno pois que se unem na realidade, mas não coincidem diretamente, como lembra Marx. Este esforço sistemático e crítico para captar a estrutura oculta da coisa deve levar ao conceito da coisa em si, que não é, portanto, a sua simples representação, e sim a sua compreensão, pelo conhecimento de sua estrutura, o que se dá através da decomposição do todo, separando-se fenômeno e essência, sem que se despreze o fenômeno como irreal ou menos real, mas se percebendo o seu caráter acidental, secundário. E lembra ainda Kosik que “também o agir humano se baseia na decomposição do todo” (Kosik, 1976), pois todo agir é unilateral já que, visando um fim determinado, “isola alguns momentos da realidade como essenciais àquela ação, desprezando outros temporariamente” (*op. cit.*, 1976). Requer-se, é evidente, então, uma percepção da totalidade da realidade, para que se a possa decompor devidamente.

Criando o aspecto fenomênico da coisa, a práxis utilitária cotidiana cria também o pensamento comum que é “a forma

ideológica do agir humano de todos os dias” (Kosik, 1976). Este mundo da aparência – como conceitua Marx – é a projeção de condições históricas determinadas na consciência humana e que se dá através da nossa práxis fetichizada. Só a práxis revolucionária da humanidade é que pode estabelecer a cisão do único e apreender a coisa em si, explicando criticamente o mundo, à medida que ela mesma produz a realidade e tem consciência disto.

Enfim, é pela “crítica revolucionária da práxis da humanidade que coincide com o devenir humano do homem”, “pelo pensamento dialético que dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a coisa em si”, e pelas “realizações da verdade e criação da realidade humana” que se destrói o mundo da pseudoconcreticidade (Kosik, 1976).

Ora, se o pensamento comum da práxis fetichizada dos boias-frias os leva a sonhar com um bife a cavalo, batata frita, goiabada cascão com muito queijo, café, cigarro e os beijos das mulatas é preciso que “examinemos com atenção a vida real”, para uma percepção clara e não aparente do todo, a fim de que o possamos decompor e, separando essência e fenômeno, o acidental do essencial, possamos conceituar devidamente a coisa em si, através de uma crítica feita pela práxis revolucionária daquilo que é a forma ideológica do agir histórico, condicionado, manipulado, traficado, fetichizado, enfim. É através desta crítica revolucionária da práxis da humanidade que se dá o devenir do homem que, como vimos anteriormente, está na raiz de todos os nossos sonhos e felicidade, que é a essência da coisa em si e que se manifesta, fenomenicamente, ao sonho acidental, mas real, da satisfação dos desejos imediatos e secundários que constituem parte do todo de nossa realidade concreta.

Sonhar, sem um exame aprofundado e científico da realidade, levará fatalmente à reprodução da pseudoconcreticidade do mundo, ou seja, à não construção do mundo novo de nossos desejos. Um mundo que só teremos à medida que, pelo pensamento dialético, atingirmos a “coisa em si” e, pela práxis revolucionária “da qual as revoluções sociais constituem as etapas-chaves” o construirmos, cada um de nós, “pessoalmente, sem que ninguém nos possa substituir” (Kosic, 1976).

*Tanto tempo, tanta gente a trabalhar...
De repente, esta clareza pra notar
quem sempre foi sincero e confiar...
[...] quero ver chegar!*

(Hilton Aciole – Lula lá)

Se a coisa existe em si, ela independe de nossa experiência, sensação ou conhecimento. Em si, ela é. Embora apareça fenomenicamente envolta nas aparências. A nossa prática se envolve com a coisa em si, por sua vez, envolta nas aparências. Nossa teoria precisa distingui-la das aparências e abstraí-la em si, sem desprezar o fenômeno no qual se apresenta, pois ele também é real. Para adequar este movimento ao nosso sonho de felicidade, de ser-mais, há que precisar que papel desempenha esta articulação teoria/prática em nossas vidas; desvendar a natureza, a sociedade, o pensamento para agir sobre ele, tornando o mundo mais humano.

Este caminho que se confunde com o próprio ser-mais do homem, não se dá simplesmente e em um “crescendo”. Ele se dá entre altos e baixos, intercalando momentos de mais

consciência com momentos de menos consciência, pois não existe a conquista plena de uma consciência crítica, mas um sempre chegar mais lá.

Este caminho perpassa os atalhos das condições históricas com seus condicionamentos. Historicamente, conflitos de interesses são gerados a partir da divisão do trabalho. Esta divisão social do trabalho traz como consequência a divisão da sociedade em classes. Esta divisão da sociedade em classes determina limites à articulação teoria/prática. Limites que permanecem à medida do caminhar, tornando-o sujeito a idas e vindas. O poeta que, um dia, cantou que “tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu” também anunciou que “o passarinho me contou que a boa brisa lhe soprou que vem aí bom tempo” (Chico Buarque). Assim a vida humana, neste articular teoria/prática.

Deve haver, portanto, um esforço permanente de conhecimento do real para que possamos confrontar o nosso sonho com esta realidade. Para realizar este conhecimento, partimos de nossa prática social, em contato com o concreto real, para o elaborarmos teoricamente, de uma forma crítica.

A evidência com que, à primeira vista, a coisa se apresenta, ou a clareza aparente do fato, não podem ser critérios suficientes que garantam a apreensão do concreto real. Por outro lado, - lembra-nos Tesser - o argumento de autoridade, tão presente em nossa cultura dominada, é outro condicionamento que nos pode levar a um descaminhar na caminhada de busca permanente do real. A consciência não é, também, critério satisfatório de garantia da verdade do conhecimento, pois ela também é historicamente condicionada, e “a consciência de si não basta a si mesma” (Tesser, 1989).

Comprovar nosso conhecimento com a realidade pela prática que experimenta, investiga e conclui, é que pode dar a certeza da veracidade de nosso conhecimento. Dizia Lenin: "O ponto de vista da vida, da prática, deve ser o ponto de vista primeiro e fundamental da teoria do conhecimento" (Lenin *apud* Tesser, 1989). As conclusões da prática, no entanto, estão condicionadas a um critério de temporalidade e passagem, uma vez que a coisa em si não é definitivamente, mas em processo. Daí a necessidade desta busca permanente do homem no confronto com a natureza, com a sociedade, com seu pensamento.

Assim, a prática é um critério, até certo ponto, indeterminado da verdade, sob pena de nos tornarmos idealistas e julgarmos absoluto o nosso conhecimento. Ou seja, o conhecimento da coisa em si jamais será a própria coisa em si, mas uma aproximação, sempre mais real, dela. Ao mesmo tempo, uma busca de purificá-la do aparente do processo, mas também de compreendê-la neste movimento.

Para que, então, o conhecimento teórico, senão para permitir ao homem a lucidez suficiente para agir na transformação da natureza, da história e de si próprio, da realidade, enfim?

Inclui-se aí a necessidade de apreender não apenas a dimensão da totalidade do pensamento dialético, senão também a dimensão da contraditoriedade,

Em primeiro lugar, há que perceber que o próprio sujeito pensante é rachado dialeticamente ao meio, como o lembra Rubem Alves (1984): "Somos todos sacerdotes e profetas, águias e carneiros". Há, em nós, esta contradição coexistente de doar o sagrado, o instituído, o definitivo intemporal e anunciar, ao mesmo tempo, o novo que se descortina, processa. Em nós, contraditoriamente, a atitude de baixar a cabeça ou alçar voos largos.

Rachada ao meio também é a própria realidade que nos cerca. Mas só o fato de crermos na contraditoriedade da realidade pode, em verdade, alimentar a possibilidade de nosso sonho:

- tudo que tem sido, historicamente, espaço de dominação, pode, por outro lado, ser também espaço de libertação;
- tudo que tem sido, historicamente, aparelho ideológico, pode ser espaço de desenvolvimento de uma contraideologia.

Por isso é possível acreditar que, após tanto tempo, com tanta gente a trabalhar alienadamente, de repente possa surgir esta clareza pra notar e “confiar”. É possível ver chegar. O sonho é possível, Não à toa dizia Engels: “No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar o ponto de ebulição entre os trabalhadores, eles saberão, tanto quanto os capitalistas, onde estão” (Engels *apud* Fernandes, 1984).

Para isso, para termos “clareza pra notar e confiar”, precisamos observar na totalidade as contradições e mediações.

“O Concreto - diz Marx - é concreto porque é a síntese de várias determinações diferentes, é unidade na diversidade” (Marx *apud* Fernandes, 1984). Não se trata, portanto, de pensar o todo, negando as partes, nem pensar as partes abstraindo-as do todo. As contradições entre as partes manifestam suas diferenças e patenteiam suas conexões.

E, “para que o nosso conhecimento avance - afirma-o Konder - e o nosso laborioso (e interminável) descobrimento da realidade se aprofunde, precisamos realizar operações de síntese e análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e sobretudo, a dimensão mediata delas” (Kon-

der, 1981). Esta dimensão mediata - contrariamente ao que descobrimos de imediato - nós a descobrimos, construímos, e reconstruímos, aos poucos, pela prática.

O processo que nos leva a nos apercebermos da realidade sincrética, analisá-la e, enfim, sintetizá-la, nos põe diante de contradições que não se aclaram nem se encerram diante da disciplina das leis lógicas. Há uma conexão íntima entre realidades diferentes, formando-se assim unidades contraditórias. Lefebvre aclara: “Não podemos dizer, ao mesmo tempo, que determinado objeto é redondo e é quadrado. Mas devemos dizer que o mais só se define pelo menos, que a dívida só se define pelo empréstimo” (Lefebvre, 1983). Esta unidade contraditória é essencial: tudo contém em si o seu contrário. É um princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. E é por isso que a coisa, em movimento, pode ir do *status quo* ao novo. Por isso o sonho é possibilidade.

Mas para atingi-lo eu preciso confrontar a observação do real tal qual se apresenta, - mas conhecendo-o profundamente, além da aparência, - com o sonho estabelecido por meta: a humanização do homem. Seu dever humano. A felicidade.

“Sem medo de ser feliz...”

Se o homem, como o vimos, é um vir-a-ser-mais-capaz de ação/reflexão transformadora da realidade, a sua “realização”, no sentido de realizar a ação humana, consiste em vir-a-ser-mais-homem, ou seja, vir-a-ser-cada-vez-mais-capaz de ação/reflexão. Sua felicidade está no aproximar-se, cada vez mais, desta meta inatingível porque implica no sempre-mais.

A educação, então, se confunde com este processo de ser-mais-homem. Tem por meta o caminhar para a felicidade. Consiste neste crescer do homem, no seu desenvolvimento para o ser-mais, para a felicidade.

Por ser o próprio processo de vir-a-ser-mais, a educação é uma caminhada que parte do *status quo* observado, em busca de um sonho com o qual é preciso confrontar a observação do dia a dia, para que se o possa realizar, transformando a realidade, o que só se torna possível porque tudo encerra em si o seu contrário. Na verdade, toda realidade está sempre grávida do seu contrário.

A educação, portanto, é o processo pelo qual realizamos, ou podemos realizar escrupulosamente a nossa fantasia, buscamos o sonho, somos mais. Por isso, a educação é essencialmente um ato político. Dentro de uma realidade de classes sociais, naturalmente a luta de classes se instaura, consequência do sistema de dominação que tem no seu bojo o seu contrário, ou seja, a expectativa de libertação dos oprimidos.

Uma pedagogia do oprimido se caracteriza, portanto, por uma articulação teoria/prática capaz de desvendar a realidade de opressão, para estabelecer a luta necessária à humanização. Por outro lado, há que buscar também uma pedagogia que vise a felicidade do opressor e que se deve caracterizar também pelo desvendar a realidade opressora, no sentido de refazer o homem. Ambas as faces desta pedagogia se caracterizam, então, pelo combate à opressão que cumpre exterminar, para que se reumanizem oprimidos e opressores. Para buscar a realização, portanto, do sonho humano de ser-mais, - ser-mais significa ser mais humano e ser mais feliz - há que realizar escrupulosamente

a nossa fantasia. Para realizá-la há que remover os obstáculos que se lhe antepõem. A sociedade de classes se antepõe ao ser-mais-homem, mas não extingue a possibilidade de que a luta de realização de nossa fantasia de ser feliz se inicie no seu seio.

Socializar os meios de produção e troca, abolir as classes e o estado de classes, passando assim do reino da necessidade ao reino da liberdade, são soluções possíveis de começar a transformação dentro do próprio modo de produção de classes e que nos são lembrados por Engels.

Assim, uma concepção dialética da educação não a poderá reduzir à formação para a ação científica, senão também política. Inclui o desenvolvimento da unidade expressa pela articulação competência técnica/compromisso político, que deve ser vista como um todo que se interpenetra, dentro de uma visão de omnilateralidade do desenvolvimento humano. Do devir humano.

Desta forma, a articulação teoria/prática, dentro de uma concepção dialética de educação, passa pela organização e luta política, não apenas por um conhecimento crítico-social dos conteúdos, tanto mais que este também se gera na prática política. Educar não é a transmissão teoricamente crítica de um conhecimento, mas uma descoberta do real que não se faz sem a prática, tendo em vista a sua transformação que também sem a prática não se dá.

O sonho de ser-mais não é um sonho individual, mas coletivo, porque o é de todos e porque não se o realiza fora do coletivo. Seu realizar-se se dá à medida que se remove o empecilho coletivo da humanização: a opressão que desumaniza opressores e oprimidos. Por isso, a prática educativa só é dialética se amadurecida/processada coletivamente.

Não é um sonho que se sonhe só, o sonho de ser feliz. Ou como diria Raul Seixas:

*Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade*

O sonho deve ser sonhado coletivamente. Coletivamente construído à medida que, pela prática comum, criamos a condição de crer nele, de examinarmos o real e o confrontarmos com o devir humano. Ou seja, à medida da organização, no sentido de uma ação orgânica, coletiva.

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros” - afirmava Che Guevara (1970). O sonho sonhado junto congrega os homens, o que já é um começo de nova realidade. Torna-os companheiros: os que partem juntos o pão. Os que se dão e que se encontram.

O sonho da felicidade se constrói na vivência do amor, este encontro de homens que buscam ser mais, em comum, e ao homem não se ama sem combater a opressão, pois isto significa restabelecer as condições da humanização. “Ama-se o oprimido - afirma Girardi - à medida que se o ajuda a libertar da opressão e ama-se o opressor à medida que se combate a opressão” (Girardi *apud* Gutierrez, 1976). Não se trata, portanto, de inversão de polos, mas da instauração de uma sociedade nova, de iguais. E o amor é, enfim, o sonho sonhado junto. O “realizando”, o “transformando”.

Para tanto, há que transformar tudo isto em nossa vivência cotidiana. Refazer cotidianamente o extraordinário que é

extraordinário porque é exatamente o desfeito pelo desumano. Enfim, voltamos a lembrar o Che: “Quando o extraordinário se faz cotidiano é a revolução” (Guevara, 1970). Uma pedagogia dialética que busque a consecução do sonho de felicidade do homem há que ser revolucionária e há que se nutrir de esperança enquanto busca.

Ernst Bloch analisa a esperança como um princípio. Algo que aponta para o bem supremo, uma perfeição infinita. No dizer de Furter, para ele “a esperança não pode ser reduzida a uma simples afirmação, por generosa e audaciosa que seja; nem se esgota num gesto por significativo e radical que seja; nem é um grito por profundas que sejam suas razões” (Furter, 1974).

Ela dá sentido ao homem e ao mundo. “É um princípio que atua e constitui a história humana” (*op. cit.*, 1974). Da mesma forma, este bem supremo para onde aponta a esperança humana é o “totum das esperanças” concretas de todos os homens. Como princípio, é causa, fonte de sustentação da práxis. “A certeza de uma solução humana possível” (Furter, 1974).

Na sua obra, felicidade, esperança e alegria formam um momento dialético que constitui o hábitat do homem que ele associa à “casa que o homem constrói”, uma “pátria que está ao início da atividade e do destino humano” e a um “lar que existe como lembrança da origem e como esperança do fim” (Furter, 1974).

Para tanto inspira-se em Leibnitz vendo o mundo “como paisagem da perfeição do homem” e em Aristóteles que vê o ser como “ser em movimento”, o real como “processo que evolui” e percebe, enfim, o “aquém das coisas” como importante tanto quanto a transcendência, enfim, “o real animado pela inquietude do provável”. Ou seja, “um princípio que animaria o cosmos inteiro, quer seja através da ação humana que tende para a ple-

nitude, quer seja pela reconstrução do mundo, para que se torne a morada do ser” (Furter, 1974).

Bloch vê como raiz da esperança o fato de o homem ter fome. Mais que isto, o homem tem consciência desta necessidade de comer e da possibilidade de fazê-lo. Além disso, pode prever providências na certeza de reaparecimento da fome. Sabe que esta comida pode ser consumida por outro, mas que também pode ser partilhada, em especial à medida de um processo de organização social que possibilite a todos comer parte e, se unidos podem produzir mais, trocar excessos.

Enfim, nesta possibilidade de comunicação da humanidade em torno de uma mesma ansiedade, manifestam-se os passos fundamentais que constituem o *Princípio da Esperança*: “a tomada de consciência da carência, da possibilidade e de um possível” (Furter, 1974).

Assim como tem fome fisiológica, o homem tem outras carências: afetiva, sentimental, erótica, intelectual, etc. São, em seu conjunto, o desejo que se constitui na vontade do homem de ir além, crescer, desenvolver-se, vir-a-ser-rnais, existir, enfim, no sentido pleno da palavra *ex-sistere*: ir do que é para o que pode ser.

Ainda para Bloch, a paixão é uma projeção em um futuro de esperanças na busca da felicidade. Vê ainda o “sonho acordado” como uma fome psíquica pela qual o homem planeja, prevê superação de problemas e dificuldades e gera, por antecipação, a felicidade futura.

Produzido por nossa vontade chega a ser uma técnica revolucionária, onde a reflexão intervém diretamente na ação, faz

a ponte para o novo e cria a expectativa que impulsiona para a ação revolucionária.

Enfim, é o ainda-não-sendo que, diríamos, se constitui, na práxis, o próprio estando-sendo-mais-feliz, à medida da busca desta felicidade.

*Um homem pode ir ao fundo
Do fundo, do fundo, se for por você
Um homem pode tapar
Os buracos do mundo se for por você*

[...] Basta sonhar com você

*Juntar o suco dos sonhos
E encher um açude se for por você
A fonte da juventude
Correndo nas bicas, se for por você
Bocas passando saúde
Com beijos nas bocas se for por você*

*Homem também pode amar
E abraçar e afagar seu ofício porque
Vai habitar o edifício que faz pra você*

*E no aconchego
Da pele na pele, da carne na carne, entender
Que homem foi feito direito
Do jeito que é feito o prazer*

*Homem constrói sete usinas
Usando a energia que vem de você
Homem conduz alegria
Que sai das turbinas de volta a você
E cria o moto-contínuo
Da noite pro dia se for por você*

*E quando um homem já está de partida
Da curva da vida ele vê
Que o seu caminho
Não foi um caminho sozinho porque*

*Sabe que um homem vai fundo
E vai fundo e vai fundo se for por você*

(Chico Buarque e Edu Lobo – Moto contínuo)

A felicidade é o moto-contínuo do homem. Está implícita, permanente e viva no sonho de ser-mais de cada um. Ela é o próprio estar-sendo-cada-vez-mais que o define, que é sua mesma natureza. Melhor: a felicidade é o estando-bem-com-o-estando-sendo-mais. É a realização de cada homem na condição de homem.

Dadas situações concretas, cada um pode vê-la de forma diferente. No fundo, todos a queremos. Mas há os que a veem como um estando-bem-com-o-estando-sendo que é a alienação que acomoda. Muito própria esta visão do “eu era feliz e não sabia”. Lembro de uma aluna, após alguns semestres: “Eu era mais feliz quando não sabia, a alienação não me incomodava, não me exigia, não me angustiava!”. Há que entender o pedagogo a necessidade de transformar esta angústia,

este incômodo, esta exigência numa força propulsora que leva a caminhar, a ser-mais.

Há aqueles que fazem da felicidade uma meta a ser alcançada: “Ela está sempre onde nós a pomos e nós nunca a pomos onde nós estamos.” Como pode ser uma meta, se o homem é um vir-a-ser-cada-vez-mais, se ele é por natureza um ser de carências e de uma carência fundamental que o impele para o ser-mais? O homem é este ser capaz de sonhar, consequentemente capaz de se opor ao *status quo* e tem no seu sonho o princípio motivador do movimento de ser-mais.

Por ser o estando-bem-com-o-estando-sendo-mais e por estar o homem sujeito a condicionamentos diferentes, a felicidade é uma conquista e reconquista de cada instante à medida que, sendo mais, ele transforma a realidade em que se insere e por ela é transformado, enquanto capaz de realizar cotidianamente o extraordinário.

A propósito da felicidade, Agnes Heller relembra um conto de Anatole France sobre um rei que recebe de um médico a receita para suas neuroses: vestir a camisa de um homem feliz. Cientistas, artistas, ricos e famosos, os homens, por toda parte procurados, confessam não serem felizes. Falta-lhes sempre algo e, portanto, se dizem infelizes. Um lavrador, entretanto, que se diz feliz, não tem camisa. Conclui Heller:

Quanto mais se eleva nosso nível de vida, tanto mais nossa insatisfação se orienta para o mundo. Esse mundo que não pode ser considerado um mundo feliz. Mas nós imaginamos o mundo futuro como um mundo onde a felicidade e a liberdade se conjugam, um mundo que supera a trágica cisão do homem moderno.

[...] Só o homem livre merece ser feliz. A luta pela felicidade tem uma razão de ser própria, quando menos para tornar mais frequentes no curso de nossa vida, os momentos em que nossa felicidade se realiza completamente” (Heller, 1982).

Na verdade, o que existe é o homem sendo feliz à medida do se fazendo livre.

O que move o homem é a ausência. É aquilo que ele vislumbra pelo sonho e parte em busca. A ausência da felicidade, que se poderia dizer completa, angustia e o homem busca, a cada passo de sua caminhada, o vivê-la. Até porque - como lembra Agnes Heller - o cotidiano é princípio motivador da aventura do conhecimento. Por isso, o conhecer se deve revestir de alegria, porque o conhecer é um ato revolucionário. Se a “falta” pelo conhecimento leva à alienação, o conhecer é o encontro com o ausente que faltava, o que redundava em prazer, a felicidade construída. Caso contrário, se permanece a falta (por desconhecimento) de horizontes novos a serem sonhados, em vez de se autossuperar na busca do novo, o homem se basta como está sendo, acomoda-se.

A felicidade tem obstáculo: o medo. O medo é um falso compromisso com a felicidade. É o fenomênico que esconde a essência da felicidade e cria o claro-escuro capaz de iludir da pseudoconcreticidade. Ele é a própria resistência à felicidade, pela oposição da alienação, da acomodação. Por isso toda uma pedagogia do medo a serviço da manutenção do *status quo*. De todas, a mais difundida é a dos ditados populares - ditados, sim; mas, populares, não. Em geral, pregando a alienação, através do medo que se apresenta como este “falso compromisso com a felicidade.”

O coletivo há que ser a força transformadora que constrói a felicidade. Além de apontar para o extraordinário no cotidiano de uma cultura individualista e egoísta, o coletivo enfrenta o medo e o desmascara em seu compromisso falso.

O medo precisa ser explicitado, portanto, para poder ser desmascarado. Pelo contrário, a dominação exige que o medo seja escondido, reprimido, rejeitado, ignorado até, para não ser compartilhado. Compartilhado, no coletivo, ele perde intensidade individual e gera a reação coletiva.

Em si, o coletivo deve apontar para a organização. A organização é a ideia que se contrapõe à de ordem que serve à pedagogia da dominação. Em lugar da crença em uma ordem posta, estabelecida, estática, imutável, de alguém superior para todos, a ideia de uma ação orgânica, um movimento de todos entre si, mutável, transformador, criador de uma nova realidade.

Como tentá-la, ensinam-nos os poetas:

*Um dia ele chegou tão diferente
Do seu jeito de sempre chegar
Olhou-a de um jeito muito mais quente
Do que sempre costumava olhar.
E não maldisse a vida
Tanto quanto era o seu jeito de sempre falar
E nem deixou-a só num canto
Pra seu grande espanto convidou-a pra rodar
Então ela se fez bonita
Como há muito tempo não queria ousar
Com seu vestido decotado
Cheirando a guardado de tanto esperar
Depois os dois deram-se os braços*

*Como há muito tempo não se usava dar
E cheios de ternura e graça
Foram para a praça e começaram a se abraçar
E ali dançaram tanta dança
Que a vizinhança toda despertou
E foi tanta felicidade
Que toda a cidade se iluminou
E foram tantos beijos loucos
Tantos gritos roucos como não se ouvia mais
Que o mundo compreendeu
E o dia amanheceu em paz*

(Chico Buarque e Vinicius de Moraes – Valsinha)

A organização dos oprimidos na busca de uma nova sociedade há que começar pelo “chegar tão diferente do jeito de sempre”. Há que incluir o “olhar muito mais quente que o de costume”, gerando a fraternidade no mundo das injustiças. Há que ter uma nova visão do mundo e da vida sob o prisma do otimismo que Snyders (1988) reconhece ser uma “arma revolucionária”. A ninguém se há de excluir, até porque “os vestidos decotados cheirando a guardados” de muitos sonhos precisam ser redescobertos e tomarem sentido na coletivização dos sonhos transformadores da realidade. Os gestos de ternura e de carinho que anunciam o novo, o diferente, a nova sociedade hão que ser proclamados nas praças, nas ruas, nas vizinhanças, despertando a todos com seus “beijos loucos e tantos gritos roucos”, para que, cada vez mais, se contagie o mundo velho do sangue de uma nova sociedade. João Cabral de Mello Neto:

*É belo porque o novo
todo o velho contagia.
Belo porque corrompe
com sangue novo a anemia.
Infecciona a miséria
com vida nova e sadia*

Este o papel, a missão, o projeto do educador comprometido com a nova sociedade.

Das experiências da Uece/Quixadá e do Garef fica-nos a certeza de que um projeto pedagógico que o educador precisa ter para interferir em qualquer processo de educação há que ter seu ponto de convergência mínima entre os que nele interagem, na natureza do próprio homem. É isto que lhes é comum: a sede de ser feliz. Felicidade que é buscada pelo sonho de vir-a-ser-mais, que é o próprio estando-bem-com-o-estando-sendo-mais, que é ameaçada pelo medo e pela alienação, mas que se constrói no coletivo, na tentativa de organização de uma classe para si, com a paixão que cria o novo: o extraordinário no cotidiano.

“A revolução não é um ato de razão, mas de paixão” (Tse-tung, 1979).

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. 7. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. *Estórias de quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. *O poeta, o guerreiro, o profeta*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola e o movimento social: relativizando a escola. *ANDE* revista, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 15-20, 1987.

BORDENAVE, Juan Diaz; PEREIRA, Aldair Martins. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOUFLEUER, José Pedro. *Pedagogia latino-americana*: Freire e Dussel. Ijuí: Unijuí, 1991.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAPRILES, René. Makarenko. *O nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo: Scipione, 1989.

DAMASCENO, Maria Nobre. *Anotações para o estudo do pensamento pedagógico em Gramsci*. Fortaleza: [s.n.], 1989. Mimeografado.

DESCARTES, René. *Regras para a direção do espírito*. Lisboa: Edições 70, 1989.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1989.

FERNANDES, Florestan. (org.). *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 1984. (Coleção Grandes Cientistas Sociais n. 36).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação e mudança*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Extensão ou comunicação*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTER, Pierre. *Dialética da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Educação e reflexão*. Petrópolis: Vozes, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUEVARA, Ernesto Che. *Obras 1957-1967*. Havana: Casa de las Americas, 1970. (Colección Nuestra America).

GUTIERREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988.

GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da libertação: Perspectivas do oprimido*. Petrópolis: Vozes, 1976.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HERÁCLITO. Os pensadores. Tradução de Wilson Régis *et al.* In: *Os pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LENINE, Vladimir Illich. *Obras escolhidas*. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *El princípio educativo em Gramsci*. Salamanca: Sigueme, 1972.
- _____. *Marx y la pedagogia moderna*. Barcelona: Oikos-Tau, 1978.
- MAKARENKO, Anton Semiónovitch. *Poema pedagógico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Problemas da educação escolar*. Moscou: Progresso, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: [s.n.], 1975.
- MOREIRA DE SOUZA, Luiz Oswaldo Sant'Iago. *O Nome do homem é povo*. Quixadá: FUNESC, 1980.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15-60.
- ROSSI, Wagner Gonçalves. *Pedagogia do trabalho: caminhos da educação socialista*, v. 2. São Paulo: Moraes, 1982.
- SOCRATES. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores v. 2).
- SNYDERS, Georges. *A alegria na escola*. São Paulo: Manole, 1988.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. *Teoria marxista da educação*. Lisboa: Estampa, 1976.
- TESSER, Ozir. Unidade teoria/prática. *Revista Educação Municipal*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 45-54, maio 89.
- TSETUNG, Mao. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GLOSSÁRIO

(Siglas e termos do Banco do Brasil usados no livro)

ANABB - Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil.

BB - Banco do Brasil.

CACEX - Carteira de Comércio Exterior.

CEDIP - Centro de Desenvolvimento de Sistemas, Implantação e Processamento.

CESEC - Centro de Processamento de Serviços e Comunicações.

CIC - Codificação de Instruções Circulares.

CITRIN - Comissão Interministerial do Trigo Nacional.

CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.

DESED - Departamento de formação de funcionários do Banco do Brasil.

DG - Direção Geral.

EXECUTIVA - Executiva Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, órgão que congrega a maioria dos sindicatos da categoria, nas negociações trabalhistas.

FUNCI - Departamento de Pessoal do banco. A sigla é usada também como abreviatura de “funcionário”.

GAREF- Gabinete de Representação do Funcionalismo do Banco do Brasil.

NMOA - Novo Modelo Organizacional de Agências - Programa que visava implantar nova organização nas agências do banco.

NOVO ROSTO - Programa que visava mudar radicalmente a filosofia de trabalho do banco, no início da gestão Collor de Mello.

POSTO EFETIVO - Funcionário sem comissionamento – o mais simples funcionário da carreira administrativa.

SUPORTE ZERO - Programa que visava concentrar nos centros de processamento do banco todo o trabalho de suporte ao atendimento, deixando as agências liberadas apenas para este atendimento ao cliente.

UNAMIBB - União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil.

ANEXOS

- 1.1. Lei Municipal que cria a Funesc, em Quixadá.
- 1.2. Ata de constituição e instalação da Funesc.
- 1.3. Certidão de registro da Funesc.
- 1.4.1. Artigo sobre a Funesc, no jornal Tribuna do Ceará.
- 1.4.2. Artigo sobre a Funesc, no jornal O Povo de 20 10.76.
- 1.5 Partes interna e externa do convite de inauguração do prédio da Faculdade de Quixadá.
- 1.6. Artigo no jornal O Povo de 30.03.84, sobre as atividades do Início da Faculdade de Quixadá
- 1.7. Cordel elaborado por camponeses que, na luta por condições de enfrentar a seca, batidos pela policia, se refugiaram na faculdade, de onde, organizados, partiram em passeata para o cerco à Prefeitura.
- 1.8.1. Folder do I Seminário de Saúde Popular de Quixeramobim.
- 1.8.2. Folder do I Seminário de Saúde Popular de Senador Pompeu.
- 1.9. Nota de apoio assinada por personalidades e entidades da região quando da eleição do diretor da faculdade que a reitoria não queria reconhecer.
- 1.10. Manifesto do movimento estudantil da faculdade de Quixadá, em março de 1988, quando do reconhecimento dos cursos pelo CFE e que resgata pontos importantes da história real da Unidade.
- 2.1. Folder que comunicava ao funcionalismo a instalação do Garef.
- 2.2. Reportagens sobre a fraude do concurso do banco.
- 2.2.1. Jornal de Brasília -25.01.92.
- 2.2.2. Jornal do Brasil -25.01.92.

- 2.2.3. O Globo -25.01.92.
- 2.2.4. BSB -Jornal-25.01.92.
- 2.2.5. Correio Brasiliense -25.01.92.
- 2.3. Coluna Paineis S.A. da Folha de S.Paulo de 17.05.92 mostra ação isolada do conselheiro.
- 2.4. Reportagens sobre o episódio Sandra Fernandes e Operação Uruguai
 - 2.4.1. Folha de S. Paulo -30.07.92.
 - 2.4.2. Jornal da Tarde -30.07.92.
 - 2.4.3. Jornal de Brasília -30.07.92.
 - 2.4.4. O Estado de São Paulo -30.07.92.
 - 2.4.5. O Globo -30.07.92.
 - 2.4.6. Jornal do Brasil -30.07.92.
- 2.5. Reportagens sobre ação do conselheiro para fiscalizar ações do presidente do banco.
 - 2.5.1. Folha de S. Paulo -17.09.92.
 - 2.5.2. Folha de S. Paulo -23.09.92.
- 2.6. Reportagem do jornal O Estado de São Paulo, em que o conselheiro defende mecanismos de controle dos bancos públicos.
- 2.7. Coluna “É “ do jornalista Neno Cavalcante, no Diário do Nordeste, que publica carta do conselheiro onde se refere a ação que desenvolve, em relação a notas anteriormente publicadas.
- 2.8. Entrevista do conselheiro, ao final do mandato, no jornal O Telão do CESEC Castelão, em Fortaleza.
- 2.9. Entrevista do conselheiro ao jornal Nossa Voz da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste.
- 2.10. Entrevista do conselheiro à Revista da AABB de São Paulo.
- 2.11. 1º e 2º pronunciamentos oficiais do conselheiro, no Conselho Diretor, publicados pela revista da AABB de São Paulo.

ESTADO DO CHARRÁ
Câmara Municipal de Quindim

Caixa Postal Nº. 13 - FONE 314-0944
CEP 63.500 - QUINDIM - CHARRÁ

Lei Nº. 842

de 13 de Setembro

de 1976.

REVOKA A LEI MUNICIPAL Nº 701 DE 02 DE MAIO DE 1973, CRIA A
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO CENTRO CIENTÍFICO E DA CULTURA TROVÁ
DE QUINDIM.

ART. 1º - Com a vigência desta Lei, fica revogada a Lei Municipal nº 701 de 02 de maio de 1973, que criava a Fundação de Paleontologia de Quindim.

ART. 2º - Fica oficialmente criada a Fundação Municipal do Centro Científico (FUNCC) que será regida por estatutos próprios e terá finalidade de criar e manter unidades de ensino Superior, podendo, para tanto admitir insuflar cursos profissionais e de 2º Grau dedicando-se a atividades de caráter científico-cultural e a pesquisas nas áreas das ciências e da humanidade, além da difusão do ensino, de um modo geral.

ART. 3º - O Conselho Municipal fica autorizado a nomear, através do parecer, o grupo de trabalho que deverá elaborar os estatutos da FUNCC.

ART. 4º - O grupo de trabalho encarregado de elaboração dos Estatutos fica autorizado a convocar 16 pessoas que farão parte dos Comitês Diretor e Consultor, as quais automaticamente aprovam os Estatutos da FUNCC e indicam os membros que compõem a Comissão Geral que, de acordo com o Art. 2º desta Lei, se regerá pelos próprios Estatutos.

ART. 5º - A criação e regulamentação da Fundação de Paleontologia será regida pelo que determinam os Estatutos da FUNCC.

ART. 6º - Fica revogada as disposições em contrário.

Sala da Câmara Municipal de Quindim, em 30 de setembro de 1976.

Assinante Lino de Macalente - Presidente
" José Ribeiro Franco Ribeiro - Secretário "

Sala da Câmara Municipal de Quindim, em 30 de abril de 1976.

Assinatura
Mário Lino de Macalente
1º Secretário

Visto: *Assinatura*
José Lopes Dantas
Presidente

1.1.

**CÓPIA AUTÊNTICA DA ATA DA REUNIÃO DE CONSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SERTÃO CENTRAL - FUNEUC -**

Se deu novo termo e quarenta minutos do dia 29 de setembro de 1971, representando e potestando a sessão, na sede do Banco do Estado do Ceará S/A situada à rua Jacqueline de Sousa, 233, nesta cidade de Quindim, compareceu a seguinte reunião: Sr. Prefeito Municipal, Assessor Otho Bezerra, para o qual foi designado o Sr. Francisco Municipal, Agente da Fundação Educacional do Sertão Central (FUNEUC), conforme o disposto nos artigos 2º e 10 da Lei Municipal nº 842/76 de 29 de setembro de 1976. Como o trabalho foi constituído dos seguintes: Luis Cavaleiro Sant'Ingo Moreira de Souza, secretário de Educação do Município; José Edilson de Araújo, gerente do Banco do Estado do Ceará, Agência de Quindim; Francisco Airton Lima Arruda, Juiz de Paz e Sr. Jaci Maciel de Iratama, Médico-chefe do FUNEUC. Com a representação dos grupos representados, o Sr. Francisco Airton Lima Arruda deu por iniciada a reunião lendo os motivos da convocação dos diversos representantes da comunidade ali presentes, começando a palavra ao Sr. Sr. Prefeito Municipal, Assessor Otho Bezerra que fez uma síntese da história da Fundação Educacional do Sertão Central (FUNEUC), bem como de sua importância para a região, enfatizando três pontos: a) - a necessidade de uma escola Superior na Região; b) - a luta que vinha travando a municipalidade em administração desde 1973; c) - a não discriminação da municipalidade na administração da FUNEUC, uma vez que a Fundação não tinha coloração política. Foi a palavra dada ao Sr. Luis Cavaleiro Sant'Ingo Moreira de Souza que, reforçando as palavras do Sr. Sr. Prefeito Municipal, deu especial ênfase a intercomunicação do Ensino Superior dizendo ainda que a FUNEUC tinha por objetivo primordial criar e manter 5 unidades do Ensino Superior, porém, para tanto, manter, inclusive, cursos profissionalizantes de 2º grau e dedicar-se a atividades de caráter sócio-cultural e a pesquisas nas áreas das ciências e de humanidades, além da criação de cinema, de um teatro geral. Comunicou ainda que um dos objetivos daquela reunião seria a composição do Conselho Diretor que consistiria de dez (10) membros, sendo cinco (5) efetivos e cinco (5) suplentes e do Conselho Curador, composto de seis (6) membros, três (3) efetivos e três (3) suplentes. Antes, porém, de se proceder à eleição para preenchimento dos cargos, Dr. José Maciel de Iratama abriu a atenção dos presentes para os seguintes pontos: primeiro, que os membros dos Conselhos Diretor e Curador não serão remunerados; segundo, que será taxativamente proibida a atuação de política que envolva política partidária, religião, assim como toda e qualquer discriminação no regime.

12



— Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro —

Rua Ipiranga, 230, 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - Caixa Postal 150

cinto da Fundação. Foi feita a votação para presidente, sendo eleito por unanimidade o Sr. Luiz Geraldo Sant'Anna Moreira de Sousa e, por aclamação, a escolha do vice-presidente para Don Joaquim Rufino do Rêgo, Bispo Diocesano. Seguiu-se a votação dos demais membros, apontando os seguintes resultados: 1º Secretário: Sr. Vicente Gonçalves Albuquerque, 2º Secretário: Sr. José Rodrigues de Freitas; Tesoureiro: José Edilson de Araújo. Os referidos membros formaram o Conselho Diretor, cujos suplentes foram: Francisco Aírton Lara Arruda, Luiz Evarildo do Prado, Ana de Oliveira Barros, João Raulo Cavalcante Costa e Imã. Ana Valéria Costa. O Conselho Curador ficou assim constituído: Dr. Antonio Wilson da Silva e Rodrigues, presidente; membros efetivos: Dr. José Evarildo da Silva e Dr. Antonio Moreira Ingulhões, sendo suplentes: Helton Mesquita Aires, Francisco de Assis Rodrigues Filho e Anis Otília Raquit. Recomendando a palavra o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, parabenizou a diretoria recém-eleita e considerando-a encorajada diante de sua contentamento pela boa escolha por parte de todos, pediu que fosse iniciado aos trabalhos, dada a urgência do problema a fim de que a Faculdade a ser implantada, em Quindim, pudesse funcionar no próximo ano e, declarando que o Município contribuiria financeiramente para a FUNAV, com a importância correspondente a 1/4 do Fundo de Reparação dos Municípios, comunicou também que as indústrias "Requiva" Cimento e Indústria, Quindim Agro-Industrial e a Cia. Algodoeira que mantêm entreven contribuído com R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) cada uma. Levou ao conhecimento dos presentes que a municipalidade de Quindim, como patrimônio o atual prédio onde funciona o Ginásio Municipal, com todo o seu acervo, bem como a Biblioteca composta de livros doados pela Comunidade. Quanto à doação do prédio onde funciona o Ginásio Municipal e seu acervo foi levantada a questão por parte do Sr. Secretário da Educação e Cultura do Município, sobre a manutenção futura do referido estabelecimento de ensino. Foi designado um Comissão composta dos Srs. Antonio Moreira Ingulhões, Luiz Geraldo Sant'Anna Moreira de Sousa e Sr. Vicente Gonçalves Albuquerque para levar ao conhecimento do Exmo. Sr. Don Joaquim Rufino do Rêgo a escolha de sua Excelência para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretor. Da reunião havendo a tratar o Exmo. Sr. Prefeito Anis Otília Raquit agradeceu, mais uma vez, a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Sr. Vicente Gonçalves Albuquerque, Secretário, lavrei a presente ata que, aprovada, será assinada por todos os membros da Diretoria.

Ass) Presidente: Luiz Geraldo Sant'Anna Moreira de Sousa
Vice-Presidente: Don Joaquim Rufino do Rêgo
1º Secretário: Sr. Vicente Gonçalves Albuquerque

— Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —
Rua Lygia Freire, 100 - Jd. São Carlos - Campinas - SP

2º Secretário: Dr. José Inácio de Freitas
Desembargador: José Roberto de Araújo
Suplentes: Dr. Ana Valéria Gomes
 Ana de Oliveira Barros
 João Nunes Gonçalves Costa
 Francisco Antônio Lima Araújo
 Luiz Evêncio de Figueira
Conselho Curador:
Presidente: Antonio Wilson da Silva e Medeiros
 Dr. Antonio Moreira Magalhães
 Dr. José Evaristo Silveira
Suplentes:
 Nelson Marquês Aires
 Francisco de Assis Rodrigues Filho
 Ana Cláudia Paquet.

Campinas-SP., 8/8/1979

Luiz Camillo Santiago Moreira de Sousa,
- Presidente -

O cidadão LAFAYETTE DE ALMEIDA LIMA, Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas desta Comarca de Quixadá, Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, por nomeação da Comarca da 1ª



" CERTIDÃO "



CERTIFICADA, em virtude da faculdade que lhe é conferida por lei e a requerimento verbal da parte interessada, que revendo o Livro A, de REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, em 4º curso perante este Cartório, da Fls. 1/3v., verificou constar o seguinte: - " LIVRO A. ANO 1.976. Nº DE ORDEM: - 02. DATA: - 22.12.76. | EXTRATO: - Registro feito a requerimento do Sr. Luiz Covaldo Sant'Ana Cordeiro da Souza, na forma abaixo: INSTITUIÇÃO FUNDADO EDUCACIONAL DE QUIXADÁ - FUNDUC - CAPÍTULO I. Da Fundação e suas finalidades. Art. 1º - A Fundação é autônoma do Conselho Controlador. Art. 2º - A Fundação é uma entidade de direito privado administrativo e financeiramente autônoma, com foro e sede na cidade de Quixadá, Estado do Ceará, e será regida pelas disposições constantes deste Estatuto. Art. 3º - A FUNDUC tem por objetivo criar e manter unidades de ensino superior, visando a promoção da educação de suas finalidades, manter cursos profissionais, entre os 2º graus. § 1º - Poderá criar a FUNDUC dedicar-se à educação, atividades de caráter sócio-cultural, de pesquisa nas áreas das ciências e das humanidades, e da difusão do ensino de um modo geral. § 2º - De interesse geral, a FUNDUC poderá desenvolver campanhas educativas, assistencial e de alfabetização, em colaboração com os órgãos públicos e privados. Art. 4º - A FUNDUC não terá finalidade lucrativa e sua duração será por tempo indeterminado. CAPÍTULO II. Dos Órgãos da FUNDUC - Art. 4º - São órgãos da FUNDUC: I - "Assembleia Geral II - Conselho Diretor. III - Conselho Curador Art. 5º - A Assembleia Geral é o órgão de Deliberação da FUNDUC e será constituída por membros fundadores, pelos Conselhos Diretor e Curador e 3 representantes de cada Unidade, sendo 1 o Diretor e o outro o representante do Corpo Docente, nos termos estabelecidos neste Estatuto. Art. 6º - O Conselho Diretor é o órgão executivo da FUNDUC, conforme disposições constantes deste Estatuto. Art. 7º - O Conselho Curador é o órgão de fiscalização econômico-financeira da FUNDUC. CAPÍTULO III. Da Assembleia Geral - Art. 8º - A Assembleia Geral que é o órgão máximo da FUNDUC, será composta nos ter-

1.3

nos do artigo 5º deste Estatuto. Art. 9º - A Assembléia Geral será ordinariamente convocada 2 (duas) vezes por ano. Parágrafo Único - A convocação de que trata o "caput" deste artigo será realizada em março, para apreciar a prestação de contas do exercício anterior e em julho, para a eleição dos Conselhos Diretor e Curador, quando for o caso e tratar de assuntos gerais de interesse da FUNESC. Art. 10 - Além do período ordinário de sessões, a Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente: I - Pela Presidência do Conselho Diretor; II - Por 2/3 (dois terços) do Conselho Curador; III - Por 1/3 (um terço) dos membros da FUNESC. Art. 11 - Qualquer matéria apresentada à Assembléia Geral quando convocada nos termos do inciso III do artigo 10, para ser aprovada deverá ter no mínimo, a maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da FUNESC. Art. 12 - II Quando a convocação da Assembléia Geral ocorrer de acordo com o II dispositivo, digo, com o disposto dos incisos I e II do artigo 10 deste Estatuto, a matéria apresentada para votação necessitará parecer aprovada, da maioria absoluta dos presentes. CAPITULO IV. DO CONSELHO DIRETOR - Art. 13 - O Conselho Diretor é o órgão executivo da FUNESC, encarregado de gerir os destinos da entidade, no que se refere à sua administração. Art. 14 - O Conselho Diretor será composto de 10 (dez) membros eleitos pela Assembléia Geral, em sessão ordinária, através de escrutínio direto e secreto. CAPITULO V. DO CONSELHO CURADOR - Art. 15 - O Conselho Curador que é o órgão encarregado da fiscalização das atividades econômico-financeiras da FUNESC, será constituído de 6 (seis) membros eleitos na forma do artigo 14 deste Estatuto. CAPITULO VI. DA ELEIÇÃO E DA POSSE II dos Conselhos Diretor e Curador - Art. 16 - A eleição dos Conselhos Diretor e Curador realizar-se-á de 2 (dois) em 2 (dois) anos, na segunda quinzena de julho. Parágrafo Único - Será constituída uma comissão eleitoral para proceder os trabalhos relativos à eleição dos Conselhos Diretor e Curador. Art. 17 - O Edital de convocação da Assembléia Geral para eleição será feito com antecedência mínima de 10 (dez) dias e publicado pelos órgãos de divulgação, contendo detalhadamente dia, hora e local da eleição. Art. 18 - O pedido de registro de chapas para concorrerem às eleições dos Conselhos Diretor e Curador deverá ser feito através do requerimento à Comissão Eleitoral, com antecedência mínima de 48 horas. § 1º - O requerimento de que fala este artigo deverá conter um mínimo de 1/3 (um terço) de assinaturas dos membros da FUNESC. § 2º - Será dispensado o disposto no parágrafo anterior quando a chapa for apresentada diretamente pelo Conselho Diretor à Comissão eleitoral. Art. 19 - Será considerada eleita a chapa que conseguir a maioria absoluta dos votos apurados e válidos. Art. 20 - A proclamação dos eleitos dar-se-á no mesmo dia, logo após a apuração da eleição. II

Art. 21 - O Conselho Diretor baixará normas disciplinando os trabalhos eleitorais. Art. 22 - A Comissão eleitoral dará posse aos III eleitos após transcorridos 10 (dez) dias da proclamação do resultado constante do artigo 20 (vinte) deste Estatuto. Art. 23 - O mandato dos membros dos Conselhos Diretor e Curador será de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reconduzidos, no todo ou em parte.

CAPÍTULO VII. Da constituição dos Conselhos Diretor e Curador e extinção de mandato - Art. 24 - A Constituição do Conselho Diretor, será a seguinte: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e 5 (cinco) suplentes. Art. 25 - O Conselho Curador será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes. Parágrafo único - A eleição do Presidente do Conselho Curador dar-se-á entre seus membros. Art. 26 - As atribuições dos membros dos Conselhos Diretor e Curador serão estabelecidas em seus regimentos internos. Art. 27 - O mandato dos membros dos Conselhos Diretor e Curador será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos: I - morte; II - renúncia; III - ausência a 5 (cinco) sessões sem prévia licença do Conselho a II que pertencer cada membro; IV - procedimento incompatível com a dignidade das funções; V - condenação por crime comum ou de responsabilidade.

CAPÍTULO VIII - Das atribuições do Conselho Diretor - Art. 28 - Compete ao Conselho Diretor: I - elaborar seu regimento interno; II - organizar os serviços administrativos; III - deliberar sobre a administração de seus bens, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação dos recursos e a realização de operações de crédito; IV - delegar poderes para a representação da FUMEC junto às entidades nacionais e internacionais; V - aprovar a realização de convênios ou acordos, com entidades públicas ou privadas, que importem em compromisso para a FUMEC; VI - decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza; VII - examinar a prestação de contas do exercício anterior das Unidades; VIII - estabelecer normas para admissão, remuneração, promoção, punição e dispensa do seu pessoal e organizar os respectivos quadros; IX - propor a reforma do presente Estatuto; X - decidir sobre a proposta de alienação de bens e direitos; XI - aprovar, no segundo período de sessões de cada ano, o plano de atividades da FUMEC e respectivo orçamento para o exercício seguinte; XII - autorizar despesas extraordinárias ou suplementares, justificadas pelo Presidente da FUMEC; XIII - solicitar, no devido tempo, do governo Federal, a inclusão, no Orçamento da Federação, das dotações necessárias à FUMEC; XIV - julgar os recursos que forem interpostos pelos delegados colegiados contra decisões dos diretores de qualquer das unidades vinculadas à FUMEC ou dos órgãos complementares; XV - resolver sobre os casos omissos; Parágrafo único - As deliberações do

Art. 21 - O Conselho Diretor baixará normas disciplinando os trabalhos eleitorais. Art. 22 - A Comissão eleitoral dará posse aos III eleitos após transcorridos 10 (dez) dias da proclamação do resultado de constante do artigo 20 (vinte) deste Estatuto. Art. 23 - O mandato dos membros dos Conselhos Diretor e Curador será de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reconduzidos, no todo ou em parte.

CAPÍTULO VII. Da constituição dos Conselhos Diretor e Curador e extinção do mandato - Art. 24 - A Constituição do Conselho Diretor, será a seguinte: presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e 5 (cinco) suplentes. Art. 25 - O Conselho Curador será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes. Parágrafo Único - A eleição do Presidente do Conselho Curador dar-se-á entre seus membros. Art. 26 - As atribuições dos membros dos Conselhos Diretor e Curador serão estabelecidas em seus regimentos internos. Art. 27 - O mandato dos membros dos Conselhos Diretor e Curador será considerado extinto antes do término, nos seguintes casos: I - morte; II - renúncia; III - ausência a 5 (cinco) sessões sem prévia licença do Conselho a II que pertencer cada membro; IV - procedimento incompatível com a II dignidade das funções; V - condenação por crime comum ou de responsabilidade.

CAPÍTULO VIII - Das atribuições do Conselho Diretor - Art. 28 - Compete ao Conselho Diretor: I - elaborar seu regimento interno; II - organizar os serviços administrativos; III - deliberar sobre a administração de seus bens, promover-lhes o incremento e aprovar a aplicação dos recursos e a realização de operações de crédito; IV - delegar poderes para a representação da FUMEC junto às entidades nacionais e internacionais; V - aprovar a realização de convenios ou acordos, com entidades públicas ou privadas, que importem em compromisso para a FUMEC; VI - decidir sobre a aceitação de doações e subvenções de qualquer natureza; VII - examinar a prestação de contas do exercício anterior das Unidades; VIII - estabelecer normas para admissão, remuneração, promoção, punição e dispensa do seu pessoal e organizar os respectivos quadros; IX - propor a reforma do presente Estatuto; X - decidir sobre a proposta de alienação de bens e direitos; XI - aprovar, no segundo período de sessões do cada ano, o plano de atividades da FUMEC e respectivo orçamento para o exercício seguinte; XII - autorizar despesas extraordinárias ou suplementares, justificadas pelo Presidente da FUMEC; XIII - solicitar, no devido tempo, do governo Federal, a inclusão, no Orçamento da Federação, das dotações necessárias à FUMEC; XIV - julgar os recursos que forem interpostos pelos órgãos colegiados contra decisões dos diretores de qualquer das unidades vinculadas à FUMEC ou dos órgãos complementares; XV - resolver sobre os casos omissos; Parágrafo Único - As deliberações do

Conselho Diretor que envolverem operações de crédito ou alienações de bens serão submetidas previamente ao parecer do Conselho Curador. CAPITULO IX, Das atribuições do Conselho Curador - Art. 29 - São atribuições do Conselho Curador: I - Elaborar em consonância com o Conselho Diretor o seu regimento interno; II - Apresentar sugestões que envolvam toda e qualquer matéria econômico-financeira; III - Emitir parecer sobre problemas e decisões que envolvam operações de crédito; IV - Emitir parecer sobre alienação de bens pertencentes à FUNESC; V - Dar parecer sobre a proposta orçamentária bem como sobre a prestação de contas do Conselho Diretor e das unidades ou órgãos da FUNESC. CAPITULO X - Do Patrimônio - Art. 30 - O Patrimônio da FUNESC é constituído por: I - bens móveis, imóveis e empenhos que possui ou venha a possuir, II - legados, doações, contribuições e subvenções. Art. 31 - Os bens e direitos pertencentes à FUNESC serão aplicados exclusivamente na obtenção de seus objetivos. Parágrafo Único - O Conselho Diretor, quando julgar conveniente poderá fazer a alienação de bens patrimoniais. Art. 32 - Os recursos para sua manutenção virão das seguintes fontes: I - Receita ordinária; II - Juros e rendimentos de bens patrimoniais; III - Doações e legados; IV - Amizades, taxas e emolumentos; V - Remuneração pela prestação de serviços. CAPITULO XI - Do Regime Financeiro. Art. 33 - O exercício financeiro da FUNESC coincidirá com o ano civil. Art. 34 - A prestação de contas constará dos seguintes elementos: I - demonstrações das variações patrimoniais; II - documentos comprobatórios das despesas realizadas. Art. 35 - Os recursos destinados pelo Município, provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) serão observados para efeito da prestação de contas, à legislação pertinente. Art. 36 - A prestação de contas será publicada pelos órgãos de divulgação. CAPITULO XII - Dos Empregados. Art. 37 - Os empregados admitidos pelas unidades e órgãos da FUNESC serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem prejuízo, no que couber ao regimento interno de cada unidade ou órgão. Art. 38 - A FUNESC poderá, na forma da Lei, requisitar funcionários do Serviço Público e das Autarquias, mediante convênios. CAPITULO XIII - Das Unidades de Ensino - Art. 39 - A Fundação Educacional do Sertão Central manterá unidades de ensino, constituídas de Faculdade, que se destinam à formação profissional, cabendo-lhe nos limites de suas respectivas competências. I - ministrar cursos de graduação, para formação profissional; II - dar cursos de aperfeiçoamento, e de extensão; III - realizar estudos e pesquisas nos respectivos campos de atuação. Parágrafo Único - Poderá ainda a FUNESC criar e/ou manter cursos profissionalizantes do 2º grau, obedidas as disposições constantes deste Capítulo. Art. 40 - A FUNESC se empenhará no estudo dos problemas

relacionados com o desenvolvimento econômico, social e cultural | do Nordeste, colaborando neste misto com as entidades públicas e | privadas, para alcançar seus objetivos. Art. 41 - Na organização | de seu regime didático inclusive na do currículo dos respectivos | cursos, as faculdades gozarão de autonomia. Art. 42 - Para que os | diplomas profissionais por diplomas profissionais por elas expedi- | dos possam conferir as prerrogativas legais aos respectivos titula- | res, serão observados os seguintes princípios: I - a duração de || seus cursos profissionais, incluindo o dos cursos básicos não po- | rá ser inferior ao padrão mínimo instituído pela legislação fede- | ral; II - não poderá ser eliminada disciplina que a legislação fede- | ral considere obrigatória; III - não será dispensada obrigatori- | dade de frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práti- | cas e aos demais trabalhos escolares nem poderão ser abonadas qua- | quer fôrmulas admitidas pela legislação geral que importem indi- | rectamente, em dispensa de frequência. CAPITULO XIV - Das disposi- | ções gerais e transitórias - Art. 43 - Por decisão do Conselho Di- | retor poderão ser concedidos títulos de "Membros Honorários e Mem- | bros Beneméritos" a pessoas ou entidades que tenham prestado rele- | vantes serviços à FUNESC. Parágrafo único - Os membros Honorários | e Beneméritos não terão direito a voto. Art. 44 - Os casos omissos | na aplicação deste Estatuto, serão resolvidos pelo Conselho Dire- | tor da FUNESC. Art. 45 - Os Conselhos Diretor e Curador para o ma- | nuito provisório serão escolhidos dentre os membros fundadores pela | comissão encarregada de criar a FUNESC e terá seu mandato até ju- | lho de 1977, para os trabalhos de estruturação. Art. 46 - A admi- | ssaõ de qualquer novo membro para a FUNESC deverá ter a aprovaçãõ | do Conselho Diretor. Art. 47 - Os membros dos Conselhos Diretor e | Curador não serão remunerados. Art. 48 - Será terminantemente pro- | ibida discussãõ de matéria que envolva política partidária, religi- | ão, e toda e qualquer discriminação no recinto das reuniões. Art. | 49 - A tabela de salário ou remuneração do pessoal administrativo | e auxiliar da FUNESC bem como a do corpo docente, administrativo e | auxiliar das faculdades, ou outras entidades, será elaborada pelo | Conselho Diretor, ouvido o Conselho Curador e observada a Legisla- | ção Trabalhista pertinente. Art. 50 - O Conselho Diretor poderá || criar serviços técnicos e auxiliares, com o objetivo de auxiliá- | lo na execução de suas tarefas. Art. 51 - Os suplentes e que alu- | dem os artigos 24 e 25 deste Estatuto, participarão dos trabalhos | de cada Conselho e só terão direito a voto, na falta à reunião, || dos membros efetivos. Art. 52 - A escolha dos membros para compor | os Conselhos Diretor e Curador preferencialmente deverá recair em | pessoas de ilibada conduta e notória competência para gerir os de- | talhes da FUNESC. Art. 53 - O presente Estatuto poderá ser amenda-

do ou reformado mediante proposta do Conselho Diretor "ad referendum" da Assembléia Geral. Art. 54 - O Conselho Diretor poderá instituir uma taxa de contribuição a ser paga pelos membros da FUNESC, para fazer face as despesas de instalação. Art. 55 - Os membros da FUNESC, não respondendo subsidiariamente pelas obrigações sociais e econômico-financeiras, da mesma. Art. 56 - Em caso de extinção da FUNESC, por qualquer motivo, seu patrimônio se reverterá em benefício da Prefeitura Municipal de Curitiba, respeitando-se os fins da entidade e a vontade dos doadores. Art. 57 - O presidente do Conselho Diretor da FUNESC, representa-la-á ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Art. 58 - Nos casos omissos que envolvam matéria econômico-financeira fica o Conselho Diretor autorizado a resolvê-lo em consonância com o Conselho Curador. Art. 59 - As Escolas superiores agregadas gozarão de autonomia didática, administrativa, e disciplinar, nos termos da lei. Art. 60 - Ao Conselho Diretor é facultado o poder de criar órgãos complementares a fim de realizar atividades de difusão, extensão e intercâmbio. ||| Art. 61 - Este Estatuto entrará em vigor a partir da data em que for efetuado o registro no órgão civil das pessoas jurídicas. Curitiba-Co., 05 de Outubro de 1.976. Conselho Diretor: Presidente: Luiz Cavaldo Sant'Iago Moreira de Souza, Vice-Presidente: Dr. Joaquim Ruffino do Rêgo - 1º Secretário: Sr. Vicente Gonçalves de Albuquerque - 2º Secretário: Dr. José Medeiros de Freitas. Tesoureiro - José Edilson de Araújo - Suplentes: Sr. Ana Valéria Costa - Ana de Oliveira Barros - João Eudes Cavalcante Costa - Francisco Airton Lima Arruda - Luiz Evarildo de França. Conselho Curador: Presidente: Antonio Ailson da Silveira Medeiros - Membros: Dr. José Evaristo da Silveira - Dr. Antônio Moreira Magalhães - Suplentes: Aziz Ortiz da Quit - Francisco de Assis Rodrigues Filho e Heitor Macquinta Aires. O referido é verdade dou fô. Curitiba, 22 de dezembro de 1.976. O Oficial do Registro (a) Lafayette de Albuquerque Lima".

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DÁ Fô.

CURVAD(CURVAD), EM 19 DE MARÇO DE 1.977.

"(LAFAYETTE DE ALBUQUERQUE LIMA) =

=(OFICIAL DO REGISTRO) =

FIM DA NOT. TAB.
Carloste Maia
NOTALIZADA

GERAL

Fundação Educacional em Quixadá

QUIXADÁ (JONAS SOUSA) Com o projeto de lei n. 19/76 de 24 de setembro de 1976, fica oficialmente criada a Fundação Educacional do Sertão Central-FUNESC, a qual será regida por estatutos próprios e terá a finalidade primordial de criar e manter unidades de Ensino Superior, podendo, para tanto, manter inclusive cursos profissionalizantes do 2o. grau e dedicar-se a atividades do caráter socio-cultural e à pesquisas nas áreas das ciências e da humanidade, além da difusão de ensino de um modo geral.

Vale ressaltar que cabe a referida Fundação Educacional criar, instalar o quanto antes a tão desejada Faculdade de Filosofia em nosso município, a qual terá sua regulamentação regida pelo que determinar os estatutos da FUNESC, sendo que os mesmos já foram elaborados e aprovados.

Sabe-se, portanto, que a nossa Faculdade será de radical importância não somente para a Cidade dos Monólitos, mas para toda a região Centro do Estado, daí se atribui a criação de uma fundação educacional de caráter regional, para manter e criar unidades de Ensino Superior.

O Conselho Diretor da FUNESC está assim

constituído: Presidente: Luis Oswaldo Santiago Moreira de Sousa, Vice-Presidente: O. Joaquim Trefino do Figue, 1o. Secretário: Pe. Vicente Gonçalves Albuquerque, 2o. Secretário: Dr. Joseli Medeiros de Freitas, Tesoureiro: José Edison de Araújo e os seguintes suplentes: Ana Oliveira Barros, Luis Estelito Gomes de França, Francisco Airton Lira Arruda, João Eudes Cavalcante Costa e Irma Ana Valdeia Costa. O Conselho Curador está assim formado: Dr. Ailson Silveira, Dr. José Eduardo Silveira, Dr. Antonio Magalhães, Aziz Okla Bessit, Francisco Assis Rodrigues e Heitor Mesquita Aires.

O Professor Luis Oswaldo Santiago, Diretor do Departamento de Educação e Cultura e Presidente local de MOBILAL, afirma: a para TRIBUNA DO CEARÁ que dentro de poucos meses estará funcionando nesta cidade e Faculdade de Filosofia. Quanto a criação da Fundação Educacional do Sertão Central, ele mostrou otimismo ao acrescentar: "Estou bastante satisfeito, já que conseguimos uma grande vitória, vitória esta que prova e que estamos progredindo no campo da educação". Quixadá, sem dúvida alguma, tem evoluído muito nestes últimos anos no setor educacional.

1.4.1.

Fundação criará faculdades

For Intendência da Moagem, de no. 1978, é o nº 00976, o prefeito de Ouraússim se opôs ao presidente da Câmara de Vereadores desta municipalidade. Os vereadores estavam tentando a supressão do Poder Legislativo da nossa terra, o Projeto de Lei que cria a Fundação Educacional do Sertão Central - Fesec, a quem caberia criar e instalar a escola tipo dualista, Faculdade de Filosofia, em nosso município.

O Desembargador se fez falar da urgência de tal medida, para não perder a oportunidade de termos em nossa cidade um empreendimento de grande importância, para servir um centro de capacitação de professores, para

O Conselho Caudal compõe-se da seguinte maneira: Dr. Antônio Carlos da Silveira Medeiros, Dr. João de Deus, Dr. Antônio de Jesus, Dr. Antônio de Oliveira Silveira e Dr. Antônio Moreira Magalhães. O Conselho Fiscal é formado por: Dr. Antônio de Oliveira, Dr. Francisco Assis Rodrigues Filho e Heitor Brizola Alves.

do, destinada a melhorar a qualidade da educação ministrada nas escolas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) criou o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Através de sua Comissão de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a FAPESP financiou a participação dos pesquisadores de 125 instituições de ensino superior que, após uma reunião preparatória a 15 km da cidade, se reuniram no Hotel Intercontinental para discutir e contribuir na mesa de trabalho. Foi ali que nasceu o pensamento sobre a transformação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo em uma "Fundação de cultura". Uma sociedade "sem fins lucrativos" que poderia atuar em benefício social, através de projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, e de projetos de preservação ambiental e de melhoria social, através de projetos de educação e de cultura.

Segundo o Secretário de Educação e Cultura de São Paulo, o Sr. Carlos Roberto de Almeida, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo não é apenas uma instituição de fomento à pesquisa, mas também uma instituição de desenvolvimento da cidade, no capital intelectual. É a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que, através de seus projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, contribui para a melhoria da qualidade da educação ministrada nas escolas, a melhoria da qualidade da saúde, a melhoria da qualidade da cultura, a melhoria da qualidade da vida.

Atualmente, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é uma instituição de fomento à pesquisa, mas também é uma instituição de desenvolvimento da cidade, no capital intelectual. É a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que, através de seus projetos de pesquisa e de desenvolvimento científico e tecnológico, contribui para a melhoria da qualidade da educação ministrada nas escolas, a melhoria da qualidade da saúde, a melhoria da qualidade da cultura, a melhoria da qualidade da vida.

A Faculdade de Quixadá

MYRSON LIMA

A equipe de interesse da Universidade Aberta O PIVO, tendo à frente o Coordenador Geral, Prof. Francisco Auto Filho, visita o Círculo de Estudos da cidade de Quixadá. A maior parte dos alunos matriculados nos cursos de extensão universitária, oferecidos pelo jornal, é formada por professores da rede estadual e municipal, professores das escolas da cidade e, sobretudo, de universitários da Faculdade João XXIII, onde funcionam cursos de Pedagogia, História, Ciências e um curso auxiliar de técnico de enfermagem.

Encampada pela UFR, dentro da política de valorização das ações universitárias, a Faculdade de Quixadá é exemplo de trabalho feito na base, fermentado na própria comunidade, fruto da união de idealistas, em especial do Prof. Luiz Osvaldo Santiago Moreira de Souza, seu atual Diretor. Constitui-se, sem sombra de dúvida, na maior obra educativa do século central. "As grandes metrópoles, como diz Raul de Oliveira, podem ter o centro irradiador dos longos movimentos culturais, mas é nas cidades pequenas que se formam estas distintas organizações de indivíduos - as várias pequenas grupos de poucas pessoas que lutam em conjunto para a volta à cultura, fraco de imitação que se multiplica em academias, em escolas, em clubes literários, musicais, artísticos, e muitas vezes conseguem se transformar em organizações permanentes e oficialmente reconhecidas".

A escola superior de Quixadá tem longa história que principiou bem antes da data de 13 de agosto de 1978, quando foi lançada a pedra fundamental do bom e rápido período de sua vida própria. Mantido pela Fundação Educacional do Sertão Central (FUNESC), inaugurada em janeiro de 1980, manteve-se a Faculdade graças às inúmeras campanhas feitas na própria comunidade, onde não faltaram a participação da Diocese local, dos clubes de serviço, do comércio e indústria locais, da Prefeitura e dos pais. A luta do futuro abastado e a conquista da moradia de uma família escola trataram o mesmo ideal de um povo de ter a sua faculdade e contribuíram decididamente para enfrentar as dificuldades de toda ordem.

Atualmente, a Faculdade de Quixadá conta com mais de uma centena de alunos, oriundos não só da sede e dos distritos, como também das cidades vizinhas como Quixeramobim, Limoeiro, Camacé, Redenção e Fortaleza. Sua biblioteca tem o acervo de 7.000 títulos. Possui, aproximadamente, vinte professores e quase todas as disciplinas no último ano, com o idealismo, sob a

SEGUNDO CADERNO

Fortaleza, Segunda-feira, 30 de abril de 1984

O POVO

16.

Muito gente vai chegando
para saber da verdade.
Vão também os compenheiros
que estão na faculdade.
Todos mostram simpatia
e solidariedade.

Já perto da meia-noite,
sem mais se planejar,
um ato público acontece
para o pobre encorajar.
Os trabalhadores falam
que a luta não vai parar.

Todos juntos, de mãos dadas,
foi bunita a gente ver,
defendendo para o pobre,
o direito de viver,
e o Diretor em desespero
sua cidade nos trazer.

Assim a noite passou,
ninguém vem chegando.
Faltou uma da cidade
vamos chegar contando.
Quando o profeito chegou,
já estavam esperando.

Mas aí é que foi grande
o desespero.
O terrível chegou
e mesmo nós em batalha,
vamos a lutar mais.

Logo depois parecia
que não ia melhorar
pois esse povo na rua
tem muito que incomodar.
E a confusão pensando:
"a poluição vai chegar".

A polícia já sabia,
cantando ninguém mais vê
os grandes se reunem
para pensar o que fazer.
E dar cartas pro povo
que não tem o que comer.

Muito gente que chegou,
já no torcedor lia,
em frente ao edifício,
curiosos, ainda insistia.
"queremos a colar concreto
e não prometer vazia".

Em grupos comunitários,
o povo se organizou,
e refletindo sua vida,
o dia todo passou
aí mesmo na praça
até que a noite chegou.

Mais um grande assembléia
para a luta reforçar
e não a madrugada,
ficamos a esperar.
Mas alguma coisa no ar,
cada um pode levar.

Compenheiros, é preciso
a luta continuar.
Estamos vendo que os grandes
querem mais o nos trazer.
A vitória não sofrir.
Não podemos recuar.

Essa história de aqui
só por latifundiário
vai acabar mais um pouco
os grandes proprietários.
Mesem luta é conseguir
trabalho comunitário.

Quatro meses já se vão,
povo morto em agonia
ainda em desespero
de surgir um novo dia.
E mais um vez vem a rua
mostrar nossa via.

São dois dias de jejum
o fígado do povo,
caindo o profeito,
tentativo de morrer,
já grande nossa vitória
que há de vir finalmente.

Já no segundo dia,
muitos dando passamento,
falamos para o profeito
sem esperar um momento:
"O povo grita por nós
e não é mais a via".

Mas a resposta cruel
não foi preciso esperar:
"vão quatro colar as pontas
que depois vão no picar.
Sem fardo no carrão,
caso povo vai ganhar."

"Agora sim, é profeito
decidir foi nos trazer."
E o povo desesperado,
quer a COMAL salvar.
Mas vem depressa a polícia
e ninguém consegue entrar.

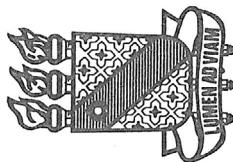
O povo volta lá casa,
na maior desceção.
Forças que tudo acabou:
"vão vrios tor ilusão."
Três dias o povo é lizo
que se tira com um capangão.

E tudo parece calar,
agora a praça vazia.
Mas a chama ainda flameja
por baixo da chuva fria
e depois da noite escura
vai nascer um novo dia.

Alicando, mais irmãos,
ninguém fique do escuroto.
Com o povo e muita guerra,
nossa luta não recua.
A vitória vai ser nossa.
Basta só na nossa via.

Guarulhos, 10 de Novembro de 1985.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SERTÃO CENTRAL
FACULDADE DE QUIXADÁ



1 SEMINÁRIO DE SAÚDE POPULAR DE QUIXERAMOBIM

PERÍODO: 23 e 24 DE NOVEMBRO DE 1985

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO:
- UEC/PRO/INMPS/SSE

QUIXERAMOBIM - CEARÁ
1985

A. S. A.

I SEMINÁRIO DE SAÚDE POPULAR DE QUIXERAMOBIM

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

23 e 24 de novembro de 1985

LOCAL:

Colégio Estadual Dr. Andrade Furtado - Quixeramobim - Ceará

INSCRIÇÕES:

11 a 12/11/85

CLIENTELA:

Comunidade residente no município de Quixeramobim.

CERTIFICADO:

Serão fornecidos àqueles que obtiverem 80% de frequência.

MAIORES INFORMAÇÕES NO COLÉGIO ESTADUAL DR. ANDRADE FURTADO.

P R O G R A M A

DIA 23/11/85 - SEXTA

08:00h - ABERTURA

08:15h - PAUSE

A Assistência primária à saúde prestada à população de Quixeramobim.

Coord.: Zeneide Franklin de Castro

Expositores:

- Waldir Ponte Leite (PMO)
- Heider Bezerra (INSEC)
- Carlos Roberto Mota (SSE)
- Zairone da Silva (SOM)
- Zairone da Silva (SOM)
- Aldemira Guedes Fernandes (H)
- Aldemira Nogueira Machado (CSU)
- Antonio Clementino dos Santos (STR)

09:30h - Intervalo

09:45h - Depoimento de Representantes da Comunidade sobre as condições de vida e saúde da população urbana e rural.

Coord.: Maria José Damasceno

Apresentadores:

- Leônidas Santos do Nascimento
- José Nogueira do Nascimento
- Francisco Nunes dos Santos
- Francisco José Maria Nobre
- Dr. Antonio Lobo Primo Lima.

11:00h - Debates

11:15h - Pausa sobre Apêns Integradas de saúde.

Conferencistas:

Dra. Vera Coelho - SSE

12:15h - Almoço

14:00h - PAUSE

Modelos simplificados de Assistência saúde no Ceará.

Coord.: Antonia Félix de Sousa

Expositores:

- Carlisle Holanda (SSE)
- Francisco Moreira de Souza (INAPPS)

16:00h - Debates

DIA 24/11/85 - DOMINGO

08:00h - Como implantar a assistência simplificada na área rural de Quixeramobim - Grupo do Estado sob a coordenação de Maria de Fátima Pimentel Ribeiro.

10:00h - Intervalo

10:15h - Apresentação das conclusões dos grupos.

11:45h - Entrega de certificados

14:00h - 16:00h - Elaboração de um Documento sobre a Saúde de Quixeramobim.

Coordenação Geral:

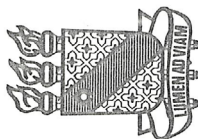
- Teresa Maria Carvalho Leite

Coordenação Local:

- Lúipe de Alencar da UEEC - Quixadá.

181

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SERTÃO CENTRAL
FACULDADE DE QUIZADO



I SEMINÁRIO DE SAÚDE POPULAR DE SENADOR POMPEU

PERÍODO: 23 e 24 DE NOVEMBRO DE 1985

PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO:
- UEC/PRSP/INAP/SSE

SENADOR POMPEU - CEARÁ
1985

1.8.2

1 CONVENIO DE SAÚDE POPULAR DE SENADOR POMPEU

PERÍODO DE REALIZAÇÃO:

23 e 24 de novembro de 1985

LOCAL:

CSU
Senador Pompeu - Ceará

INSCRIÇÕES:

Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CLIENTELA:

Comunidade residente no Município de Senador Pompeu.

CERTIFICADO:

Serão fornecidos Bônus que obtenham 80% de frequência.

MAIORES INFORMAÇÕES NO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS.

P R O G R A M A

DIA 23/11/85 - SÁBADO

14:00h - ABERTURA

14:15h - PAUSE

A Assistência Primária à Saúde Prezada

à população de Senador Pompeu.

Coord.: Ma. Zuleide Vieira do Nascimento.

EXPOSITORES:

- Luiz Gonzaga C. Pimentel (DESA/MS I)
- Roberto de Almeida (DESA/MS II)
- Jacé Basto V. Braga (DESA/MS)
- Danton Correia Nogueira (DESA/MS)
- José Carlos de Fátima (DESA/MS)
- Miguel Franco F. Vieira (C.S.)

16:00h - Intervalo

16:15h - Depoimento de Representantes da Comunidade sobre as condições de vida

de Senador Pompeu.

Coord.: Rosilene R. Cavalcante

APRESENTAÇÕES - (DESA/MS/MS)

- Valdirio Ferreira da Lima - CDM
- Ma. Salme do Nascimento - CPT

RELA RIBAL:

- Ma. Pereira do Nascimento - DEHA (In 12)
- José Antonio de Oliveira - DEHA (Espanha)
- José Carlos de Fátima - DEHA (Espanha)

17:15h - Palestra sobre Ações Integradas de Saúde (N.2).

Conferencista:

Dr. Vira Coelho - SEC

DIA 24/11/85 - DOMINGO

08:00h - PAUSE

Modelos Implicados de Assistência à Saúde no Ceará.

Coord.: Ma. do Carmo Aires Ribeiro

EXPOSITORES:

- Espirito Santo (USF)
- Ma. Zuleide Vieira (DESA/MS)
- 10:50h - Como Implementar a Assistência à Saúde em Senador Pompeu - Prebion e Supostores.

Grupos de estudo são a coordenação de Luiz Gonzaga C. Pimentel (DESA/MS I)

12:00h - Intervalo

14:00h - Relatório dos debates

16:00h - Apresentação das conclusões dos grupos

17:00h - Entrega de Certificados

17:30h - Elaboração do Documento Curto de Saúde de Senador Pompeu.

Conclusão Geral:

- Renata Maria Cavilho Leite

Conclusão Local:

- Equipe de alunos da SECE - QUIZON.

NOTA DE APOIO

Não, abando-nos, apólemos e queremos tornar público o nosso apoio à instituição para a Direção da Unidade da UNB em Quixadá, do professor Luis Osvaldo Santiago Moreira de Sousa, recém escolhido para o cargo pela unanimidade da Comunidade Universitária, em pleito realizado no dia 02 de janeiro de 1966, pelas razões que aqui apresentamos:

.. Em primeiro lugar, o professor citado é pessoa idônea, estuda e trabalha na comunidade.

- Foi, por causa de seu esforço e trabalho intensos que se tornou concreta a idéia de Universidade no Sertão Central, sonho de todos desde muito tempo.

- Devido a criação desta Unidade da Universidade até hoje, tem se desenvolvido fortemente em manter, nos cursos existentes, no nível considerado bom para todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos no processo.

- Representantes de pessoas, dessa e de outras instituições congêneres, têm expressado admiração e louvor pelo trabalho, dedicação e eficiência ali encontradas, colocando esta unidade como referência e possibilidade de cristalização da idéia e expectativas sociais da classe da Universidade.

«Estadador, pois, que os trabalhos assim deve ser reconhecido, incentivado, multiplicando infinitas vezes, para que se possa, ao fim, chegar a ter uma Universidade transformada e transformada, integrando das condições anteriores da sociedade, nascendo da educação.

Quetzalé-GZ., 10 de Janeiro de 1986.

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525

1.9

12-12-64
12-12-64
12-12-64

J. B. King (Silo)
 is here

Maria Helena Nobre
MARIA HELENA NOBRE
Rio de Janeiro - Portugal 02. 1973

Escola de 1.ª Grau N.º 1000 - Coimbra
Coimbra -- Coimbra

Donatello Fucini c/a 4411 5 CIA

[Handwritten signature]
José Roberto de Souza Silva

[Handwritten signature]

Receido do Sr. Manoel Pereira
GUARICA, MAIA, LIDA.

George Henry Fowler

M. A. DUTRAS & CIA. LTDA.
Rua Junqueira, 100 - 1º andar
Quilômetro 1 - Curitiba - Paraná

FRANCISCA RIBEIRO DE ARAUJO & CIA.
Rua da Boa Vista, 100 - 1º andar
Curitiba - Paraná

Comunicação Merce S/A
Antônio Fernandes Menezes
Olavo Espinosa
Antônio José da Silva

JOÃO DE DEUS DA SILVA
Rua da Boa Vista, 100 - 1º andar
Curitiba - Paraná

JOÃO DE DEUS DA SILVA
Rua da Boa Vista, 100 - 1º andar
Curitiba - Paraná

Comunicação de Mercadorias
Antônio José da Silva

REDA - SPT - Rua da Boa Vista, 100 - 1º andar
Curitiba - Paraná

Antônio José da Silva
Rua da Boa Vista, 100 - 1º andar
Curitiba - Paraná

Maria Concepción de Jesús Carabante.

Francisco José M. Capallón

Sindicato "Dona" "Ateneo de Buenos"

Presidente

Palma Amador

VERENDADA

Francisco José M. Capallón

VERENDADO

- Emilio M. Capallón -

Caral M. Capallón

por José M. Capallón

À
COMUNIDADE
DO
SERTÃO
CENTRAL

MANIFESTO
DO
MOVIMENTO
ESTUDANTIL DA
FACULDADE DE
QUIXADÁ. MARÇO/88.

A. 10.

O Centro Acadêmico Luiz Oswaldo (CALO), de Pedagogia, o Centro Acadêmico de Luta por uma História Autêntica (CALHA) e o Centro Acadêmico de Ciências do Sertão Central (CACISC) têm o prazer de comunicar a toda a comunidade do sertão central o reconhecimento dos Cursos de Pedagogia, Ciências e História pelo Conselho Federal de Educação, há vinte nove de janeiro do corrente ano, bem como a autorização de realização normal, a partir de agora, dos exames vestibulares.

Na oportunidade, o Movimento Estudantil de Quixadá quer tornar claro e público que esta é uma vitória que se concretiza graças à luta desenvolvida no decorrer dos últimos anos por este mesmo movimento.

Destacamos como passos e comprovações desta luta os seguintes momentos:

1ª. - Quando da realização do 1º. Cong. Est. de Pedagogia da UECE onde se queria atrelar os estudantes de Pedagogia do interior ao C.A. da capital, 9 dos 10 delegados de Quixadá iniciaram a campanha em prol da autonomia do interior para garantir suas bandeiras de luta, no que foram vitoriosos com a adesão dos companheiros de Itapipoca e Crateús e, em parte, de Fortaleza. Hoje, o resultado está aí muito claro: Quixadá, Itapipoca e Crateús, por suas próprias forças, têm seus cursos reconhecidos pelo CFE, enquanto Ubajara, Ipu e Redenção que optaram por organizar-se com o CA de Fortaleza tiveram seus cursos extintos.

2ª. - A luta pela Autonomia Universitária sempre foi uma constante em nossa unidade, reforçando nosso poder e nossa força, o que se deu em três oportunidades diferentes, resultando em conquistas como eleições diretas sem lista sêxtupla para eleição de Diretor, que passa, assim, a ter compromisso com a comunidade universitária e não com a Reitoria, garantindo, desse modo, o desenvolvimento de nossas reivindicações e lutas.

3ª. - Foi o Movimento Estudantil de Quixadá quem promoveu a união de esforços com Itapipoca e Crateús, bem como com o próprio Diretório Central dos Estudantes que passou a ser o nosso porta-voz nas reuniões do CEPE. Por isso, hoje, anunciamos com satisfação o reconhecimento dos Cursos de Itapipoca e Crateús junto com os nossos, o mesmo não aconteceu ainda com o Curso de Ciências de Limocoro, cujos estudantes não se integraram à luta. Foram as pressões conjuntas na imprensa, as notas distribuídas - tantas vezes criticadas - as reuniões e debates com a comunidade, as cobranças a quem de direito que garantiram estas conquistas.

4ª. - Não fomos apenas reivindicadores dos nossos direitos mas, sob a orientação do prof. Luiz Oswaldo, fomos nós que coletamos a maior parte dos dados do próprio Processo para enviar à Pró - Reitoria de Graduação da UECE

a quem cabia elaborá-lo.

No desenvolvimento dessas lutas sofremos incompreensões e fomos marcados por informações inverídicas que visavam tirar proveito da situação, na tentativa de fugir à responsabilidade e, ainda por cima, debitar a causa da não solução dos problemas à nossa forma de lutar.

Hoje, com o reconhecimento dos cursos pelo CFE podemos provar que a afirmar que o Reconhecimento não saía porque o prédio ainda não fora doado à UECE é uma assertiva mentirosa e dolosa, pois o Reconhecimento se deu sem a doação. E foram várias as pessoas que usaram deste argumento, bem como meios de comunicação o fizeram, para tirar proveito político. Mas, a mentira tem pernas curtas...

Sofremos ainda discursos afrontosos e pressões na imprensa, mas respondemos sempre com a continuidade de nossa luta.

Hoje, a vitória!

E neste instante de alegria pela vitória alcançada, registramos nossos agradecimentos a todos que, de uma forma ou de outra, lutaram por esta bandeira que não é nossa apenas, mas de toda a comunidade do Sertão Central.

Se ressaltamos nomes como os de Rachel de Queiroz, importante na revogação do parecer Niskier; de Solange Rosa que fez a PROGRADE cumprir a sua obrigação; do prof. Gilberto Telmo, atual Diretor, dos professores que ajudaram a montar os processos e do professor Luiz Oswaldo, que sempre esteve com o Movimento Estudantil nos seus erros e acertos; não esquecemos também todas as entidades e pessoas que ajudaram a pressionar a Reitoria da UECE e o próprio CFE nesta luta, bem como a quantos contribuíram para a construção, indispensável, do Laboratório de Ciências. Reconhecendo a vitória como fruto da luta e da organização estudantis, cumpre-nos ainda ressaltar o papel dos companheiros do DCE, em especial, seu presidente Paulo Jorge e o vice-presidente Miguel Pezoto.

A luta, entretanto continua. Há novas bandeiras a serem levantadas:

1º. - A institucionalização da Faculdade, aprovada no I Encontro das Unidades da UECE no Interior como forma de garantir o bom funcionamento e autonomia, deixando de ser cursos de Fortaleza no interior e passando a ser Faculdade autônoma.

2º. - A criação de novos cursos que pleiteamos sejam inicialmente de Letras e Matemática para dar atendimento à pesquisa feita no início das atividades da Unidade e atender as necessidades da região, bem como a continuidade dos estudos dos alunos de Ciências.

3º. - A criação de uma política de interiorização da UECE

que garanta recursos, ampliação, aperfeiçoamento e atendimento a todo interior, vitalizando os polos de desenvolvimento desta política.

4º. - Diretas sempre; Diretas sempre para eleição a quaisquer cargos na Universidade.

5º. - Não privatização da UECE que corre este perigo hoje, via excessivos aumentos de taxas.

6º. - A luta por uma Reforma Universitária que garanta à Universidade Brasileira competência, criticidade, autonomia e democracia.

7º. - A regionalização da Universidade no sentido de, sem perder de vista o universal, voltar a Universidade para a solução da problemática regional.

8º. - Fortalecimento do Movimento Estudantil. Finalmente, lembramos:

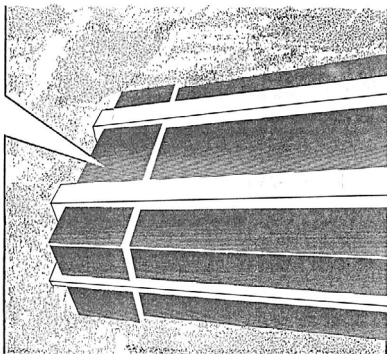
Quando o Movimento Estudantil da UECE através de seus órgãos representativos resolveu lançar o candidato alternativo à Reitoria da Universidade e escolheu um candidato de Quixadá para representar seus anseios, foram muitas as vozes que se levantaram prevendo retaliações e sugerindo "melhor pensar", sob pena de não termos os cursos reconhecidos. Pois bem, assumimos todos os riscos e enfrentamos a batalha. Resultado: fizemos o candidato mais votado no voto universal, dando uma lição à Universidade e às suas estruturas carcomidas e viciadas e, hoje, temos os cursos reconhecidos.

Fica-nos a lição: as pressões fazem parte da luta, bem como fazem parte da luta as ameaças. Ceder é perder. Lutar é a possibilidade de vencer:

Continuaremos, portanto, certos de que
"é preciso semear o fogo da canção,
despertar quem não quer mais crer:"

GARF

ESTAMOS AQUI !!!



GARF

BANCO DO BRASIL
 C.A. GARF Conselho de Administração
 Gabinete do Conselho Representante do Corpo Funcional

Impresso no Banco do Brasil - CEEC Anual RN

2.1.

O Gabinete do Conselheiro Representante do Corpo Funcional do Banco do Brasil, Luiz Oswaldo Santiago Mezza do Souza, já tem endereço. Fica no Edifício Sede III, 22º andar (ala oeste), em Brasília (DF). A dependência recebeu o nome de GAREF, pelo 8013-6, código 00013-2.



Também foram aprovadas pelo Conselho de Administração as funções do Conselheiro Representante que são:

- ouvir o funcionalismo, seus anseios e propostas;
- apresentar sugestões, propostas e questionamentos do funcionalismo com relação às estratégias, políticas gerais e específicas do conglomerado Banco do Brasil junto ao Conselho de Administração, Conselho Diretor e Diretorias;
- solicitar informações sobre propostas e/ou estudos desenvolvidos nas diversas áreas da Direção do Banco;
- contribuir para a aproximação do corpo diretivo do Banco com os funcionários;
- colaborar no desenvolvimento de ações motivacionais junto ao funcionalismo;
- estabelecer canais de diálogo e fortalecimento do Banco junto à sociedade, construir pontes e diálogo entre a Direção do Banco, as entidades sindicais e demais entidades do funcionalismo.



Luiz Oswaldo, ao falar do papel e das funções do Conselheiro Representante do Corpo Funcional no C.A. e do GAREF, faz questão de ressaltar alguns pontos que considera fundamentais sejam discutidos por todo o funcionalismo:

1. O Conselheiro Representante deve expressar, em todas as instâncias da representação, os anseios, questionamentos, seu compromisso com ela e a defesa do Banco enquanto instituição intimamente vinculada à sociedade.
2. Essa representação não tem uma finalidade clientelista, mas considera fundamental contrapor problemas individuais para poder tratá-los a nível coletivo.
3. O Gabinete não pode ser visto como um apêndice da Diretoria do Banco, nem como uma extensão do movimento sindical ou de qualquer outra entidade;
4. O Conselheiro Representante e seu Gabinete fazem parte da estrutura geral da Empresa e, como tal, estarão sempre abertos para ouvir e discutir os pontos de segmentos do funcionalismo as relações Emprego-sociedade e empresa-sociedade, na busca de maior integração de todos as forças vivas ligadas ao Banco.

Estabelecer canais de comunicação com os funcionários é prioridade nº 1 do conselheiro. Luiz Oswaldo pretende, além das visitas de trabalho, instituir um "diário de bordo" que permita contato direto com os funcionários, identificar e avaliar os pontos de comunicação (fax, telex, telefones BBNail, e, principalmente cartas) para subsidiar seu trabalho. Anote o endereço do C.A./GAREF: Edifício Sede III, 22º andar (ala oeste), Brasília (DF), CEP 70073, telêfones (61) 223-0418, 222-1121, telex 230614 e fax (61) 225-5876.



Concurso do BB em Brasília teve nepotismo e fraude

BRASILIA— O resultado do concurso do Banco do Brasil no Distrito Federal denota o funcionalismo da instituição indignado com a evidência de fraude. Dos 21 primeiros colocados, 16 são parentes ou amigos íntimos do chefe de gabinete da Diretoria de Recursos Humanos, Origenes Ferreira de Araújo Ramos, ou de seu adjunto, Gerônimo Matos Silva, que até dezembro era o chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção (Recel), responsável pela elaboração das provas.

Devido à denúncia de fraude, o presidente do Banco do Brasil, Lafayette Torres Coimbra, anunciou o afastamento dos dois envolvidos, a criação de uma comissão interna com prazo para apurar os fatos até o dia 3 de fevereiro e suspendeu a nomeação dos aprovados. "De maneira nenhuma, o Banco do Brasil, uma instituição séria, poderia aceitar ver sua imagem mancha por um fato desta natureza", afirmou.

A denúncia foi levada oficialmente ao presidente do Banco pelo representante dos funcionários no Conselho de Administração, Luiz Oswaldo Santiago Moreira de Souza. "Levei ao presidente o relatório de todos os funcionários, manifestado pelos corredores após o surgimento da luta de envolvidos, de autoria desconhecida", comenta Oswaldo. Outro fato que despertou curiosidade foi o índice de aprovação observado em Brasília, que ficou em 6,2% dos inscritos, enquanto em Santa Catarina e São Paulo, que tiveram as provas na mesma data, foi de 2%.

A prova que está sob suspeita, realizada a 17 de novembro, foi a primeira do concurso para admissão no banco, iniciado em junho do ano passado, e que contou com 1.364 milhões de inscritos.

— A lista de aprovados em Brasília, divulgada a 17 de janeiro, teve como pri-

meiro colocado Ricardo Oliveira de Carvalho, cunhado da filha de Origenes Ferreira de Almeida Ramos. Um exame mais atento mostrou que a própria filha do chefe do gabinete, Adriana de Almeida Ramos de Carvalho, havia sido a 7ª colocada, e o filho Marcos Vinícius Almeida Ramos estava em 10º lugar. A namorada de Marcos, Crisiane Freitas Sacramento, também esteve os bons fluidos da família e conseguiu classificar-se em 8º. O genro de Origenes, Ricardo Oliveira de Carvalho, que é casado com Adriana, mostrou que a família que estava ainda permanente unida, e conquistou a 13ª colocação. Por fim, o chefe de gabinete pôde exibir a aprovação também do cunhado de sua mulher, Valter

de Souza Costa Junior, e o irmão, Adriano de Almeida Costa classificados em 9º e 12º lugares, além de sua amiga Gerciana Paes Lundin, em 11º.

O chefe da Recel, Gerônimo Matos Silva, não ficou atrás e registrou a presença de três pessoas próximas suas três filhos, Andréa Oliveira Silva (4ª), Marcelo Oliveira (6ª) e Julio César Oliveira Silva (14ª). Os namorados também tiveram sucesso. A de Marcelo, Luciana Barbosa Viana, ficou em 3º lugar, e sua irmã, Cláudia Barbosa Viana, em 2ª. O namorado de Andréa, Moacir Faustino Junior, obteve a 15ª colocação, e as esposas de Julio Cesar, Kalline e Kátia Pereira Assis, ficaram respectivamente em 18ª e 20ª.

Ação entre amigos

Aprovados que passaram relação com Origenes Ferreira de Almeida Ramos
Um ex-chefe da Diretoria de Recursos Humanos

- Adriana de Almeida Ramos de Carvalho (filha) 7ª colocada
- Marcos Vinícius Almeida Ramos (filho) 10º colocado
- Crisiane Freitas Sacramento (namorada do filho) 8ª colocada
- José Marcelo Castro de Carvalho (marido da filha) 13ª colocada
- Ricardo Oliveira de Carvalho (cunhado da filha) 1º colocado
- Valtér de Souza Costa Junior (cunhado da esposa) 9º colocado
- Adriano de Almeida Costa (irmão do cunhado da esposa) 3º colocado

Aprovados que passaram relação com GERÔNIMO MATOS SILVA
Chefe da Diretoria de Recrutamento e Seleção

- Marcelo Oliveira Silva (filho) 6º colocado
- Andréa Oliveira Silva (filha) 4ª colocada
- Julio Cesar Oliveira Silva (filho) 14º colocado
- Luciana Barbosa Viana (namorada do filho Marcelo) 3ª colocada
- Cláudia Barbosa Viana (irmã da Luciana) 2ª colocada
- Moacir Faustino Junior (namorado da filha) 15º colocado
- Kalline Mário Pereira Assis (esposa do filho Julio Cesar) 18ª colocada
- Kátia Maria Pereira Assis (irmã de Kalline) 20ª colocada

Sindicato suspeita de fraude na prova do BB

SÃO PAULO — O Sindicato dos Bancários de São Paulo denunciou ontem que os 15 primeiros colocados na primeira fase do concurso do Banco do Brasil, realizada em Brasília, no dia 17 de novembro do ano passado, são parentes ou amigos de dois dos coordenadores do concurso. Segundo a denúncia, entre os 15 primeiros estão dois filhos do chefe de Gabinete da Diretoria de Recursos Humanos (Direc) do BB, Origenes Ferreira de Almeida Ramos, e três aprovados são filhos do chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção (Resel) do banco, Gerinaldo Matos Silva.

De acordo com o diretor de bancos federais do Sindicato dos Bancários, Paulo Assunção, o concurso foi planejado e executado pela Diretoria de Recursos Humanos do BB, à qual a Divi-

são de Recrutamento e Seleção está subordinada. O diretor de Recursos Humanos é Celso de Freitas Cavalcanti. Mais de 35 mil pessoas se inscreveram para o concurso em Brasília, que foi realizado simultaneamente com São Paulo. Cerca de cinco mil candidatos passaram na primeira prova em Brasília.

Segundo o sindicato, o 1º colocado, Ricardo Oliveira de Carvalho, é cunhado de Adriana de Almeida Ramos de Carvalho, filha de Origenes Ramos. Adriana ficou em 7º lugar e seu marido, José Marcelo Castro de Carvalho, irmão de Ricardo, em 13º lugar. Marcos Vinícius Almeida Ramos, outro filho do chefe de gabinete da Direc, apareceu em 10º lugar. Cristine Freitas Sacramento, 8ª colocada, é namorada de Marcos Vinícius.

Válter de Souza Costa Júnior, aprovado em 9º lugar, é filho do gerente da agência do BB em Guarã, cujo nome o sindicato não soube informar, e cunhado da mulher de Origenes Ramos, Angélica. O irmão de Válter, Adriano, ficou em 12º lugar.

Andréa Oliveira Silva, Marcelo Oliveira Silva e Júlio César Oliveira Silva, classificados respectivamente em 4º, 6º e 14º lugares, são filhos de Gerinaldo Matos Silva, chefe da Resel. O namorado de Andréa Silva, Moacir Faustino Júnior, foi o 15º colocado. Marcelo Silva é namorado de Luciana Barbosa Viana, que ficou em 3º lugar, e cuja irmã, Cláudia Barbosa Viana, acabou em 2º lugar. O namorado de Cláudia, Pablo Dupin Costa, foi o 5º. Gercina Paes Landim, 11ª colocada, é amiga de Origenes.

Lafayette ordena auditoria interna

BRASÍLIA — O Banco do Brasil iniciou ontem uma auditoria interna para averiguar as suspeitas de irregularidades em torno do concurso para seleção de novos funcionários em Brasília, realizado no dia 17 de novembro do ano passado e que teve seus resultados divulgados no último domingo. Até o próximo dia 3, quando serão divulgados os resultados da apuração, estão suspensas as nomeações de qualquer dos 1.750 aprovados no Distrito Federal.

A sindicância foi determinada pelo presidente do Banco do Brasil, Lafayette Torres, depois de receber uma denúncia formal do representante dos funcionários no Conselho de Administração

do banco, Luís Osvaldo Santiago Moreira de Sousa. Ele levou a Lafayette Torres a lista com o nome dos 15 primeiros colocados, todos eles parentes ou amigos de Origenes Ferreira de Araújo Ramos, chefe de gabinete da Diretoria de Recursos Humanos, encarregada da realização do concurso, ou de Gerinaldo Matos Silva, ex-chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção (Resel), responsável pela elaboração das provas.

O presidente do BB garantiu que anulará o concurso em Brasília caso seja comprovada a existência de fraudes. E prometeu severas punições aos culpados se forem apontados na auditoria interna do banco.

Suspeita de fraude leva BB a suspender nomeações

A nomeação dos 6 347 candidatos aprovados no último concurso do Banco do Brasil, que começaria ontem, foi suspensa por causa de denúncias de fraude no concurso. Uma carta anônima distribuída no edifício-sede do BB tenta provar o favorecimento a quinze parentes e amigos de Origenes Ferreira de Almeida Ramos, chefe em exercício da Diretoria de Recursos Humanos (Direc), e de Gerinaldo Matos Silva, seu chefe de gabinete. Na lista estão enumerados relações de parentesco e amizade entre os quinze primeiros colocados e os dois funcionários. A suspeita quebra a tradição de lisura dos concursos do banco mantida em quase dois séculos.

A carta anônima foi distribuída na última quinta-feira, dia 21, por volta das 17h, em todas as dependências do prédio central do Banco do Brasil. Além de suspender o processo de nomeação dos 360 primeiros colocados, o presidente do BB, Lafayette Coutinho, determinou ontem, a abertura de uma sindicância sob a responsabilidade da Auditoria Interna do banco, que tem o prazo de dez dias para apurar as denúncias. Caso haja comprovação dos fatos, o concurso será anulado nos estados de São Paulo, Santa Catarina e no Distrito Federal, onde mais de 287 mil candidatos fizeram as provas no dia 17 de novembro do ano passado.

Para o representante dos funcionários no Conselho de Administração do BB, Luiz Oswaldo Sant'ago, que formalizou a denúncia junto ao presidente do banco, a atitude correta seria a de anular o concurso nos demais Estados, até mesmo onde as provas ainda não foram aplicadas, como é o caso do Rio de Janeiro. "Se os próprios coordenadores estão sob suspeita de fraude, não podemos ficar tranquilos quanto às demais etapas do concurso", afirmou.

SEGURANÇA — A elaboração das provas para os concursos do Banco do Brasil passa por um rigoroso processo de segurança. O Departamento de Formação de Pessoal é o setor que controla os concursos em todo o País. Subordinado a ele existe a Divisão de Recrutamento e Seleção (Resel), da qual Gerinaldo Matos, um dos suspeitos, era o coordenador na data da realização das provas da primeira etapa deste concurso.

DE LA LIA



Lafayette Coutinho determinou a abertura de sindicância para apurar a denúncia

Veja árvore genealógica dos aprovados



Ricardo Oliveira de Carvalho, primeiro colocado no concurso do Banco do Brasil, que envolveu mais de 280 mil candidatos, é irmão do 12º colocado, José Marcelo, que é marido de Adriana de Almeida, 7ª colocada. O irmão de Adriana, Marcos Vinícius e sua namorada, Cristine Freitas, também ficaram entre as quinze primeiras colocações. O pai de Adriana e Marcos é Origenes Ferreira de Almeida Ramos, chefe em exercício da Diretoria de Recursos Humanos. Mas as coincidências genealógicas não param por aí. Adriano Costa e Váler Júnior, 12º e 9º colocados, respectivamente, são sobrinhos de Origens.

O condomínio familiar continua com o chefe de gabinete do Diretor de Recursos Humanos, Gerinaldo Matos Silva. Seus três filhos, André, Marcelo e Julio Cesar, com os respectivos nomes, irmãos de nomeados e nomeados de irmão de nomeados também alcançaram posições invejáveis no concurso. O mais interessante é imaginar que todas essas coincidências ficaram perdidas entre a lista dos 1 mil 700 aprovados no concurso, divulgada na última sexta-feira, dia 17, se não fosse o minucioso trabalho de um anônimo defensor da imagem do Banco do Brasil.

2.2.4.

BB suspende nomeação de concursados

Uma série de denúncias sobre fraudes na primeira etapa do concurso nacional do Banco do Brasil, realizada em 17 de novembro do ano passado, levou o presidente da instituição, Lafaete Coutinho, a suspender a nomeação dos seis mil aprovados no Distrito Federal. Há suspeitas de que os 15 primeiros colocados na lista sejam parentes do chefe de gabinete da Divisão de Recursos Humanos e Seleção, Getúlio Mota da Silva, e do chefe de gabinete da Diretoria de Recursos Humanos, Orílides Ferreira de Almeida.

Lafaete Coutinho determinou ainda a realização de uma auditoria interna. A ordem foi dada quando o presidente do Banco do Brasil tomou conhecimento do assunto. A auditoria foi iniciada ontem e deve ser concluída ainda na semana que vem. "Na hipótese de comprovação dos fatos, serão aplicadas rigorosas punições aos culpados, bem como será procedida a anulação do concurso realizado em Brasília. Quanto aos demais estados, iremos promover uma profunda investigação, uma vez que as denúncias de ações fraudulentas só englobam Brasília", disse ontem o presidente.

Assim que soube das suspeitas de irregularidades no concurso,

Coutinho convocou o chefe do Departamento de Formação do Pessoal, Walter Fiedler Denner, que foi obrigado a interromper as férias. "Eu deveria retornar ao trabalho somente no próximo dia 3, mas tive de cumprir a determinação do presidente. Inicialmente, o que posso dizer é que farei tudo para que a auditoria seja desenvolvida com rapidez e muita rigor", disse Walter Denner.

Denner conta que não entende como um concurso criado de tanta sigla possa ter sido fraudado. "Nossa gráfica esteve aberta o tempo todo, e o material das provas só saiu de lá para a utilização dos candidatos. Ele acrescenta que os 15 primeiros colocados na lista alcançaram as notas necessárias à aprovação e que é muito cedo para fazer maiores acusações. "Tudo farei para apurar o caso, mas, no meu entender, não há problema algum em um ou mais aprovados ter parentesco com nossos altos funcionários. Isto é muito comum aqui dentro".

Os autores das denúncias de irregularidades no concurso, todos anônimos, utilizaram vários aparelhos de fac-símile de agências do banco para divulgar o caso dentro e fora da instituição. O CORREIO BRAZILIENSE também foi um dos destinatários.

Sindicalista exige punição

O presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Paulo Borges, enviou nota à imprensa dando conta de que as informações ainda são insuficientes para se concluir que houve vazamento das provas. No entanto, Paulo Borges alerta para a necessidade de uma rigorosa investigação.

"Os funcionários exigem que a investigação seja concluída no prazo mais breve possível e que, caso as denúncias sejam comprovadas, os envolvidos sejam punidos", diz um dos trechos da nota. Também o representante dos funcionários do Conselho de Administração do banco, Luís Oswaldo Santiago Moreira de Souza, falou sobre o assunto: "A um século aos 184 anos de tradição do Banco do Brasil".

O fac-símile enviado na quinta-feira foi enviado por al-

gum funcionário da Agência Central, no Setor Bancário Sul. Na mensagem, constam os nomes dos candidatos e seus possíveis parentescos com membros da diretoria do banco. Além disso, o documento anônimo revela o relacionamento dos aprovados entre si. Alguns são namorados; outros são noivos e existem também irmãos.

Os 15 primeiros colocados na lista de aprovados no Distrito Federal são Ricardo Oliveira de Carvalho; Cláudia Barbosa Viana; Luciana Barbosa Viana; André Oliveira Silva; Paulo Dapim Costa; Marcelo Oliveira Silva; Adriana de Almeida Ramos de Carvalho; Cristine Freitas Sacramento; Vitor de Souza Costa Junior; Marcos Vinícius Almeida Ramos; Gercina Pires Lamin; Adriano de Almeida Costa; José Marcelo Castro de Carvalho; Julio Cesar Oliveira Silva e Moisés Cantinho Júnior. A lista informa ainda a colocação dos candidatos nas agências onde eles se inscreveram e os números referentes à ordem de inscrição de cada um.

2.2.5.

Domingo, 17 de maio de 1992

PAINEL S/A

Parceria e doação

As seguradoras privadas que participam do "pool" com a corretora do Banco do Brasil cedem — "a título gratuito" — o dinheiro para contratar a Andersen Consulting, firma que elabora os planos para comercialização de seguros no BB.

Entre amigos

A contratação da Andersen Consulting — que presta serviço indireto ao BB — foi feita sem concorrência, por indicação de seguradoras privadas que já eram clientes da consultoria.

Versão oficial

O BB alega que sua corretora não tinha controle informatizado de seguros, processo que levanta, no mínimo, um ano para ser implantado.

A consultoria privada foi contratada pelo "pool" por um ano.

As parceiras

Planejaram o sistema — em reuniões no BB — as corretoras Sul América, SBI, Maritima, Minas Brasil, Paulista, Roma, Vera Cruz, Santa Cruz, Seguros da Bahia, Adriática, Infância, Aliança da Bahia e Novo Hamburgo.

Risco privado

Uma seguradora conduziu o sistema do contrato a premissa, garantindo o ressarcimento das despesas com a consultoria.

O BB descartou a hipótese, alegando que é obrigado a realizar licitação, o que não ocorreu.

Captação segura

A Andersen Consulting informa que as seguradoras desenvolveram um sistema de captação de seguros a ser implementado nas agências do BB para obter "ganhos de eficiência".

O ganho, no caso, é poder usar como canal de venda mais de 3.000 agências do banco oficial.

Novo equilíbrio

Ganha força a ideia de que novas consultas prévias poderiam dar resultados diferentes se fossem feitas quando concluídas as duas etapas a 1 e 2.

Resultado ajustado

A Construções e Construção Correia realizou prejuízo de Cr\$ 6,9 bilhões em 91.

A empresa vai distribuir dividendos no montante de Cr\$ 9,7 bilhões sobre o resultado ajustado.

A conferir

O secretário paulista de Energia e Saneamento, José Fernando Bouschias, diz que o passado da Bólvora vai sair do papel.

O projeto — de US\$ 1,2 bilhão — vai ser focado por grupos privados, com acompanhamento do governo federal.

Em silêncio

A CVM não havia recebido da Bovespa, até a última sexta-feira, o processo de manipulação no preço da Bólvora paulista.

Muro largo

Um industrial que conhece bem os processos sucessórios nas entidades garante que ainda é muito elevado o número de empresários em cima do muro nas eleições da Fiesp.

Negócio imobiliário

Diante do prejuízo de Cr\$ 14,3 bilhões em 91, a Companhia Tropical de Hotéis decidiu vender parte do patrimônio imobiliário.

Espera obter recursos de US\$ 12 milhões com a venda de terrenos.

Imagem externa



O grupo Tropical de Hotéis atribui o prejuízo de 91 à "redução drástica do poder aquisitivo no Brasil" e à fuga dos turistas, "desencorajados pelo impressionante noticiário a respeito dos problemas de segurança e de saúde pública neste país".

Para comemorar

A Primo Schincariol, indústria de cervejas de Ita, realizou lucro líquido de Cr\$ 1,4 bilhão em 91, contra prejuízo de Cr\$ 16,8 milhões no exercício anterior.

Fora do Conselho

Moreira Ferreira pediu demissão do Conselho de Administração da Empresa Energética de São Paulo no dia 9 de março para se dedicar à campanha da Fiesp.

Imposto do leite

Pedro Camargo Neto, da Sociedade Rural Brasileira, vai explicar na Comunidade Europeia, em Bruxelas, a posição dos pecuaristas brasileiros sobre o imposto encarecendo o leite europeu subsidiado.

Voz da minoria

A proposta de alienação de imóveis residenciais do Banco do Brasil a ocupantes não-funcionários do banco foi aprovada pelo Conselho de Administração com voto contrário de Luiz Oswaldo Moreira de Souza.

Ele representa os funcionários no Conselho.

Faltou processar

Em seu balanço, a administração da Prodan — Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo — dedica todo o relatório anual aos "principais avanços" obtidos pela empresa entre 89 e 91.

Nenhuma linha para explicar o prejuízo operacional de Cr\$ 11,5 bilhões.

Quinta-Feira, 30 de julho de 1974

'Bomba' chega a Suplicy de madrugada

Senador recebeu telefonema às 2h em Brasília, foi a São Paulo e voltou levando Sandra para depor na CPI

EMANUEL NERI
Da Reportagem Local

Às 2h de terça-feira, o telefone tocou na casa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em Brasília. Do outro lado da linha, Luiz Oswaldo Santiago, representante dos funcionários do Banco do Brasil no Conselho Administrativo do banco, dizia ter uma "coisa urgente, muito importante" para contar. Vinte minutos depois, Santiago chegou à casa de Suplicy para contar a história da secretária Sandra. A conversa só acabou às 4h.



Ainda de madrugada, Suplicy conversou por telefone com Sandra e com seu marido, Fidelino Souza Bonfim. Acertou que viaja a São Paulo às 18h da terça-feira para se encontrar com eles. Sandra preferiu que o encontro fosse na casa do senador, no Jardim Europa, zona sul de São Paulo. À meia hora depois encontraram-se com Sandra e seu marido. Além do senador, Maria, sua mulher, também acompanhou a conversa.

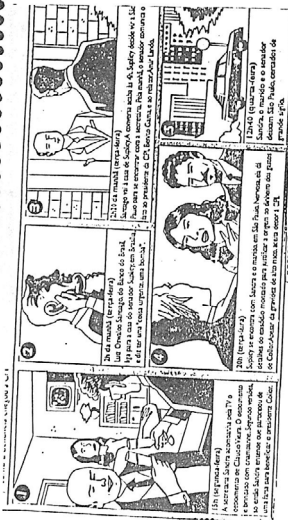
Sandra estava nervosa e falou dos problemas que vem tendo com sua gravidez, de alto risco — ela tem 42 anos. Mas não vacilou quando o senador a convidou para acompanhá-lo a Brasília e prestar depoimento na CPI. Cercados de grande sigilo, Sandra, o marido e o senador deixaram São Paulo às 11h40 de ontem. A essa altura, a notícia do depoimento já havia "vazado" para a Folha. No gabi-

lho envolvendo a história montada para justificar a origem do dinheiro dos gastos pessoais do presidente Fernando Collor. Disse ter feito inúmeros telefonemas para o Uruguai e revelou que o empresário Alcides Diniz tem uma empresa, a ASD Del Uruguay, em Montevideo. Sandra acompanhou pela TV o depoimento de Cláudio Vieira, na última segunda-feira.

Sandra estava no escritório da Streeter, Hallack, Apocalypse e Jucá Advogados, na avenida Ipiranga, 667, zona sul de São Paulo. O advogado Arsenio Eduardo Correa, diretor Jurídico da ASD, a quem Sandra é subordinada, também estava presente. O depoimento de Vieira foi brindado com champagne. "Os meus trabalharei bem", disse Sérgio Medina Pasqualini, outro diretor da ASD, também presente.

"Até o Suplicy perdeu o eixo", afirmou, irônico, um dos advogados, quando o senador polêmico interrompeu o depoimento de Cláudio Vieira para fazer uma pergunta. Segundo algumas versões, só no depoimento Sandra entendeu que havia participado da montagem de uma versão para beneficiar Collor.

Em casa, conversou com o marido, Fidelino Bonfim, chefe de uma agência do Banco do Brasil em São Paulo. Bonfim telefonou para o representante dos funcionários do BCB em Brasília, e a história chegou a Suplicy. Antes de chegar ao senador, a história passou pelas mãos do deputado Luiz Guahim (PT-SP), um ex-banqueiro que mantém estreitas relações com funcionários do Banco do Brasil.



1. Sandra liga para o banqueiro. 2. O banqueiro liga para a CPI. 3. A CPI liga para Sandra. 4. Sandra liga para a CPI.

Bancário liga Sandra à CPI

Do *Sucesso* de Brasília

O bancário Luiz Otavio Simões, chefe de gabinete da secretária Sandra Oliveira, afirmou que a ligação entre a secretária da CPI do caso FIC, Sandra Oliveira, e o ministro do Conselho de Administração do Banco de Brasília, Paulo Roberto Costa, não se deu pelo telefone. Simões afirmou que a ligação ocorreu pessoalmente, durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio. Ele afirmou que a ligação ocorreu pessoalmente, durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Simões afirmou que a ligação ocorreu durante uma reunião no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, no dia 17 de maio.

Contrato de Vieira seria forjado

DENÚNCIA FOI FEITA POR UMA SECRETÁRIA DA ASD

EMPREENHIMENTOS AO SENADOR EDUARDO SUPLEY.



GOVERNO EVELIN/AF

Não teria passado de uma farsa a operação de emprestimo de US\$ 5 milhões no Uruguai, que teria sido feita pelo senador Fernando Collor, segundo denúncia feita ontem pelo senador Eduardo Supley, em discurso no tribuna do Senado. Com base em informações de Sandra Fernandes de Oliveira, secretária da ASD Empreendimentos Ltda., do empresário paulista Alcides dos Santos Diniz (amigo do presidente Collor), Supley afirmou que o contrato foi forjado em uma operação batizada de "Uruguai", montada com o auxílio da ASD. A "Operação Uruguai", denunciou Supley, começou a ser montada há cerca de 15 dias, após o depoimento do motorista Francisco Enrieto Freire França à CPI que investiga o caso PC. Entre as dias 14 e 17 de julho, a secretária Sandra de Oliveira anotou na ASD uma intensa troca de telefo-

mas entre Cláudio Vieira, o embaixador Marcos Coimbra (secretário geral da Presidência da República), o empresário José Carlos televisione e o presidente do Banco do Brasil, Leônidas Quintanilha, com o advogado Arsenio Eduardo Correa, chefe do departamento jurídico da empresa, para preparar o depoimento que Vieira prestou à CPI na segunda-feira.

No dia 15, Vieira e Arsenio trocaram fax. Em um deles, Vieira fez um relatório detalhado sobre as movimentações nas contas de

José Roberto Nehrting Costa da Braul's Garden (a empresa de Jafar), dinagun que fez uma reforma na "Cacha da Diniz", nos bairros BMC, Diplômico, Banerjinho e Anitória de São.

A secretária revelou a Supley que, de posse dessas informações, Arsenio Correa viajou para Brasília em um jatinho da Braul's Jet, de PC Faras, acompanhado do advogado Valdo Sarkis Hailak, para participar de reuniões. Uma dessas reuniões, no dia 15, foi realizada pela noite na Casa da Diniz, residência do presidente Collor. Nos dias 16 e 17, os telefones

mas para a ASD intensificaram-se, ainda mais. Telefonaram para Arsenio, seguidamente Cláudio Vieira, José Carlos Martinez e Leônidas Coimbra. Sandra registrou o horário dos telefonemas. Uma das ligações de Leônidas foi feita às 12h30m. Na última segunda-feira, depois do depoimento de Cláudio Vieira, a secretária presenciou uma comemoração, com troca de brindes, na sede da ASD. Sérgio Pasqualini, diretor de desenvolvimento e negócios da empresa, teria comentado: "Dessa vez, não quem desconfoi de nada". Você viu como o Supley ficou descontente? Nós conseguimos o que queríamos, tumultuar e tirar a atenção do Cláudio Vieira e do presidente Collor."

Os procuradores da República, Iulo Fioravanti e Odín Ferreira acompanharam a conversa da secretária Sandra de Oliveira sobre os senadores integrantes da CPI, anotaram as informações e recomendaram que ela fosse protegida por um esquema de segurança.

Na segunda, a decisão.

COMEMORAÇÃO PRECIPITOU AÇÃO DA SECRETÁRIA

A secretária Sandra Fernandes de Oliveira, 42 anos, contou aos parlamentares ter decidido denunciar ao Congresso a "Operação Uruguai" segunda-feira à noite, após presenciar no escritório da ASD em São Paulo a comemoração dos advogados pelo depoimento de Cláudio Vieira na CPI do caso PC Faras. Os advogados eram Arsenio Eduardo Correa, chefe e responsável pelo setor jurídico da ASD, Valdo Sarkis Hailak, Sidney Saraiva Apocalypso e Fernando Juca Pereira.

"Estou no meio de uma quadrilha", desabafou ao seu marido, Falciano Souza Bonfim, funcionário do Banco do Brasil, ao chegar em sua casa. Depois de acalmar Sandra, que está no quinto mês de gravidez, Bonfim entrou em contato com Luis Ovaraldo Santiago Moreira de Souza, representante dos empregados na diretoria do BCB em Brasília e pediu que ele relatasse o caso ao senador Eduardo Supley (PT-SP) e ao deputado José Uzeira (PT-SP), integrantes da CPI. Na terça-feira Su-

pley votou para São Paulo para que a população.

Segundo Sandra, desde o dia 15 houve intensa movimentação dos advogados. Ela fez várias ligações para Cláudio Vieira e Jafar Quintanilha, presidente do Banco do Brasil. Ela também contou que dois advogados chegaram a trabalhar na casa do presidente Collor no dia 15 de julho. No episódio, a participação de Luiz Ovaraldo, um militante do PT e da CUT, com 43 anos e 20 de Banco do Brasil, foi considerada decisiva.

2.4.2

COLLOR/CRISE

Suplicy denuncia farsa no empréstimo de Vieira

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) denunciou ontem em discurso na tribuna do Senado, uma farsa na operação do empréstimo de US\$ 5 milhões obtido no Uruguai por Cláudio Vieira, ex-secretário particular do presidente Fernando Collor. Segundo a denúncia, feita com base em informações prestadas pela secretária Sandra Fernandes de Oliveira, o contrato foi forjado em uma operação batizada de "Uruguai", montada com o auxílio da empresa ASD Empreendimentos Ltda., de propriedade do empresário Alcides Santos Diniz, amigo íntimo do presidente Collor.

De acordo com o senador, a "Operação Uruguai" começou a ser executada há cerca de 15 dias, depois do depoimento do ministro Francisco Roberto Freire França à CPI que investiga o caso PC. Entre os dias 14 e 17 de julho, Sandra, secretária da ASD, enviou uma troca de telefonemas entre Cláudio Vieira, o embaixador Marcos Guimarães, o empresário José Carlos Martinez e o presidente do Banco de Brasília, Lafayette Coutinho, com o advogado Ardenio Eduardo Correia, chefe do departamento jurídico da ASD, para preparar o depoimento de Vieira à CPI na última segunda-feira.

As ligações telefônicas foram complementadas com uma troca de mensagens por fax, em 15 de julho,

entre Cláudio Vieira e Ardenio Correia. No fax enviado por Vieira à ASD, segundo leu o senador Suplicy na tribuna, o ex-secretário fez um relatório detalhado sobre as movimentações nas contas de José Roberto Nehring César e da Brasil's Garden (empresa que fez reformas na Casa da Dinia) nos bancos BMC, Digibanco, Baneritida e América do Sul.

Revelações — De acordo com a secretária, Ardenio viajou então para reuniões em Brasília, acompanhado do advogado Valdo Sarkis Hallak, em um jatinho da Brasil Jet, empresa de taxi aéreo de PC. Uma dessas reuniões se estendeu durante toda a noite na Casa da Dinia, residência do presidente Fernando Collor. Nos dias seguintes a esta reunião — 16 e 17 de julho — as ligações telefônicas para o escritório da ASD intensificaram-se.

— Nos dias 18, telefonaram para Ardenio: Cláudio Vieira, o empresário José Carlos Martinez, dono da rede TM de televisão, e Lafayette Coutinho. Sandra registrou o horário dos telefonemas. Uma das ligações de Lafayette foi feita às 12h02. Na última segunda-feira, depois do depoimento de Vieira, segundo as informações da secretária, houve uma comemoração na sede da ASD.

Um dos participantes da comemoração foi o diretor de Desavol-

vimento e Negócios da empresa, Sérgio Pasqualini, que fez, de acordo com Suplicy, os seguintes comentários: "Deixa ver, ninguém descobriu de nada. Você viu como o Suplicy ficou desmontado. Nós conseguimos o que queríamos, tumultuamos e tiramos a atenção do Cláudio Vieira e do presidente Collor".

A secretária disse ainda a Suplicy ter testemunhado de que Alcides Diniz costumava frequentar a casa de PC Farias, em São Paulo, depois do trabalho. PC também era frequentador assíduo da fazenda de Alcides, onde Diniz praticava pólo e já hospedou o presidente Collor.

Local que chegou a Brasília, Sandra Fernandes de Oliveira está sendo protegida pela segurança do Senado. Ela tem 42 anos e enfrenta uma gravidez de alto risco. O pronunciamento de Suplicy no Senado foi assistido pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), e pelo marido da secretária, Delcino Souza Bonfim, psicólogo e professor que trabalha como caixa do Banco de Brasília. Segundo o senador, a secretária foi estimulada a depor pelo marido e pelo diretor do Banco de Brasília, Luiz Osvaldo, chefe por "funcionários da instituição".

Secretária viu "Operação Uruguai"

A secretária Sandra Fernandes de Oliveira, de 42 anos, contou aos parlamentares ter decidido denunciar ao Congresso a "Operação Uruguai" na segunda-feira à noite, após presenciar no escritório da ASD, em São Paulo, a troca de mensagens de champagne, feita pelos advogados, em comemoração ao depoimento de Cláudio Vieira à CPI do caso PC Farias. "Estou no meio de uma quarentena", desabafou Sandra, ao chegar em sua casa, para o marido Fadelino Souza Bonfim, funcionário do Banco de Brasília, segundo relato de integrantes da CPI.

Depois de acalmar sua mulher, que está no quinto mês de gravidez, Bonfim entrou em contato com Luiza Osvaldo, representante dos empregados na diretoria do Banco de Brasília, em Brasília. Por telefone, ele contou a Osvaldo que, nas duas últimas semanas, Sandra participava como secretária, da montagem dos documentos apresentados por Cláudio Vieira à Comissão Parlamentar de Inquérito do caso PC Farias. Naquela tarde, Vieira havia dito à CPI que as despesas do presidente Fernando Collor foram custeadas por um empréstimo de US\$ 5 milhões obtidos por ele em 1989 junto à cor-

poradora uruguaia Alfa Trading.

O marido da secretária pediu, ainda a Osvaldo, que relatasse o caso ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e ao deputado José Dirceu (PT-SP), integrantes da CPI do caso PC Farias. O representante do BII conseguiu falar com Suplicy em Brasília na madrugada de terça-feira. No mesmo dia, o senador viajou para São Paulo e se reuniu durante cinco horas com a secretária a fim de ouvir pessoalmente o relato completo da "Operação Uruguai", reproduzido por ele, ontem à tarde, na tribuna do Senado.

2.4.3.

levou secretária a revelar operação

BRASILIA — A secretária Sandra Fernandes de Oliveira, 42 anos, contou aos parlamentares que a gota d'água para a decisão de denunciar ao Congresso a "Operação Uruguai" foi uma comemoração no escritório da ABI em São Paulo, segunda-feira à noite. Segundo ela, houve até brinde com champanhe, entre os advogados, para comemorar o depoimento do secretário particular da Presidência Cláudio Vieira na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do caso FIC.

"Estou no meio de uma quadrilha", teria desabafado Sandra, ao chegar em casa, para o marido Fidelelino Souza Bonfim, funcionário do Banco do Brasil, segundo relato de integrantes da CPI.

De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Sandra apareceu como um dos participantes dessa comemoração o diretor de desenvolvimento e negócios da empresa, Sérgio Paquallini. O senador não reproduziu um comentário que a secretária atribuiu a Paquallini: "Dessa vez, ninguém desconfiou de nada. Você viu como o Suplicy ficou desorientado. Nós conseguimos o que queríamos, tumultuar e tirar a atenção do Cláudio Vieira do presidente Collor".

Gravidez — A secretária está sendo protegida pela segurança do Senado, desde que chegou a Brasília, tratada pelo senador do PT. Ela tem 42 anos e vive uma gravidez de alto risco. Segundo o senador, do PT, Sandra lhe disse também ser testemunha de que o presidente no escritório, como ela mesma frequentar a casa do PC em São Paulo. PC também seria hóspede assíduo da fazenda Indalécio. Já vista toda pelo presidente Collor e pela esposa Aídes, Dina praticou o pólo.

Ela informou ainda aos parlamentares que dois advogados da ARD chegaram a trabalhar na Casa da Dinda no dia 15 de julho. Segundo o deputado José Dirceu (PT-SP), empresário Aídes Dina colocou seu escritório para ajudar a forjar os documentos em troca de um empréstimo do Banco do Brasil para construção de quatro prédios em São Paulo, um dos quais seria um hotel cinco estrelas.

Vocação do detetive

Sandra, entre Suplicy e o marido, no Congresso, telefonemas anotados na empresa de Aídes Dina

Sindicalista encaminhou denúncia a parlamentar

BRASILIA — A secretária Sandra Fernandes de Oliveira, 42 anos, que denunciou ao Congresso a "Operação Uruguai", chegou transformada em canção, na segunda-feira à noite e no Souza Bonfim, ter presenciado comemorações na empresa paulista ASI pelo depoimento de Cláudio Vieira à CPI — quando ele disse que o dinheiro para as despesas da Casa da Dinda provinha de um empréstimo feito em janeiro de 1989 no Uruguai. Bonfim, que é bancário e trabalha desde 1971 no Banco do Brasil (BB) em São Paulo, entrou em contato com o amigo Luiz Osvaldo Moreira de Souza, 45 anos, representante dos empregados na diretoria do Banco em Brasília. Por telefone, contou a Souza que, desde o dia 15, Sandra participava, como secretária, da montagem dos documentos apresentados por Vieira à CPI.

Luiz Souza tentou localizar o deputado Luiz Guarnier (PT-SP) e, não o encontrando, acordou o senador Eduardo Suplicy,

no meio da madrugada, para falar de "fatos graves" que um funcionário do BB queria lhe relatar. Na terça de manhã, Suplicy voou para São Paulo e ouviu durante cinco horas a versão da secretária. A noite, Sandra e o marido foram para Brasília onde foi feita em absoluto sigilo para "mitigar o caso", segundo contou um funcionário do BB.

A secretária afirmou ter realizado vários telefonemas da ASI para Cláudio Vieira e Lafayette Coutinho, presidente do BB e contou também que marcou dois noturnos na Lacerda Alvo para o Uruguai e para Brasília.

Sandra informou aos parlamentares que dois advogados chegaram a trabalhar na casa do presidente Fernando Collor no dia 15. Segundo o deputado José Dirceu (PT-SP), Aídes Dina ajudou a forjar os documentos em troca de um empréstimo do BB para construção de quatro prédios em São Paulo, um deles seria um hotel cinco estrelas.

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor Superintendente Paulo Roberto Costa Ass. Administrativo Ass. de Comunicação Ass. de Contas Ass. de Pessoal Ass. de Planejamento Ass. de Treinamento Ass. de Qualidade		Diretor Geral João Carlos Moreira Diretor Comercial Roberto C. Mendes
---	--	--

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE (TAC) (ATENDIMENTO) 081
 ATENDIMENTO AO ASSINANTE (TAC) (ATENDIMENTO) 081
 CLASSE DE ASSINANTE (TAC) (ATENDIMENTO) 081

São Paulo - Rua do Cantagalo, 121 - 1309-0 - 05391-000 São Paulo, SP - Tel. 011 3111-1111

manho.

2.4.4.

pag. 1a

Sandra ficou longe da imprensa

BRASILIA — Sob forte esgueta de segurança, a secretária Sandra Fernandes de Oliveira foi mantida toda a tarde longe da imprensa, no gabinete do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Alguns parlamentares de oposição, especialmente os integrantes da CPI do PC Farias, foram ao gabinete de Suplicy para tomar uma espécie de pré-depositamento da secretária que, ainda, segundo o deputado, deveria demonstrar que é falso o contrato de empréstimo externo apre-

sentado por Cláudio Vieira.

Tenho certeza que o depoimento dela vai impressionar, pela sua simplicidade e economia de detalhes — observou o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), sub-reitor da CPI. Sandra também foi ouvida pelos dois procuradores que acompanham os trabalhos da CPI do PC, Ildo Fioravante e Odil Ferreira. Elet, segundo o senador Suplicy, seriam convencidos que não será difícil comprovar o que Sandra diz.

Bancário fez a ponte entre casal e Suplicy

BRASILIA — O bancário Luiz Oswaldo Santos Moreira de Souza, representante dos funcionários no Conselho Administrativo do Bli, foi a primeira pessoa em Brasília a tomar conhecimento das denúncias da secretária Sandra Fernandes de Oliveira. Na noite de segunda-feira, ele foi procurado por Fideleino Souza Bastian, marido de Sandra e chefe de uma agência do Banco do Brasil em São Paulo, que pediu auxílio para levar o testemu-

Luiz Oswaldo conheceu Fideleino, também funcionário do Bli durante um curso promovido pelo banco em Bli. Ele explicou que foi procurado pelo casal poucas horas após o segundo depoimento de Cláudio Vieira, ex-secretário do presidente Collor, à CPI. Em nenhum momento questionou a denúncia de Sandra que, pelo que soube, é secretária do chefe do Departamento Jurídico da firma ASI, Arsenio Eduardo Correia. E admitiu que não se preocupou em ouvir muitos detalhes.

O Fideleino me disse que a esposa estava com um problema sério de consciência e que ficou muito revoltada depois do depoimento de Vieira. Contaram-me os documentos apresentados: tinham sido traduzidos na ASI e que havia uma negociação da Previ (caixa da previdência do Bli) com a empresa ASI, onde a Sandra trabalhava — relatou.

O casal, demonstrando medo, contou que havia pensado em procurar a CPI, mas preferiu recorrer primeiro a um representante da categoria. Luiz Oswaldo, que em janeiro denunciou a fraude no concurso do Bli posteriormente anulado, foi o escolhido.

O bancário contactou o deputado federal Luiz Gushiken (SP), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de SP. Gushiken não foi localizado, mas sua secretária telefonou para o senador Eduardo Suplicy, que ligou para Luiz Oswaldo na madrugada de terça-feira.

Diretor da ASD desmente secretária

SÃO PAULO — O diretor do departamento jurídico da ASD, Arsenio Correia, negou o conteúdo do depoimento de sua secretária, Sandra Fernandes, do qual o contrato apresentado por Cláudio Vieira, ex-secretário particular de Collor, foi redigido pelo escritório de advocacia que atende ao empresário Alcides Diniz. Assim como os proprietários do escritório de advocacia, Arsenio Correia disse que quando entrou nessa história, o contrato já estava pronto.

Isto é um mentira. Além disso, não me recordo de ter participado de qualquer festa — afirmou ele.

Arsenio chegou ao escritório de advocacia nervoso, mas foi levado por um dos sócios do escritório, Sidney Soravia, até a presença da Ingeressa Correia negou que tivesse havido comunicação via fax entre o escritório de Diniz e a Casa da Diniz e disse não entender as razões que levaram a secretária a fazer aquele depoimento.

— Ela tinha problemas de relacionamento com as colegas e, depois da gravidez, começou a faltar muito ao trabalho — disse, tentando desqualificar a secretária, que trabalha com ele há quatro anos.

Ele jura que a sua participação na história foi apenas a de recomendar ao escritório de advocacia a legalização da operação montada pelo staff presidencial. Da reunião da qual ele participou, via caixa do embalsamador Marcos Colimura, ainda — on participou Alcides Diniz, o presidente do Banco do Brasil, Laidele Torres —, e o secretário particular de Collor Cláudio Vieira e o dono da casa. Arsenio Correia explicou sua presença no escritório, naquele momento, com a seguinte frase:

— Vim consultar os advogados da empresa sobre a redação da nota oficial que o doutor Alcides pediu para divulgar.

2.4.5.

As denúncias da secretária

—A secretária Sandra Fernandes de Oliveira, funcionária da empresa ASD Participações, trouxe à CPI do Banco do Brasil seu testemunho sobre a intensa movimentação dos advogados de Cláudio Vieira à CPI. Suas informações levantam dúvidas sobre a autenticidade do empréstimo feito por Vieira junto a uma empresa uruguaia, para justificar a origem do dinheiro destinado às despesas do presidente Fernando Collor. Toda a movimentação para justificar o empréstimo era chamada Operação Uruguai, segundo a secretária.

■ Nos dias 14 e 15 de sete mês, Sandra atendeu telefonemas de Cláudio Vieira para advogados da ASD.

■ No dia 15, recebeu um fax de Vieira contendo uma série de números, e registrou telefonemas feitos pela ASD a Vieira, Coimbra e ao proprietário da Brasil's Garden, José Nehring.

■ Alcides Diniz, proprietário da ASD levou dólares ao Uruguai depois do dia 14 de sete mês, para viabilizar a operação de empréstimo relatada por Cláudio Vieira.

■ No dia 15, os advogados Arsenio Eduardo Correia e Valdo Wallack foram a Brasília, em jatinho da Bras-Jet, empresa de Paulo Cesar Farias, e estiveram numa reunião na Casa da Diniz até tarde da noite.

■ No mesmo dia 15, o empresário José Carlos Martiner, candidato do PRN ao governo do Paraná, ligou para o escritório da ASD para obter informações sobre a operação.

■ No dia 17, o presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, ligou às 12h25 para o advogado Arsenio Lafayette voltaria a ligar para o advogado no dia 28 último.

■ Nos dias seguintes, intensificou-se a movimentação no escritório, à medida que se aproximava o depoimento de Vieira à CPI.

■ Sandra marcou viagens feitas de madrugada por advogados da empresa ao Uruguai, pela Laker Tau Airline.

■ Na última segunda-feira, Sandra avisou ao depoimento de Vieira pela televisão e viu quando os advogados da ASD estiveram numa churrascaria para comemorar o resultado do trabalho que fizeram.

■ No mesmo dia, Sandra contou a seu marido, Fideleso Souza Bonfim, os fatos que presenciou. A informação foi levada ao sindicato dos bancários em São Paulo e ao diretor do BB eleito pela categoria, Luis Osvaldo Santiago, que transmitiu os fatos a Suplicy.

■ Paulo Cesar Farias, às vezes, ao escritório da ASD.

■ Leopoldo Collor, irmão do presidente da República, ia frequentemente ao escritório.

■ Um fax apresentado por Sandra, com anotações feitas à mão, reproduz a solução encontrada pela ASD para justificar o pagamento milionário feito pela empresa de Paulo Cesar Farias (EPC) à empresa Brasil's Garden pelas reformas na Casa da Diniz.

■ A ASD mantinha, há meses, negociações com Cláudio Vieira, para viabilizar a construção de duas torres de edifícios na Marginal Pinheiros, em São Paulo. Fundos de pensão de empresas estariam comprando parte do empreendimento, entre eles a Previ (do Banco do Brasil), que ficaria com 50% das cotas e a Funcef (da Caixa Econômica Federal). A Telesp chegou a enviar uma proposta, interessada no investimento.

■ O uso dos fundos de pensão teria motivado a participação do empresário Alcides Diniz na montagem da operação.

Elo do senador no BB

O representante dos funcionários do Banco do Brasil no conselho de administração, Luiz Osvaldo Santiago Moreira de Souza, foi o elo de ligação entre o senador Eduardo Suplicy (PTSP) e a secretária do empreendimento Alcides Diniz, Sandra Fernandes de Oliveira. Segundo Luiz Osvaldo, funcionário do BB há 20 anos, na noite de segunda-feira o marido de Sandra, Fideleso de Souza Bonfim, telefonou para sua casa, em Brasília.

■ Quería saber a melhor forma de encaminhar a denúncia da mulher. Fideleso contou o caso e em segunda pessoa o telefone a Sandra, que conversou com Luiz Osvaldo.

Ela disse que os documentos apresentados por Cláudio Vieira haviam sido forjados e contou que, em troca da ajuda dada ao ex-secretário do presidente Collor, Alcides Diniz teria recompensado com um negócio especial, com recursos da Previ (Fundação de Previdência Fechada do Ban-

co do Brasil). Ainda na noite de segunda-feira, Luiz Osvaldo tentou contato com o senador Eduardo Suplicy, através do deputado Luis Gusmão (PTSP).

Por volta de 11h30 da madrugada de terça-feira, Suplicy telefonou para Luiz Osvaldo. Depois de ouvir o relato, pediu que o encontro com Sandra fosse marcado. A reunião entre os dois ficou agendada para a própria terça-feira, à noite, em São Paulo.

Ao anunciar ontem, da tribuna do Senado, ter encontrado uma testemunha que poderia desmentir o depoimento de Cláudio Vieira à CPI, o senador Eduardo Suplicy denunciou que, há um ano, a ASD Empreendimentos e Participações tenta obter recursos em fundos de pensão para construir um hotel cinco estrelas na Marginal Pinheiros, em São Paulo. Esse interesse já teria se manifestado na Previ, o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil.

Procuradoria pede saída de Lafaite do BB

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pediu ao Tribunal de Contas da União o afastamento do presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho, por uso político de verbas. Lafaite disse que não está promovendo "filologia", mas "atuando politicamente".

PAG. 1-8

Aristides quer afastar Lafaite do BB

Da Sucursal de Brasília

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) o afastamento do presidente do Banco do Brasil, Lafaite Coutinho, Junqueira se baseou num dossiê encaminhado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, que acusa Lafaite de usar o banco para barganhas políticas.



COLLORGATE

O requerimento de Junqueira é fundamentado no artigo 44 da Lei Orgânica do TCU, que prevê a possibilidade de afastamento temporário de um servidor durante a realização de auditoria. Se o TCU considerar que Lafaite pode prejudicar a investigação ou causar danos ao patrimônio público, determinará o afastamento.

Cabe agora ao TCU decidir se Lafaite e se instaura fiscalização no banco. O TCU também se pronunciará sobre a permanência ou não de Lafaite no cargo.

O advogado Pedro Máximo Calmon Mendes protocolou ontem junto à presidência do TCU um pedido de informações sobre os

de, patrocinada pelo banco, intitulada "Nota de esclarecimento à sociedade". Nessa nota, Lafaite trata-se de defender das revelações de uso político das verbas da Fundação Banco do Brasil (FBB).

A Folha publicou ontem espontaneamente a fôlegia da nota no "Diário do Leitor", no dia seguinte ao seu recebimento. As informações solicitadas por Calmon serviram de base para uma ação pedindo o ressarcimento do dinheiro gasto na publicação da nota. A Folha revelou no último sábado que pelo menos 199 parlamentares e governistas tiveram pedidos de liberação de recursos atendidos pela FBB.

O representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil, Luiz Oswaldo de Sousa, também encaminhou ontem pedido ao TCU para a realização de uma inspeção extraordinária sobre todas as operações da instituição. Sousa solicitou ainda uma reunião do Conselho de Administração para discutir "quodammodo" as verbas da FBB.

O presidente do BB, Lafaite, como principal líder do "quadro da direita" governista, é acusado de liberar recursos da FBB em troca de apoio ao presidente Fernando Collor contra o impeachment.

Acionistas protestam

Da Sucursal de Brasília

A União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil pediu ontem ao ministro da Economia, Marcellino Marques Moreira, o afastamento de Lafaite Coutinho da presidência do banco. O pedido foi feito por telex cujo conteúdo o ministro não quis comentar.

"Os acionistas recorem a V. Exa na esperança que se dê um basta a tanto descalço, afastando de seu cargo aquele que, por mero fisiologismo, atromba os cofres do Banco e da então Fundação (a do BB)", diz, entre outras coisas, o telex. Lafaite Coutinho não se manifestou sobre o pedido.

251

PAINEL S/A

Guerra nos seguros

A desregulamentação dos seguros está provocando uma guerra nas tarifas. Algumas seguradoras estão cobrando abaixo do custo para ganhar mercado.

O resultado deve se refletir nos saluários anuais.

Minimizando danos

A liberação dos preços dos seguros entrou em vigor a partir do último dia 17.

A Susep anuncia que pretende zelar pela solvência das seguradoras e fazer fiscalização rigorosa.

Pressão interna

O representante dos funcionários do IBR no Conselho de Administração, Luiz Oswaldo Santiago, solicitou dia 16 ao presidente do órgão, Luiz Antonio Gonçalves, a convocação de reunião extraordinária para consulta de posição sobre o uso político de recursos do fundo.

Gonçalves não convocou.

Fechando o cerco

Ontem, Santiago entregou carta ao presidente do Conselho Fiscal do IBR, Mauro Ricardo Machado Costa, solicitando uma reunião de emergência do conselho.

Expansionismo vermelho

O grupo McDonald's pretende abrir uma nova unidade perto da Praça Vermelha, em Moscou — com edifício em estilo soviético — para consumidores que pagam em dólar.

Seguro cambial

O BFB está oferecendo garantia de "cortesia" para empresas que acam no mercado internacional.

A operação já é regulamentada pelo BC, mas ganhou força com a taxa cambial na Europa.

Fiando ao mercado

O economista Leonel Pozzi é o novo diretor de relações com o mercado da Casa Anglo Brasileira (Vigora) em substituição a Antonio Carlos Rocha.

Hora de selecionar

Antes de comprar o sistema de radiocomunicação ("trunking") da Polícia Militar, o governo paulista tomou todas as providências para evitar fazer licitação pública.

Para contratar agora a manutenção do sistema, optou pela licitação.

No papo

Sem concorrência, a compra foi acertada com a Trace, intermediária de uma empresa "fantasma" com sede num paraíso fiscal.

Por ter sido considerada a fornecedora "exclusiva", a Trace não correu o risco, agora, de perder a licitação para fazer a manutenção do sistema.

Ondas largas

A PM comprou equipamento de radiocomunicação da Motorola isrelense, mas seus oficiais foram treinados na Motorola dos EUA.

E a Motorola do Brasil indicou a Trace — uma intermediária — para dar assistência técnica.

Caixa preta

Em seu relatório contra a aquisição, o coronel PM Fernando Balsestro, exigiu a inclusão de cláusulas para forçar a abertura e o domínio do sistema, técnica e operacionalmente, pela PM.

Críticas à manutenção

Balsestro alegava que poderia ser evitada a "dependência do monopólio alienígena, com custos elevados de manutenção de mal-fidélidade lembranças do passado".

A PM vai pagar à Trace Cr\$ 8,9 bilhões pela manutenção.

Tema momentoso

A Associação Brasileira de Shopping Centers discute hoje em São Paulo "como operar num mercado desfavorável" de queda de vendas.

O setor reúne 88 shoppings, sendo 12 em construção. Em 91, os shoppings movimentaram US\$ 4 bilhões.

Em quadrinhos



A Haco vai produzir, com exclusividade, enquetes em tecido do Garfield, Snoopy, Barbie e Pantene por de Rios.

A empresa firmou contrato com a ITC, que detém no Brasil os direitos autorais das personagens.

Leite dividido

A Capri Food Industry Co., a Ajinomoto Co. e o grupo francês BSN firmaram contrato para vender bebidas e produtos lácteos no Japão a partir de novembro.

O nome da nova firma é Calpis Ajinomoto Danone Co.

Alimento embalsado

A Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil está recebendo, em São Paulo, a partir do dia 28, uma missão comercial de Barcelona do setor de máquinas e embalagens para a indústria alimentícia.

Carga nova

Carlos Miza, 24, é o novo diretor da NTC (Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga). Sua diretoria é responsável pelo Comitê Nacional de Jovens Empresários.

Pausa para comerciais

Após intervalo de quatro meses, a Fischer, Asua Comunicações retomou a conta do Hipermercado Eldorado.

Ela envolve um orçamento anual de US\$ 6 milhões.

2.5.2.

Deputados querem criar comitês de bancos

Parlamentares e entidades de classe defendem a vinculação da liberação de recursos da CEF e Banco do Brasil à análise técnica



NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASILIA —

O uso dos bancos para emprestar para empresas privadas é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos. A intenção é evitar o uso indevido dos recursos, principalmente a concessão de empréstimos a empresas que não tenham sido previamente analisadas por um comitê técnico.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

rios no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal. Segundo ele, a recente criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.



Luiz Gunkler
Transparência no gestão dos negócios públicos

de verbas da Fundação Banco do Brasil (FBB) e aliados do governo federal, a criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.



Jackson Pereira
Emenda constitucional prevê uso dos comitês

A CEF é presidida por Álvaro de Azevedo e tem como vice-presidente Jackson Pereira. A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

Senador Luiz Gunkler de São Paulo, em uma das suas visitas ao Brasil, afirmou que a criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.

A criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos é uma das principais reivindicações dos parlamentares e entidades de classe em torno da criação de comitês técnicos para analisar a liberação de recursos.



INFORMATIVO DO CESEC CASTELÃO - FORTALEZA (CE) - ANO II - NÚMERO 13 - ABRIL 1993

Luiz Oswaldo deixa o GAREF



Do GAREF para o DESED

Após deixar o GAREF, é praticamente certa a ida de Luiz Oswaldo para o Departamento de Formação do Banco, DESED.

Instrutor do DESED há muitos anos, Luiz Oswaldo tem formação na área de Tecnologia de Educação com vários trabalhos realizados dentro e fora do Banco. Depois do excelente trabalho no GAREF, sua ida para o DESED tem sido cercada de muita expectativa em torno de um bom trabalho nessa área.

Morre Melo Júnior

Vítima de choque elétrico, morreu no último dia 12 Manoel Ourea Melo Júnior, 38, ex-SEPRE/NOITE. Por muito tempo trabalhou no CASTELÃO e no último semestre esteve adido no interesse do serviço em Brasília (DF). No retorno da adição foi transferido para a Ag. Fortaleza-centro (CE), onde trabalhava no 3º andar. Deixa esposa e três filhos.

Luiz Oswaldo, 46, deixa suas funções como representante eleito pelos funcionários no Conselho de Administração do BB no final de abril. Durante dois anos, em mandato marcado pela turbulência no Banco e no País, foi quase unanimidade entre os funcionários por sua postura coerente, equilibrada e decisiva em momentos importantes de nossa história recente.

Para Luiz Oswaldo, a ética foi a palavra-chave de sua gestão no GAREF. "Garhar a credibilidade para uma representação efetiva dos funcionários, independente dos agrupamentos existentes no Banco e na representação do funcionalismo, foi uma etapa importantíssima da gestão". Pág. 4.

CESEC reza na Páscoa

Com duas missas celebradas pelo Pe. LOPES, os funcionários do CASTELÃO tiveram nossa Páscoa uma atividade diferente e interessante. Aproveitando-se do calendário litúrgico, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes — CIPA promoveu a organização das missas e ainda trouxe um ex-funcionário do CASTELÃO para comandar a celebração.

Conhecedor de nossa realidade dentro e fora do Banco, Pe. LOPES, que trabalha na agência Aracatitapicupil, enfatizou que somente com o amor conseguiremos superar as dificuldades de um mundo tão desigual.

No sermão, disse que a renovação que significa o renascimento de Cristo tem que ser construída no dia-a-dia, em coisas aparentemente simples, como o trabalho na Associação de Bairro, no condomínio onde se mora, no sindicato, no partido político, no clube, em casa e no Banco.

Em tom ecumênico, LOPES lembrou que os ensinamentos de Cristo estão acima das religiões e voltou a falar que o amor e a solidariedade são a chave para a superação do nossas dificuldades.

Oferatório vai para o IPREDE

Por sugestão da CIPA, os presentes às duas celebrações ofertaram ao Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade — IPREDE um valotik. Ana Maria do Norões, Presidente do Instituto, compareceu à missa da noite e, ao agradecer mais essa ajuda, afirmou que o IPREDE tem uma enorme dependência dos funcionários do Banco do Brasil e convidou todos a visitarem o IPREDE para conhecer melhor o trabalho desenvolvido. Cr\$ 12,3 milhões foi o valor arrecadado.

28.

"A ética foi a palavra-chave de minha gestão no GAREF"

Quando visita o CASTELÃO em suas andanças pelo País é cortejo de reunião concorrida. Com paciência e facilidade de expressão vai respondendo distancadamente todas as questões levantadas.

Para Luiz Oswaldo, no País onde quem elogia acha que cumpriu sua obrigação e o eleito se acha no direito de fazer o que quer, a construção de um mandato ético e com a participação efetiva exige trabalho redobrado. A seguir, trechos da entrevista concedida ao TELÃO no último dia 6 de abril, quando promoveu palestra em nosso CESEC.

TELÃO: Como v. avalia sua gestão à frente do GAREF?

Luiz Oswaldo: Foi uma gestão — avalio eu — com todas as marcas do pioneirismo. Pagou o preço da inexperiência, do tempo dispendido em remover obstáculos e superar resistências e preconceitos. Muito embora possamos identificar fases distintas advindas de um planejamento inicial, não se pôde prender a cronogramas...

TELÃO: Por que?

LO: Precisávamos não prescindir do "momento" que se apresentasse, quer como favorável, quer caracterizando o tratamento que garantisse reversibilidade.

"Valeu por romper barreiras como a da falta de comunicação interna sob a ótica do funcionalismo"

TELÃO: E valeu a pena?

LO: Valeu, a meu ver, pela criação de uma estrutura mínima, pela garantia de credibilidade crescente e pela marca necessária da ética. Valeu por romper barreiras como a da falta de comunicação interna sob a ótica do funcionalismo, pela mão dupla de comunicação estabelecida com a base, pelo esforço do realmente representar os representados e por dar ao GAREF a cara do funcionalismo.

Entre as deficiências, a não superação dos obstáculos que nos impedem de melhor acesso ao dia-a-dia do Banco de forma mais abrangente, mais tempestiva e mais proativa.

TELÃO: O que foi mais difícil:

convencer o banco ou os funcionários?

LO: Posso localizar em determinados setores detentores do certo poder as maiores resistências.

TELÃO: A que v. atribui as resistências?

LO: Atribuo ao medo generalizado da transparência. E nós lutávamos por ela, como parte, inclusive, da função social do Banco, no que se refere à sociedade, e como condição de sobrevivência da Empresa que, sem ela, não conseguirá a necessária adesão dos funcionários a suas metas.

"As notícias depreciativas sobre o Banco levaram os funcionários ao descrédito"

TELÃO: Quais os momentos mais importantes de sua gestão?

LO: A convocação do GT Inicial foi ponto de partida para descoberta de caminhos. O primeiro pronunciamento oficial quebrou resistências, abriu espaços, definiu linha e linguagem. A denúncia da fraude do Concurso externo marcou o anseio de Ética e Seriedade do funcionalismo e a aprovação de uma linha de ação ao mesmo tempo firme e segura. A participação no processo de Impeachment do Presidente da República nos fez reencontrar a dimensão da cidadania. A luta pela sucessão presidencial do Banco inaugurou uma nova participação do funcionalismo nos destinos do Banco, com integração de vários segmentos. A abertura de espaços de negociação que culminou com o acordo coletivo de 92, firmou o papel do GAREF, que não é substituir os Sindicatos, mas abrir espaços e aproximar diferenças.

TELÃO: Nesse período v. falou muito em defesa do Banco. Como estamos nesse particular e o que fazer?

LO: A defesa do Banco, hoje, se dá na luta pela participação crescente na Gestão, garantindo Ética, transparência, competência e visão de cidadania. O Banco estará seguro enquanto capaz de responder aos anseios da Nação. Ser fraco à medida que nada significa à Sociedade. O funcionário que sentir que "ô parte"

e "tem parte" dela, defendê-lo-á.

TELÃO: V. não acha que existe uma grande apatia entre os funcionários? Por que?

LO: As notícias depreciativas sobre o Banco levaram os funcionários ao descrédito. Por que tentar, como se diz aqui no Nordeste, "juntar com as mãos, quando outros parecem espalhar com os pés"? Apenas a participação, que traz a democratização da Empresa, gerará a transparência necessária à quebra da apatia.

TELÃO: E essa participação, a Gestão Participativa?

LO: É o futuro do Banco. Toda grande empresa caminha para ela. Só assim teremos a integração do funcionalismo. Ninguém acredita mais naquele discurso do "vestir a camisa", quando, na realidade isto nos era imposto. Vesti-la-emos, sim, se participarmos das decisões, da gerência, da fiscalização. Deve permeiar todos os níveis do Banco. Exige abertura, confiança, descentralização. Traz responsabilidade, qualidade, garra.

"Poder não se guarda. Poder se exerce. E se exerce à medida que se deixa compartilhar"

TELÃO: Qual o principal desafio do seu sucessor?

LO: Continuar a luta pela Gestão Participativa, que vem a ser a ampliação do próprio GAREF. O GAREF aceitar já é uma contribuição à quebra de resistências. E é o seu papel fundamental não é concentrar poder. Poder não se guarda. Poder se exerce. E se exerce à medida que se deixa compartilhar. Outro papel importante é dar continuidade à discussão sobre a função social do Banco e a visão de cidadania dos funcionários.

TELÃO: O que mais gratificou nesse trabalho?

LO: A adesão, o reconhecimento e o carinho dos amplos setores do funcionalismo e o perceber do germinar de sementes lançadas.

TELÃO: Uma mensagem final para os leitores do TELÃO.

LO: Fico com os versos do poeta: "É preciso semear e fazer da canção; despertar quem não quer mais crer..."

EDITORIAL
Direção do Banco
faz campanha
contra Associação
Pag. 2

VOZ

AMEAÇA
Diretores da AFBNB
novamente
interpelados
Pag. 3

TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA: BANDEIRAS DA CAMPANHA SALARIAL



Campanhas salariais são momentos muito importantes para a organização de uma categoria. No caso dos funcionários do BNB hoje, além da recomposição do PCS e da reposição salarial, está na mesa de negociação uma reivindicação muito importante para a democratização das relações de trabalho no Banco: proposta de criação de um diretor-representante para o Conselho de Administração eleito pelos funcionários. No Banco do Brasil isso já é uma realidade. Luis Oswaldo Santiago, conselheiro representante eleito pelo corpo funcional do BB fala de sua experiência bem sucedida e dá o exemplo para os bancários do BNB: só a luta e a mobilização traz avanços como esse.

(2.9.)

BNB é citado no relatório da CPI/PC

Pag. 06

O Banco precisa desta canção

ficamos humilhados porque nosso or-

*Um homem se humilha se castrou
seu sonho*

Só restava sorriar com mudança: novos ventos, novo tempo. E o funcionalismo exteriorizou isso com clareza, demonstrando esperança quando da pesquisa acerca das expectativas sobre o novo go-

É a expectativa de um gesto. Um gesto de grandeza do mandatário maior do maior Banco deste País.

E, particularmente, quero lhe dizer que acredito neste gesto.

Há uma semana — permita que o chame de você, dando início a uma nova fase — você falava, nesta sala, que “Barco de Confiança”. E eu me recordava de um nordestino, tão nordestino quanto nós, que ganhou o mundo com suas teorias sobre Educação, o professor Paulo Freire, que nos dá esta lição: “A fé nos homens é um dado, a priori, da condição humana”.

Precisamos recuperar esta confiança, presidente.

Você tem dado provas de que isto é possível: a recuperação da DIREC é prova disso. E todos ansiosamente aguardando por isto. E, hoje, o parabéns também. Acredito que a estrutura é um desfecho de todos os seus furdurêles. Semanas é possível. Podemos recuperar esta confiança e torçemos para que os caminhos confluem.

Finaliza, presidente, lembrando que estou aqui representando nenhum grupo, nenhum segmento, como se posso representar pensar. Represento todo o nacionalismo do Banco do Brasil, ele que fui para tal. E é com esta investida que penso ter de dar que este gesto necessário e de gesto da pacificação, em meio que não dá para ser tão edificável, bem sei. Que exige desprestígio. Mas tenho certeza de que toda esta coisa só se cura com grandeza.

Brasília (DF), 11 de julho de 1980

**ILUIZ OSWALDO SANT IAGO
MOREIRA DE SOUZA**
representante do Corpo Funcional no
Conselho de Administração do IRL

anunciamento feito na Reunião do Conselho Director do Banco do Brasil S.A., em Brasília (DF), aos 11 de julho de 1991.



